

2021

**RELATÓRIO
E CONTAS
INDIVIDUAIS**





RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VICE-PRESIDENTE

Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADOR

António Manuel Leite Ramalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADOR

Paulo Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR

António José Ferreira Peixoto



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A ocasião em que fazemos presente o Relatório e Contas de um Exercício anual é um momento de grande relevância, pois “prestamos contas” aos Munícipes da atividade e da ação que foi desenvolvida pela Câmara Municipal nesse período, possibilitando, assim, o escrutínio e a avaliação pública do mandato que nos foi conferido, e confiado, para a gestão da “coisa pública” do nosso Município.

A questão da pandemia em COVID-19 continuou a estar bem presente no ano de 2021, pois um novo confinamento se verificou. Com vista a mitigar o seu impacto, e a exemplo do ano anterior, lançámos mão de um novo, vasto, e bem ajustado conjunto de iniciativas com vista ao apoio das Famílias e do tecido económico, empregando recursos humanos e financeiros de elevada expressão, conduzidas por uma liderança forte, empenhada, conhecedora e com grande capacidade de inovação e de intervenção. Também aqui fomos bem sucedidos, como por todos é, e foi, bem reconhecido.

Todavia, esta circunstância e as suas implicações no desenvolvimento da nossa atividade, tanto interna como nas empresas que nos fornecem serviços ou produzem obra física, não conduziu a que a execução orçamental tenha sido significativamente afetada.

É também de realçar que, mesmo neste ambiente económico muito adverso, fomos capazes de continuar o percurso da forte redução da dívida orçamental, posicionando-a, agora, nos 8,3 milhões de euros. A sua diminuição foi de 3,5 milhões de euros, significando isto uma redução em cerca de 29,5%.

Quanto ao estado das nossas finanças nada melhor do que dar nota do que publicam entidades independentes, vindo aqui, ao caso, os dados do “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses” do ano de 2020, da Ordem dos Contabilistas Certificados. A Maia, em matéria de eficiência financeira global, surge destacado em 3º lugar a nível nacional, e que nesse mesmo ranking, ao nível regional, ocupa o 1º lugar. Números são números, pelo que, pela sua natureza, são incontestáveis.

Os resultados da nossa política de rigor ficam assim bem evidenciados, concorrendo para as bases sólidas com que sustentamos, sem grandes dificuldades orçamentais, tanto grandes obras de carácter estruturante, como intervenções de grande porte no território, bem como acomodamos eventos extraordinários a que tenhamos de acorrer.

Mas tudo isto numa perspetiva de serviço à Comunidade, onde a Visão Social é um pilar estruturante, em que o Ambiente e o bem-estar social dos Cidadãos é pedra de toque.

Só sabemos estar e agir assim. As Pessoas acima de tudo.

Orgulhamo-nos do dever cumprido.

António Domingos da Silva Tiago



INDICE

1 PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO	11
1.1 CONTEXTO ORGANIZACIONAL	13
1.1.1 VISÃO E MISSÃO	15
1.1.1.1 VISÃO	15
1.1.1.2 MISSÃO	15
1.1.2 GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA.....	15
1.1.3 ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	16
1.1.3.1 ORGANOGRAMA.....	16
1.1.3.2 ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	19
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS.....	23
1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	23
1.2.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	23
1.2.1.2 PRINCIPAIS INDICADORES	24
1.2.1.2.1 POPULAÇÃO.....	25
1.2.1.2.2 ECONOMIA	26
1.2.1.2.3 SEGURANÇA	29
1.2.1.2.4 MOBILIDADE E TRANSPORTES	30
1.2.1.2.5 SAÚDE.....	31
1.2.1.2.6 EDUCAÇÃO	32
1.2.1.2.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	33
1.2.1.2.8 DESPORTO, CULTURA E TURISMO.....	34
1.2.1.2.9 AMBIENTE	35
1.2.1.2.10 PROGRAMAS MUNICIPAIS.....	35
1.2.1.2.11 POSICIONAMENTO FINANCEIRO.....	38
1.2.1.3 DISTINÇÕES MUNICIPAIS	39
1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	40
1.2.3 RISCOS.....	40
1.2.3.1 RISCOS AMBIENTAIS	41
1.2.3.2 RISCOS SOCIAIS	43
1.2.3.3 RISCOS SANITÁRIOS	45
1.2.3.4 RISCOS FINANCEIROS	49
1.2.3.5 RISCOS DE COMPLIANCE.....	51



1.2.3.6	CYBER RISCOS	52
1.3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	53
1.3.1	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	55
1.3.1.1	ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	58
1.3.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	62
1.3.2.1	PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS.....	62
1.3.2.1.1	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	63
1.3.2.1.2	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA	73
1.3.3	DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	75
1.3.3.1	ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	77
1.3.3.2	PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	79
1.3.3.3	FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO.....	82
1.3.3.4	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	85
1.3.4	CONTAS DE ORDEM.....	87
1.3.5	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	95
1.3.5.1	ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	97
1.3.5.1.1	RECEITAS PRÓPRIAS.....	103
1.3.5.1.1.1	IMPOSTOS DIRETOS.....	106
1.3.5.1.1.2	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	108
1.3.5.1.1.3	VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES	109
1.3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS.....	110
1.3.5.1.2.1	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	113
1.3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	115
1.3.5.1.2.3	FUNDOS MUNICIPAIS	116
1.3.5.1.2.4	RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS.....	119
1.3.5.2	PASSIVOS FINANCEIROS.....	125
1.3.6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	127
1.3.6.1	ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	129
1.3.6.2	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	134
1.3.6.2.1	DESPESAS COM PESSOAL	136
1.3.6.2.1.1	LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL.....	141
1.3.6.2.1.2	ESTRUTURA ORGÂNICA.....	142
1.3.6.2.1.3	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES.....	144
1.3.6.2.2	DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	145
1.3.6.2.2.1	AQUISIÇÃO DE BENS.....	146



1.3.6.2.2	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA.....	148
1.3.6.2.3	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA.....	153
1.3.6.3	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	155
1.3.6.4	INVESTIMENTO GLOBAL.....	160
1.3.6.4.1	INVESTIMENTO DIRETO.....	162
1.3.6.4.2	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	176
1.3.6.4.3	ATIVOS FINANCEIROS.....	179
1.3.6.5	GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	179
1.3.6.5.1	FUNÇÕES GERAIS.....	184
1.3.6.5.2	FUNÇÕES SOCIAIS.....	187
1.3.6.5.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	192
1.3.6.5.4	OUTRAS FUNÇÕES.....	194
1.4	ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	195
1.4.1	<i>ENQUADRAMENTO</i>	197
1.4.2	<i>ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU</i>	198
1.4.2.1	DÍVIDA TOTAL.....	198
1.4.2.2	DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	201
1.4.2.2.1	SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	207
1.4.2.2.2	COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	212
1.4.2.3	DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	214
1.4.3	<i>ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU</i>	217
1.4.3.1	LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	218
1.4.3.2	ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	219
1.4.3.3	APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL.....	223
1.5	INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	231
1.6	ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	235
1.6.1	<i>BALANÇO</i>	239
1.6.1.1	ATIVO.....	242
1.6.1.2	PASSIVO.....	248
1.6.1.3	PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	254
1.6.2	<i>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS</i>	257
1.6.3	<i>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS</i>	271
1.7	INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS.....	275
1.8	INFORMAÇÃO DE CUSTOS (CONTABILIDADE DE GESTÃO).....	279



2	PARTE II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	283
2.1	BALANÇO	284
2.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	285
2.3	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	286
2.4	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	287
2.5	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	289
2.5.1	NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	292
2.5.2	NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	297
2.5.3	NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	318
2.5.4	NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO.....	320
2.5.5	NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	323
2.5.6	NOTA 6 – LOCAÇÕES.....	330
2.5.7	NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	333
2.5.8	NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	336
2.5.9	NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS	337
2.5.10	NOTA 10 – INVENTÁRIOS.....	338
2.5.11	NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL.....	339
2.5.12	NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL.....	339
2.5.13	NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	339
2.5.14	NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	340
2.5.15	NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 341	
2.5.16	NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL 342	
2.5.17	NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	342
2.5.18	NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	343
2.5.19	NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	346
2.5.20	NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	347
2.5.21	NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS.....	349
2.5.22	NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES.....	349
2.5.23	NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES– NÃO APLICÁVEL.....	349



3	PARTE III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	351
3.1	DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	355
3.2	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	355
3.3	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	355
3.4	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI.....	355
3.5	DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM	355
3.6	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (VOLUME AUTONOMO).....	357
3.6.1	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA.....	359
3.6.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA.....	359
3.6.3	ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI).....	359
3.6.4	ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM).....	359
3.6.5	OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	359
3.6.6	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	359
3.6.6.1	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS.....	359
3.6.6.2	ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO	359
3.6.7	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	359
3.6.7.1	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA	360
3.6.7.2	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA	360
3.6.8	OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	360
3.6.8.1	DÍVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS.....	360
3.6.8.2	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.....	360
3.6.8.3	SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	360
3.6.8.4	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO	360
3.6.8.4.1	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA	360
3.6.8.4.2	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA.....	360
3.6.8.5	DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA) 361	
3.6.8.5.1	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.....	361
3.6.8.5.2	DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO.....	361
3.6.8.5.3	DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO	361
4	PARTE IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS.....	363

2021

**RELATÓRIO
E CONTAS
INDIVIDUAIS**



**PARTE I
RELATÓRIO DE
GESTÃO**



CONTEXTO ORGANIZACIONAL



CONTEXTO ORGANIZACIONAL

1.1.1 VISÃO E MISSÃO

1.1.1.1 VISÃO

Município Inteligente, estimulante e inspirador, focado no caminho do progresso e desenvolvimento, capaz de assegurar confiança no futuro.

Smart city de referência na Europa, no uso de tecnologias digitais destinadas a promover a mobilidade urbana, a eficiência energética, o acesso à informação, a qualidade dos serviços públicos e privados, e a criação de negócios intensivos em conhecimento.

Cidade Amiga, equilibrada e responsável, solidária e inclusiva e feliz, onde todos contam e são importantes num território que existe para ser vivido.

1.1.1.2 MISSÃO

Promover a qualidade de vida dos maiatos, criando oportunidades geradoras de riqueza, fomentando a solidariedade e inclusão social e garantindo a sustentabilidade ambiental.

1.1.2 GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA

O Município da Maia é uma autarquia local, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

No âmbito das suas atribuições e competências, o Município da Maia planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento de território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.

O modelo de governação do Município da Maia assenta nos seguintes pelouros:

- Comunicação



- Administração, Finanças e Património
- Gestão Urbana
- Desporto
- Desenvolvimento e Inovação
- Captação de Investimento.
- Educação e Ciência
- Saúde
- Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar
- Recursos Humanos
- Planeamento Territorial, Mobilidade e Transportes
- Proteção Civil e Polícia Municipal
- Auditoria Interna e Eficiência Administrativa
- Cultura
- Economia
- Relações Internacionais
- Assuntos Jurídicos.
- Relações com o Município e Cidadania
- Qualidade de Vida, Ambiente Clima e Energia
- Juventude
- Dinamização Local e Marketing Territorial
- Relações Públicas e Protocolo.

1.1.3 ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

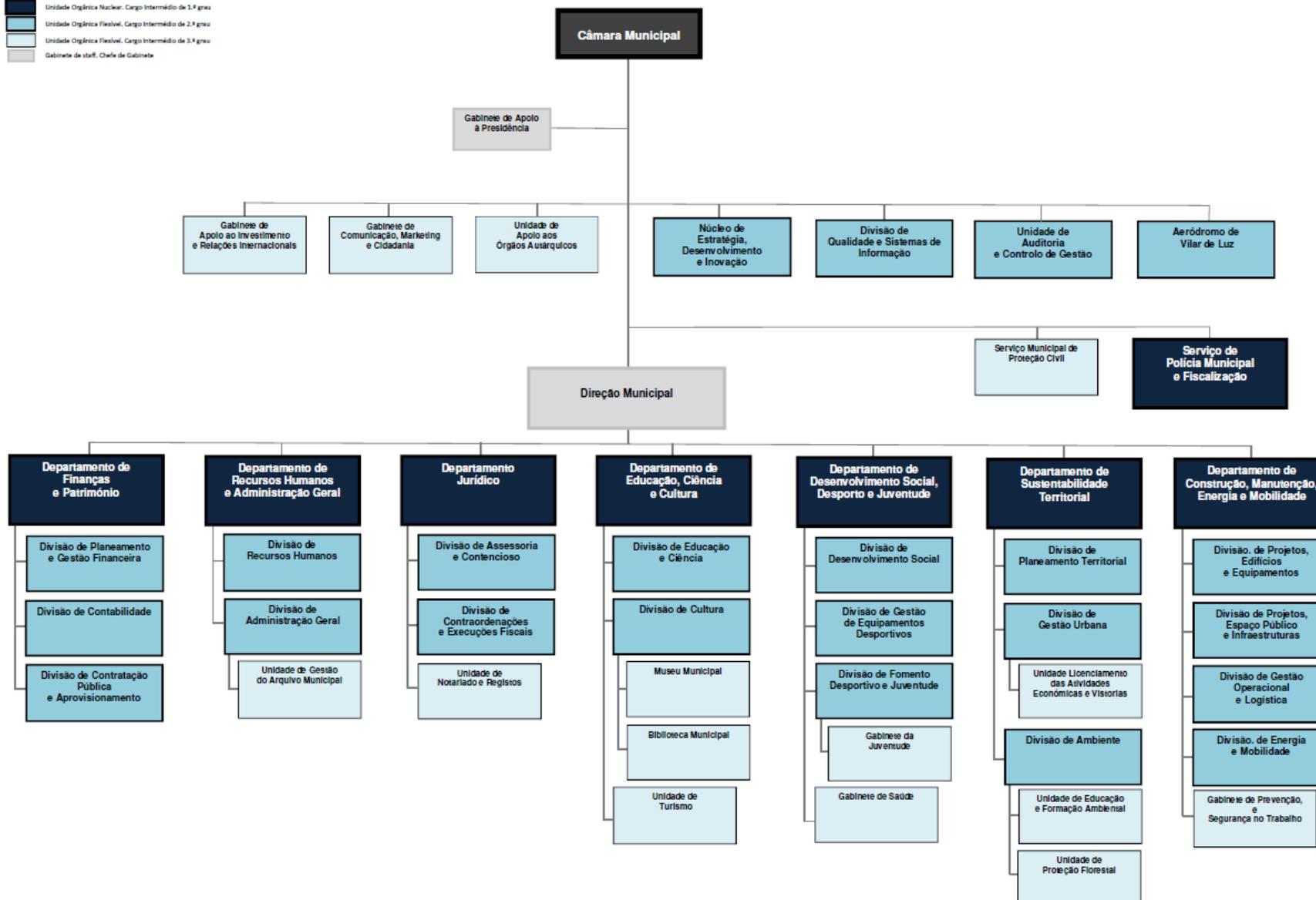
1.1.3.1 ORGANOGRAMA



2021 RELATÓRIO E CONTAS

Estrutura Orgânica do Município da Maia – 1 de julho de 2018, com alteração 26 de abril de 2021

- Unidade Orgânica Nuclear, Cargo Superior
- Unidade Orgânica Nuclear, Cargo Intermediário de 1.º grau
- Unidade Orgânica Flutuante, Cargo Intermediário de 2.º grau
- Unidade Orgânica Flutuante, Cargo Intermediário de 3.º grau
- Gabinete de staff, Chefe de Gabinete





1.1.3.2 ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

O presente capítulo visa caracterizar de forma sucinta os recursos humanos do Município da Maia, de acordo com os dados reportados para efeitos do Balanço Social, recolhidos a 31 de dezembro de 2021.

Segundo a modalidade de vínculo, prevalece substancialmente o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, apresentando-se a distribuição quantitativa dos trabalhadores, da seguinte forma:

Quadro 1

MODALIDADE DE VINCULO	
ANO 2021	N.º
Comissão de serviço (Dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau)	44
Comissão de serviço (Pessoal de apoio aos órgãos autárquicos)	13
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	722
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo	135
Total	914

Colaboram, ainda, com o Município, 115 prestadores de serviços, com forte predominância nas atividades desportivas, 101 pessoas acolhidas ao abrigo das medidas contrato emprego-inserção e 2 colaboradores ao abrigo de contrato emprego apoiado.

Excluem-se do quadro anterior 25 trabalhadores com ausência superior a seis meses por motivo de doença (não contabilizados de acordo com as instruções da Direção-Geral das Autarquias Locais).

Os trabalhadores vinculados a termo resolutivo são na sua totalidade técnicos das atividades de enriquecimento curricular, que ainda assim, mantém uma certa regularidade numérica entre setembro e junho do ano seguinte, período correspondente ao ano letivo.

O mapa de pessoal do Município da Maia é constituído por trabalhadores integrados maioritariamente nas carreiras gerais da administração pública, contando com um reduzido número em carreiras subsistentes e não revistas, entre as quais se destaca a carreira de informática, polícia municipal e fiscal municipal.

No que respeita às carreiras e cargos, os recursos humanos distribuem-se da seguinte forma:



Quadro 2

CARREIRAS E CARGOS		
ANO 2021		
	N.º	%
Dirigentes	44	4,8%
Técnico Superior	293	32,1%
Assistente Técnico	202	22,1%
Assistente Operacional	317	34,7%
Informático	10	1,1%
Polícia Municipal	28	3,1%
Fiscais e outras	7	0,8%
Secretárias	6	0,7%
Adjuntos	7	0,8%
Total	914	100,0%

Dos 44 dirigentes designados no final do ano transato, 7 são dirigentes intermédios de 1.º grau (diretor de departamento), 20 dirigentes intermédios de 2.º grau (chefe de divisão) e 17 dirigentes intermédios de 3.º grau ou equiparados. O número total de adjuntos inclui o chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

Quanto à problemática da questão de igualdade de género, constata-se que na organização há uma predominância de colaboradores do sexo feminino, uma vez que 60,5% são mulheres e 39,5% são homens. Entre os titulares de cargos dirigentes apresenta-se uma realidade similar, sendo que 61% são ocupados por mulheres e 39% são ocupados por homens.



Gráfico 1

Género - Ano 2021

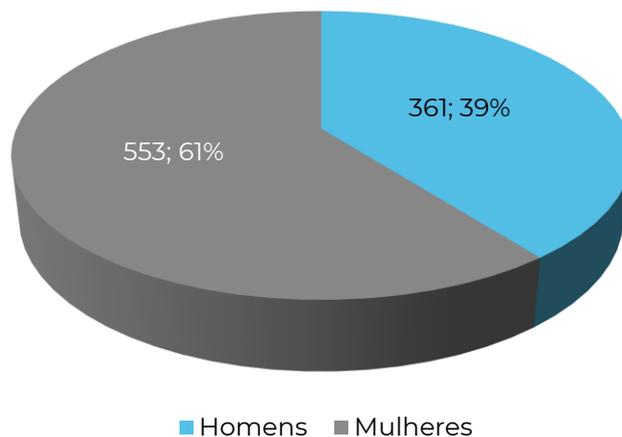
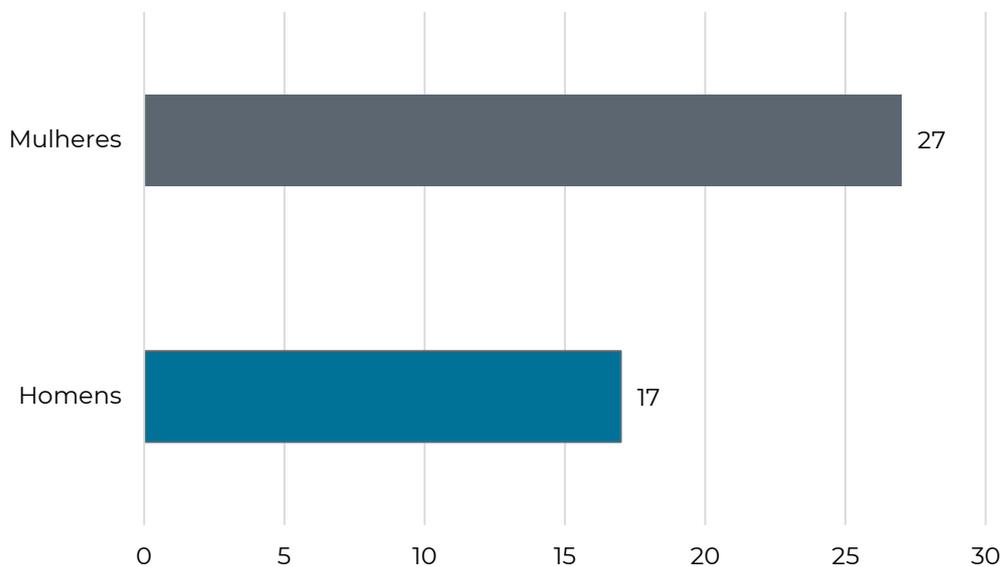


Gráfico 2

**Número Dirigentes por Género
Ano 2021**

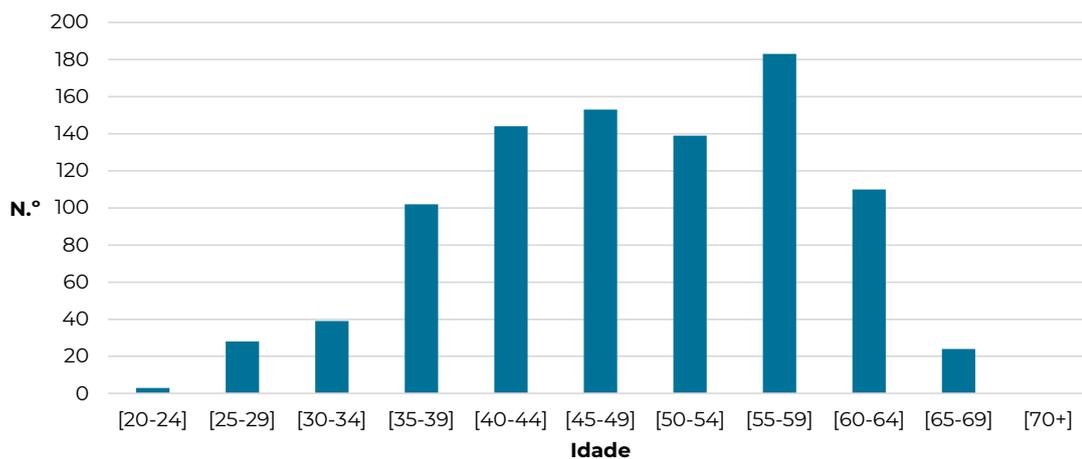


A maioria dos trabalhadores situa-se na faixa etária dos 40 aos 64 anos, observando-se uma maior concentração entre os 55 e os 59 anos. Quanto ao segmento dos trabalhadores vinculados por tempo



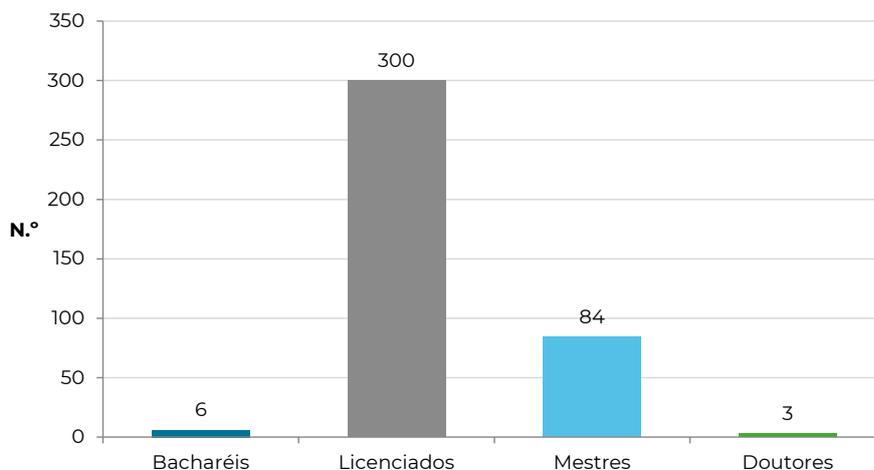
indeterminado, 50% tem idades entre os 53 e os 69 anos, com maior ênfase na carreira de assistente operacional.

Gráfico 3
Distribuição pelos Escalões Etários
Ano 2021



Dos 914 trabalhadores, 393 são detentores de formação académica, entre os quais 6 são detentores de bacharelato, 300 possuem licenciatura, 84 o grau de mestre e 3 o grau de doutor. Também na vertente formação académica lidera o género feminino.

Gráfico 4
Formação académica
Ano 2021





No âmbito da responsabilidade social das organizações, o Município da Maia procura alinhar-se com as melhores práticas. Entre efetivos, isto é, trabalhadores vinculados por tempo indeterminado em 2021 e contratados a termo resolutivo certo, o Município acolhia 41 trabalhadores portadores de deficiência, distribuídos por diversos setores de atividade.

Durante o ano 2021, e face ao ano anterior, ocorreu uma diminuição de 11 trabalhadores portadores de deficiência, por força da cessação dos contratos de trabalho celebrados ao abrigo de medidas de emprego apoiado. Com o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS

1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.2.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO





- Superfície total: 83 km
- Freguesias: 10
- **Cidade Sede:** Cidade da Maia

O Concelho beneficia de uma localização de excelência no seio da Área Metropolitana do Porto (AMP), tendo como concelhos vizinhos:

- Trofa, a norte
- Santo Tirso, a nordeste
- Vila do Conde, a noroeste
- Valongo, a leste
- Gondomar, a sudeste
- Porto, a sul
- Matosinhos, a sudoeste

1.2.1.2 PRINCIPAIS INDICADORES

Fontes:

- Município da Maia
- INE/ PORDATA/ IEF/ PSP/ GNR / SNS
- REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Maia
- CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal
- Carta Social/ ECO XXI/ APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses



1.2.1.2.1 POPULAÇÃO

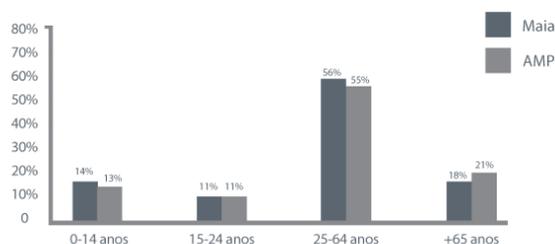
População Residente (total)

	2018	2019	2020
MAIA	137 727	138 971	139 641
AMP	1 722 374	1 728 226	1 727 774

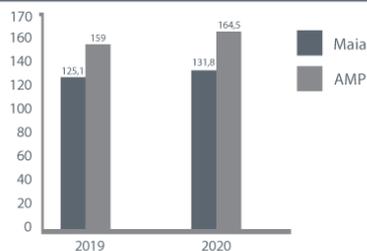
Taxa de Crescimento Populacional

MAIA	2019 - 2020	+ 0.48%
AMP		- 0.03%

Distribuição da população por grupo etário 2020 | %



Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) 2020





1.2.1.2.2 ECONOMIA

Dez Municípios Mais Exportadores em 2020

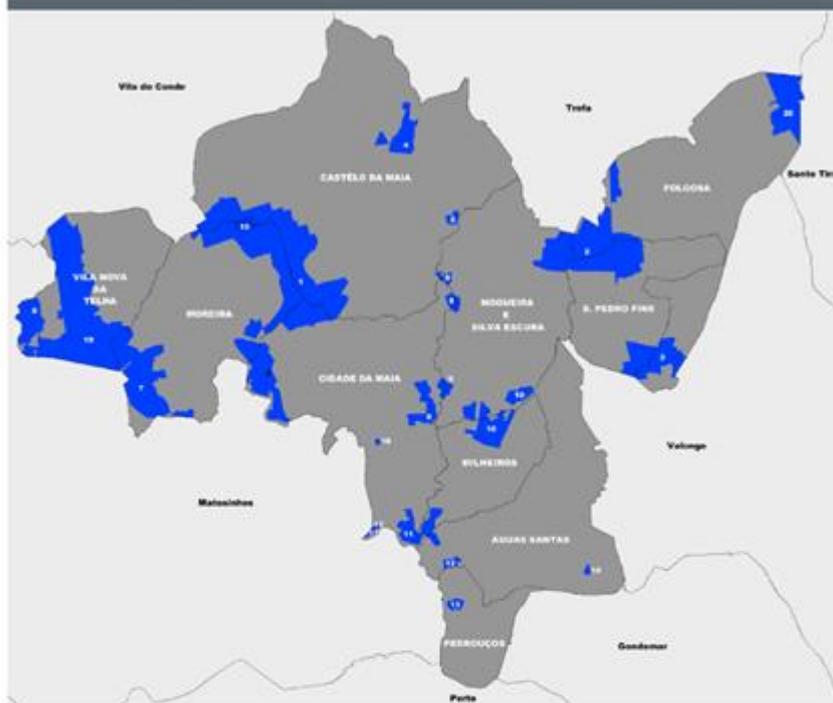
Ranking	Município	Valor das Exportações em milhões de euros	
1	Lisboa	5750	1º lugar AMP
2	Palmela	3492	
3	V. N. Famalicão	1746	
4	Braga	1528	3º lugar norte
5	Maia	1487	
6	Sintra	1450	5º lugar nacional
7	Setúbal	1440	
8	Oeiras	1361	
9	V. N. Gaia	1357	
10	Sta Mª da Feira	1289	

Empresas | Maia

2019	2020	Taxa de crescimento
Empresas constituídas		
624	422	Constituídas -32%
Empresas dissolvidas		
242	251	Dissolvidas 4%
Saldo		
382	171	



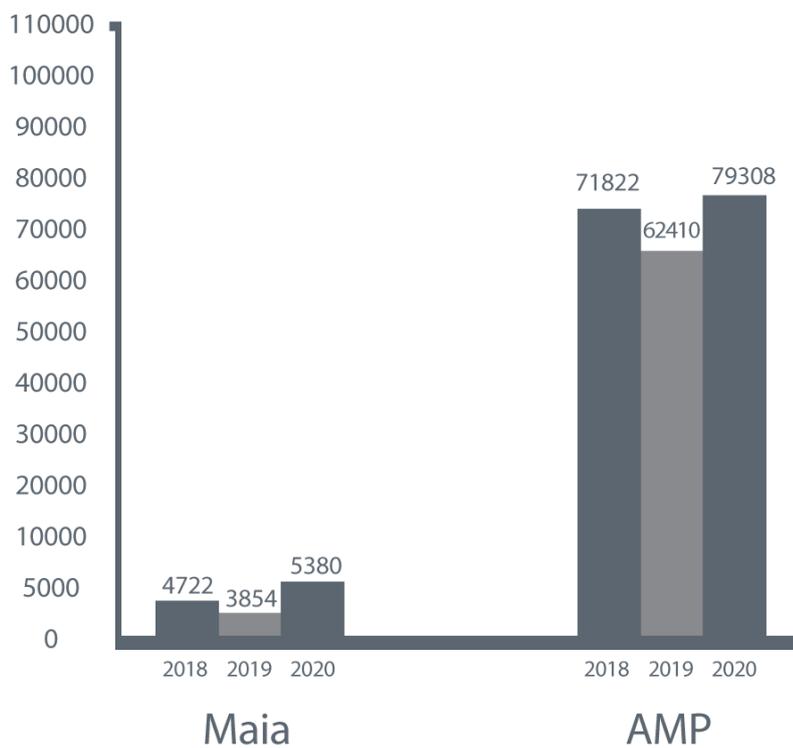
LOCALIZAÇÃO DAS 20 ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL



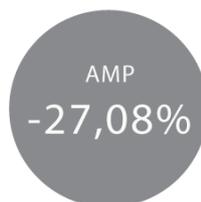
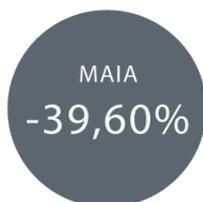
- | | |
|----------------------------------|---|
| 1 - AAE da Maia I | 11 - AAE da Azenha Nova/ Parada |
| 2 - AAE da Maia II | 12 - AAE da Milaneza |
| 3 - AAE Poente da Cidade da Maia | 13 - AAE de Pedrouços |
| 4 - AAE de Santa Maria de Avioso | 14 - AAE da Granja |
| 5 - AAE de Gondim | 15 - TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia |
| 6 - AAE de Vilar do Senhor | 16 - Centro Empresarial Ponte da Pedra |
| 7 - AAE das Minhoeiras | 17 - Centro Empresarial AAA |
| 8 - AAE do Xisto | 18 - Centro Empresarial das Telheiras |
| 9 - AAE dos Mogos | 19 - Centro Logístico de Carga Aérea do AIFSC |
| 10 - AAE de Milheirós/ Nogueira | 20 - Aeródromo Vilar de Luz |



Desempregados inscritos no centro de emprego | Total (em dezembro)



Taxa de redução 2019 - 2020



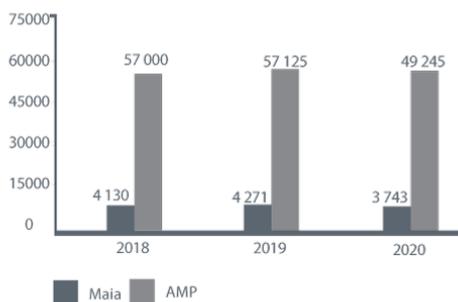


1.2.1.2.3 SEGURANÇA

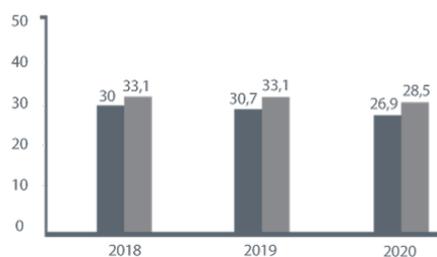
Número de unidades | 2020



Nº de Crimes registados



Taxa de criminalidade





1.2.1.2.4 MOBILIDADE E TRANSPORTES



Número de Passageiros por Modo de Transporte (N.º de passageiros)

	2018	2019	2020
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	11 939 562	13 105 339	4 432 963
Metro do Porto*: - Linha B - Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim - Linha C - Campanhã - ISMAI - Linha E - Estádio do Dragão - Aeroporto	29 205 767	30 580 003	17 381 347
Metro do Porto*: total validações em estações situadas na Maia			



1.2.1.2.5 SAÚDE

2020

3

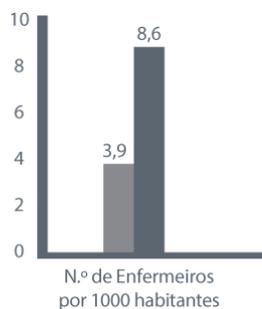
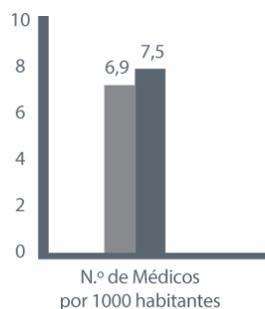
N.º de Estabelecimentos de
Saúde Primária
Centros de Saúde

9

N.º de Estabelecimentos de
Saúde Primária
Unidades de Saúde Familiar (USF)

1

N.º de Hospitais Privados



Maia
AMP

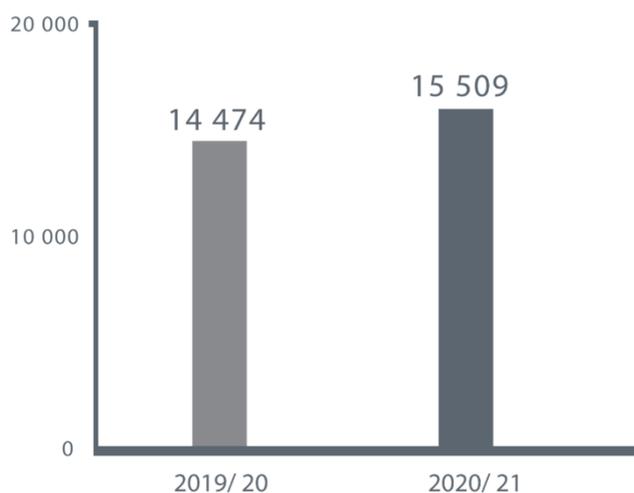


1.2.1.2.6 EDUCAÇÃO

Número de Estabelecimentos de Educação 2020/21



Total de Alunos no Ensino Público

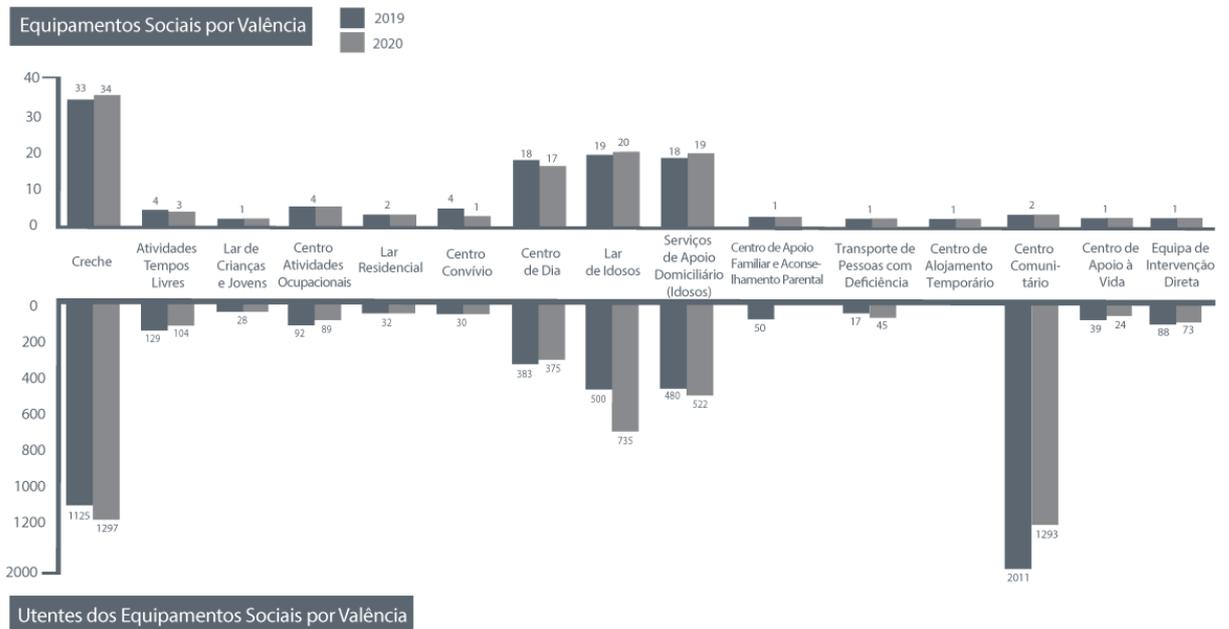




Número de Estabelecimentos de Educação 2020/21



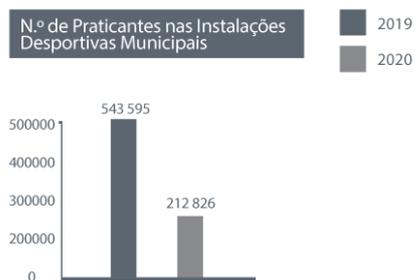
1.2.1.2.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL



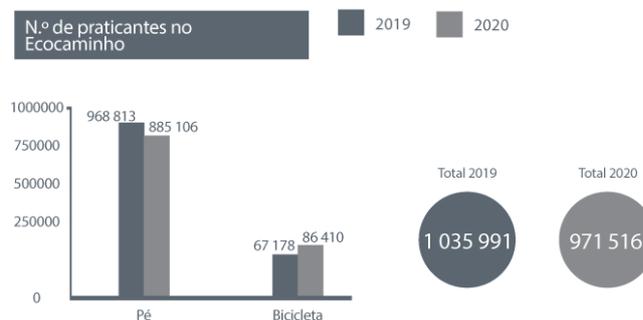


1.2.1.2.8 DESPORTO, CULTURA E TURISMO

N.º de Praticantes nas Instalações Desportivas Municipais



N.º de praticantes no Ecocaminho



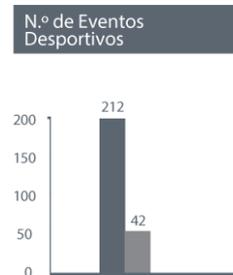
N.º de Utilizadores em Eventos Culturais e Turísticos



N.º de Eventos Culturais e Turísticos



N.º de Eventos Desportivos

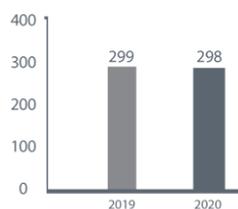




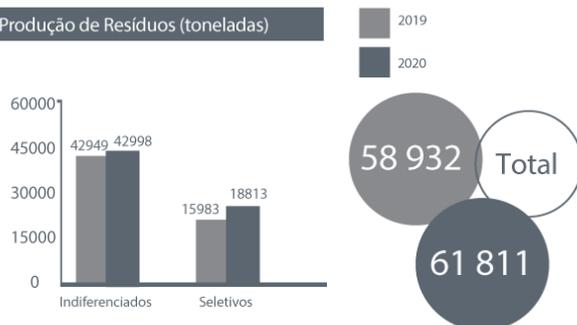
1.2.1.2.9 AMBIENTE

	2019	2020
Percentagem de Área do Concelho Coberta por Floresta	19,60%	19,60%
Áreas Verdes Públicas (m2)	1 630 496	1 685 462
Capitação de espaços verdes (m2/hab)	11,92	11,62
N.º de Parques Infantis	73	77
N.º de Ginásios ao Ar Livre	20	24
N.º de Equipamentos de Educação Ambiental	2	2

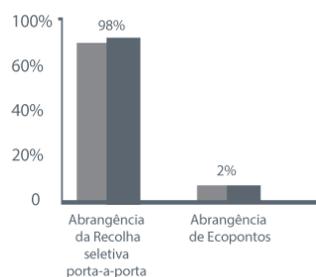
Índice da Qualidade do Ar (n.º de dias de "Bom" e "Muito Bom")



Produção de Resíduos (toneladas)



Recolha Seletiva de Resíduos (% da População)



1.2.1.2.10 PROGRAMAS MUNICIPAIS

Clube Maia Sénior - Inscritos



Turismo Sénior - Inscritos





Jazz no Parque



Cinema na Relva



Festival Internacional de Teatro Cómico » nº de espetadores



Cabaz de Natal - Famílias apoiadas



Cabaz Mensal de alimentos - Famílias apoiadas



Tarifário Social de Água - Famílias apoiadas





Programa Municipal de Emergência Social - Famílias apoiadas



2020

Atividades de Educação Ambiental 2020/21



Nº de atividades



Nº de inscritos

Atividades de Apoio à Família - Inscritos 2020/21



Acolhimento



Prolongamento

**1.2.1.2.11 POSICIONAMENTO FINANCEIRO**

Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global

Município	Posição 2019	Posição 2020	Varição
Porto	1º	2º	↓
Maia	2º	1º	↑
Matosinhos	3º	3º	=

Ranking Global dos municípios de grande dimensão

Município	Posição 2019	Posição 2020	Varição
Sta M ^a Feira	4º	1º	⋈
Sintra	2º	2º	=
Maia	8º	3º	⋈
Porto	1º	4º	⋇
Oeiras	5º	5º	=
Almada	9º	6º	⋈
Amadora	3º	7º	⋇
Leiria	7º	8º	⋇
Cascais	6º	9º	⋇
Matosinhos	10º	12º	⋇



1.2.1.3 DISTINÇÕES MUNICIPAIS



Certificação Integral ISO 9001



Certificação ISO 14001 no Departamento
de Sustentabilidade Territorial



Prémio ECO XXI



Programa Eco Escolas

SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE

Participação na Semana
Europeia da Mobilidade



Membro da Rede Global das Cidades
Amigas das Pessoas Idosas
(Organização Mundial de Saúde)



Concurso “No Poupar Está o Ganho” (Fundação Dr. António
Cupertino de Miranda)
Escolas - um 3.º lugar e duas menções honrosas



Pacto de Autarcas
para o Clima e Energia Signatário do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia



Selos de qualidade exemplar da água para consumo humano



1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os resultados apresentados no capítulo anterior, retirados de fontes independentes, traduzem o caminho percorrido pelo Município em matéria de políticas públicas de desenvolvimento e de bem-estar das famílias e das empresas nele residentes, e assentam nos seguintes objetivos estratégicos:

Quadro 3

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
O.E. 1	O.E. 2	O.E. 3	O.E. 4
Criar condições para a adoção de estilos de vida saudáveis	Preservar a natureza e utilizar de forma inteligente os recursos naturais e energéticos	Atrair investimento gerador de riqueza e de oportunidades de trabalho	Promover a integração e interação social na construção de uma comunidade coesa e sustentável

1.2.3 RISCOS

Num ano como o de 2021 em que a economia recuperou parte das fortes perdas registadas em 2020, mas que foi ainda dominado pelos impactos negativos da pandemia COVID-19 quer em termos económicos como sociais, a gestão de riscos reafirmou, neste período, o papel relevante na mitigação dos efeitos desta pandemia por parte do Município da Maia como agente ativo nas políticas públicas relacionadas com a mitigação dos diferentes efeitos desta situação.

O Município encontra-se assim, exposto a um conjunto de riscos de diversa natureza, e para os quais se encontram desenvolvidas políticas públicas por forma a responder adequadamente a esses mesmos riscos. Os principais riscos identificados podem ser categorizados em 6 grupos, a saber:

- Riscos ambientais – mitigados pelas políticas municipais que têm em vista a descarbonização e o incentivo à mobilidade com baixo teor em carbono ;
- Riscos sociais – mitigados pelas políticas municipais de promoção do emprego e apoio social às empresas e às famílias;
- Riscos sanitários – mitigados pelas políticas municipais de apoio à atividade sanitária, tendo em vista o controlo da situação pandémica e a minimização dos efeitos relacionados em termos de saúde pública;



- Riscos financeiros – mitigados pelas políticas municipais focadas na diminuição da dívida, na sustentabilidade financeira através de receitas próprias e na gestão eficaz e eficiente dos recursos;
- Riscos de *compliance* – mitigados através das medidas desenvolvidas pela organização, tendo em vista assegurar o cumprimento integral das leis e regulamentos aplicáveis, bem como o comportamento ético e sustentável das medidas ao nível da contratualização com terceiros;
- Cyber-riscos – mitigados a partir de ações de segurança interna dos sistemas de informação, com proteção atualizada de forma a minimizar as vulnerabilidades dos sistemas informáticos utilizados.

O desenvolvimento sintético das ações desenvolvidas pelo Município da Maia para mitigar estes riscos, a par da avaliação preditiva do comportamento dos mesmos no tempo, é efetuado nos pontos seguintes.

1.2.3.1 RISCOS AMBIENTAIS

Sob a visão de tornar-se o primeiro território nacional com um balanço neutro em termos carbónicos, o Município da Maia empreende um conjunto de ações que têm em vista dar cumprimento a 6 objetivos, a saber: i) sensibilizar, ii) atrair, iii) envolver, iv) promover, v) testar e vi) replicar.

Os objetivos gerais, traçados pelo Município para alcançar o Balanço Zero em termos carbónicos, são os seguintes:

- Reforçar a associação da imagem do Município à inovação, sustentabilidade, inclusão e resiliência, com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades;
- Fomentar a descarbonização da cidade através da implementação de soluções tecnológicas e ações imateriais que aumentem a eficiência e reduzam o consumo de energia, água e outras matérias, bem como reduzir o consumo e a produção de resíduos e desperdício;
- Fomentar a demonstração e teste de soluções tecnológicas integradas, em contexto real, que tenham potencial comprovado para serem escaladas para a cidade como um todo, com possibilidade de replicabilidade em qualquer cidade nacional e/ou internacional;
- Sensibilizar a população para os benefícios da adoção de comportamentos sustentáveis e apropriação tecnológica, através do desenvolvimento de ações didáticas em registo pedagógico com as escolas, comunidades, instituições e empresas;



- Promover a cidadania ativa, por via de um estímulo à participação dos cidadãos na vida das comunidades onde vivem e trabalham;
- Promover um ambiente urbano sustentável e descarbonizado;
- Envolver na ação, ativamente, o universo dos colaboradores do município fazendo dessa expressiva massa humana o primeiro fator de disseminação na comunidade local.

As ações desenvolvidas para atingir tais objetos assentam em distintos projetos de cariz inovador e natureza transversal, assentes em 5 pacotes de trabalho, que se podem descrever, em síntese, da forma seguinte:

- Energia – com ações ao nível da iluminação eficiente e inteligente, da criação do Maia Smart Lab que pretende converter o edifício existente do Parque Central num laboratório para a realização de ações de sensibilização e participação social, da instalação piloto de uma Central Fotovoltaica de Autoconsumo, com sistema inteligente de gestão e armazenamento de energia, da implementação de um sistema de monitorização e controlo de consumos energéticos, e mais recentemente da participação em ações voltadas para a produção descentralizada de energia e soluções inovadores nos domínios das comunidades de energia, também no contexto das ações concertadas com os municípios que integram a ADEPorto - Agência de Energia do Porto;
- Economia Circular e Ambiente – com a implementação do sistema “*Pay-As-You-Throw*” (PAYT), recentemente lançado sob a designação de R+P- - Recicle mais e Pague menos, da estratégia de disseminação das coberturas verdes, da experimentação de sistemas de compostagem comunitária, de ações para a gestão eficiente da água de rega, da disseminação do conceito de permacultura e instalação de sensores para monitorização da qualidade do ar e mais recentemente de ideias de desenvolvimento de projetos com atores chave locais para aproveitar sinergias industriais, procurando aproveitar os resíduos produzidos enquanto matéria prima de outros processos produtivos e/ou para a produção de energia;
- Mobilidade – com investimentos infraestruturais para a utilização dos modos suaves e promoção do transporte coletivo, como factores chave para uma na mobilidade sustentável mas também com a implantação de sistemas de gestão de tráfego e estacionamento inteligente, a instalação do e-HUB como suporte de transição para a mobilidade elétrica;
- Sensibilização e Participação Social – privilegiando processos de cocriação, a implementação de um espaço destinado à instalação de um Fab Lab, a instalação de sistemas omniflow e do quiosque sustentável, a arte urbana e a realização de ações de sensibilização e capacitação para a participação e disseminação junto das principais



partes interessadas e dos cidadãos em geral, demonstradoras da importância de caminharmos em direção a uma sociedade neutra em carbono.

- Monitorização e Avaliação dos Resultados – com a implementação elementos de sensorização e sistemas de monitorização inteligente, assim como da análise de viabilidade e sustentabilidade dos resultados, tendo em perspetiva o seu potencial de escalabilidade.

As medidas desenvolvidas, integradas maioritariamente em dois projetos inovadores, o BaZe – Living Lab Maia e o SPARCS – Sustainable Energy Positive and Zero Carbon Communities estão em linha com os objetivos de descarbonização que permitirão melhorar os padrões de desempenho ambiental, fundamentais para a sustentabilidade e para o bem-estar e qualidade de vida dos maiatos.

1.2.3.2 RISCOS SOCIAIS

Considerando os impactos sociais e económicos que se previram desde o início desta pandemia, no exercício de 2021 o Município da Maia manteve um conjunto de medidas mitigadoras dos efeitos relacionados, com impactos sociais previsíveis e cuja relevância dependia sempre dos efeitos de sucessivos confinamentos necessários para salvaguardar, dentro do possível, a saúde pública. Este conjunto de medidas promovidas para mitigar o risco de uma degradação das condições sociais, em virtude dos efeitos negativos nos rendimentos das empresas, das pessoas e das famílias, pode ser apresentado da seguinte forma sucinta:

- Isenção total das taxas municipais de publicidade, esplanadas e similares;
- Isenção total das taxas municipais de feiras e mercados;
- Suspensão dos cortes de fornecimento de água e autorização para pagamento em prestações até 6 meses;
- Suspensão de pagamento de estacionamento à superfície, nas zonas urbanas enquadradas por paquímetros tentando evitar-se a concentração de uso de transportes públicos coletivos;
- Manutenção do Programa Municipal de Emergência Social, com vista ao apoio do pagamento de rendas habitacionais e da aquisição de medicamentos por parte dos munícipes elegíveis para o apoio de tal fundo.

A par destas medidas, o Município empreendeu vários programas, entre os quais se destacam os seguintes:



- Programa Social de Apoio #FiqueEmCasa, destinado a pessoas idosas, famílias monoparentais com filhos menores, agregados familiares com pessoas com deficiência e agregados familiares com pessoas com doenças oncológicas/crónicas. No âmbito deste programa o município assegurou a compra e entrega de medicamentos, a compra e entrega de medicamentos de bens de primeira necessidade, passeio de animais de companhia, e acompanhamento psicológico;
- Programa municipal de emergência social COVID-19, apoio financeiro excecional, pontual e temporário a agregados familiares que viram os seus rendimentos diminuídos nos últimos meses, destinado a residentes no concelho, que sejam trabalhadores independentes ou por conta de outrem ou que se tenham inscrito no Centro de Emprego da Maia a partir de 15 de março de 2020 e cujo rendimento per capita do agregado familiar seja \leq a 0,85 IAS para famílias de 1 elemento, \leq 0,75 IAS para famílias de 2 elementos, \leq 0,65 IAS para famílias de $\frac{3}{4}$ elementos, \leq 0,55 IAS para famílias de 5/6 elementos e \leq 0,50 IAS para famílias de 7 ou mais elementos. O apoio destinou-se aos encargos fixos com habitação: até 50% da Renda/ Prestação bancária (exceto habitação social) e até 75% da Despesas Fixas (eletricidade, água e gás), desde que não usufruam de tarifário social. Os apoios são cumulativos, num máximo de 3 apoios, de valor unitário não superior a 250 €.
- Programa extraordinário de apoio direto à economia local (PAEDEL) que atribui aos empresários em nome individual, micro e pequenas empresas maiatas, subsídios não reembolsáveis no valor equivalente a um salário mínimo por cada trabalhador. Este programa materializa-se num apoio musculado do Município, que contribui para a sobrevivência das empresas e a manutenção dos postos de trabalho, promovendo a valorização empresarial no concelho da Maia e mitigando os efeitos económicos da crise.

A par destas medidas, o Município da Maia criou um Gabinete Virtual de Apoio às Empresas, que permitiu apoio as empresas nas diferentes medidas promovidas de apoio, quer nacionais, quer municipais. Esta iniciativa promovida pelo Gabinete de Apoio ao Investimento e às Relações Internacionais/MaiaGo, visou facilitar o acesso das empresas a toda a informação relevante durante este período de crise, provocada pela pandemia e estado de emergência.

De igual forma, atendendo ao período de confinamento e às medidas nacionais relacionadas, o Município promoveu o projeto Maia4School com o banco de empréstimo de tablets e de internet aos alunos do 1.º ciclo que necessitassem desses equipamentos, tendo sido criada uma linha verde para o efeito. Este projeto desenhado pelo Município da Maia, através do seu pelouro da Educação, proporciona equipamentos, mas também várias ferramentas de aprendizagem online para alunos e professores. Foi criado um Campus da Educação online, reforçada a plataforma "Participa+" e disponibilizado um *Contact Center* para pais, alunos e encarregados de educação.



Em complemento, no âmbito da educação, o Município da Maia promoveu a iniciativa “Fique em casa, leia um livro”, através da qual a Biblioteca Municipal da Maia entrega livros ao domicílio a leitores residentes no concelho da Maia.

1.2.3.3 RISCOS SANITÁRIOS

No transato ano 2021, os efeitos da pandemia da COVID-19 exigiram que o Município da Maia, não só prosseguisse algumas das medidas de proteção da saúde pública e apoio à população iniciadas em 2020, como implementasse novas iniciativas, em completa articulação com a Direção-Geral da Saúde, tendo como objetivo mitigar os riscos sanitários relacionados com o COVID-19, que se apresentam de seguida:

- Intervenção ERPIS/ evacuação Estrutura de Acolhimento – 2.ª Vaga: Na época Natalícia tornou-se necessário ter em consideração eventuais saídas dos idosos, das ERPI`S para passar o Natal com as famílias, e desta forma acautelar as condições adequadas para assegurar os isolamentos que pudessem ser necessários. Nos termos da Orientação da DGS n.º. 009A/2020 os residentes/ utentes que nos últimos 90 dias à data tivessem cumprido os critérios de fim de isolamento, não necessitavam de um teste negativo para a SARS-COV-2 ficando dispensados do isolamento. Os restantes residentes/utentes deveriam cumprir o isolamento. O Município contratou o Hotel Aeroporto para integração desses idosos se assim fosse necessário – dezembro de 2020 a janeiro de 2021;
- Intervenção ERPI`s – 3.ª Vaga - evacuação de utentes de Lares Maia, onde estavam a ocorrer pequenos surtos, para o Hotel Aeroporto, devidamente acompanhados pelas equipas multidisciplinares – fevereiro a abril de 2021;
- Disponibilização de uma Bolsa de Trabalho de RH: O Município da Maia disponibilizou através da contratação de uma empresa externa, Auxiliares de Ação Direta, correspondente a um total 3.600 horas de serviço, às ERPI`s do Concelho – outubro de 2020 a fevereiro de 2021;
- Centro de Rastreio Móvel COVIDrive – 2 fases (1.ª e 2.ª vaga.): Testes Rápidos à População em geral e Funcionários do Município. Abertura de um centro de testagem rápida à COVID-19, com quatro linhas de testagem: duas em funcionalidade "drive-thru" (carro) e duas em "walk-thru" (a pé), com capacidade para realizar 600 testes por dia. O Posto Fixo da CVP foi localizado no Parque de Estacionamento da Estação do Metro de Pedras Rubras, na Rua das Oliveiras, Localidade de Moreira da Maia – dezembro de 2020 a maio de 2021;



- Testes Rápidos de deteção de antigénio -Testes Rápidos à Comunidade Educativa: A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) em parceria com a Câmara Municipal da Maia, celebrou um protocolo para a realização de testes rápidos, à comunidade educativa – setembro de 2020 a janeiro de 2021;
- Visitas aos Lares - Rede Lucrativa e Rede Solidária: Constituição de uma equipa com elementos da Proteção Civil, Autoridade de Saúde Local e Instituto da Segurança Social, I.P., e Gabinete de saúde da Câmara Municipal Maia, para verificar o cumprimento das normas legais de funcionamento e procedimentos adotados; visitas mensais a 38 instituições (estruturas residenciais para idosos, estruturas de acolhimento residencial de crianças, jovens e pessoas com deficiência) – setembro de 2020 a outubro de 2021;
- Linha “Via Verde COVID Institucional”: Foram criadas quatro Linhas telefónicas: uma Linha para ERPI`S e três linhas para os Agrupamentos Escolares, Coletividades, Associações Desportivas, a funcionar diariamente no período compreendido entre as 09.00 e as 19.00 horas. O atendimento é efetuado, preferencialmente, por profissionais de saúde da área de enfermagem, seguindo uma escala própria e rotativa. A Câmara Municipal da Maia disponibilizou quatro telemóveis para o efeito. Divulgou-se o serviço em articulação com as Instituições selecionadas – desde maio de 2020;
- Projeto “Vamos Salvar Portugal”: Enquadra-se na estratégia do Município da Maia - “testar, identificar e isolar”, enquanto a chave do sucesso no combate à COVID-19, especificamente na quebra, de forma mais célere, das cadeias de transmissão de Covid-19 na comunidade. O município disponibilizou 5 técnicos superiores que, após formação, foram integrados nas equipas de vigilância ativa, que acompanham utentes infetados, a trabalhar sob a coordenação da Autoridade de Saúde Local. Até ao dia 1 de fevereiro do presente ano foram realizados 11 657 Inquéritos – novembro de 2020 a março de 2021;
- Software Aurora TeleQ: Dados os constrangimentos verificados no atendimento presencial nas Unidades de Saúde Familiar da Maia, e tendo-nos sido transmitido pelo ACES Maia/Valongo, o Município da Maia assumiu a contratação do Software Aurora TeleQ, para prestar um melhor serviço aos seus utentes – dezembro de 2020 até julho de 2021;
- Testes Rápidos à Comunidade Educativa: Promoção de uma campanha de testagem à comunidade educativa no arranque do segundo período letivo, na Escola Básica e Secundária de Pedrouços onde funcionaram dois centros de testagem, e continuou com equipas a deslocarem-se aos agrupamentos escolares até ao limite de 4 mil testes – janeiro de 2021;



- ADR – Área Dedicada Para Doentes Respiratório: Celebração de um contrato entre o Município da Maia e a ARS NORTE – Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., para a cedência do edifício do Pavilhão Municipal Maia 1, para a abertura de uma Área Dedicada aos Doentes Respiratórios (ADR) - janeiro de 2021.
- Centros de Rastreio de testes de leitura rápida para Empresas: Em articulação com os Parceiros, implementou-se dois postos de testagem (Associação Empresarial da Maia e TecMaia), para operacionalizar a marcação de testes através de dois números gratuitos (800 210 123 ou 800 210 122), e um e-mail geridos pelos Técnicos do Gabinete de Saúde - fevereiro 2021
- Centro de Vacinação COVID-19 - CVC Maia [1.ª Fase e 2.ª fase]: Na 1.ª fase procedeu-se à vacinação in loco nas ERPI's, tendo o Município cedido viaturas e motoristas para acompanhar a equipa de enfermeiros. Numa 2.ª fase, foi criado o Centro de Vacinação da Maia, com uma capacidade de vacinação, até 250 pessoas por dia, instalado na Junta de Freguesia de Castelo da Maia, em Gemunde. O centro foi apetrechado com todos os recursos necessários: dois gabinetes médicos, apoio técnico, seis gabinetes de enfermagem, duas salas de recobro e acesso de elevador para pessoas com mobilidade reduzida e computadores, cuja logística foi assegurada por recursos humanos do Município, reforçada com o apoio de Voluntários e de Auxiliares da Divisão do Fomento Desportivo e Juventude – fevereiro a setembro de 2021;
- Centro de Vacinação COVID-19 - CVC Maia II: Tendo como objetivo o aumento da capacidade vacinal, numa 3.ª fase foi criado mais um novo centro de vacinação em Gueifães, com capacidade para vacinar aproximadamente 2400 pessoas por dia, dispondo de doze gabinetes de enfermagem, um gabinete médico, dois gabinetes de emergência e um gabinete de sala de preparação de vacinas – abril de 2021
- Maia Tested & Go – Emp: Estabelecimento de protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e aquisição de 20 mil testes para deteção de Antígeno da COVID-19 para SARS-Cov-2; Gestão de inscrições das Empresas na iniciativa, intermediando o contacto das mesmas com a CVP – abril a dezembro de 2021;
- Linhas Verdes do Município da Maia – Vacinação 80+: Divulgação das linhas gratuitas 800 210 122/123, disponibilizando as mesmas a todos os Utentes ou familiares de Utentes com 80 ou mais anos, que ainda não tinham sido vacinados, com atendimento de chamadas assegurado por recursos humanos do Município – abril de 2021;
- Protocolo da Vacinação – Gripe 2021 (menores de 65 anos): A Câmara Municipal da Maia celebrou um protocolo com a Associação Nacional de Farmácias para compartilhar e administração gratuita, da vacina – outubro de 2021;



- Maia Tested & Go – Município: Disponibilização de dois postos de colheita no Município, um localizado no Gabinete de Medicina do Trabalho (Testes Serológicos IGM e IGG realizados pelo ISPUP) e outro no Primeiro Piso da Torre de Serviços na Galeria (Testes de Detecção de Antígeno da COVID-19 para SARS-Cov-2 Cruz Vermelha Portuguesa) – abril de 2021;
- Reforço de Equipas de Vacinação _ Enfermeiros e Auxiliares Ação direta: Contributo do Município da Maia através da contratação externa de serviços na área de saúde (enfermagem e auxiliares de ação direta, num total de 3600 horas), de forma a acelerar o processo de vacinação, alcançando a tão desejada imunidade de grupo, o mais rapidamente possível - junho 2021;
- Centros de Testagem: Estabelecimento de parceria com a Associação Nacional de Farmácias, o Laboratório Synlab e as Juntas de Freguesia de Águas Santas, Moreira, de São Pedro Fins e de Pedrouços e Castelo da Maia. Realização de testes antígeno comparticipados, e PCR mediante prescrição médica ou particular (no caso dos laboratórios Synlab), a decorrer em regime casa aberta, sem custos, até ao número limite de testes rápidos mensais estabelecidos por indivíduo – novembro de 2021;
- Centro de Vacinação da Maia – COVID-19 III: novo Centro de Vacinação a funcionar nas instalações do Maia Club desde dezembro de 2021, localizado em pleno centro da Maia, substituindo o CVC de Gemunde, permitindo aumentar a capacidade de vacinação de 1000 para mais de 2200 inoculações diárias – dezembro de 2021;
- Programa SorrirSentirSeguro: programa através do qual se atribui equipamento de proteção individual (máscaras certificadas, reutilizáveis, de nível 3), a todos aqueles que por meios próprios não o conseguem adquirir, possibilitando que acedam aos serviços públicos e estabelecimentos comerciais em segurança, contribuindo desta forma para uma maior justiça e equidade social. São destinatários deste programa os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), beneficiários do Complemento Solidário para Idosos CSI, beneficiários de Subsídio Social de Desemprego, beneficiários do Abono de Família, beneficiários de Pensão Social de Invalidez, beneficiários da Prestação Social da Inclusão, agregados familiares que tenham um rendimento anual igual ou inferior a 5.808€, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento.

Em 2022, o Município continua a desenvolver um conjunto de medidas, promovendo e facilitando, *inter alia*, o processo de vacinação dos diferentes públicos-alvo, em conformidade com as prioridades e regras estabelecidas pela Direção-Geral da Saúde.



1.2.3.4 RISCOS FINANCEIROS

O Município da Maia encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam das atividades desenvolvidas, entre os quais se destacam o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o risco de liquidez.

- Risco de taxa de juro – associado às flutuações das taxas de juro aplicáveis aos financiamentos do Município. A situação pandémica levou à manutenção das taxas de juro na zona Euro a um nível baixo. Contudo, embora ainda estejam em níveis baixos, a subida das taxas de juros é um cenário cada vez mais provável, tendo em conta o aumento da inflação e o anúncio da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) de que vai fazer subir as suas taxas, podendo levar o Banco Central Europeu (BCE) a seguir o mesmo caminho. Ora, estando o valor das taxas diretoras dependente da política monetária seguida pelo Banco Central Europeu e, ainda, indiretamente relacionado com a taxa de inflação, se esta última subir para níveis que façam perigar o equilíbrio macroeconómico, haverá, por certo, necessidade de recorrer à subida das taxas de juro diretoras para controlar a taxa de inflação.

A existência de ativos e passivos financeiros com taxas de juro fixas e variáveis contratualizadas, resulta na exposição da entidade às flutuações das taxas de juro, com impacto em resultados. No caso das taxas fixas, esta exposição está associada a alterações no justo valor dos ativos e passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade. No caso das taxas variáveis, as flutuações nas taxas de juro têm impacto direto no valor dos juros, com impacto direto nas variações de caixa e seus equivalentes. A exposição ao risco de taxa de juro é analisada e monitorizada de forma contínua pelo Departamento de Finanças e Património e a gestão do risco visa reduzir a um nível aceitavelmente baixo a volatilidade dos encargos com juros.

- Risco de crédito – associado à gestão do crédito a receber de clientes. O Município está exposto ao risco de crédito, sendo previsível que a situação pandémica e o conflito na Ucrânia se traduzam numa tendência negativa a este nível, poderá acarretar dificuldade futura no cumprimento das obrigações por parte dos clientes, quanto aos valores a receber pelo Município. Não obstante, os mecanismos existentes, relacionados com o processo de execução fiscal, permitem minimizar o risco e assegurar, dentro do possível, a arrecadação da receita relacionada.
- Risco de liquidez – este risco está relacionado com insuficiências pontuais de tesouraria que possam existir em resultado da gestão de tesouraria. Esta gestão tem mantido meios



financeiros líquidos suficientes e adequado, por forma a permitir uma avaliação do risco para um nível muito baixo. O Município detém um conjunto significativo de meios financeiros líquidos disponíveis, que resultam de excedentes sucessivos de saldos de gerência, acompanhados por uma estratégia de diminuição de dívida financeira ao longo dos últimos anos. O Departamento de Finanças e Património monitoriza em processo contínuo, a evolução da tesouraria do Município, por forma a garantir que se encontra assegurada a liquidez necessária para fazer face às necessidades. O cumprimento integral do que se encontra previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, também designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) mitiga, *per se*, através da gestão dos fundos disponíveis, e em conjugação com uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos, o risco de liquidez.

- Risco da taxa de inflação – este risco relaciona-se com as variações dos preços dos bens e serviços no mercado num determinado período de tempo, e com o consequente impacto no poder de compra. Sendo expetável flutuações da taxa de inflação originadas por um conjunto de fatores temporários relacionados com a crise pandémica, expetável também seria que esses mesmos fatores não afetassem a dinâmica da inflação a médio e longo prazo. E, pese embora, a previsão da inflação feita em dezembro último se ter mostrado subavaliada em virtude do surto inflacionário se ter acentuado em janeiro de fevereiro de 2022, essa subavaliação seria sempre justificada por fatores de caráter temporário e transitório.

Porém, a alteração geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia veio agravar significativamente as previsões para a inflação, obrigando o Banco Central Europeu a rever em alta a inflação na zona euro para 2022 e para os próximos dois anos, e a consequente e inerente redução do ritmo de expansão económica. Deste modo, a inflação permanecerá elevada durante mais tempo do que o esperado, mantendo por ora o Banco Central Europeu a previsão de descida para os próximos anos, para o objetivo de 2% em 2024. Este cenário, caracterizado por grande pressão económica e incerteza devido às tensões geopolíticas causadas pela guerra na Ucrânia, exigirá ao Município atenção redobrada na despesa pública, pautando a sua ação por um incremento, quer do controlo das despesas correntes, quer de políticas estratégicas de investimento público.

O desenvolvimento de políticas de apoio às famílias e às empresas no âmbito da pandemia COVID-19, a par do contributo efetuado em conjugação com outras entidades para salvaguarda de riscos sanitários, são fatores de pressão para a liquidez Municipal. A gestão dos impactos financeiros destas ações foi e continua a ser cuidadosamente acompanhada, por forma a minimizar estes riscos de forma balanceada, sem colocar em risco a sustentabilidade financeira municipal.



1.2.3.5 RISCOS DE COMPLIANCE

O Município da Maia encontra-se sujeito a um enquadramento legal específico dos Municípios e que é escrutinado por várias entidades, entre as quais a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas. Os riscos de *compliance* legal e fiscal, está diretamente relacionado com as sucessivas alterações legislativas aos vários níveis, acompanhadas com dificuldades de interpretação legal aos mais diferentes níveis. Os riscos de *compliance* são transversais às diferentes unidades orgânicas municipais e estão relacionados, entre outros, com as seguintes atividades desenvolvidas:

- Contratação de bens, serviços e empreitadas com a obrigatoriedade da aplicação das regras previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) – onde existe risco de *compliance* agudizado com as sucessivas alterações e diferentes interpretações do CCP. O Município implementou a procedimentação da contratação pública através de um conjunto de suportes documentais (Guia, Procedimentos Internos, Instruções de Trabalho, Impressos) abrangidos pelo Sistema de Gestão da Qualidade, além do regular acompanhamento jurídico, por forma a minimizar este risco;
- Licenciamento de obras – onde o risco está associado à aplicação da legislação e dos regulamentos aplicáveis. O Município mitiga o risco de *compliance* através de processos adequadamente desenhados e testados, com o envolvimento dos serviços jurídicos, quando necessário;
- Aplicação de taxas – relacionadas com as diferentes contraprestações no âmbito dos regulamentos aplicáveis. Os processos de reclamação e/ou ações interpostas são conduzidas pelos serviços jurídicos, existindo procedimentos para assegurar o cumprimento dos prazos em conformidade com o que se encontra previsto legalmente, salvaguardando-se em todo o caso o interesse público;
- Aplicação de normas e regulamentos – com diferentes riscos de *compliance* associados, que podem ser subdivididos em dois grupos: i) os relacionados com o incumprimento dos agentes económicos, aos quais incumbe ao município o processo de fiscalização e ii) os relacionados com as normas específicas aplicáveis diretamente ao Município, entre as quais se apresentam como relevantes, a que se relaciona com a entrada em vigor, pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e a que se relaciona com a garantia de privacidade dos dados, no cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O Município mitiga estes riscos com a contínua formação dos recursos humanos envolvidos nos diferentes processos e com o apoio de entidades externas acreditadas para o efeito. De igual forma, o risco é



mitigado através da existência de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), e da linha do processo de auditoria, que atua como linha de defesa, assegurando o cumprimento das normas e regulamentos;

O risco de *compliance* está associado a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, seja ela fiscal, laboral, administrativa, civil ou outra, acarretando sanções, indemnizações ou acordos. O acompanhamento transversal dos diferentes processos pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso, e em alguns casos, por juristas externos, mitiga o risco por forma a adequá-lo à atividade municipal desenvolvida.

1.2.3.6 CYBER RISCOS

A crescente sofisticação e integração tecnológicas, a par da utilização massiva da internet, da utilização dos sistemas em *cloud* e das ligações ao Município, por parte do exterior em contexto de confinamento devido à pandemia, acarretam riscos de cibersegurança cada vez mais relevantes, com possível perda financeira, operacional e reputacional, materializada pela exploração de vulnerabilidades próprias dos sistemas de informação.

O Município mitiga estes riscos através da contínua melhoria da segurança dos sistemas internos, da monitorização contínua da segurança da infraestrutura do Município, do controlo apertado de acessos, da atualização constante dos sistemas operativos e do *software* utilizado, a par da configuração adequada de *firewalls* que permitem limitar os acessos. A par destas medidas, o Município promove ações de formação junto dos utilizadores, por forma a fomentar uma cultura de responsabilização pelas ações que poderão despoletar os efeitos de *malware* proveniente de ataques ao sistema.



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS



ANÁLISE ORÇAMENTAL



Com o objetivo de aferir a capacidade de concretização dos projetos planeados, designadamente no que se refere às suas principais variações, promove-se uma análise comparativa entre o orçamento inicial, final e executado permitindo assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos, num ano particularmente difícil devido aos impactos inerentes à situação pandémica COVID 19

Em matéria de desempenho orçamental, importa não descurar o conceito de Despesa e Receita Efetiva (Corrente e de Capital) e Não Efetiva, ao abrigo do qual as despesas e receitas com ativos e passivos financeiros, não são consideradas como componente de capital, a contrário do enquadramento previsto no POCAL, o que não é despiciente para a análise em apreço, se comparada com os relatórios de anos anteriores. Deste modo, por força da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), verifica-se uma alteração da estrutura orçamental no contexto do desempenho orçamental quer da Receita quer da Despesa.

Posto isto, as componentes da Receita, passam a ser agrupadas em Receita Efetiva e Receita Não Efetiva, incluindo-se na Receita Efetiva as “Correntes, Capital e Outras”, e na Não Efetiva os “Ativos e Passivos Financeiros”.

Em paralelo o agrupamento da Despesa, é composto pela Despesa Efetiva que inclui as “Correntes e Capital” e Não Efetiva onde se incluem os “Ativos e Passivos Financeiros”.

Na estrutura orçamental o agregado da Receita Efetiva e Não Efetiva conjuntamente com a saldo da gerência anterior, suporta a Despesa Efetiva e a Não Efetiva, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

A título de nota preambular à análise das demonstrações orçamentais regista-se que os quadros inclusos no presente relatório, pese embora alimentados pelos balancetes gerados pela aplicação de contabilidade (cujas mensurações se apresentam avaliadas às duas casas decimais) foram, com vista à simplificação da sua leitura, arredondados à unidade - o euro.

Em conformidade com gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se às receitas cobradas líquidas (de reembolsos e restituições), e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas.



1.3.1.1 ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Quadro 4

ORÇAMENTO DO ANO DE 2021						
ANO DE 2021						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de
Saldo da gerência anterior	0	37 155 218	37 155 218	37 155 218	0	100,00%
Receita Efetiva	104 735 719	85 687 750	-19 047 969	80 549 646	-5 138 104	94,00%
Receitas Correntes	73 413 172	73 405 965	-7 207	72 707 914	-698 051	99,05%
Receitas de Capital	31 322 447	12 045 218	-19 277 229	7 605 165	-4 440 053	63,14%
Outras Receitas	100	236 567	236 467	236 567	0	100,00%
Receita Não Efetiva	1 514 600	1 514 600	0	0	-1 514 600	0,00%
Ativos Financeiros	100	100	0	0	-100	0,00%
Passivos Financeiros	1 514 500	1 514 500	0	0	-1 514 500	
Total	106 250 319	124 357 568	18 107 249	117 704 865	-6 652 704	94,65%
Despesa Efetiva	103 769 212	120 985 601	17 216 389	71 861 050	-49 124 551	59,40%
Despesas Correntes	60 950 556	66 512 294	5 561 738	49 175 018	-17 337 276	73,93%
Despesas de Capital	42 818 656	54 473 307	11 654 651	22 686 031	-31 787 276	41,65%
Despesa Não Efetiva	2 481 107	3 371 967	890 860	3 284 274	-87 693	97,40%
Ativos Financeiros	175 000	205 000	30 000	205 000	0	100,00%
Passivos Financeiros	2 306 107	3 166 967	860 860	3 079 274	-87 693	97,23%
Total	106 250 319	124 357 568	18 107 249	75 145 323	-49 212 245	60,43%

Un: Euros

No exercício económico de 2021, o Orçamento Inicial do município foi aprovado pelo valor total de 106.250.319 €, e o Orçamento Final totalizou 124.357.568 €, evidenciando um aumento da dotação global do orçamento inicial de (+) 18.107.249 €.

Em termos globais, a previsão inicial da receita efetiva somou 104.735.719 € que suporta uma previsão de despesa efetiva de 103.769.212 €, enquanto a receita não efetiva – que unicamente inclui ativos e passivos financeiros – se estimou em 1.514.600 €, para uma despesa de 2.481.107 € da mesma natureza.

Centrando a análise na estrutura da receita e despesa efetiva inicial, estimou-se receita corrente no montante de 73.413.172 € que suporta despesa de análoga natureza no valor de 60.950.556 €, a par de uma receita de capital estimada em 31.322.447 €, para uma despesa de capital de 42.818.656 €. Daqui se depreende que uma parte das despesas de investimento foram financiadas por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das gerências anteriores.

Na componente de despesa e receita não efetiva – Ativos e Passivos Financeiros - as dotações iniciais da despesa fixaram-se em 2.481.107 € e as previsões iniciais da receita em 1.514.600 €.



Aprovado o orçamento inicial nestes termos, realizaram-se trinta e cinco modificações ao orçamento, que no seu conjunto, com aumentos e diminuições que se compensam entre si, demarcaram um acréscimo das dotações iniciais em (+) 18.107.249 €, o que fixou a dotação final do orçamento municipal em 124.357.568 €, cuja o impacto se demonstra no quadro infra.

Quadro 5

Impacto no Orçamento da Despesa			
		Corrente	Capital
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	11 716 442		11 716 442
Plano de Atividades Mais Relevantes - PAM	6 390 807	5 601 974	788 833
Total	18 107 249	5 601 974	12 505 275

Un:Euro

Direcionando a análise para o orçamento final e respetivos desvios, conclui-se que, à exceção da Receita Não Efetiva que não registou qualquer alteração, mantendo-se assim os valores iniciais iguais aos finais, o mesmo não sucedeu nas demais componentes do orçamento.

Na Receita Efetiva, ambas as componentes – Corrente e Capital – evidenciam variações negativas, um desvio pouco relevante de (-) 7.207 € na receita corrente, o que a posiciona com uma dotação final de 73.405.965 €, e um desvio de (-) 19.277.229 € na receita de capital, o que remete para uma dotação final de 12.045.218€.

Na Despesa Efetiva, as duas componentes apresentam variações em sentido positivo, a despesa corrente registou um desvio positivo de (+) 5.561.738 €, o que a posiciona com uma dotação final de 66.512.294 €, e a despesa de capital um desvio (+) 11.654.651 € em relação ao valor inicial, o que determinou uma dotação final de 54.473.307 €.

Na Despesa Não Efetiva, verificam-se desvios positivos em ambas as suas componentes, (+) 30.000 € nos Ativos financeiros, o que determinou uma dotação final de (+) 205.000 €, a par de uma variação de (+) 860.860 € nos Passivos Financeiros, o que concorreu para uma dotação final de (+) 3.166.697 €.

Em relação aos níveis de execução orçamental, registam-se excelentes taxas de execução na Receita Efetiva, em ambas as componentes, corrente e capital, a atingir quase os 100%, respetivamente, 94% e 99,05%.

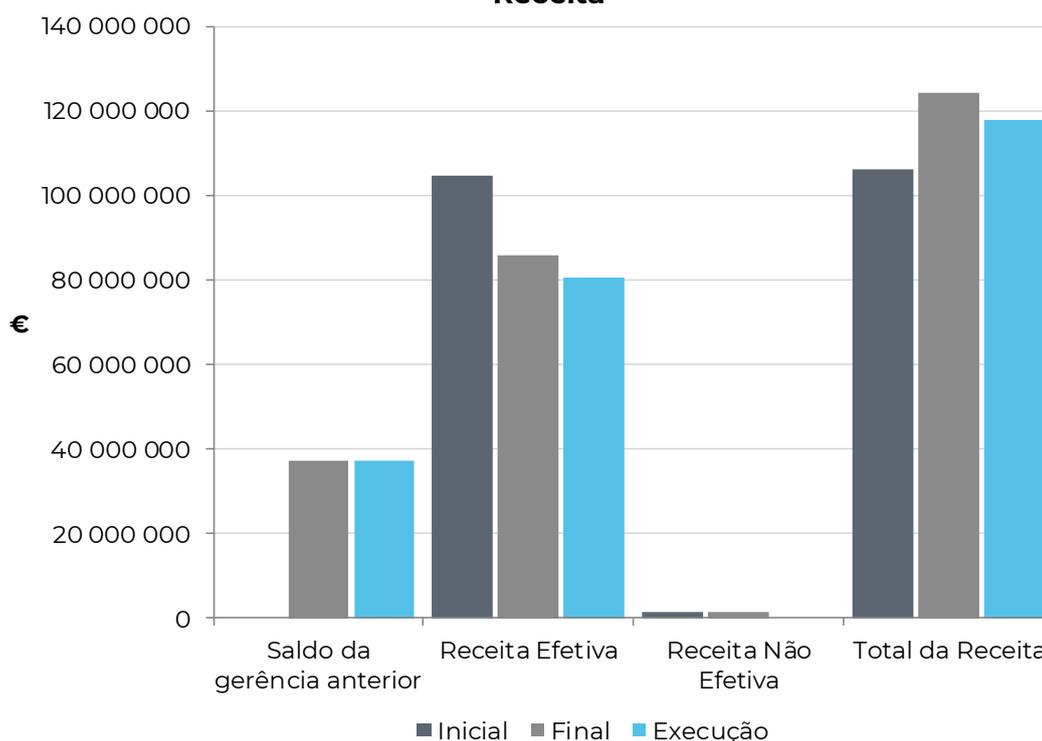
Registam-se variações negativas nas duas componentes da receita, para um total de correntes previstas no montante de 73.405.965 €, arrecadaram-se apenas 72.707.914 €, (-) 698.051 €, e para um total de capital no valor de 12.045.218 € cobraram-se 7.605.165 €, (-) 4.440.053 €.



Relativamente à Receita Não Efetiva, não se verificou qualquer execução, dada a inexistência de empréstimos e alienação de ativos financeiros na gerência em análise.

Gráfico 5

**Orçamento inicial versus final e execução
Receita**



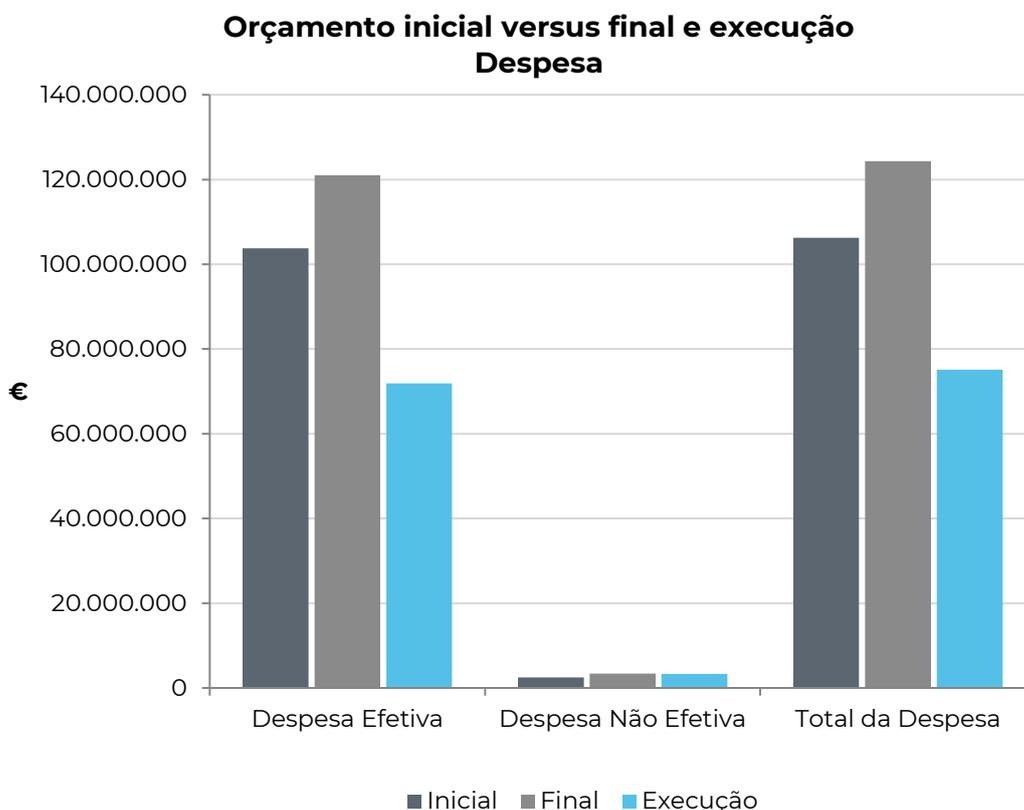
No agrupamento das Despesas Efetivas, a taxa de execução das despesas correntes convergiu para 59,40%, e as despesas de capital para 41,65%, o que determina que sejam as despesas correntes que mais concorrem para a execução orçamental.

No agregado das Despesas Não Efetivas, registam-se igualmente elevadas taxas de execução, 100% na componente dos ativos financeiros e 97,23% na rubrica de passivos financeiros, o que convergiu para desvios residuais em ambas as rubricas.

Globalmente, perante a dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 75.145.323 € e o total da receita cobrada a 117.704.865 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 60,43% e 94,65%, respetivamente.



Gráfico 6



No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual - estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do défice orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Todavia, no ano de 2021 é suspensa a sua aplicação, por força da disposição legal constante no art.º 7.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (nos termos em que foi republicada pela Lei n.º 12/2020, de 7 de maio) que estabelece um regime excecional com vista a promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e cujo o prazo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2021, pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro.



Pese embora o exposto, demonstra-se no capítulo seguinte, que se manteve a regra do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental.

1.3.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

1.3.2.1 PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS

Considerando que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) entrou em vigor na Administração Local em 01 de janeiro de 2020, atualmente as alterações orçamentais encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública (NCP 26) deste normativo e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano de Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), matéria que tendo incorporado algumas mudanças, apesar de não serem muito substantivas, impõe-se referir.

Deste modo, os novos conceitos de alteração orçamental modificativa (aproximado do anterior conceito de revisão) e alteração orçamental permutativa (anterior conceito de alteração) introduzidos pela NCP 26 do SNC-AP, devem ser harmonizados, respetivamente, com os conceitos de revisão e alteração orçamentais previstos no ponto 8.3.1 do POCAL.

Como é sabido, durante os exercícios económicos são por regra realizadas alterações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações. Razões que justificam uma apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o período em apreço por via de trinta e cinco Alterações Permutativas e três Alterações Modificativas (Revisões), cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere.

Quadro 6

NATUREZA DAS ALTERAÇÕES		
ANO 2021		
	Permutativas	Modificativas
Orçamento da Despesa	31	3
Plano Plurianual de Investimentos	29	3
Plano de Atividades Mais Relevantes	31	3
Orçamento da Receita	1	1

Un: Número



Estruturando a informação alusiva às alterações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2021, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

1.3.2.1.1 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro 7

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2021								
	Dotação Inicial		Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	60 950 556	57,4%	13 118 605	7 556 867	66 512 294	53,5%	5 561 738	9,1%
Pessoal	23 628 500	22,2%	1 805 462	1 805 462	23 628 500	19,0%	0	0,0%
Aquisição de bens e serviços	25 112 745	23,6%	8 192 790	5 097 039	28 208 496	22,7%	3 095 751	12,3%
Juros e outros encargos	76 996	0,1%	800	800	76 996	0,1%	0	0,0%
Transferências correntes	5 894 311	5,5%	2 376 129	466 046	7 804 394	6,3%	1 910 083	32,4%
Subsídios	5 867 304	5,5%	478 404	79 000	6 266 708	5,0%	399 404	6,8%
Outras despesas correntes	370 700	0,3%	265 020	108 520	527 200	0,4%	156 500	42,2%
DESPESAS CAPITAL	42 818 656	40,3%	18 720 767	7 066 116	54 473 306	43,8%	11 654 650	27,2%
Investimento	41 244 403	38,8%	16 744 316	6 947 484	51 041 234	41,0%	9 796 831	23,8%
Transferências de capital	1 574 253	1,5%	1 976 451	118 632	3 432 072	2,8%	1 857 819	118,0%
DESPESA EFETIVA (4)	103 769 212	97,7%	31 839 372	14 622 984	120 985 600	97,3%	17 216 388	36,3%
DESPESA NÃO EFETIVA (5)	2 481 107	2,3%	890 860	0	3 371 967	2,7%	890 860	54,5%
Ativos Financeiros	175 000	0,2%	30 000	0	205 000	0,2%	30 000	17,1%
Passivos Financeiros	2 306 107	2,2%	860 860	0	3 166 967	2,5%	860 860	37,3%
DESPESA TOTAL (6) = (4) + (5)	106 250 319	100,0%	32 730 233	14 622 984	124 357 568	100,0%	18 107 249	17,0%

Un: Euro

Analisado o impacto das Alterações Permutativas e Modificativas (Revisões) realizadas ao orçamento da despesa, apresentam-se reforços no valor global de (+) 32.730.233 €, dos quais (+) 14.622.984 € tiveram como contrapartida a diminuição da dotação de diversas rubricas da despesa, muito influenciada pela situação de pandemia Covid-19, e (+) 18.107.249 € que originaram um aumento na dotação global do orçamento da despesa, que teve como contrapartida o aumento da dotação global do orçamento da receita de igual montante.

Concorrem para o aumento da dotação global do orçamento da despesa, as variações ocorridas nas suas duas componentes, Despesa Efetiva e Não efetiva, com respetivamente, (+) 17.216.388 € e (+) 890.860 €.

Com maior relevância, apresentam-se as variações apuradas na Despesa Efetiva, cujo resultado final deriva de um aumento de (+) 17.216.388 €. Esta variação imposta pela natureza das suas componentes,



Corrente e Capital, converge para um aumento das dotações da despesa corrente, no montante de (+) 5.561.738 €, e das dotações das despesas de capital, no valor de (+) 11.654.650 €.

Direcionando a análise para as modificações ocorridas, verificou-se que todas as componentes registaram variações positivas, independentemente da natureza da despesa, e contribuíram diretamente para o aumento da dotação global do Orçamento acima referido.

Com maior expressão, figura a rubrica Aquisição de Bens de Capital, com um incremento final no montante de (+) 9.796.831 €, tendo por fim assegurar as seguintes necessidades:

- A criação de novos projetos cujo impacto no exercício de 2021 totaliza 614.145 €, em resultado das necessidades identificadas pelos serviços municipais que se sistematizam no Quadro 8, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial.

Quadro 8

Criação de novos projetos PPI				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		
		Ano 2021	Não definido	Anos seguintes
2021/I/39	"1.º Direito" - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	404 145	48 767 744	7 856 034
2021/I/40	"Esplanada da Água" - Pedonalização de parte da Rua do Eng.º Duarte Pacheco, entre a Travessa do Eng.º Duarte Pacheco e a Praça do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia da Cidade da Maia.	60 000		67 200
2021/I/38	Beneficiação da Escola do EBI de de Porto Bom, na Freguesia do Castelo da Maia.	150 000		
Total		614 145	48 767 744	7 923 234

Un: Euro

- O reforço e a diminuição da despesa de vários projetos inicialmente inscritos, por via da revisão das estimativas iniciais ou atuais, em baixa nuns casos e em alta noutros, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2021, no montante de 1.380.159 €, em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial.



Quadro 9

Reforço e diminuição de projetos PPI com dotação inicial "definida"				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		Notas
		Ano 2021	Anos seguintes	
2002/1/95	Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	600 000		
2003/1/76	Aquisição de terrenos.	382 500		
2005/1/41	Requalificação urbanística do Lugar da Pena, em Nogueira, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	226 000		
2019/1/31	Corredor Verde do Rio Leça.	155 000		
2019/1/41	Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Via Diagonal.	-320 000	-400 000	1)
2018/1/16	Requalificação de "Polidesportivos de Rua".	150 000		
2003/1/39	Elaboração de projetos diversos em diversas áreas do Concelho.	136 659		
2020/1/47	Ampliação da Escola do EBI/JI da Prozela, na Freguesia de Vila Nova da Telha.	50 000		
Total		1 380 159	-400 000	

Un:Euro

Notas:

1) Ajustamento decorrente da inclusão de parte da obra nas empreitadas do Acordo Quadro- Operação Pavimentos

- O reforço da despesa de vários projetos já inscritos, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2021 e de exercícios futuros, em resultado da reafectação de dotação "não definida" para "dotação definida", com aumento da dotação global inicialmente prevista em alguns projetos, no total de 9.722.138 €.



Quadro 10

Reforço de projetos PPI com dotação inicial "não definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2002/1/312	Construção do Nó de Ligação ao I.C. 24 da nova centralidade urbana designada de "Nova Maia", incluindo a aquisição dos necessários terrenos, em Nogueira, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	350 000	1 500 000
2002/1/319	Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lançamento.	594 600	
2002/1/320	Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação.	600 000	
2004/1/9	Comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública.	200 000	
2008/1/64	Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis.	300 000	
2009/1/29	Plano de Racionalização de consumo de energia elétrica - Edifícios Municipais.	150 000	
2009/1/44	Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas.	541 050	
2014/1/16	Construção de uma Rotunda na confluência da Avenida de N. Sra. da Natividade com a Travessa Nova da Giesta, incluindo a aquisição de terrenos, na Freguesia de Pedrouços.	150 000	
2015/1/10	Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa.	73 000	
2015/1/9	Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas.	85 500	
2016/1/26	Medidas de eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho, incluindo a Torre Lidador.	300 000	
2017/1/21	Requalificação e modernização da EB2,3 de Gonçalo Mendes da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia - Acordo de Colaboração com o Poder Central.	150 000	
2017/1/22	Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira - Acordo de Colaboração com o Poder Central.	500 000	500 000
2017/1/23	Requalificação e modernização da EB2,3 de Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia - Acordo de Colaboração com o Poder Central.	150 000	
2017/1/5	Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - núcleo urbano de Pedrouços.	606 538	
Subtotal (1)		4 750 688	2 000 000



continuação

Reforço de projetos PPI com dotação inicial "não definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2018/1/1	Construção da rede concelhia de "Postos de carregamento de viaturas elétricas.	50 000	
2018/1/10	Construção de coberturas de espaços exteriores de escolas do EB1.	259 000	
2018/1/2	Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental".	90 000 70 000 160 000	
2018/1/3	Construção do Centro de Excelência e Bem-Estar Animal da Maia.	100 000	
2019/1/10	Prolongamento da Rua Nova de Teibas para poente, na freguesia de Pedrouços.	200 000	460 000
2019/1/37	MasterPlan do Sobreiro - Construção do Centro Comunitário do Sobreiro, na freguesia da Cidade da Maia.	950 000	600 000
2010/1/21	Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho.	330 050	
2020/1/30	Arruamento de ligação do Monte da Senhora da Hora à Rua de Chã, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	70 000	100 000
2020/1/39	Reabilitação das passagens superiores à Linha do Caminho de Ferro, na Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	260 000	
2020/1/50	Oficinas e Armazéns Gerais - novas instalações.	770 000	
2021/1/18	Retificação da Rua do Apeadeiro, em Mandim, na freguesia do Castelo da Maia.		174 000
2021/1/33	Construção de Parques Caninos.	300 000	
2021/1/29	Reabilitação de edifícios (ex-propriedade da REN) com vista à instalação de uma Unidade de Emergência Médica do INEM, da freguesia da Cidade da Maia.	93 100	
2021/1/36	Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	73 800 25 500	1 000
2021/1/5	Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas da Rua das Tílias no "Jardim do Sobreiro", na freguesia da Cidade da Maia.	200 000	-700 000
2017/1/33	Beneficiação do Campo Municipal de Jogos de Águas Santas, na freguesia de Águas Santas.	100 000	
2021/1/30	Edifício pré-fabricado para apoio social a instalar na designada "Quinta da Pícuca".	140 000	
2016/1/21	Beneficiação da Casa do Corim, na Freguesia de Águas Santas.	30 000	
2018/1/4	Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores.	100 000	
2019/1/16	Construção de uma rotunda na confluência da Rua do Dr. Joaquim Nogueira dos Santos com a Avenida de D. João I e a Rua do Dr. Germano Vieira, nas freguesias de Milheirós, Águas Santas e Nogueira-Silva Escura.	300 000	
2021/1/16	Prolongamento da Travessa de Sidónio Pais à Rua de Eusébio da Silva Ferreira, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	100 000	
2016/1/9	Construção da ligação RVP-17 entre a Rotunda sobre a A-41, no Requeixo, e a Rua de Nossa Senhora da Caridade, na Freguesia da Cidade da Maia.	200 000	
	Subtotal (2)	4 971 450	635 000
	Total (3)=(1)+(2)	9 722 138	2 635 000



A atenuar os incrementos sinalizados e a contribuir para a variação final deste agregado nos referidos (+) 9.796.831 €, figuram as diminuições de “Aquisição de Bens de Capital”, no montante de (-) 1.919.611€, que por via de uma alteração permutativa, tiveram como contrapartida outras componentes também de capital, (+) 860.860 nos “Passivos Financeiros” e (+) 1.058.751 € para as “Transferências de Capital”, Logo a seguir, posiciona-se o reforço assinalado na rubrica Aquisição de bens e Serviços com um acréscimo de (+) 3.095.751 €, com o objetivo de assegurar as seguintes necessidades:

- A criação de novos projetos em resultado das medidas adotadas e aprovadas pelo Executivo Municipal no âmbito do combate à pandemia COVID-19, e, bem assim, de outras necessidades identificadas pelos serviços municipais, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, no total de 247.749 €, sistematizadas no quadro infra

Quadro 11

Criação de novos projetos PAM				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		Notas
		Ano 2021	Anos seguintes	
2021/A/63	"1.º Direito" - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	153 949	748 741	1)
2021/A/64	Apoio à construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, no designado "Palacete do Lage", a ser levada a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na Freguesia de Águas Santas.		250 000	2)
2021/A/65	Apoio à construção de uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, a ser levada a efeito pela ASMAN - Associação de Solidariedade Social Mouta-Azenha Nova, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.		250 000	3)
2021/A/66	Apoio às obras para a instalação de um Centro de Dia no edifício do Centro Cívico de Gemunde, a serem levadas a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na Freguesia do Castelo da Maia.		50 000	
2021/A/67	Apoio à requalificação do Centro de Dia da Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança", na Freguesia de Pedrouços.		50 000	
2021/A/68	Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	73 800	1 000	
2021/A/69	Medidas no âmbito do Programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública.	20 000	100 000	
Totais		247 749	1 449 741	

Un: Euro

Notas:

- 1) Em substituição do projeto 2021/A/58
- 2) Em substituição do projeto 2016/A/40
- 3) Em substituição do projeto 2016/A/39



- O reforço da despesa de vários projetos já inscritos, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2021 e de exercícios futuros, em resultado da reafecção de dotação “não definida” para “dotação definida”, com aumento da dotação global inicialmente prevista em alguns projetos, no valor de 2.010.000 €, identificados seguidamente.

Quadro 12

Reforço de projetos PAM com dotação inicial "não definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2002/A/122	Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho.	200 000	600 000
2010/A/35	Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos.	250 000	
2016/A/47	Edição, produção gráfica e distribuição de publicações acerca do Município.	150 000	
2018/A/19	Contratualização de serviços de manutenção de edifícios escolares.	50 000	
2018/A/46	Encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	660 000	
2019/A/37	Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal.	200 000	
2019/A/38	Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais privados que estejam em incumprimento.	200 000	
2020/A/52	Serviços de socorro SBA (Serviço de Brigadas de Aeródromo) para o Aeródromo de Vilar de Luz.	100 000	190 000
2021/A/52	Programa de Animação de Natal e Fim de Ano.	200 000	
Total		2 010 000	790 000

Un: Euro

- O reforço da despesa de vários projetos inicialmente inscritos, por via da revisão das estimativas iniciais ou atuais em alta, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2021 e em exercícios futuros, em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais, desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, do montante de 920.000 €, apresentados no Quadro 13.



Quadro 13

Reforço de projetos PAM com dotação inicial "definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2006/A/51	Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações.	75 000	150 000
2006/A/52	Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	100 000	75 000
2009/A/52	Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão.	30 000	
2011/A/46	Contratualização de Seguros.	30 000	
2012/A/40	Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção.	235 000	183 000
2013/A/16	Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais.	50 000	
2013/A/2	Comunicações postais.	20 000	
2015/A/50	Outras despesas correntes.	70 000	
2019/A/29	Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	145 000	
2019/A/36	Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	50 000	
2020/A/62	Elaboração do Plano Estratégico do Turismo.		40 000
2013/A/18	Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica.	50 000	
2020/A/67	Medidas de prevenção, contenção, mitigação, apoio social e económico no âmbito da pandemia de COVID-19.	65 000	
Total		920 000	448 000

Un: Euro

Registaram-se também diminuições no contexto das "Aquisição de Serviços", no montante de (-) 81.998 €, por via de uma alteração permutativa, que tiveram como contrapartida outras componentes também correntes, posicionando o valor final daquele agregado nos mencionados (+) 3.095.751 €.

A acompanhar este aumento remete-se para a variação ocorrida nas Transferências de Correntes, que apresentam a modificação positiva (+) 1.910.082 €, tendo como objetivo de:

- A Criação do Projeto 2021/A/62 – "Programa Extraordinário de Apoio Direto à Economia Local", no montante de 1.200.00 €.
- O reforço dos seguintes Projetos com dotação inicial "Não Definida", no montante de 824.225€:



Quadro 14

Reforço de projetos PAM com dotação inicial "não definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2012/A/8	Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais.	30 000	
2017/A/29	Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	614 225	268 500
2009/A/43	Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	180 000	
Total		824 225	268 500

Un: Euro

A mitigar o incremento indicado e a contribuir para a variação final deste agregado no montante de (+) 1.910.082 €, registaram-se diminuições, no total de (-) 114 143 €, que por via de uma alteração permutativa, tiveram como contrapartida outras componentes também nas "Transferências Correntes".

Seguidamente temos a variação de (+) 1.857.819 €, nas Transferências de Capital, demarcada pela necessidade de reforçar as classificações económicas:

- 08.05.01.02 - Freguesias, (+) 977.692 €;
- 08.07.01 – Instituições sem Fins Lucrativos, (+) 880.127 €.

Sinaliza-se ainda a criação de três novos projetos que concorreram para esta variação.



Quadro 15

Criação de novos projetos PAM			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2021	Anos seguintes
2021/A/61	Comparticipação na Obra de beneficiação da Casa Mortuária de Milheirós (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	23 560	
2021/A/73	Comparticipação na Obra de construção da Casa Mortuária de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	100 000	231 600
2021/A/74	Apoio às obras de beneficiação ou requalificação de edifícios propriedade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira - Maia.	100 000	5 000
Total		223 560	236 600

Un: Euro

Os Passivos Financeiros também contribuem para este aumento, (+) 860.860 €, justificado pela necessidade de acomodar no Serviço de Dívida Autárquica, uma amortização extraordinária do empréstimo bancário contratado com o BPI para aquisição dos terrenos à Tecmaia, em resultado da concretização da celebração de escritura pública da venda em hasta pública do Lote 4, cuja receita associada estava confinada à amortização do empréstimo que suportou a sua aquisição.

Com menor relevância, apresentam-se as variações (+) 399.404 €, no grupo de Subsídios, sobretudo pela necessidade de reforçar o Projeto 2021/A/60 - "Contrato de gestão delegada celebrado com a Maiambiente, E.M. – Bio- resíduos", cuja dotação inicial constava como Não Definida".

Ainda no grupo das despesas de correntes, registam-se modificações positivas nas Outras Despesas Correntes, (+) 156.500 €, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial, como sejam encargos de sentença de tribunal, pagamento do IVA e outras despesas decorrentes do exercício económico.

Com um valor meramente residual, acresce ainda uma variação de (+) 30.000 € nos Ativos Financeiros, que foi determinada pela necessidade de reforçar o Projeto 32/A/2021 "Associação de Municípios do "Corredor Verde do Leça", na sequência da subscrição do Município como membro da Associação.

Sem impacto na dotação final do orçamento, figura também a segunda Alteração Orçamental Modificativa (revisão) exclusivamente efetuada pela necessidade de adequar o Orçamento inicial à nova estrutura orgânica do município resultante da criação do Departamento Jurídico.



Regista-se ainda que, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações permutativas ou até mesmo modificativas (revisões) naqueles documentos.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se vinte e nove alterações permutativas e três modificativas (revisões), quanto ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se trinta e uma alterações permutativas e três modificativas (revisões), as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 18.107.249 €, em consequência das razões anteriormente expostas.

1.3.2.1.2 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Quadro 16

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO DE 2021								
	Dotação Inicial		Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	73 413 172	69,1%	3 225 801	3 233 008	73 405 965	59,0%	-7 207	0,0%
R1 Receita Fiscal (Impostos Diretos)	44 572 000	41,9%	3 112 227	1 669 908	46 014 319	37,0%	1 442 319	3,2%
R3 Taxas, multas e outras penalidades	3 017 400	2,8%	48 314	346 800	2 718 914	2,2%	-298 486	-9,9%
R4 Rendimentos de propriedade	2 627 900	2,5%	8 000	88 800	2 547 100	2,0%	-80 800	-3,1%
R5 Transferências correntes	19 711 772	18,6%	0	0	19 711 772	15,9%	0	0,0%
R6 Venda de bens e serviços correntes	2 994 900	2,8%	57 260	892 000	2 160 160	1,7%	-834 740	-27,9%
R7 Outras receitas correntes	489 200	0,5%	0	235 500	253 700	0,2%	-235 500	-48,1%
RECEITAS DE CAPITAL	31 322 447	29,5%	84 740	19 361 969	12 045 218	9,7%	-19 277 229	-61,5%
R8 Venda de bens de investimento	2 743 940	2,6%	5 100	314 000	2 435 040	2,0%	-308 900	-11,3%
R9 Transferência de capital	9 512 772	9,0%	0	0	9 512 772	7,6%	0	0,0%
R10 Outras receitas de capital	19 065 735	17,1%	79 640	19 047 969	97 406	0,0%	-18 968 329	-99,5%
R11 Reposições não abatidas nos pagamentos	100		236 467	0	236 567	0,2%	236 467	236467,0%
RECEITA EFETIVA (1)	104 735 719	98,6%	3 547 008	22 594 977	85 687 750	68,9%	-19 047 969	-18,2%
RECEITA NÃO EFETIVA (2)	1 514 600	1,4%	0	0	1 514 600	1,2%	0	0,0%
R12 Receita em ativos financeiros	100	0,0%	0	0	100	0,0%	0	0,0%
R13 Receita em passivos financeiros	1 514 500	1,4%	0	0	1 514 500	1,2%	0	0,0%
R14 Saldo da Gerência Anterior (3)	0	0,0%	37 155 218	0	37 155 218	29,9%	37 155 218	-
RECEITA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)	106 250 319	100,0%	40 702 226	22 594 977	124 357 568	100,0%	18 107 249	17,0%

Un:Euro

Observado o impacto das alterações ao orçamento da receita, uma Alteração Permutativa e uma Modificativa (Revisão), verifica-se um aumento da dotação global do orçamento de (+) 18.107.249 €, em consonância com o verificado no orçamento da despesa, como se exige.

Converge para este aumento da dotação global do orçamento da receita, a integração do Saldo da Gerência Anterior, no montante de 37.155.218 €, que teve como contrapartida a diminuição da Receita



Efetiva, ocorrida na componente de Outras receitas de capital - com uma variação de (-) 19.047.969€, e que implicou a utilização do valor diferencial de 18.107.249 €, para o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante, pelos motivos já invocados.

A única Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, designada de Revisão à luz do anterior normativo, teve como objetivo assegurar a integração do saldo da gerência anterior no montante de 37.155.218 €, nos termos anteriormente referidos.

Como naturalmente se impõe, o aumento da dotação global do Orçamento da receita, no montante de (+) 18.107.249 €, apurado na primeira alteração modificativa teve com contrapartida o aumento global do Orçamento da Despesa.

A primeira e única alteração permutativa teve como finalidade o ajustamento das taxas de execução de algumas classificações económicas, através de reforços e ou diminuições, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento da receita.



DESEMPENHO ORÇAMENTAL



1.3.3.1 ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

O Desempenho Orçamental apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e os pagamentos ocorridos no exercício, associados quer à execução do orçamento quer às operações não orçamentais (tituladas por operações de tesouraria e cauções em dinheiro). Apresenta também os respetivos saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte e permite aferir um conjunto de indicadores orçamentais no final da gerência.

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
Ano 2021			
RECEITAS	Valor	DESPEASAS	Valor
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	42.271.175		
Operações orçamentais (1)	37.155.218		
Operações de tesouraria (A)	5.115.957		
RECEITAS CORRENTES	72.707.914	DESPEASAS CORRENTES	49.175.018
RECEITAS CAPITAL	7.605.165	DESPEASAS CAPITAL	22.686.031
Reposições não abatidas nos pagamentos	236.567		
RECEITA EFETIVA (2)	80.549.646	DESPESA EFETIVA (5)	71.861.050
RECEITA NÃO EFETIVA (3)	0	DESPESA NÃO EFETIVA (6)	3.284.274
RECEITA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)	117.704.865	DESPESA TOTAL (7) = (5) + (6)	75.145.323
Operações de tesouraria (B)	932.199	Operações de tesouraria (C)	799.013
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	47.808.685
		Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	42.559.541
		Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	5.249.144
		SALDO GLOBAL = (2) - (5)	8.688.597
		Despesa Primária	71.815.664
		Saldo Corrente	23.532.896
		Saldo de Capital	-15.080.866
		Saldo Primário	8.733.983
		Receita Total	117.704.865
		Despesa Total	75.145.323

Un: Euro

Da Demonstração de Desempenho Orçamental de 2021 espelhada no quadro anterior conclui-se que:

- Os recebimentos no ano de 2021 atingiram o valor de 81.481.845 €, sendo atribuído às receitas efetivas orçamentais a quantia de 80.549.646 € e às operações não orçamentais 932.199 €, que constituem as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro cujos montantes são respetivamente, 329.180 € e 603.019 €.
- Os pagamentos no ano de 2021 totalizaram 75.944.336 €, dos quais 71.861.050 € correspondem a despesas efetivas orçamentais, 3.284.274 € a despesa não efetiva e os



restantes 799.013 € a despesas não orçamentais, dos quais 326.954 € correspondem a operações de tesouraria e os restantes 472.058 € a cauções em dinheiro.

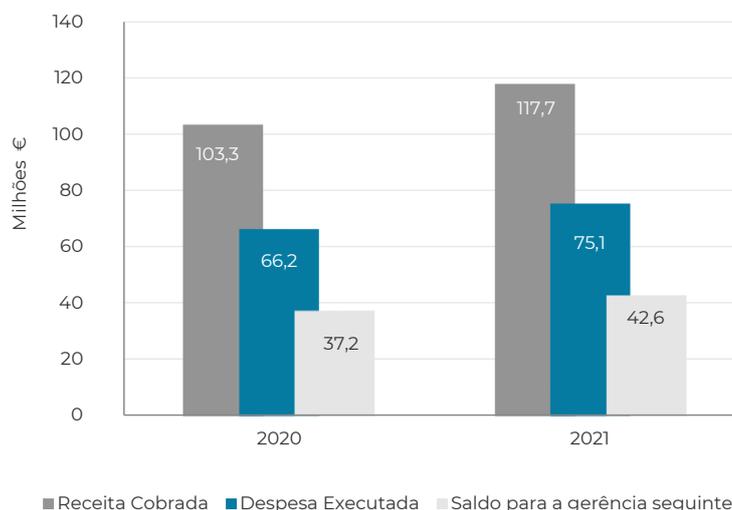
Dos movimentos de entrada e saída, de natureza orçamental, obtém-se:

- Um Saldo Global (Efetivo) de (+) 8.688.597 €, que representa a diferença entre a Receita Efetiva (receita total deduzida de ativos e passivos financeiros) e a Despesa Efetiva (despesa total deduzida dos ativos e passivos financeiros);
- Um Saldo Primário no valor de (+) 8.733.983 €, deduzidos que sejam os juros e outros encargos ao saldo efetivo;
- Um Saldo Corrente de (+) 23.532.896 €, que corresponde à diferença entre receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga no período que permitiu canalizar uma parcela significativa da receita corrente para financiar investimento público;
- Um Saldo de Capital de (-) 15.080.866 € que corresponde à diferença entre receita capital arrecadada e a despesa capital paga no período.
- Um saldo corrente que permite, não só cobrir o deficit gerado pelo saldo de capital, mas também ser canalizado para financiar a despesa com ativos e passivos financeiros, continuando ainda positivo em (+) 5.167.756 €;
- Um Saldo para a Gerência Seguinte de Operações Orçamentais de 42.559.541 € e de Operações não Orçamentais de 5.249.144 €, incorporados que sejam os Saldos da Gerência Anterior.

A receita de natureza orçamental cobrada totalizou 117.704.865 € e a despesa total paga 75.145.323 €, gerando um saldo para a gerência seguinte de 42.559.541 €, superior ao transitado da gerência de 2020, como se poderá confirmar no Gráfico 7.



Gráfico 7
Evolução dos Fluxos Monetários



1.3.3.2 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se definido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determinando que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser verificadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Note-se que o conceito de Poupança Corrente que daqui decorre, não coincide com o do Saldo Corrente do Desempenho Orçamental, porquanto à luz do SNC-AP são consideradas as receitas cobradas líquidas e não as receitas cobradas brutas, conforme impõe a RFALEI.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:



Quadro 18

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2021				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	73.413.172	73.405.965	73.510.313 (*)
(2)	Despesa Corrente	60.950.556	66.512.294	49.175.018 (*)
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	12.462.616	6.893.671	24.335.295
(4)	Amortizações médias empréstimos de MLP	3.256.955	3.142.903	3.142.903
		(a)	(a)	
(5)=(3)-(4)		9.205.661	3.750.768	21.192.392

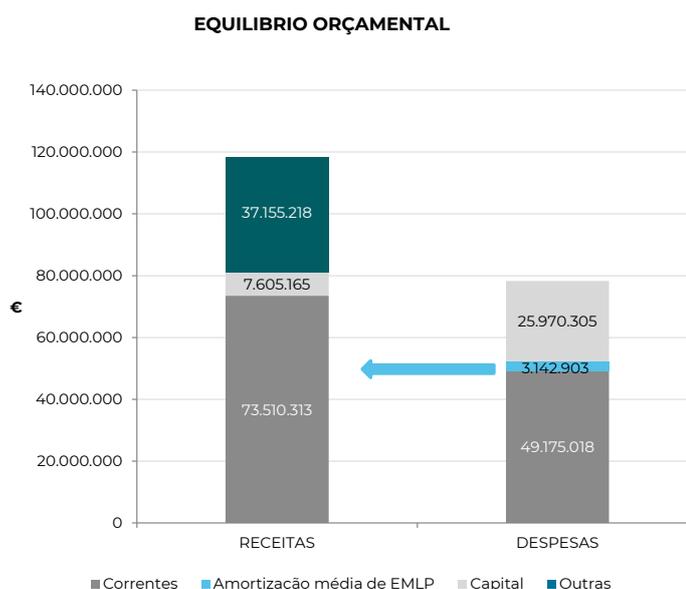
Un: Euro

(a) Inclui as amortizações médias decorrentes dos subsídios reembolsáveis que, do ponto de vista contabilístico dão origem ao registo de Passivos Financeiros e subsequente amortização de capital, mas que não se efetivaram no ano de 2021, razão pela qual se verifica a diferença assinalada no valor das amortizações médias identificadas nas colunas na dotação inicial e final.

(*) Receita cobrada bruta e despesa paga

Nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, confirmando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 21.192.392 € para financiamento de investimento.

Gráfico 8





Não obstante o Princípio do Equilíbrio Orçamental constante na RFALEI, importa analisar a poupança corrente obtida incorporando o impacto potencial das dívidas correntes transitadas e das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, avaliando desta forma a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício.

Quadro 19

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		
	2020	2021
Receita Corrente Executada	70 221 279	72 707 914
Despesa Corrente Executada	44 526 105	49 175 018
Poupança Corrente Bruta (1)	25 695 175	23 532 896
Variação	13,3%	-8,4%
Dívida Corrente Transitada (2)	-188 284	-44 437
Da Gerência Anterior	278 040	89 756
Para a Gerência Seguinte	89 756	45 319
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	206 068	-140 969
Da Gerência Anterior	4 764 925	4 970 993
Para a Gerência Seguinte	4 970 993	4 830 024
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	26 089 526	23 436 364
Variação	11,7%	-10,2%

Un:Euro

Ao considerar na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, regista-se uma poupança corrente líquida, em 2021, de 23.436.364 € e que acompanha a tendência da poupança corrente bruta.

Para avaliar o Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial, quer numa ótica de Execução Autónoma do Ano, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano, quer numa ótica de Execução Global através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano, apresenta-se o Quadro 20.



Quadro 20

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL		
	2020	2021
Receita Cobrada	79.942.229	80.549.646
Efetiva		
Corrente	70.221.279	72.707.914
Capital	9.664.605	7.605.165
Outras Receitas	56.344	236.567
Não efetiva		
Despesa Paga	66.157.652	75.145.323
Efetiva		
Corrente	44.526.105	49.175.018
Capital	17.872.021	22.686.031
Não efetiva	3.759.526	3.284.274
Saldo Final de Operações Orçamentais	37.155.218	42.559.541
Dívida Total Transitada		
Da Gerência Anterior	339.293	110.269
Para a Gerência Seguinte	110.269	193.831
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	156,70%	156,46%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	155,90%	156,23%

Un: Euro

Confirma-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial quer no que respeita à execução autónoma do ano (156,46%) quer no que respeita à execução global do ano (156,23%).

Estes rácios encontram-se influenciados, quer pelo comportamento da dívida transitada, quer pelos bons níveis de execução orçamental da receita.

1.3.3.3 FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise às fontes de financiamento tem como objetivo avaliar a proveniência das receitas arrecadadas no exercício de 2021 e que contribuiram para o financiamento do investimento municipal, salvaguardando-se que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm



subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, insere-se um quadro com os diversos contributos.

As receitas municipais foram agrupadas em função da sua importância em três grandes grupos: as de natureza corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, e as receitas não efetivas que incluem os ativos e passivos financeiros. Por último inclui-se o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 21

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2021		
	Valor	FF/ DI
Receita Efetiva Capital (1)	7 605 165	33,2%
Venda de Bens de Investimento	2 180 745	9,5%
FEF Capital	470 356	2,1%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	516 613	2,3%
Fundos Comunitários	4 027 435	17,6%
Outras Transferências de Capital	312 910	1,4%
Outras Receitas de Capital	97 107	0,4%
Receita Não efetiva (2)	0	0,0%
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	0	0,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (3) = (4)-(5)-(6)	20 453 622	89,4%
Poupança Corrente (4)	23 532 896	102,8%
Amortizações de Capital (5)	3 079 274	13,5%
Outras Despesas Capital (6)	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos (7)	236 567	1,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (8)=(1)+(2)+(3)+(7)	28 295 354	123,6%
Saldo Gerência Anterior (9)	37 155 218	162,3%
TOTAL (10) = (8)+(9)	65 450 573	285,9%
Despesa de Investimento paga (11)	22 891 031	
Despesa de Investimento (11) / Fontes Financiamento (10)	34,97%	
Saldo para a Gerência Seguinte = (10)-(11)	42 559 541	

Un: Euro

Notas:

FF - Fonte de Financiamento

DI - Despesas de Investimento

Em 2021, a receita gerada disponível para financiar investimento totalizou 28.295.354 €, o que permitiu suportar a totalidade do investimento pago, no montante de 22.891.031 €, assim como gerar,



adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um relevante saldo para a gerência seguinte de 42.559.541 €.

Quando analisado separadamente, o Saldo da Gerência Anterior compreende 162,3% do Investimento, permitindo financiar a totalidade do investimento e ainda libertar fluxos monetários.

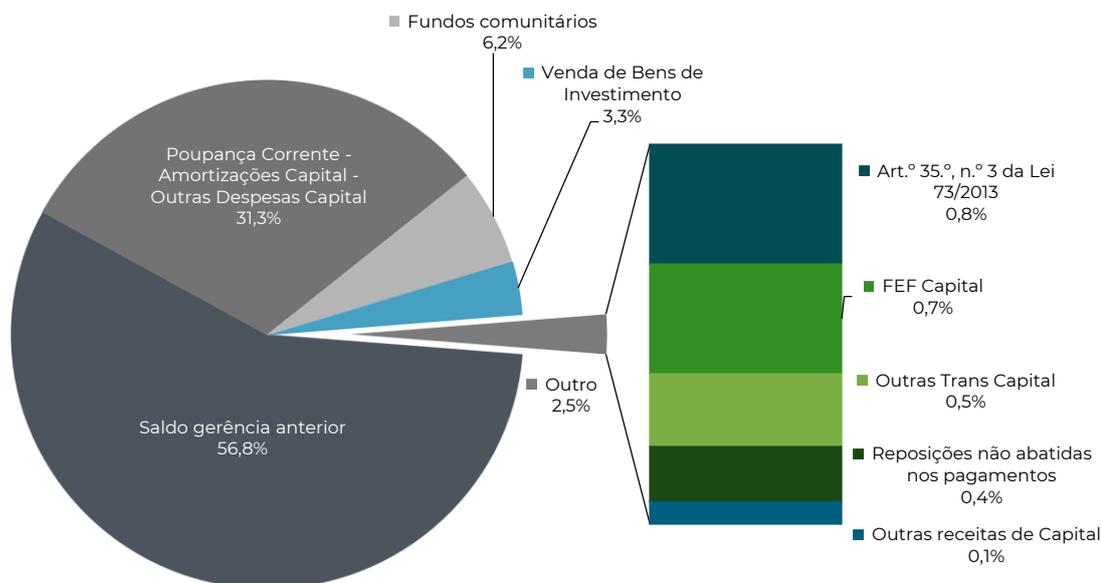
Como segunda maior fonte de financiamento de investimento apresenta-se a Poupança Corrente, deduzida das amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, com 20.453.622€ permitindo suportar 89,4% do investimento.

Com menor representatividade o agregado das Receitas de Capital é responsável por 7.605.165 € da receita disponível gerada, destacando-se a componente de Fundos Comunitários com 4.027.435 € seguidos de 2.180.745 € da Venda de Bens de Investimentos, 516.613 € provenientes do “Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013”, 470.356 € do FEF Capital, 312.910 € das Outras Transferências de Capital e residualmente 97.107 de Outras Receitas de Capital.

O Gráfico 9 apresenta a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 9

Fontes de Financiamento do Investimento





1.3.3.4 OPERAÇÕES DE TESOURARIA

No âmbito das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município realizam para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo simplesmente objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade financeira, já as cauções em dinheiro resultam de operações que não geram alterações no património da entidade, mas revelam possibilidade de futuras alterações.

O Quadro 22 evidência como se repartem estes encargos consoante a sua natureza.

Quadro 22

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)							
Ano 2021							
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual *		Saldo para a gerência seguinte		
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor	
23	PESSOAL	0	0	143	149	0	6
23.8	Outras Operações						
23.8.2	Com o pessoal	0	0	143	149	0	6
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	367	3.070	2.799	0	96
24.4	Outros Impostos						
24.4.1	Imposto de Selo	0	0	1	7	0	6
24.9	Outras Contribuições						
24.9.1	Multas e coimas	0	367	3.069	2.792		90
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0	5.115.590	795.898	929.349		5.249.041
27.7	Cauções						
27.7.1	Recebidas de terceiros	0	5.088.941	472.058	603.019	0	5.219.902
27.8	Outros Devedores e Credores						
27.8.9	Outros	0	26.649	323.840	326.330	0	29.139
		0	5.115.957	799.111	932.298	0	5.249.144

Un: Euro

(*)

Na gerência de 2021 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades perfizeram o montante de 932.298 €, e os movimentos de saída atingiram a quantia de 799.111€, transitando um saldo para a gerência seguinte de 5.249.144 €.

É importante referir que por força da entrada em vigor do SNC – AP, foi fundamental alterar o tratamento contabilístico dos reembolsos e restituições, que passaram a ser tratados como estornos ao recebimento por abate à receita e não pelo processamento de despesa (Pagamentos). Por esta razão, o movimento anual aqui espelhado, é diferente dos valores constantes do Desempenho Orçamental, no montante de 98,65 € e que são simplesmente estornos de recebimento.



As cauções recebidas de terceiros existentes em cofre, são as que mais se destacam no total das operações não orçamentais, ou seja, cerca de 99%, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.



CONTAS DE ORDEM



Nas contas de ordem são contabilizadas operações decorrentes de factos ou circunstâncias que não provocam modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. É fundamental esclarecer que somente se faz referência à movimentação de garantias e caucões tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão refletidas no mapa de operações não orçamentais já mencionado, por terem dado origem a registos na contabilidade financeira.

Conforme a sua natureza, sistematiza-se a informação em três quadros distintos, “Caucões não Pecuniárias e Garantias Obtidas”, “Garantias Concedidas a Favor de Terceiros”, e por último, “Responsabilidade Contingentes”.

Quadro 23

Caucões não Pecuniárias e Garantias Obtidas					
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a Gerência Seguinte
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Caucões não pecuniárias e Garantias Obtidas				
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	7.892.658	1.749.524	922.530	8.719.652
09.2.2	Para execução de obras	14.134.439	899.330	730.270	14.303.499
09.2.3	Outras Garantias	35.863		15.764	20.099
09.2.4	Hipotecas	3.562.351			3.562.351
09.2.5.01.1	Seguros-Caucão - empreitadas e fornecim	650.105	77.975	34.819	693.261
09.2.5.02.1	Seguros-Caucão - execução de obras	591.985			591.985
Total	26.867.401	2.726.829	1.703.383	0	27.890.847

Un.: Euro

As Garantias prestadas a favor da autarquia no ano de 2021 atingiram o montante de 2.726.829€ e as devolvidas 1.703.383 €, transitando para a gerência seguinte um saldo de 27.890.847 €.

A rubrica de garantias prestadas “para execução de obras” é a mais expressiva contribuindo com 14.303.499 € para o saldo da gerência seguinte.

As garantias “de empreitadas e fornecimentos” são as que apresentem o valor mais significativo no ano de 2021, as prestadas somam 1.749.524 €, e as devolvidas totalizam 922.530 €.



Quadro 24

GARANTIAS CONCEDIDAS A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a Gerência Seguinte	
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
09.1.6	Garantias a favor de terceiros					
09.1.6.01	Empreitadas e fornecimentos	102.500			102.500	
09.1.6.02	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787			5.175.787	
09.1.6.03	Outras garantias a favor de terceiros	9.866.206	1.741.300		8.124.906	
	Total	15.144.493	0	1.741.300	0	13.403.193

Un.: Euro

Quanto às garantias concedidas a favor de terceiros mantêm-se prestadas:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, fruto de o município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- Três garantias apresentadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000€;
- Uma garantia apresentada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, na importância de 2.500 €;
- Duas garantias, cada uma no valor unitário de 4.062.453 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 1.741.300 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2018, justificando na íntegra a diminuição assinalada nas garantias prestadas.

Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intercede contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, motivo pelo qual se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, ainda não terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.



Quadro 25

Responsabilidades Contingentes				
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Reconhecimento Reforço	Reversão	
	(A)	(B)	(C)	(D)=(A)+(B)-(C)
09.1	Responsabilidades Contingentes			
09.1.1	Processos Judiciais em curso	4.091.990		4.091.990
09.1.2	Processos Expropriativos			
09.1.3	Processos Onerosos			
Total	4.091.990			4.091.990

Un.: Euro

Observando o conceito de Passivo Contingente mencionado nos parágrafos seguintes, impõe-se referir que o valor assim identificado está relacionado com a garantia prestada junto da Administração Tributária.

Dito isto, importa clarificar o conceito de passivo contingente recorrendo às bases teóricas que estão plasmadas no SNC-AP, nomeadamente na estrutura conceptual e na norma de contabilidade pública número 15 (NCP 15), que o define como:

- uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou
- uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Deste modo, as normas contabilísticas dão um tratamento diferenciado às provisões em relação aos passivos contingentes, reconhecendo os primeiros como Passivos e obrigando à divulgação dos últimos, que não podem ser reconhecidos como Passivos, por não cumprirem os critérios de reconhecimento, isto é, por tratarem-se de obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente, ou por tratarem-se de obrigações presentes mas que não cumprem os critérios de reconhecimento, por não ser possível aferir acerca duma estimativa fiável ou da existência de exfluxos futuros.

Os Passivos Contingentes são divulgados e não podem ser reconhecidos como passivos na face do Balanço à luz do normativo contabilístico aplicável, sob pena de estarem a ser incluídos nas



demonstrações financeiras reservas ocultas que adulterariam a apresentação verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do Município.

Assim, reforça-se o que se encontra plasmado nas demonstrações financeiras individuais acerca desta questão, que traduz, como legalmente se impõe, o reflexo contabilístico da informação técnica prestada pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e Contenciosos, refletindo o risco e encargos implicados para o Município, em cada um dos processos em curso.

Já a listagem de todos os processos judiciais em curso (quer de natureza ativa, quer de natureza passiva) encontra-se detalhada na Parte III – Demonstrações Orçamentais - páginas 269 a 271.

As responsabilidades contingentes do município à data de 31 dezembro de 2021 referem-se a dois Processos Judiciais que estão em curso, identificados da seguinte forma:

Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela empresa Espaço Municipal, foi o Município notificado em setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 7.426.981 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estavam reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia viesse a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.



No âmbito deste processo foi apresentada no Quadro 24 como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência de o município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

Subsequentemente ao momento de reporte do presente relatório, e decorridos treze anos sobre a instauração deste processo judicial, no dia 13 de março de 2020, o Tribunal Administrativo e Fiscal Porto proferiu sentença Judicial que considerou improcedente a ação judicial interposta, pela Autoridade Tributária, contra o Município da Maia. Isto quer dizer que o valor reclamado não foi sufragado nem acolhido pelo Tribunal. Deste modo, o Município não foi condenado judicialmente, como era requerido, a pagar qualquer montante. Anota-se, contudo, que esta decisão é ainda suscetível de recurso jurisdicional.

Processo judicial em curso em que é autora “Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo”

Processo interposto contra o Município, relacionado com uma conduta de água que passa por baixo da habitação; há perda expectável, mas impossível de ser, à data do relato, quantificada (por depender de perícia externa). O valor da petição cifra-se em 32.579 €.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA



1.3.5.1 ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A execução de 2021 é marcada, desde logo, pela manutenção de critérios idênticos aos que pautaram a execução do exercício anterior: com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (2020) são tomadas como referência de análise as receitas cobradas líquidas, deduzidas já das restituições/reembolsos – em lugar destas serem tratadas como despesa, como sucedia durante a vigência do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

A quantificação da receita executada no exercício encontra-se globalmente sistematizada no quadro seguinte, em que as Previsões Corrigidas para o exercício são apresentadas em paralelo com os montantes apurados nas diversas fases do ciclo orçamental da receita.

Quadro 26

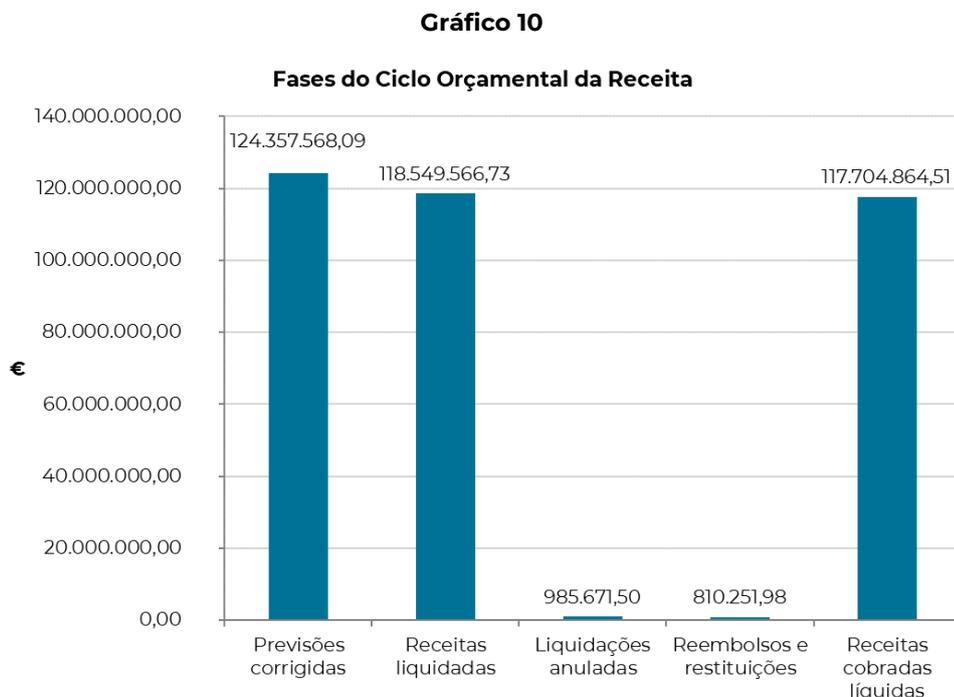
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA										
2021										
	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	Receitas cobradas líquidas	Receitas por cobrar no final do período	Taxa de execução Receitas cobradas	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)-(f)	(h)=(b)+(c)-(d)-(g)	(i) = (g)/(a)	
RECEITA EFETIVA	85.687.750	5.431.998	81.394.349	985.672	81.359.898	810.252	80.549.646	5.291.028	100%	94%
Receita Corrente	73.405.965	4.970.993	73.544.763	977.818	73.510.313	802.399	72.707.914	4.830.024	91%	99%
Receita Fiscal - Impostos diretos	46.014.319	0	46.721.914	708.499	46.721.914	708.499	46.013.415	0	0%	100%
Taxas, multas e outras penalidades	2.718.914	2.334.767	2.657.421	150.467	2.638.828	15.007	2.623.821	2.217.900	42%	97%
Rendimentos de propriedade	2.547.100	5.341	2.541.094	0	2.541.278	0	2.541.278	5.157	0%	100%
Transferências correntes	19.711.772	6.390	19.211.637	72.016	19.218.027	72.016	19.146.011	0	0%	97%
Venda de bens e serviços correntes	2.160.160	1.067.887	2.172.230	40.512	2.154.799	6.878	2.147.921	1.051.683	20%	99%
Outras receitas correntes	253.700	1.556.608	240.469	6.325	235.468	0	235.468	1.555.284	29%	93%
Receita de Capital	12.045.218	457.881	7.605.165	0	7.605.165	0	7.605.165	457.881	9%	63%
Vendas de bens de Investimento	2.435.040	264.748	2.180.745	0	2.180.745	0	2.180.745	264.748	5%	90%
Transferências de Capital	9.512.772	0	5.327.314	0	5.327.314	0	5.327.314	0	0%	56%
Outras receitas de Capital	97.406	193.133	97.107	0	97.107	0	97.107	193.133	4%	100%
Reposições não abatidas pagamentos	236.567	3.124	244.420	7.853	244.420	7.853	236.567	3.124	0%	100%
RECEITA NÃO EFETIVA	1.514.600	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%
Ativos Financeiros	100	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%
Passivos Financeiros	1.514.500	0	0	0	0	0	0	0	0%	0%
TOTAL DA RECEITA	87.202.350	5.431.998	81.394.349	985.672	81.359.898	810.252	80.549.646	5.291.028	100%	92%
Saldo da Gerência Anterior (SGA)	37.155.218	0	37.155.218	0	37.155.218	0	37.155.218	0	100%	
TOTAL APÓS INTEGRAÇÃO DO SGA	124.357.568	5.431.998	118.549.567	985.672	118.515.116	810.252	117.704.865	5.291.028	95%	

Un: Euro

Os valores apresentados são obtidos a partir da Demonstração Orçamental da Receita, arredondados à unidade.

O orçamento do exercício, contempladas todas as alterações orçamentais introduzidas, indica como previsão para a receita total do Município o montante de 87.202.350 € (excluído o saldo da gerência anterior) e para a receita cobrada líquida o valor de 80.549.646 €, o que evidencia uma taxa de execução de 92% e uma receita por cobrar no final do período de 5.291.028 €.

Acrescentado o saldo da gerência anterior (37.155.218 €), a receita do exercício apresenta-se conforme melhor ilustra o gráfico seguinte:



As receitas anuladas, reembolsadas e restituídas têm uma ponderação nos valores liquidados bastante diminuto, como ressalta visualmente do gráfico anterior – representam, no seu todo, cerca de 1% da receita liquidada no exercício.

Relativamente às Liquidações Anuladas, estas compreendem na sua maior parte os Reembolsos e Restituições (82%) e, com menor ponderação, as anulações propriamente ditas, que em termos absolutos ascendem no exercício a 171.275 €, com origem sobretudo em Taxas, Multas e Outras Penalidades relacionadas com Ocupação da Via Pública e Publicidade.

No que respeita aos Reembolsos e Restituições, cujo montante ascendeu em 2021 a 810.252 €, verifica-se que na sua origem estão maioritariamente regularizações relativas a Impostos diretos (reembolsos de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação, explicam 81% do total devolvido aos municípios no exercício).

Orientando a presente análise agora para a receita cobrada líquida no exercício, é possível constatar, desde logo, a predominância absoluta da Receita Efetiva, uma vez que novamente, e tal como nos dois anos antecedentes, não foi arrecadada receita com origem em ativos ou passivos financeiros (Receita Não Efetiva). Na desagregação da arrecadada, confirma-se ainda e novamente numa linha de continuidade com o que sucedeu no exercício anterior, que a Receita Corrente responde pela



maior parte da receita cobrada líquida, com 72.707.914 € (90%), enquanto a Receita de Capital proporciona aos cofres municipais apenas 7.605.166 € (9%) e as Reposições não abatidas aos pagamentos apenas uns singelos 236.567 €.

Perspetivadas as receitas municipais nas subcomponentes propostas na Demonstração Orçamental da Receita, começando esta incursão pelas de natureza corrente, uma vez mais os Impostos Diretos permanecem destacados como fonte primordial de receita municipal respondendo, por si só, por 57% do total da receita, ascendendo no exercício a 46.013.415 €. As Transferências correntes assumem a segunda posição neste ranking, respondendo por 19.146.011 €, traduzindo-se numa representatividade em torno dos 24% dos valores totais arrecadados.

Com contributos substancialmente inferiores, apresentam-se ainda no seio da Receita Corrente as rubricas de Taxas, Multas e Outras Penalidades (2.623.821 €), Rendimentos de Propriedade (2.541.278€) e Venda de bens e serviços correntes (2.147.921 €), cada uma com contributos próximos de 3% da Receita Efetiva. Com materialidade residual apresentam-se as Outras receitas correntes, num total de 235.468 €.

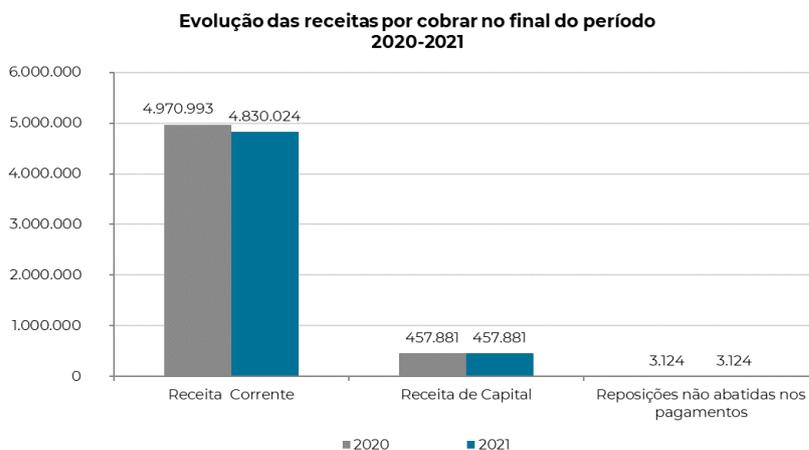
No que às Receitas de Capital respeita, ascendem na sua totalidade a 7.605.166 €, destacando-se na sua decomposição a contribuição das Transferências de Capital (5.327.314€) e as Vendas de Bens de Investimento (2.180.745 €).

Em último lugar, no espectro das componentes que de modo agregado perfazem a Receita Efetiva, apresentam-se as Reposições não abatidas aos pagamentos que, em 2021, totalizam 236.567,36 €.

As receitas por cobrar, no final do período, ascendem a 5.291.028 €, (-) 140.969 € - isto é, (-) 3% - do que no período homólogo, em que se quantificaram em 5.431.998 €. A rubrica que mais contribui para esta performance é a de Taxas, Multas e Outras Penalidades, cuja redução nos saldos por cobrar transitados entre exercícios alcança os (-) 5%. Ainda sobre esta matéria, anota-se o facto de os saldos por cobrar herdados de 2020, relativos a Receitas de Capital e Reposição Não Abatidas nos Pagamentos permanecem inalterados entre o início e o final do ano.

Para melhor ilustrar a evolução dos saldos por cobrar, por grandes componentes de receita, insere-se o gráfico seguinte:

Gráfico 11



Insistindo na atenção à receita liquidada e não cobrada no exercício, conclui-se que a maioria dos valores por cobrar no termo de 2021 tem origem em Receita Corrente (91%), correspondendo quase metade dos valores que transitaram para 2022 a Taxas, Multas e Outras Penalidades (42%), a que se juntam as Outras Receitas Correntes (com 29%) e a Venda de Bens e Serviços Correntes (20%).

No que à primeira destas componentes respeita, Taxas Multas e Outras Penalidades, transitam por cobrar, relativos a Loteamentos e Obras, 1.381.224 € (valor que, permanecendo inalterado desde o termo de 2020, inclui as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas de não cedência de área), seguindo-se as rubricas de Juros de Mora (445.628 €) e Publicidade (221.016 €). O perfil na composição destes saldos por cobrar permanece assim, em termos de contribuição relativa para os valores apurados no final do ano, idêntico face ao que se apresentava no relatório de gestão de 2020.

Relativamente à segunda componente de Receita Corrente com maiores saldos por cobrar no final de 2021, Outras Receitas Correntes, transitam para o ano seguinte 1.555.284 €, que na sua maior parte, remontam a 2019 e incluem os montantes em aberto junto da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. – Em Liquidação, 1.292.354 €, relativos à assunção do pagamento de dívidas fiscais da empresa à Autoridade Tributária em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia. No momento da elaboração do presente relatório, são já conhecidas sentenças, totalmente procedentes e transitadas em julgado, relativamente aos processos relativos a IVA referentes aos exercícios de 2012 e 2013, no montante de 263.000 €

Por último e ainda em torno das receitas não cobradas no exercício, da Venda de Bens e Serviços correntes transitam para o ano seguinte 1.051.683 €, menos 16.204 € do que os valores recebidos de 2020. Este valor tem origem sobretudo em serviços prestados (1.034.942 €), sobressaindo os Serviços Sociais, com 779.073 €, a que se juntam com menor materialidade os Serviços específicos das



autarquias (114.490 €) e Serviços desportivos (108.926 €). Em linha com o que sucedia nos exercícios anteriores:

- Nos Serviços Sociais incluem-se os montantes correspondentes ao setor da educação, designadamente Componente de Apoio à Família (CAF), Serviço de Apoio à Família (SAF) e Refeições Escolares, encontrando-se em sede de cobrança coerciva 461.559 € (59%).
- Nos Serviços Específicos das Autarquias Locais encontram-se as rubricas de Trabalhos por conta de particulares (42.827 €), Outros (42.551 €) e Mercados e feiras (29.111 €), encontram-se em execução fiscal 60.558€ (53%).
- Nos Serviços Desportivos permanecem incluídos os valores por cobrar relativos à utilização de instalações desportivas, encontrando-se em execução fiscal 95.876 € (88%).

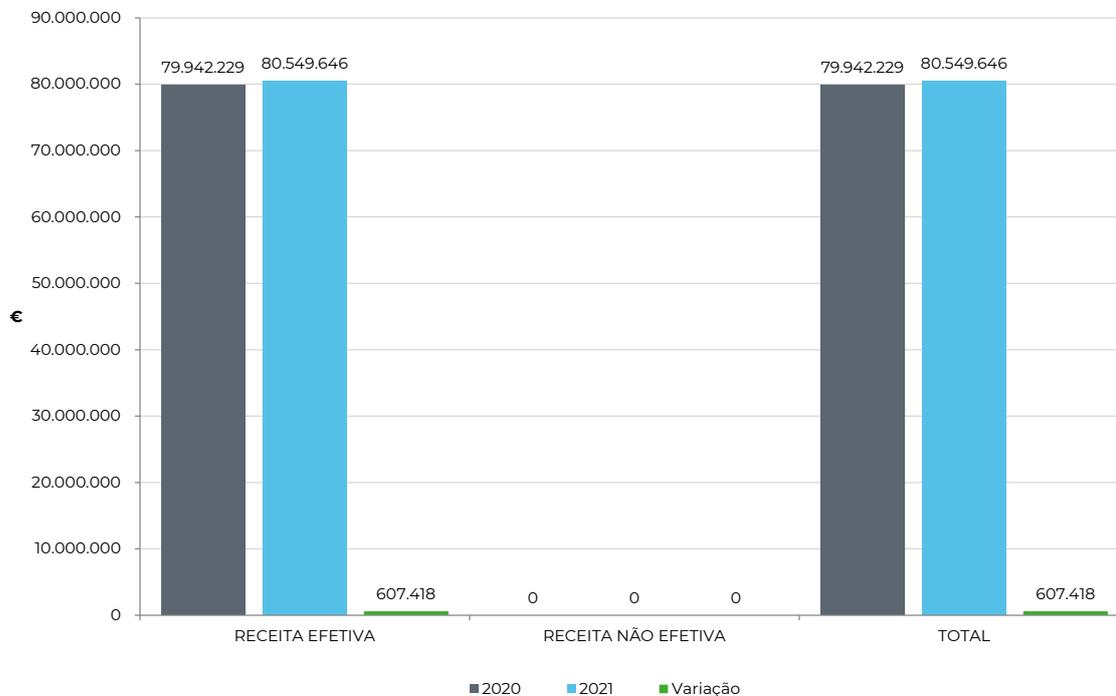
No que às Receitas de Capital liquidadas por cobrar respeita, constata-se que a sua composição permanece inalterada face aos valores transitados de 2019 para 2020 e, sucessivamente, de 2020 para 2021: encontram-se por cobrar 264.748 € relativas à Vendas de Bens de Investimento e 193.133 € de Outras Receitas de Capital, transitadas de 2019.

As Receitas por cobrar que transitam, assim, para 2022, ascendem no seu total a 5.291.028 € e encontram-se em sede de cobrança coerciva e a ser dirimidas judicialmente, bem como, em processo administrativo de dissolução e liquidação de entidade empresarial do setor local, o montante de 4.933.521 €, o que representa cerca de 93% do total das receitas por cobrar.

Conclui-se a apreciação genérica à evolução da receita municipal dotando o leitor da perspetiva comparada com a performance do exercício antecedente, cuja ilustração se apresenta graficamente de seguida:

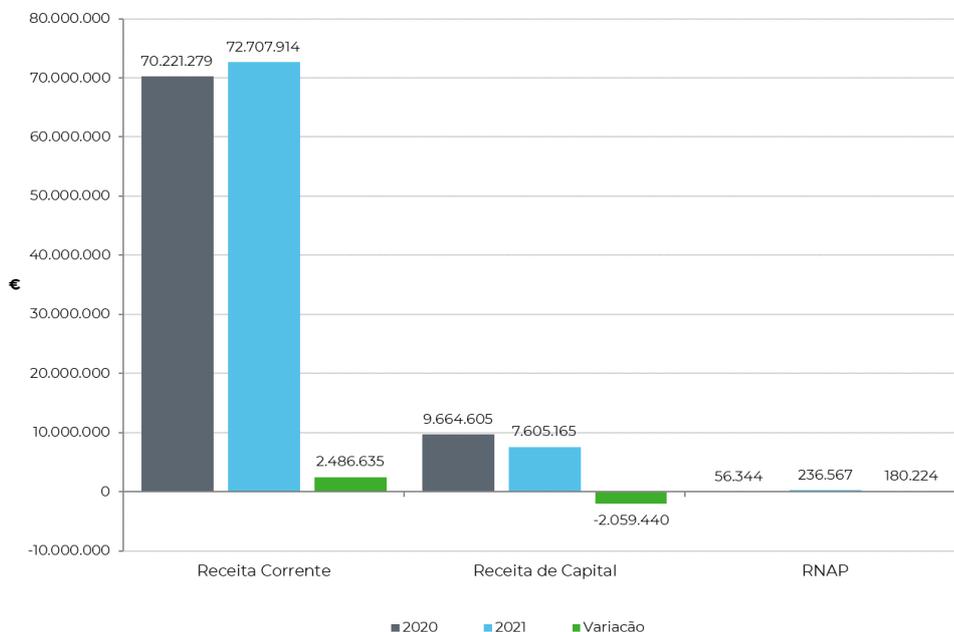
Gráfico 12

Evolução da Receita Cobrada Líquida



A receita total executada pelo Município da Maia ascende, em 2021 e conforme já se referiu anteriormente, a 80.549.646 € (excluído o saldo da gerência anterior), registrando um aumento de (+) 607.418 €, relativamente ao valor observado em 2020, 79.942.229 €, correspondente a aproximadamente (+) 1%. Esta variação fica a dever-se à evolução das Receitas Correntes, particularmente das Transferências Correntes e Receita Fiscal que, além de ponderarem de sobremaneira no total de receita corrente executada, observaram ainda aumentos entre os dois exercícios – de (+) 6% e (+) 2% respetivamente.

Em sentido contrário, regista uma diminuição entre 2020 e 2021 a rubrica de Transferências de Capital, que passa de 8.669.426 € para 5.327.314 € entre os dois exercícios, reduzindo (-) 21% relativamente ao ano anterior - e conduzindo a globalidade das Receitas de Capital a uma diminuição de (-) 21% entre os dois exercícios.

Gráfico 13
Evolução da Receita Efetiva


Atenta a sua materialidade no cômputo global da execução da receita orçamentada, dedica-se seguidamente, este relatório, à análise individual das Receitas Próprias, das Transferências (Correntes e de Capital, pela sua relevância no contexto das Receita Alheia) e dos Passivos Financeiros, atento o interesse que habitualmente despertam, bem assim como a articulação com a análise da dívida e dos passivos patrimonialmente reconhecidos.

1.3.5.1.1 RECEITAS PRÓPRIAS

Adotando distinto critério do que até aqui orientou a presente análise, coloca-se agora o foco na evolução da receita municipal, diferenciada pelo facto de ter origem (ou não) na atividade municipal propriamente dita e na prestação de serviços de natureza iminentemente municipal (Receita Própria).

Tal como sucedeu em 2020, a Receita Própria municipal inclui a globalidade da receita à exceção das transferências (correntes ou de capital) e das reposições não abatidas nos pagamentos. A Receita Alheia por seu lado engloba, em termos práticos, as Transferências Correntes e de Capital.

A estrutura das receitas próprias e alheias dos Município da Maia em 2021 e, para comparação, 2020, são as que se quantificam no quadro seguinte:



Quadro 27

ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS E ALHEIAS								
	2020			2021			Variação	
	Valor	% Global	% Própria	Valor	% Global	% Própria	Valor	%
PRÓPRIA	53.183.010	67%	100%	55.839.755	69%	100%	2.656.745	5%
Impostos diretos	45.049.917	56%	85%	46.013.415	57%	82%	963.498	2%
Taxas, multas e outras penalidades	2.581.554	3%	5%	2.623.821	3%	5%	42.267	2%
Rendimentos de propriedade	2.537.935	3%	5%	2.541.278	3%	5%	3.343	0%
Venda de bens e serviços correntes	1.864.501	2%	4%	2.147.921	3%	4%	283.420	15%
Outras receitas correntes	153.924	0%	0%	235.468	0%	0%	81.544	53%
Venda de bens de investimento	995.179	1%	2%	2.180.745	3%	4%	1.185.566	119%
Outras receitas de capital	0	0%	0%	97.107	0%	0%	97.107	-
ALHEIA	26.702.876	33%		24.473.325	30%		-2.229.551	-8%
Transferências correntes	18.033.450	23%		19.146.011	24%		1.112.561	6%
Transferências de capital	8.669.426	11%		5.327.314	7%		-3.342.112	-39%
Ativos financeiros								
Passivos financeiros								
OUTRAS RECEITAS	56.344	0%		236.567	0%		180.223	320%
Reposições não abatidas nos pagamentos	56.344	0%		236.567	0%		180.223	320%
TOTAL	79.942.230	100%		80.549.647	100%		607.417	1%

Un: Euro

A primeira conclusão que ressalta da leitura do quadro supra é a prevalência absoluta das Receitas Próprias no cômputo global da receita arrecadada, que no exercício objeto de análise no presente relatório ascende a 69% do total – reforçando ainda a sua relevância face ao registado em 2020, em que esta ponderação se cifrava já em 67%.

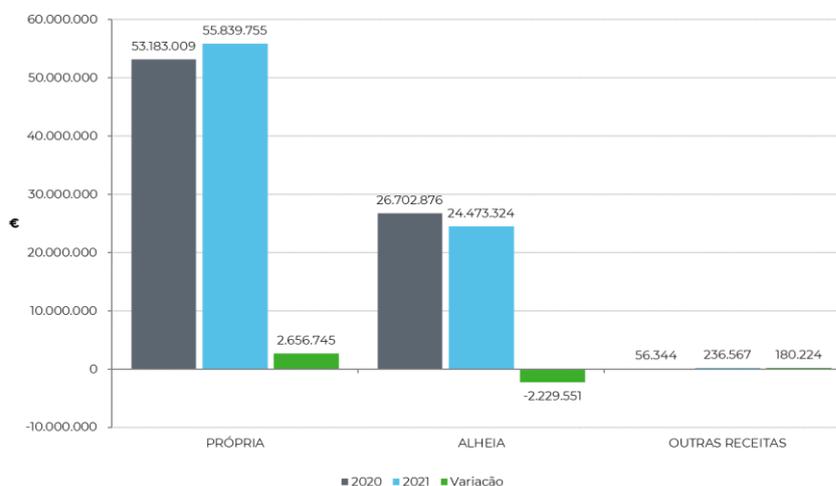
As receitas com origem em Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades permanecem como as mais relevantes, respetivamente com contribuições de 46.013.415 € e 2.623.821 € no exercício, assumindo a responsabilidade por 87% da receita própria com origem genérica em impostos e taxas, respondendo a receita desta natureza, no seu todo, por 60% da receita total arrecadada e 87% da receita própria do ano.

Relativamente à Receita Alheia, esta responde por menos de um terço da receita total, constatando-se ainda que, no seio das suas subcomponentes, é a rubrica de Transferências Correntes a dominante (com 19.146.011 €, mais (+) 1.112.561 € do que em 2020), a que se juntam as Transferências de Capital (com 5.327.314 €, registando uma quebra de (-) 39% face ao período homólogo). As Transferências Correntes, além de serem a rubrica que mais pondera na receita alheia (78%), é mesmo a segunda rubrica que isoladamente mais contribui para a receita total arrecadada.



Gráfico 14

**Evolução das Receitas
Próprias e Alheias**



A única rubrica de receita que regista uma execução inferior à observada no exercício anterior é a de Transferências de Capital, acabando por contagiar com este efeito toda a Receita Alheia Municipal, que assim vê o seu valor absoluto reduzir entre os dois exercícios – de 26.702.876 € para 24.473.325 €, numa redução que em termos relativos se traduz em (-) 8%.

A Receita Própria regista no exercício um total de 55.839.755 €, aumentando (+) 2.656.745 € face ao executado em 2020 (contrariamente ao que havia sucedido entre este exercício e o seu antecedente). Do aumento observado, 45% ficam a dever-se ao comportamento da Venda de Bens Investimento, com origem sobretudo na materialização, no exercício, de avanços em processos de venda em hasta pública de lotes municipais - um integrado no projeto “Masterplan do Sobreiro” (1.272.801 €) e outro no Tecmaia, em Moreira da Maia (870.001 €).

Com contributo igualmente digno de destaque, apresenta-se a rubrica de Receita Fiscal (Impostos Diretos), que totaliza em 2021 o montante de 46.013.415 €, com (+) 963.498 € do que no exercício anterior – mantendo-se nesta esfera o Imposto Municipal sobre Imóveis como dominante, conforme se verificará adiante.

Digno também de ser assinalado, pese embora mais modesto em termos absolutos do que os que anteriormente foram versados na presente análise, é o aumento nos valores arrecadados a título de Venda de Bens e Serviços Correntes, que cresce (+) 15% relativamente ao valor registado em 2020 – refletindo, ainda de modo ligeiro, a retoma de normalidade que pautou a maior parte da atividade escolar ocorrida neste ano, as dinâmicas de pavilhões e piscinas municipais, das atividades de cariz cultural e recreativo que em 2020 havia conhecido um abrandamento significativo, em virtude da pandemia de COVID-19.



As demais rubricas que compõem a Receita Própria municipal, todas sem exceção, registam aumentos face aos valores cobrados no período homólogo, anotando-se apenas, relativamente às Outras Receitas de Capital (que se haviam cifrado nulas em 2020 e no exercício em presença ascendem a 97.107 €), que as verbas registadas no período são decorrentes de protocolo de cooperação celebrado entre os Municípios da Maia e da Trofa, relacionado com trabalhos de pavimentação de vias municipais transversais aos dois concelhos.

Conforme se assinalou anteriormente, a rubrica de Receita Fiscal (Impostos Diretos) é a que mais pondera, no espectro das receitas municipais, razão por que se lhe dedicará subcapítulo de análise exclusiva desta componente.

1.3.5.1.1.1 IMPOSTOS DIRETOS

A receita municipal arrecadada em 2021, por via de Impostos Diretos, ascendeu a 46.013.415 €, aumentando 2,1% face ao valor apurado no ano anterior. Sistematizando a composição detalhada desta parcela das receitas próprias do Município, insere-se seguidamente quadro resumo contendo os valores executados no ano:

Quadro 28

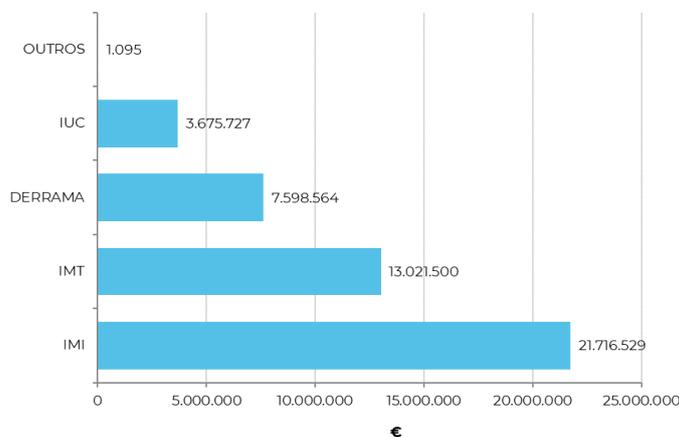
IMPOSTOS DIRETOS						
	2020		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.654.610	48,1%	21.716.529	47,2%	61.919	0,3%
Derrama	9.053.531	20,1%	7.598.564	16,5%	-1.454.967	-16,1%
Imposto municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	10.578.356	23,5%	13.021.500	28,3%	2.443.144	23,1%
Imposto único de circulação	3.706.835	8,2%	3.675.727	8,0%	-31.108	-0,8%
Sisa	31.627	0,1%	0	0,0%	-31.627	-100,0%
Outros	24.958	0,1%	1.095	0,0%	-23.863	-
TOTAL	45.049.917	100,1%	46.013.415	100,0%	963.498	2,1%

Un:Euro



Gráfico 15

**Impostos Diretos
Ano 2021**



A primeira constatação relaciona-se com a manutenção do peso relativo de cada um dos impostos que contribuem para esta receita anualmente, face à estrutura que já se observava em 2020, com o Imposto Municipal sobre Imóveis a assumir a maior responsabilidade (47,2%), com 21.716.529 € cobrados em 2021, o que conduz a que este imposto permaneça praticamente invariante face ao exercício anterior.

Apresenta-se de seguida o Imposto municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, cujo contributo no exercício ascende a 13.021.500 €, este sim registando um crescimento digno de nota, (+) 2.443.144 €, crescendo (+) 23 % face ao período homólogo. Conjuntamente, estes dois impostos representam mais de três quartos dos Impostos Diretos arrecadados pelo Município no período.

A Derrama, que no exercício alcança o montante 7.598.564 €, diminui (-) 1.454.967 € espelhando uma quebra assinalável de (-) 16% face aos valores cobrados em 2020. Também o Imposto Único de Circulação se comporta de idêntico modo, reduzindo (-) 31.108 € face ao período homólogo e encerrando o exercício com um apuro de 3.675.727 €.

Quanto às restantes rubricas (SISA e outros), a sua materialidade (que se espera tendencialmente nula) cifrou-se efetivamente residual – 1.095 €.

Conclui-se, da análise precedente, pela importância dos impostos relacionados com a propriedade ou a sua transmissão de imóveis localizados no Município (e, conseqüentemente, da relevância que a dinâmica destes mercados acaba por ter na arrecadação de receita municipal), verificando-se ainda que no ano de 2021 esta variação é de tal modo materialmente relevante que mais do que compensa a perda de receitas fiscais indexada aos lucros das empresas sediadas no concelho - que, conforme se previa do abrandamento da atividade económica e dos negócios em consequência da pandemia de COVID-19, conheceu uma significativa redução.



1.3.5.1.1.2 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Em 2021, a rubrica de impostos indiretos aqui designada como Taxas, Multas e Outras Penalidades cifra-se em 2.623.821 €, crescendo (+) 2% relativamente aos valores registados no ano anterior.

Desagregada por subcomponentes, verifica-se que a Ocupação da Via Pública ocupa agora o lugar cimeiro na hierarquia dos impostos indiretos que contribuem para o erário municipal, relegando as taxas decorrentes de Loteamentos e Obras para segunda posição deste ranking.

Para uma melhor perceção da composição e evolução destes impostos, entre 2020 e 2021, insere-se de seguida informação quantificada sob a forma de quadro:

Quadro 29

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES						
	2020		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mercados e Feiras	3 332	0,1%	0	0,0%	-3 332	-100,0%
Loteamento e Obras	1 143 922	44,3%	1 112 953	42,4%	-30 969	-2,7%
Ocupação da via pública	1 119 521	43,4%	1 150 711	43,9%	31 190	2,8%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	55 387	2,1%	66 461	2,5%	11 074	20,0%
Publicidade	44 382	1,7%	29 776	1,1%	-14 606	-32,9%
Juros	102 340	4,0%	136 024	5,2%	33 684	32,9%
Multas e outras penalidades (exceto juros)	16 228	0,6%	8 407	0,3%	-7 821	-48,2%
Outros	96 441	3,7%	119 489	4,6%	23 048	23,9%
TOTAL	2 581 553	99,9%	2 623 821	100,0%	42 268	1,6%

Un: Euro

Esta rubrica assume-se como a quarta posição no ranking das contribuições para a Receita Efetiva, a terceira no da Receita Corrente e a segunda nas Receitas Próprias municipais.

Da leitura do quadro é possível aferir desde logo acerca da predominância das rubricas de Ocupação da Via Pública (com 1.150.711 €) e Loteamentos e Obras (1.112.953 €) que, conjuntamente, representam 86% da rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades arrecadada pelo Município – somada, a receita cobrada por via destas duas rubricas perfaz 2.263.664 €. A inversão de posições entre ambas, face ao que se observava em 2020, decorre do aumento registado no exercício da primeira, (+) 31.190 €, em detrimento da diminuição da segunda, (-) 30.969 €.

Traduzido num contributo substancialmente menor em valor absoluto, também a rubrica de Juros exhibe uma variação assinalável, (+) 33.684 € correspondente a um crescimento de cerca de (+) 33% face ao apurado em 2020, ascendendo em 2021 a 136.024 €.

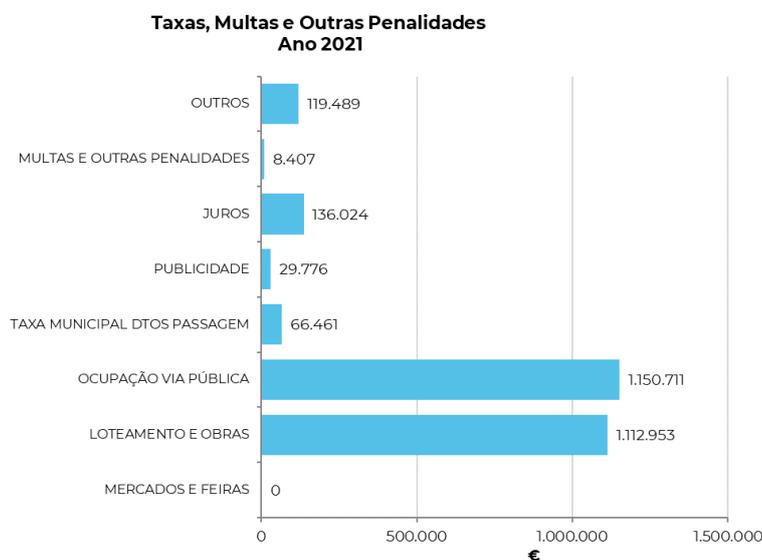
Logo a seguir, surge a componente Outros a contribuir com 119.489 €, ditando um acréscimo de (+) 23.048 €.



Por fim, no seio das Taxas, Multas e Outras Penalidades encontram-se ainda as rubricas de Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Publicidade e Multas e Outras Penalidades (exceto Juros) com valores que conjuntamente ascendem a 104.644 €, e que evidenciam tendências diversas, a primeira um acréscimo de (+) 11.074 €, e as outras duas decréscimos de respetivamente (-) 14.606 € e (-) 7.821 €.

Para melhor apreciação do peso relativo das diversas componentes, insere-se seguidamente gráfico ilustrativo da decomposição das Taxas, multas e outras penalidades:

Gráfico 16



1.3.5.1.1.3 VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES

A rubrica de Venda de Bens e Prestação de Serviços Corrente totaliza no exercício 2.147.921 €, registando uma melhoria face ao ano anterior de (+) 15%. A sua decomposição é a que se apresenta no quadro seguinte:



Quadro 30

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES						
	2020		2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Bens	12.301	0,7%	29.075	1,4%	16.774	136,4%
Serviços	1.803.670	96,7%	1.976.352	92,0%	172.682	9,6%
Aluguer de espaços e equipamentos	328	0,0%	1.816	0,1%	1.488	453,7%
Vistorias e ensaios	8.112	0,4%	9.565	0,4%	1.453	17,9%
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	1.663.040	89,2%	1.810.485	84,3%	147.445	8,9%
Serviços sociais	1.020.054	54,7%	1.277.171	59,5%	257.117	25,2%
Serviços culturais	18.764	1,0%	15.611	0,7%	-3.153	-16,8%
Serviços desportivos	624.222	33,5%	517.704	24,1%	-106.518	-17,1%
Serviços Específicos das Autarquias	131.300	7,0%	153.694	7,2%	22.394	17,1%
Outros	890	0,0%	792	0,0%	-98	-11,0%
Rendas	48.529	2,6%	142.494	6,6%	93.965	193,6%
TOTAL	1.864.500	100,0%	2.147.921	100,0%	283.421	15,2%

Un: Euro

Como se infere daqui, revestem-se de capital importância os Serviços (sociais, recreativos, culturais e de desporto) que, tendo originado no ano anterior receita no valor 1.663.040 €, alcançam neste exercício 1.810.485 €.

Grande parte das medidas de combate à pandemia de COVID com impacto incontornável em 2020 (encerramento de equipamentos culturais e desportivos, suspensão de grande parte dos eventos de cariz cultural e desportivo), foram significativamente esbatidas em 2021, em consequência especialmente da vacinação massiva e bem-sucedida. Particularmente os Serviços Sociais, em que se incluem os recebimentos decorrentes das refeições escolares e outros serviços de apoio às famílias complementares ao ensino pré-escolar e primeiro ciclo, assinalam o crescimento esperado do facto de as interrupções da atividade letiva presencial terem sido substancialmente inferiores às do ano precedente.

Também as Rendas cobradas no exercício aumentam face às do ano anterior, contribuindo no exercício com 142.494 € para a receita apurada, com origem sobretudo em Edifícios.

1.3.5.1.2 TRANSFERÊNCIAS

As receitas provenientes de transferências encerram em si determinados objetivos como sejam a produção de melhores serviços e bens públicos. Haverá, contudo, que ter em consideração que os municípios apesar de funcionarem sob o princípio da autonomia administrativa e financeira, não



dispõe de recursos próprios decorrentes da sua atividade que lhes permita enfrentar as suas atribuições e competências sob a égide dessa autonomia.

No contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Relativamente às Outras Transferências, visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”. A concretização desta ideia está atualmente num processo de evolução. A descentralização vai propiciar uma alteração na estrutura das transferências e do seu peso na estrutura da receita das autarquias, como consequência de um alargamento das competências municipais.

O total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor, tentando de alguma forma adequar os meios financeiros à concretização do princípio da autonomia, apresentando atualmente uma aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos.

Face ao exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No final sistematizam-se as transferências recebidas no último biénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.



Quadro 31

TRANSFERÊNCIAS					
	2020		2021		Variação 2020/2021 Valor %
	Execução	Execução	Execução		
	Valor	Valor	Peso		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18 033 450	19 146 011	78,2%	1 112 561	6,2%
Estado	17 308 141	18 783 464	76,8%	1 475 322	8,5%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 834 484	4 233 203	17,3%	398 719	10,4%
Fundo Social Municipal	1 655 519	1 655 519	6,8%	0	0,0%
Participação Variável no IRS	8 501 357	9 253 205	37,8%	751 848	8,8%
Participação no IVA art.º 26-A da Lei 73/2013	761 866	957 446	3,9%	195 580	25,7%
Outros	2 554 915	2 684 091	11,0%	129 175	5,1%
Comparticipação em projetos comunitários	470 669	199 937	0,8%	-270 733	-57,5%
Serviços e Fundos Autónomos	71 245	57 407	0,2%	-13 838	-19,4%
Administração Local	0	0	0,0%	0	0,0%
Segurança Social	49 072	48 918	0,2%	-154	-0,3%
Instituições S/ Fins Lucrativos	62 000	31 000	0,1%	-31 000	-50,0%
Resto do Mundo	72 322	25 286	0,1%	-47 036	-65,0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 669 426	5 327 314	21,8%	-3 342 112	-38,6%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0	0	0,0%	0	0,0%
Estado	877 483	1 103 085	4,5%	225 602	25,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	426 054	470 356	1,9%	44 302	10,4%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	451 427	516 613	2,1%	65 186	14,4%
Cooperação técnica e financeira	0	0	0,0%	0	0,0%
Outros	2	116 116	0,5%	116 114	100%
Comparticipação em projetos comunitários	7 759 371	4 027 435	16,5%	-3 731 936	-48,1%
Serviços e Fundos Autónomos	8 572	186 794	0,8%	178 222	2079,2%
Instituições S/ Fins Lucrativos	24 000	10 000	0,0%	-14 000	-58,3%
Total	26 702 876	24 473 324	100,0%	-2 229 551	-8,3%
Un: Euros					
Total da Receita	79 942 229	80 549 646			
Peso das Transferências no Total da Receita	33,4%	30,4%			

Os dados expostos no quadro evidenciam que no exercício económico de 2021, as transferências totalizaram 24.473.324 €. Este total quando comparado com o exercício económico de 2020 apresenta uma variação de (-) 8,3% no total das transferências o que na sua expressão absoluta totaliza um decréscimo de (-) 2.229.551 €. Este decréscimo confirma uma certa instabilidade nominal das transferências, em particular daquelas que decorrem de políticas comunitárias, que nominalmente surgem como projetos comunitários.

À semelhança de exercícios anteriores subsiste a preponderância ascendente das transferências correntes (19.146.011 €) sobre as de capital (5.327.314 €).

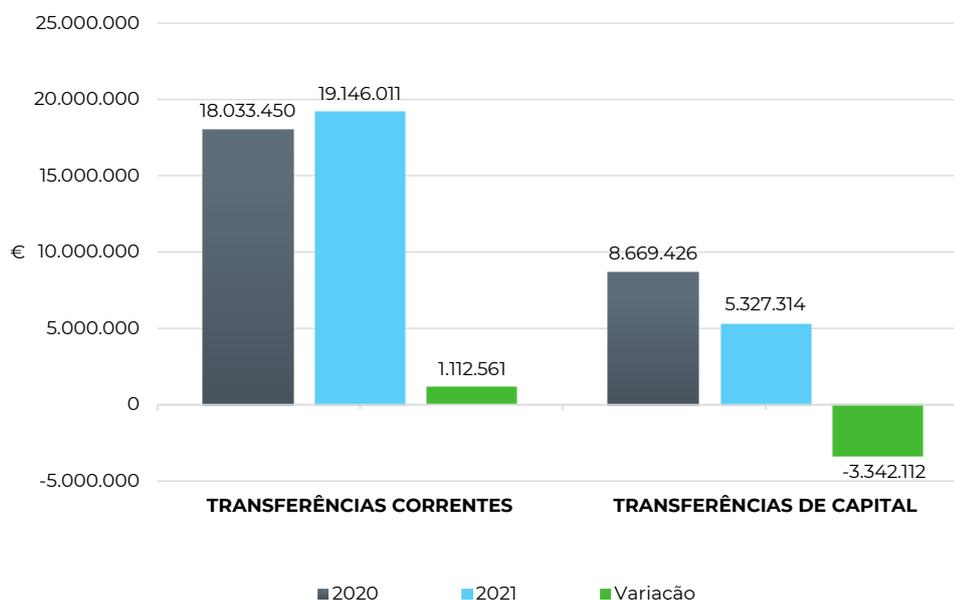
Na comparação entre os dois períodos, observam-se variações heterogéneas entre as rubricas de carácter corrente e de capital, com especial destaque para aquelas que apresentam maior peso e



relevância. Assim, as transferências de natureza corrente apresentam um acréscimo de (+) 1.112.561 €, num movimento contrário ao assumido pelas transferências de natureza capital, que triplicam negativamente o incremento verificado nas transferências correntes, ao apresentar uma variação de (-) 3.342.112 €.

Gráfico 17

Evolução das Transferências



Desta forma, verifica-se em 2021 uma diminuição da importância relativa das transferências, no contexto global das receitas da autarquia, representando neste ano, cerca de 30,4% do total da receita municipal, valor inferior ao verificado no ano de 2020 o qual atingiu 33,4%.

1.3.5.1.2.1 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências de natureza corrente assumem maior significado no cômputo global da receita (23,8%) destacando-se as rubricas que têm origem no Estado, que compreendem 98,1% do total das transferências correntes e que contribuem com um incremento de (+) 1.475.322 €.

Entre estas transferências, relevam-se os fundos municipais correntes (PIE) que continuam a ser determinantes no desenvolvimento da atividade autárquica ao contribuir com um total de 16.099.373€ e um peso de cerca de 20% no total da receita, facto que justificará uma análise mais pormenorizada a realizar mais adiante neste relatório.



Com efeito, a evolução positiva das transferências correntes, em 2021, encontra-se inteiramente relacionada com o comportamento das rubricas do Estado (+) 1.475.322 €, porquanto as remanescentes apresentam variação negativa de (-) 362.761 €.

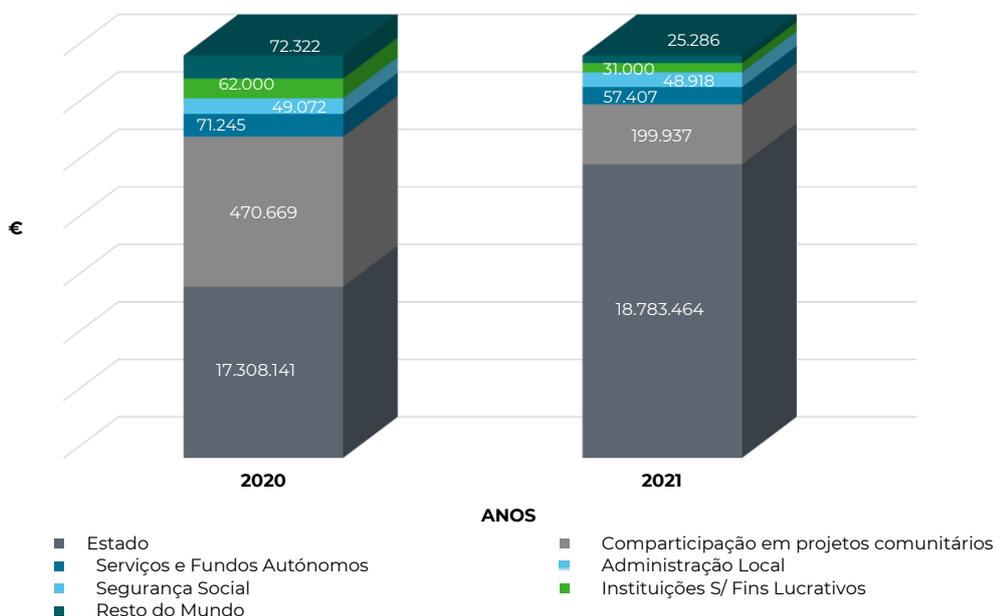
A componente Outros, que totaliza em 2021 o montante de 2.684.091 €, contribui com um acréscimo de (+) 129.175 €, tem como principal destinatário a área da educação ao acomodar 96% da receita desta rubrica, isto é, 2.566.456 €.

Com especial impacto negativo assinala-se a Comparticipação em Projetos Comunitários que espelha uma diminuição de (-) 270.733 € face a 2020, sendo que as restantes componentes das Transferências Correntes (Serviços e Fundos Autónomos, Instituições Sem Fins Lucrativos, Segurança Social e Resto do Mundo) não carecem de menção diferenciada, quer pela diminuta expressão individual, conjuntamente são responsáveis por (-) 92.029€, quer pela diminuta representação no cômputo geral das transferências.

O Gráfico 18 permite avaliar a relevância de cada uma das componentes das Transferências Correntes, sendo perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências oriundas do *Estado* visualizando-se a menor expressividade em valor das restantes componentes.

Gráfico 18

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES





1.3.5.1.2.2 TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

As Transferências de Capital, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam maior vulnerabilidade a fatores e riscos de ordem política ou económica entre outros. No entanto as suas características, independentemente do ciclo a que estejam ligadas, atribuem-lhe um papel de relevo nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe um papel de maior relevo no financiamento dessa estratégia. Não obstante este facto, não existe uma relação linear entre o volume de receitas de capital e a despesa de investimento, designadamente no caso do Município da Maia, em que grande parte do investimento realizado é financiado com poupança corrente, pelo que, o valor verificado nas receitas de capital serve de referencial e não como indicador preciso do investimento realizado.

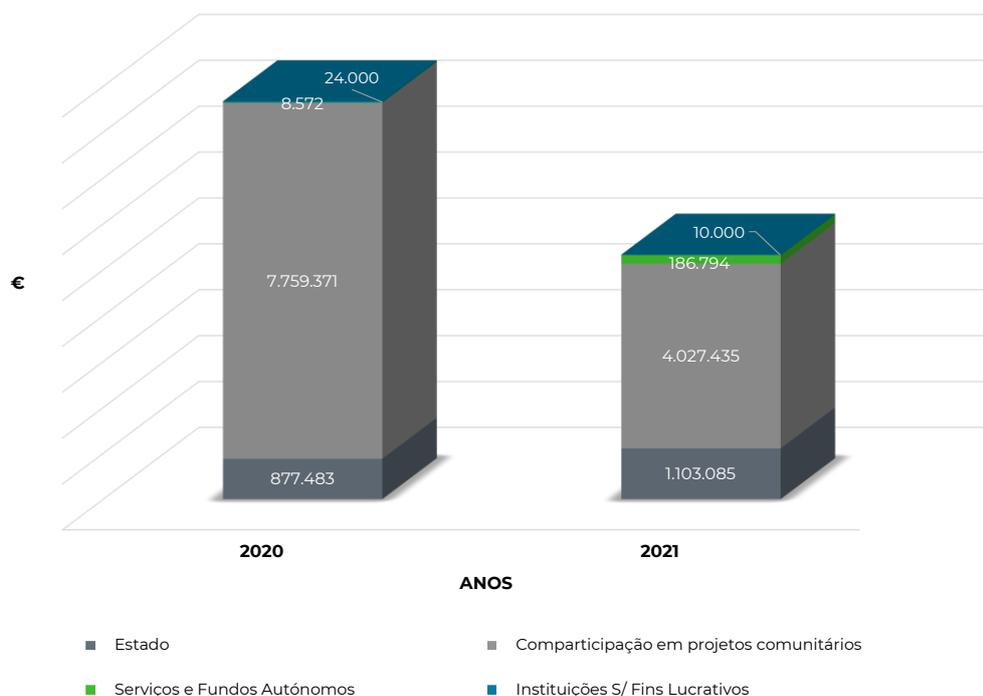
Por conta de transferências de capital, em 2021 arrecadou-se a importância de 5.327.314 €, refletindo uma diminuição face ao ano de 2020 de (-) 3.342.112 €, ou seja (-) 38,6%. Esta variação deve-se em particular, à rubrica Comparticipação em projetos comunitários, que tem origem em fundos como o Fundo Europeu de Desenvolvimentos Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e que totalizou por si só o decréscimo de (-) 3.731.936 € diretamente relacionado com a execução física e financeira de projetos abrangidos pelo programa comunitário Portugal 2020.

A contribuir de forma positiva apresentam-se os fundos municipais, designadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro e a verba decorrente do artigo 35.º da Lei 73/2013 que são responsáveis por (+) 109.488 €, os Serviços e Fundos Autónomos com (+) 178.222 € e Outros com (+) 116.114 €.

O Gráfico 19 permite avaliar o peso de cada uma das componentes das transferências de capital e sua evolução no biénio 2020/2021.

Gráfico 19

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

**1.3.5.1.2.3 FUNDOS MUNICIPAIS**

Considerando que, por si só, os fundos municipais representam 69,8% do total da receita arrecadada via transferências no ano de 2021, justifica-se analisar mais detalhadamente este conjunto de receita, tendo em conta o atual contexto de recorrente alteração da repartição dos recursos públicos entre o estado e os municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais, exigências essas que têm como objetivo considerar nas GOP princípios como a estabilidade orçamental, o equilíbrio das contas públicas numa perspetiva integrada do setor público mas também planear as finanças autárquicas tendo em conta compromissos intergeracionais.

A tendência descentralizadora de atribuições e competências poderá ter um forte contributo para um maior dinamismo associado às transferências em geral e a estes fundos em particular. As expectativas crescentes em relação à descentralização e ao pacote legislativo subjacente permite, desde logo, antecipar que a curto e médio prazo estes agregados possam ser alvo de alterações, não



só ao nível dos valores como da sua estrutura e metodologias de cálculo associadas ao apuramento de valores.

Quadro 32

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO					
	2020		2021		2022
	Execução	Execução	Variação 2020/2021	Previsto P.L. OE	Variação 2021/2022
Transferências Correntes - Estado	14 753 226	16 099 373	9,1%	16 163 945	0,4%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 834 484	4 233 203	10,4%	3 486 149	-17,6%
Fundo Social Municipal	1 655 519	1 655 519	0,0%	3 024 298	82,7%
Participação Variável no IRS	8 501 357	9 253 205	8,8%	9 495 100	2,6%
Participação no IVA	761 866	957 446	25,7%	158 398	-83,5%
Transferências Capital - Estado	877 481	986 969	12,5%	904 197	-8,4%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	426 054	470 356	10,4%	387 350	-17,6%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	451 427	516 613	14,4%	516 847	0,0%
	15 630 707	17 086 342	9,3%	17 068 142	-0,1%

Un: Euro

Total de Transferências	26 702 876	24 473 326
Total de Receita	79 942 229	80 549 646
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	58,5%	69,8%
Peso dos Fundos PIE no total da receita	19,6%	21,2%

Da apreciação dados antecedentes é possível aferir uma evolução crescente no período compreendido entre 2020 e 2021 dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais, (+) 9,3%, estimando-se uma ligeira descida para 2022, tendo por referência os dados presentes na Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2022, cuja versão definitiva se espera não ter grandes alterações, com exceção dos eventualmente alocados à transferência de competências, que sabe-se desde já representam mais de 8 milhões de euros.

O Fundo Social Municipal cuja verba tem sido recorrentemente consignada à função “Educação”, sobretudo à educação pré-escolar e primeiro ciclo, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, manteve-se inalterado com o valor de 1.655.519 €, prevendo-se um acréscimo de 82,7% no montante para 2022 de acordo com o estabelecido na referida Proposta de Lei do Orçamento do Estado, fruto do contexto de transferência de competências.

Quanto ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, apresenta uma evolução positiva, que face a 2020 culminou num acréscimo total de (+) 443.021 €, destacando-se principalmente a componente corrente que isoladamente foi responsável por (+) 398.719 €. Para 2022, por sua vez, foi contemplado na Proposta Lei de Orçamento do Estado uma diminuição de (-) 830.060, também aqui com maior contributo da componente corrente, (-) 747.054 €.



Relativamente à Participação Variável no IRS, apesar de assumir a maior representatividade do agrupamento, poderá apresentar, simultaneamente, uma característica de maior volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que, as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado em relação a 2020, (+) 8,8 %, transmite a ideia da melhoria das condições de rendimento da população do concelho, será, contudo, de ter em atenção que tal agregado em 2021 reflete o apuramento do imposto de 2019 em 2020 e, portanto, reflete as condições conjunturais ocorridas nesse ano. Em 2021 apresentou um aumento de (+) 751.848 € e perspectiva-se para 2022 um novo acréscimo que ascende a (+) 241.895 €.

As transferências decorrentes da aplicação do artigo 35.º da Lei 73/2013 adquirem consistência no contexto das transferências ao assumir em 2021 o valor de 516.613 € aumentando (+) 65.186 €. Também para 2022 encontra-se previsto um ligeiro acréscimo sendo esperada uma execução da receita no montante de 516.847 €.

Cumprindo o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei das Finanças Locais as transferências PIE incluem uma participação de 7,5% na receita no IVA. A participação referida na legislação apontada foi distribuída aos municípios proporcionalmente por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. Tal apuramento traduziu-se numa transferência para o município em 2021 de 957.446 € e uma valorização do orçamento municipal em (+) 195.580. Contudo, em sede de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2022, a aprovar, está prevista para o Município da Maia uma participação na receita do IVA de 158.398 € encontrando-se assim prejudicada a sua posição financeira, em (-) 799.048 €. Neste caso será de ter em atenção que o ano de 2022 acomodará os efeitos da pandemia em curso, e o forte impacto negativo da não liquidação do IVA em alguns setores de atividade aqui considerados.

Assiste-se em 2021 a um acréscimo de (+) 11,3 pontos percentuais, do peso relativo dos Fundos PIE, quando comparados com o total das transferências. Já no que se refere ao peso no total da receita apresenta um acréscimo de (+) 1,7 pontos percentuais face a 2020. Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, durante o biénio em análise, regista-se que o montante arrecadado desta tipologia de receitas varia, aproximadamente, entre 20% e 21% do total da receita cobrada adquirindo estatuto relevante neste contexto.

Os Fundos (PIE) são aqueles que adquirem maior expressividade no contexto das transferências, mantendo-se a um nível elevado nos sucessivos exercícios económicos, atingindo cerca de 70% em 2021 e 59% em 2020.



1.3.5.1.2.4 RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS

Por fim, inserem-se três mapas que sistematizam os dados de acordo com a sua natureza e orientação estratégica da atividade municipal.

- Um que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos co-financiados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2020 e 2021;
- Um segundo que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do programa comunitário de financiamento Portugal 2020, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.



Quadro 33

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS					
	2020		2021		Peso
	Execução	Execução	Variação 2020/2021 valor	%	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.280.223	3.046.638	-233.586	-7,1%	41,2%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	470.669	199.937	-270.733	-57,5%	2,7%
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	137.096	0	-137.096	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Criação de rede estruturada de infraestruturada de parqueamento para	11.851	0	-11.851	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Ações com., divulgação e sensibilização sobre riscos assoc. alt. climáticas	25.083	0	-25.083	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Autoridade Urbana da Maia	196.407	25.007	-171.400	-87,3%	0,3%
Portugal 2020 - Plano de comunicação e participação na ARU do centro da Maia	53.451	7.534	-45.917	-85,9%	0,1%
Portugal 2020 - POISE - FSE - Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	12.430	46.478	34.048	273,9%	0,6%
Portugal 2020 - FSE - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública	34.351	1.968	-32.383	-94,3%	0,0%
Portugal 2020 - FSE - Projetos Inovadores de Inclusão Social de Âmbito Territorial	0	107.049	107.049	100,0%	1,4%
Portugal 2020 - FSE - Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação	0	11.900	11.900	100,0%	0,2%
Serviços e Fundos Autónomos	71.245	57.407	-13.838	-19,4%	0,8%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	33.439	18.651	-14.789	-44,2%	0,3%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	37.806	38.756	950	2,5%	0,5%
Segurança Social	49.072	48.918	-154	-0,3%	0,7%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	49.072	48.918	-154	-0,3%	0,7%
Instituições S/ Fins Lucrativos	62.000	31.000	-31.000	-50,0%	0,4%
Fundação do Desporto	62.000	31.000	-31.000	-50,0%	0,4%
Resto do Mundo	72.322	25.286	-47.036	-65,0%	0,3%
Comissão Europeia - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities	60.622	25.286	-35.336	-58,3%	0,3%
União Europeia - Países-Membros - Projeto Civitas Sumps Up	11.700	0	-11.700	-100,0%	0,0%
Outros:	2.554.915	2.684.091	129.175	5,1%	36,3%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	337.051	798.253	461.201	136,8%	10,8%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	1.216.188	877.650	-338.538	-27,8%	11,9%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	890.453	629.583	-260.871	-29,3%	8,5%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	60.624	260.972	200.347	330,5%	3,5%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	0	862	862	100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comp. para Despesas com Actos Eleitorais	26.662	79.342	52.681	197,6%	1,1%
Instit. da Cons. da Nat. e das Florestas, I.P. - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	13.937	13.979	42	0,3%	0,2%
Instit. da Cons. da Nat. e Florestas, I.P. - Apoio à Destrução de Ninho de Vespa Velutina	10.000	0	-10.000	-100,0%	0,0%
DGAV - Apoio à Esterilização de Animais de Companhia	0	23.451	23.451	100,0%	0,3%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.791.945	4.340.345	-3.451.600	-44,3%	58,8%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	7.759.371	4.027.435	-3.731.936	-48,1%	54,5%
Portugal 2020 - Prolongamento do Ecocaminho da Maia	0	44.084	44.084	100,0%	0,6%
Portugal 2020 - Perc. Ped. e Cicl. na Av. D. Manuel II, R. José R.S. Júnior e Mon. Tr. G. Maia	195.850	0	-195.850	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Ampliação/Requalificação da Escola EB 2,3 de Gueifães	833.266	0	-833.266	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola EB 2,3 Maia	665.110	0	-665.110	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola B. e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	1.847.253	157.313	-1.689.940	-91,5%	2,1%
Portugal 2020 - Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes	109.556	0	-109.556	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reab. de esp. púb. e infraestr. B. Sobreiro - áreas verdes e enq. Paisagístico	1.447.184	23.612	-1.423.572	-98,4%	0,3%
Portugal 2020 - Reabilitação da Rua Central do Sobreiro	924.959	264.347	-660.613	-71,4%	3,6%
Portugal 2020 - Criação de Rede estruturada de infraestruturada de parq. bicicletas	815	0	-815	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro	628.341	0	-628.341	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Criação de Perc. Ped. e Integração de Perc. Ciclável na Rua Alt. Coelho	94.311	482	-93.829	-99,5%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação Espaço Público Correspondente à Rua D. Deolinda D. Santos	62.910	0	-62.910	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação Espaço Público corresp. à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz	117.606	0	-117.606	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Perc. Ped. e Cicl. na Av. A. Coelho, Rot. Mon. Tr. G. da Maia, Tr. Quinta Nova	208.848	0	-208.848	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Avenida D. Mendo	164.666	81.327	-83.340	-50,6%	1,1%
Portugal 2020 - Rua 5 de Outubro	51.617	0	-51.617	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua do Souto	136.966	48.353	-88.613	-64,7%	0,7%
Portugal 2020 - Rua das Escolas	114.898	0	-114.898	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Rua General Humberto Delgado	49.742	0	-49.742	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Prolongamento da Via Periférica	0	593.628	593.628	100,0%	8,0%
Portugal 2020 - Maia SmartLab	0	24.600	24.600	100,0%	0,3%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano do Castelo	0	480.161	480.161	100,0%	6,5%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano da Cidade da Maia	0	1.035.139	1.035.139	100,0%	14,0%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano de Águas Santas	0	465.171	465.171	100,0%	6,3%
Portugal 2020 - Melhoria das Condições de Acolhimento nas Paragens de Transportes	0	88.028	88.028	100,0%	1,2%
Portugal 2020 - Corredor Verde do Leça	0	183.507	183.507	100,0%	2,5%
Portugal 2020 - Reformulação do Mercado Feira de Pedras Rubras	0	434.970	434.970	100,0%	5,9%
Portugal 2020 - Praceta do Fórum - Reordenamento e Req. do Parque de Estacionamento	0	102.714	102.714	100,0%	1,4%
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	105.470	0	-105.470	-100,0%	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	8.572	186.794	178.222	2079,2%	2,5%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	5.418	0	-5.418	-100,0%	0,0%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	3.154	0	-3.154	-100,0%	0,0%
Fundo Ambiental - Parque Fluvial de Alvura	0	186.794	186.794	100,0%	2,5%
Instituições em Fins Lucrativos	24.000	10.000	-14.000	-58,3%	0,1%
Fundação do Desporto - Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento	24.000	10.000	-14.000	-58,3%	0,1%
Outros:	2	116.116	116.114	5805686%	1,6%
Fundo de Emergência Municipal - Municípios afetados pelas depressões Elsa e Fabien	0	116.116	116.116	100,0%	1,6%
Fundo de Eficiência Energética - Iluminação LED no Parque Central	2	0	-2	-100,0%	0,0%
	11.072.168	7.386.982	-3.685.186	-33,3%	100,0%

Un: Euro



Considerando a sua importância no âmbito das transferências realizadas sob a designação Outros, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior, com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões que em alguns casos podem ser divergentes.

Quadro 34

	TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO			
	Execução por ano letivo		Variação	
	2019/2020	2020/2021	Valor	%
Outros	2 057 872	2 317 918	260 046	13%
DGESTE. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	504 780	573 240	68 460	14%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	896 807	982 152	85 345	10%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	591 567	706 636	115 069	19%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	64 718	55 890	-8 829	-14%

Un: Euro

Avaliando os valores executados por ano letivo e compatibilizando-os com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o Programa de Enriquecimento Curricular, do conjunto de transferências efetuadas pela DGESTE em 2021 verifica-se que a perspetiva letiva apresenta um valor menor (573.240 €) do que a componente económica (798.253 €). Esta componente é afetada pela procura, tendo em conta a inscrição facultativa nas atividades, podendo oscilar entre ciclos letivos.
- No Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Acção Educativa as conclusões obtidas em sede de ano económico (877.650 €) ficam aquém dos valores letivos (982.152 €). Aponta-se o timing de processamento dos pagamentos como principal fator explicativo do desajustamento.
- No Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social a perspetiva de análise por ano letivo apresenta uma ligeira divergência entre perspetivas, sobretudo explicada pelo desfazamento temporal entre o momento do pagamento e o ano letivo a que respeita esse pagamento.
- Ao nível do Programa de Generalização de Refeições Escolares verifica-se uma diferença acentuada entre perspetivas, sendo que na ótica económica alcança-se o valor de 260.972 € e na ótica do ano letivo apenas se obtém 55.890 €.



O quadro seguinte identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização.

Existe ainda um conjunto de projetos aprovados não contemplados no quadro, que ainda não foram objeto de qualquer pedido de pagamento ou movimento financeiro, esperando-se que durante o ano de 2022 tais projetos tenham a execução física e financeira esperada.



Quadro 35

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS								
Designação do Projeto	Projetos	Investimento Elegível	Comparticipação		Despesa Submetida	Recbimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2021 face ao valor da comparticipação prevista
	Tipologia	Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
Ampliação/Requalificação da Escola EB,2,3 de Queifães	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	2.124.477	2.018.750	105.727	100%
Ampliação/Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	2.110.070	2.004.567	105.504	99%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano da Cidade da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	2.274.191	1.933.062	85%	1.028.254	1.035.139	-6.885	53%
Grande Remodelação da Escola EB, 2,3 da Maia	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.000.000	1.700.000	85%	1.700.000	1.615.000	85.000	100%
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas vedes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro - Fase 1 e Fase 2 e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos - 1.ª fase	Norte 2020 - Regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas	1.979.436	1.682.520	85%	1.617.589	1.598.394	19.194	96%
Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à Zona Desportiva do Centro da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos estratégicos de Desenvolvimento Urbano	1.646.337	1.399.386	85%	1.399.386	1.329.417	69.969	100%
Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis.	Norte 2020 - Reabilitação do Espaço Público	1.500.902	1.275.767	85%	1.275.672	1.211.889	63.784	100%
Reformulação do Mercado-Feira de Pedras Rubras, Moreira	NORTE 2020	1.280.073	1.088.062	85,0%	434.970	434.970	0	40%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano do Castelo da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.183.893	1.006.309	85%	480.161	480.161	0	48%
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos (INEDIT)	Norte 2020 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	987.366	839.261	85%	562.710	311.758	250.952	67%
Prolongamento do Ecocaminho da Maia	Norte 2020 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	887.950	754.758	85%	608.490	578.065	30.424	81%
Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial	NORTE 2020	879.848	747.871	85,0%	107.049	107.049	0	14%
Construção de Ecocaminho - Troço desde a Estação de Metro de Mandim (Área de Acolhimento Empresarial da Maia I) ao Castelo da Maia (ligação a Vía do Castelo da Maia e ao ISMAI)	NORTE 2020	860.000	731.000	85%	44.084	44.084	0	6%
Prolongamento da Av. Periférica	NORTE 2020	802.118	681.800	85,0%	593.628	593.628	0	87%
Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, correspondente às obras de urbanização do loteamento de iniciativa municipal UI-1/Praça do Oxigénio - 1.ª fase	NORTE 2020 - Reabilitação Urbana	796.671	677.170	85%	671.316	637.750	33.566	99%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano de Águas Santas e implementação de ciclovia.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	649.606	552.165	85%	465.171	465.171	0	84%
Melhoria das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	NORTE 2020	447.481	380.359	85%	88.028	88.028	0	23%
Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes - Castelo da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	410.369	348.814	85%	348.814	331.373	17.441	100%
SIG Intermunicipal da Maia	Norte 2020 - Competitividade e Internacionalização - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos	403.556	384.000	85%	343.023	326.517	16.506	89%
Corredor Verde do Leça - Fase I - Entre Ponte da Pedra e Ponte de Moreira - Município da Maia	NORTE 2020	397.252	337.664	85%	183.507	183.507	0	54%
TOTAL a transportar ...		24.387.048	20.769.968		16.186.398	15.395.217	791.182	78%

Um Euro



Designação do Projeto	PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS							
	Tipologia	Investimento Elegível	Complicação	Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2021 face ao valor da participação prevista	
		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor	
Transporte		24.387.048	20.769.968		16.186.398	15.395.217	791.182	78%
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães	NORTE 2020	394.921	374.800	94,9%	358.788	0	358.788	96%
Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. D. Manuel II, Freguesia Cidade da Maia, desde a R. José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento Triunfo Gentes da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	364.752	310.039	85%	307.394	292.025	15.370	99%
Plano de Comunicação e Participação ARU do Centro da Maia	NORTE 2020 - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana	321.645	273.398	85%	60.985	60.985	0	22%
Requalificação da Avenida D. Mendo	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	304.635	258.940	85%	258.940	245.993	12.947	100%
Maia Smart Lab	NORTE 2020 - Reabilitação Integral de Edifícios - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	296.316	251.869	85%	27.402	24.600	2.802	11%
Autoridade Urbana da Maia	NORTE 2020 - Assistência Técnica	269.633	229.188	85%	221.414	221.414	0	97%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. Altino Coelho entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a Travessa da Quinta Nova	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	257.662	219.013	85%	219.013	208.848	10.165	100%
Rua do Souto	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	229.498	195.073	85%	195.073	185.320	9.754	100%
PEPAL- Programa de Estágios Profissionais Na Administração Pública	FSE - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	207.934	207.934	100%	183.141	36.320	146.821	88%
Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	POSEUR - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	186.689	140.077	75%	139.159	139.159	0	99%
Rua das Escolas	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	175.129	148.859	85%	118.490	114.898	3.592	80%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de S. Januário e a Rua Eng.º Duarte Pacheco	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.978	133.432	85%	133.432	126.760	6.672	100%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng.º Duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.654	133.156	85%	133.156	126.498	6.658	100%
Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	151.302	128.607	85%	62.016	62.016	0	48%
Criação de Rede Estruturada de Infraestruturas de Estacionamento para Bicicletas	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Criação de Rede Estruturada de Estacionamento para Bicicletas	149.090	126.726	85%	126.235	115.184	11.051	100%
Praceta do Fórum - Reordenamento e requalificação de parque de estacionamento/Criação de "Centro de	NORTE 2020	127.200	108.120	85,0%	108.120	102.714	5.406	100%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua Altino Coelho na cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	122.265	103.925	85%	103.925	98.729	5.196	100%
Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos pedonais no acesso aos principais equipamentos escolares	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	107.666	91.516	85%	91.516	86.940	4.576	100%
Requalificação do troço da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, contíguo ao canal de metro ligeiro - implantação de um	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos -	71.004	60.353	85%	60.320	57.304	3.016	100%
Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - Património Natural e Cultural	69.505	59.079	85%	27.176	27.176	0	46%
Rua 5 de Outubro	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	63.922	54.334	85%	54.334	51.617	2.717	100%
Rua General Humberto Delgado	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	61.600	52.360	85%	52.360	49.742	2.618	100%
Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	35.000	29.750	85,0%	11.900	11.900	0	40%
TOTAL PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS		28.668.050	24.460.458		19.240.687	17.841.358	1.399.329	79%

Um Euro



1.3.5.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2021 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA



1.3.6.1 ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As autarquias locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações, que vão desde a educação, o desporto, a cultura, a ação social, ao desenvolvimento regional e ao ordenamento territorial, procurando que estes serviços - orientados para os cidadãos - sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Com o objetivo de avaliar a dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva orçamental, neste capítulo será realizada uma análise ao desempenho orçamental da despesa - Despesa Efetiva (Corrente e de Capital) e Não Efetiva (Ativos e Passivos Financeiros), num primeiro momento em termos de compromissos, obrigações (faturação) e pagamentos e posteriormente centrando-se na faturação (obrigações) e pagamento.

Relembrem-se as alterações introduzidas pela entrada em vigor do SNC-AP, em matéria de desempenho orçamental, designadamente a introdução do conceito de Despesa Efetiva e Não efetiva, ao abrigo do qual as despesas com ativos e passivos financeiros, não são consideradas na componente da despesa de capital, para efeitos de desempenho orçamental, o que não é despiciente para a análise em apreço, se comparada com os relatos anteriores ao ano de 2020.

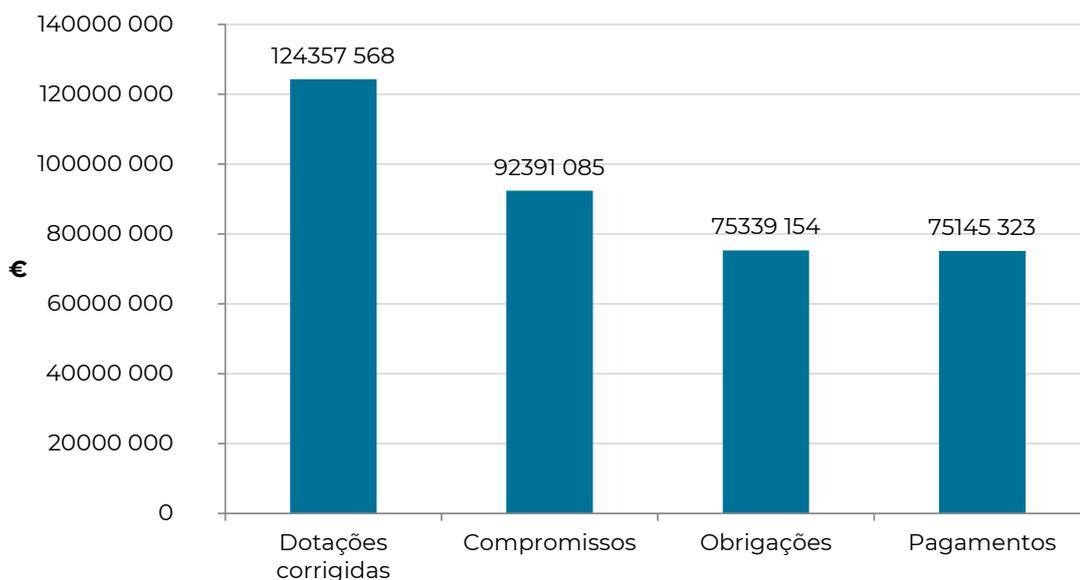
Quadro 36

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA										
2021										
	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas (a)	Compromissos (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Compromissos a transitar (b)-(c)	Obrigações por pagar (c)-(d)	Taxa de Execução		
								Pagamentos (d)/(a)	Obrigações (d)/(c)	Compromisso (d)/(b)
DESPESA EFETIVA	110.269	120.985.601	89.106.812	72.054.881	71.861.050	17.051.931	193.831	59,4%	99,7%	80,6%
Despesa Corrente	89.690	66.512.294	54.399.307	49.220.337	49.175.018	5.178.970	45.319	73,9%	99,9%	90,4%
Despesas com Pessoal	0	23.628.500	21.275.122	20.647.357	20.647.357	627.765	0	87,4%	100,0%	97,0%
Aquisição de Bens e Serviços	89.690	28.208.496	21.894.244	18.158.865	18.117.484	3.735.379	41.381	64,2%	99,8%	82,7%
Juros e Outros Encargos		76.996	45.386	45.386	45.386	0	0	58,9%	100,0%	100,0%
Transferências Correntes		7.804.394	4.951.279	4.308.310	4.304.372	642.969	3.938	55,2%	99,9%	86,9%
Subsídios		6.266.708	5.790.648	5.727.048	5.727.048	63.600	0	91,4%	100,0%	98,9%
Outras Despesas Correntes		527.200	442.628	333.372	333.372	109.257	0	63,2%	100,0%	75,3%
Despesa de Capital	20.579	54.473.307	34.707.504	22.834.544	22.686.031	11.872.961	148.513	41,6%	99,3%	65,4%
Investimento	20.579	51.041.235	32.064.046	20.793.546	20.645.034	11.270.500	148.513	40,4%	99,3%	64,4%
Transferências de Capital		3.432.072	2.643.458	2.040.998	2.040.998	602.461	0	59,5%	100,0%	77,2%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0			#DIV/0!
DESPESA NÃO EFETIVA	0	3.371.967	3.284.274	3.284.274	3.284.274	0	0	97,4%	100,0%	100,0%
Ativos Financeiros	0	205.000	205.000	205.000	205.000	0	0	100,0%	100,0%	100,0%
Passivos Financeiros	0	3.166.967	3.079.274	3.079.274	3.079.274	0	0	97,2%	100,0%	100,0%
Total Geral da Despesas	110.269	124.357.568	92.391.085	75.339.154	75.145.323	17.051.931	193.831	60,4%	99,7%	81,3%

Un: Euro



Gráfico 20

Fases do Ciclo Orçamental da Despesa
Ano 2021

Para uma dotação final do orçamento da despesa no valor de 124.357.568 €, os compromissos totalizaram 92.391.085 €, as obrigações 75.339.154 € e os pagamentos 75.145.323 €, o que espelha taxas de execução de, respetivamente, 81,3%, 99,7 % e 60,4%.

No total das obrigações assinaladas, apenas 110.269 € respeitam a faturação transitada do exercício de 2020, e só transitam por pagar para a gerência seguinte 193.831 €, o que demonstra que permanece a tendência de redução da dívida, mais uma vez demonstrada na gerência em apreço, em que os pagamentos abrangem a quase totalidade das obrigações.

Em sede de compromissos assumidos, a importância a transitar para 2022 apresenta-se com o expressivo valor de 17.051.931 €, com procedências transversais aos diversos agregados de despesa, concentrando-se porém a sua materialidade em três grupos: Investimento (11.270.500 €), Aquisição de Bens e Serviços (3.735.379 €) e Transferências - correntes e capital - (1.245.413 €).

Na componente do Investimento releva um conjunto de empreitadas cuja execução se viu substancialmente prejudicada no terceiro trimestre de 2021, devido, não só às condições meteorológicas adversas, mas particularmente às contingências associadas ao contexto pandémico da COVID-19, que não permitiram a regular condução dos trabalhos, conforme inicialmente previsto, quer decorrentes da falta de mão de obra, que teve que ficar confinada devido a infeções pelo COVID-19, quer pelo adiamento sucessivo no fornecimento de matérias e de componentes para a execução em obra.



Em relação à Aquisição de Bens e Serviços, a materialidade dos compromissos transitados concentra-se na área de Serviços, que perfaz os 3.376.088 €, em resultado de valores oriundos de, praticamente, todas as classificações económicas dos serviços, imputando-se à rubrica de trabalhos especializados a maior preponderância (900.492 €), naturalmente expectável, uma vez que é nesta rubrica que se regista uma significativa parcela de despesas inerente a atividades regularmente levadas a cabo pelo Município da Maia, designadamente, na áreas do desporto, cultura, ambiente, etc., que em 2021 acabaram por não ter concretização – algumas delas com contratos de fornecimento contínuo celebrados em anos antecedentes-, fruto das condicionantes impostas pelo contexto pandémico da Covid-19.

Logo a seguir, figura o montante de 739.173 €, referente ao compromisso destinado ao registo da faturação indexada à iluminação pública, a que se sucede 402.757 € de “Encargos de instalações” na sua maioria também associados aos consumos de eletricidade, cuja dinâmica de consumos se insere recentemente no mercado liberalizado.

Permanecem ainda um conjunto de compromissos transitados de valor global que ronda os 1.100.000€, cujas rubricas, individualmente, se posicionam entre os 100.000 € e os 245.500 €, onde se incluem, por exemplo, “Transportes”, “Outros fornecimentos e Serviços”, “Assistência Técnica”, “Estudos e Pareceres”, “Locações”, também eles relacionados com o regular funcionamento dos serviços municipais, e, inerentemente, com os efeitos decorrentes da pandemia Covid-19.

Os restantes compromissos distribuem-se por rubricas orçamentais de múltipla natureza, estando os seus valores indexados às habituais dinâmicas da execução da despesa, tendo em conta as correspondentes execuções físicas e financeiras, que no ano em apreciação, obviamente, refletem o impacto da Covid-19.

No contexto dos Transferências, em que os compromissos a transitar somam 1.245.413 €, distribuídos de forma aproximada entre a componente de natureza corrente (642.969 €) e de capital (602.461 €), destacam-se os valores associados a contratos programa celebrados com juntas de freguesia e instituições sem fins lucrativos de carácter social, por ausência de apresentação de documentação justificativa da despesa realizada, na sua maioria relacionada com os efeitos decorrentes da situação pandémica.

Focando a análise numa ótica de obrigações, que mais não são do que a faturação das contas a pagar no domínio da contabilidade financeira, com reflexos orçamentais no exercício em apreciação, é visível o predomínio da faturação da Despesa Efetiva - Despesas correntes e Capital – que ao perfazer 72.054.881 €, representa 95,6% do montante global da despesa faturada, ficando o diferencial de 4,4% por conta da Despesa Não Efetiva – Ativos e Passivos Financeiros, que soma 3.284.274 €.

O agrupamento das Despesas Correntes com faturação no valor 49.220.337 € prossegue como a rubrica mais influente da Despesa, quer no total geral como na efetiva, com um peso de 65,3%, seguindo-se a Despesa de Capital com um volume de faturação de 17.892.600 € e um peso de 30,3%.



Em matéria de preponderância das rubricas no agregado da despesa municipal, a componente do Investimento é sem dúvida aquela que assume maior expressão, ao totalizar 20.793.546 €, representando cerca de 28/% do valor total da despesa faturada, o que é de revelar num contexto fortemente condicionado pela situação pandémica Covid 19.

Ato contínuo, surgem as Despesas de Pessoal, cuja faturação soma 20.647.357 €, e representa cerca de 27% do total da despesa faturada.

Sucedem-se as Despesas com Aquisição de Bens e Serviços, com um volume de faturação de 18.158.865 € que absorve 24,1% do total da despesa faturada.

Os Subsídios e as Transferências Correntes, com quantias a perfazer 5.727.048 € e 4.308.310 €, respetivamente, aparecem responsáveis por 7,6 % e 5,7% do total da despesa faturada.

No intervalo entre dois e três milhões de euros, apresentam-se as Transferências de Capital e os Passivos Financeiros com valores de faturação de, respetivamente, 2.040.998 € e 3.079.274€, sendo responsáveis por 2,7% e 4,1% do total da despesa faturada.

As restantes rubricas têm valores diferenciados de faturação, de somenos importância, 333.372€ de Outras Despesas Correntes e 45.386 € de Juros e Outros encargos, que conjuntamente perfazem apenas 0,5% do total da despesa faturada.

Ao nível de taxas de execução das obrigações, isto é, pagamentos sobre despesa faturada, verificam-se excelentes resultados em todas as componentes da despesa, quase todos na ordem dos 100%, o que confirma que os pagamentos abrangem a quase totalidade das obrigações.

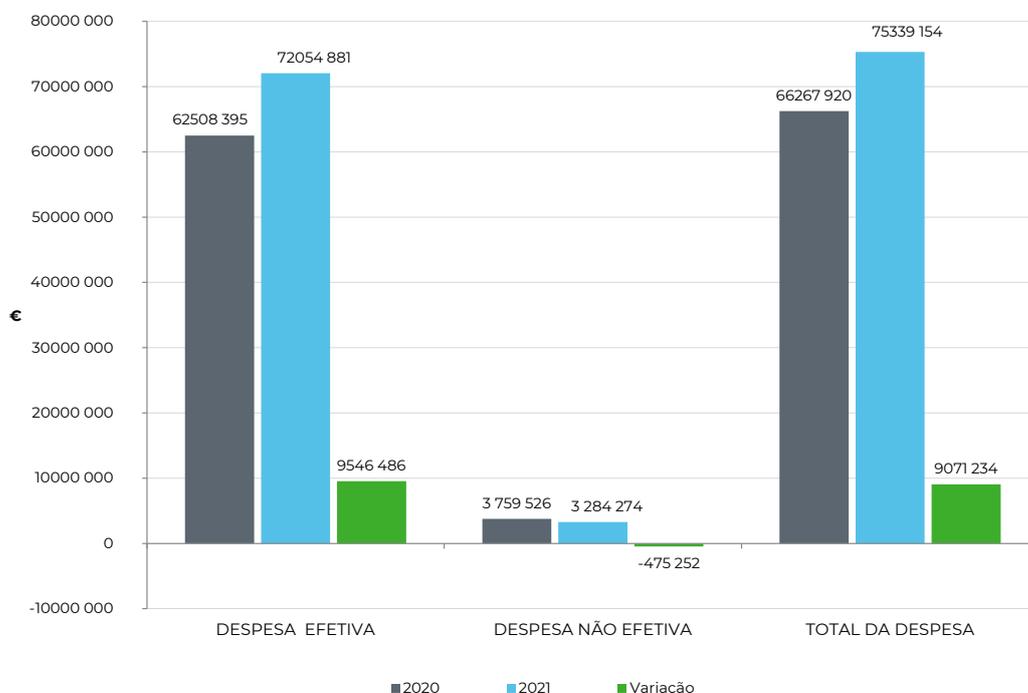
Em termos de taxas de execução no seu conceito literal, isto é, pagamentos sobre dotações, verifica-se globalmente uma taxa de 60,4%, distribuída de forma muito diferenciada pelos seus grandes agregados, despesa não efetiva, 97,4%, e despesa efetiva, 69,4%. Também no grupo da despesa efetiva os resultados obtidos são distintos nas duas componentes, onde se destaca a taxa de execução da despesa corrente, 73,9%, em contraposição com a de Capital, 41,6%.

Ultima-se esta análise global à despesa, com uma breve nota sobre a Despesa Total faturada em relação ao ano antecedente, cujos valores comparativos constam dos gráficos infra.



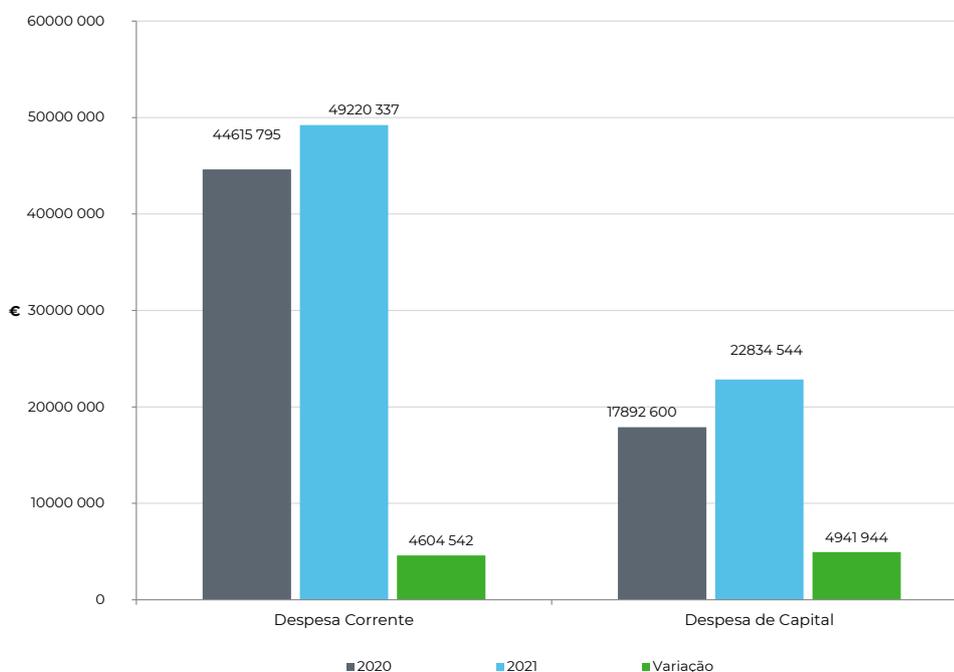
Gráfico 21

Evolução da Despesa Faturada



Num ano como o de 2021 em que a economia recuperou parte das fortes perdas registadas em 2020, mas que foi ainda dominado pelos impactos negativos da pandemia, a Despesa Total faturada passou de 66.267.920€ para 75.339.154 €, observando um acréscimo de (+) 9.071.234 €, integralmente imputável à Despesa Efetiva, que soma (+) 9.546.486 €, perante uma Despesa Não Efetiva que reduz (-) 457.252 €.

Neste contexto é de particular relevância assinalar que a maior parcela deste acréscimo resulta da faturação de Despesas de Capital que aumenta de 17.892.600 € para 22.834.544 €, (+) 4.941.944 €, o que demonstra o esforço realizado pelo município ao nível do investimento direto em contexto pandémico, pese embora as exigências impostas pela Covid 19 em matéria de Despesas Correntes cuja faturação sobe de 44.615.795€ para 49.220.337 €, (+) 4.604.542 €.

**Gráfico 22****Evolução da Despesa Efetiva**

Ponderando o seu peso no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise mais detalhada às seguintes componentes:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

1.3.6.2 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Sendo as despesas de funcionamento representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento das organizações, refletindo assim um importante índice sobre a atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, coincidindo em grande parte com a despesa corrente, agrupando no seu conjunto as Despesas com Pessoal, com Aquisição de Bens e Serviços e com Outras despesas correntes, importa analisar a sua distribuição nos últimos dois anos visível no próximo quadro.



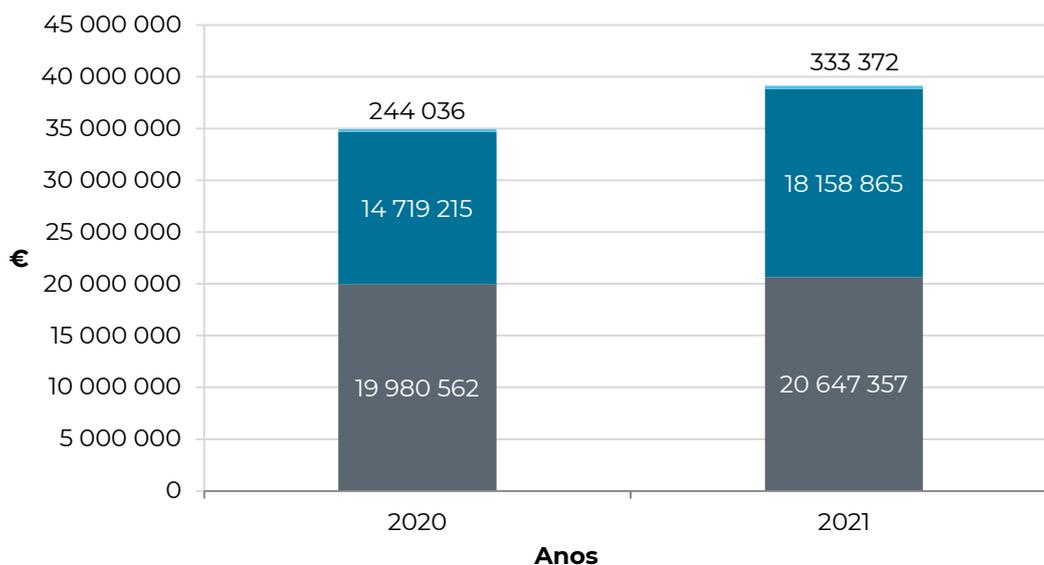
Quadro 37

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO									
	2020			2021			Variação 2020/2021		
	Obrigações	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Obrigações	%Desp Func		%Desp corrente	%Desp Total
Despesas com Pessoal	19 980 562	57,2%	44,8%	30,2%	20 647 357	52,8%	41,9%	27,4%	3,3%
Aquisição de Bens e Serviços	14 719 215	42,1%	33,0%	22,2%	18 158 865	46,4%	36,9%	24,1%	23,4%
Outras Despesas Correntes	244 036	0,7%	0,5%	0,4%	333 372	0,9%	0,7%	0,4%	36,6%
Total Desp Funcionamento	34 943 813	100,0%	78,3%	52,7%	39 139 593	100,0%	79,5%	52,0%	12,0%
Total Despesas Correntes	44 615 795		100,0%	67,3%	49 220 188		100,0%	65,3%	10,3%
Total Geral Despesas	66 267 920			100,0%	75 339 005			100,0%	13,7%

Un: Euro

Gráfico 23

Despesas de Funcionamento



■ Despesas com Pessoal ■ Aquisição de Bens e Serviços ■ Outras Despesas Correntes

As despesas de funcionamento faturadas no exercício de 2021 totalizaram 39.139.593 €, registando um acréscimo de (+) 4.195.780 €, (+) 12%, em relação ao ano anterior. Concorre para esta variação sobretudo o aumento assinalado na Aquisição de bens e serviços, (+) 3.439.650 €, face à menor materialidade dos incrementos registados nas suas duas outras componentes, Despesas com Pessoal, (+) 666.795 €, e Outras despesas correntes, (+) 89.650 €.

Conformando-se com o posicionamento de anteriores gerências, as Despesas com Pessoal no exercício em apreço permanecem como a componente mais relevante dos encargos de

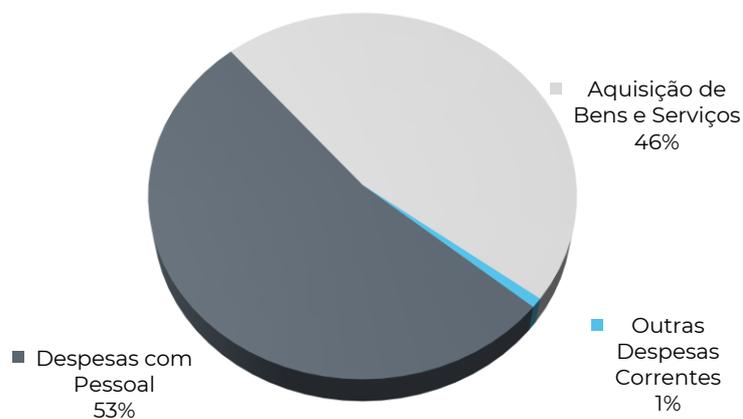


funcionamento, ao representar 52,8% do total, não obstante reduzirem o seu peso em comparação com o exercício de 2020 que aponta para 57,2%.

Já a componente de Aquisição de bens e serviços reforça o seu peso ao absorver 46,4% das despesas de funcionamento contra os 42,1% registados em 2020, enquanto as Outras despesas correntes permanecem com pesos similares em ambos os exercícios, próximos de 1%.

Gráfico 24

**Peso das Despesas de Funcionamento
Ano 2021**



Como é natural face ao estado de maturidade do desenvolvimento do território do Município da Maia, as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem, respetivamente, 79,5% e 52%.

Considerando a importância que as despesas de funcionamento assumem no cômputo global da despesa, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procedeu-se a uma avaliação individual e mais detalhada da área das Despesas com Pessoal e da Aquisição de bens e serviços.

1.3.6.2.1 DESPESAS COM PESSOAL

Neste agregado devem considerar-se todas as formas de remuneração, base e acessória, com os membros dos órgãos autárquicos, com os trabalhadores do mapa de pessoal, independentemente



da modalidade de vínculo, com os regimes de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e avença, bem como os vinculados em qualquer outra situação jurídico-laboral, designadamente em comissão de serviço. Engloba também os abonos e compensações que constituem direitos retributivos conferidos por lei, decorrentes dos aludidos vínculos, designadamente: deslocações e ajudas de custo, trabalho suplementar, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de refeição e alimentação, alojamento, e abonos diversos. Incluem-se, ainda, no âmbito deste agrupamento, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente: subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade empregadora pública suporta com os regimes de proteção social, nomeadamente, o regime convergente da segurança social.

Dada a amplitude do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo das mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, a este montante acrescem, ainda, as despesas com Aquisição de Serviços a particulares, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais. Contudo, perante a sua especificidade, estes valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se esta primeira fase na análise do conceito formalmente mais restrito de Despesas com Pessoal.

Acresce ainda referir que os Municípios têm o dever legal de prestar informação à Direção Geral das Autarquias Locais, relativa a Pessoal ao serviço e a Despesas com Pessoal, sob pena de procedimentos sancionatórios.

No quadro subsequente apresenta-se a estrutura de encargos, de forma detalhada e quantitativa e proporcionalmente comparativa, das Despesas com Pessoal da autarquia, nos dois últimos exercícios.



Quadro 38

DESPESAS COM PESSOAL					
	2020	2021		Variação	
	Obrigações*	Obrigações*	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	14 900 291	15 334 914	74,3%	434 623	2,9%
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	254 469	254 439	1,2%	-30	0,0%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	8 077 342	8 246 846	39,9%	169 504	2,1%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8 045 434	7 941 393	38,5%	-104 040	-1,3%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	6 465	115 289	0,6%	108 824	1683,4%
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	25 444	190 163	0,9%	164 719	647,4%
Pessoal contratado a termo	837 052	895 416	4,3%	58 364	7,0%
PCT - Pessoal em funções	549 468	593 177	2,9%	43 709	8,0%
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	287 584	302 239	1,5%	14 655	5,1%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	782 947	798 054	3,9%	15 106	1,9%
Pessoal aguardando aposentação	16 682	19 277	0,1%	2 595	15,6%
Pessoal em qualquer outra situação	1 543 018	1 634 682	7,9%	91 664	5,9%
Representação	119 209	118 728	0,6%	-481	-0,4%
Subsídio de refeição	899 203	886 390	4,3%	-12 812	-1,4%
Subsídios de férias e de Natal	1 858 008	1 927 328	9,3%	69 320	3,7%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (Pess Quadro CGA)	512 360	553 754	2,7%	41 394	8,1%
Abonos Variáveis ou Eventuais	545 379	660 525	3,2%	115 146	21,1%
Horas extraordinárias	91 256	152 740	0,7%	61 484	67,4%
Ajudas de custo	1 089	1 558	0,0%	469	43,0%
Abono para falhas	2 835	2 555	0,0%	-281	-9,9%
Subsídio de trabalho nocturno	1 486	306	0,0%	-1 180	-79,4%
Subsídio de turno	328 210	353 972	1,7%	25 762	7,8%
Indemnizações por cessação de funções	46 529	55 749	0,3%	9 220	19,8%
Outros suplementos e prémios	73 973	93 645	0,5%	19 671	26,6%
Senhas de Presença	73 973	93 645	0,5%	19 671	26,6%
Segurança Social	4 534 892	4 651 918	22,5%	117 025	2,6%
Encargos com a saúde	713 631	716 407	3,5%	2 776	0,4%
Outros encargos com a saúde	133 986	171 024	0,8%	37 038	27,6%
Subsídio familiar a crianças e jovens	80 542	73 402	0,4%	-7 140	-8,9%
Outras prestações familiares	4 587	7 095	0,0%	2 507	54,7%
Contribuições para a segurança social	3 311 053	3 420 201	16,6%	109 147	3,3%
Segurança social do pessoal em RCTFP - CGA	2 284 375	2 328 815	11,3%	44 440	1,9%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Reg. Geral	998 991	1 057 745	5,1%	58 754	5,9%
Outros	27 688	33 641	0,2%	5 953	21,5%
Seguros	252 447	242 768	1,2%	-9 679	-3,8%
Outras despesas de segurança social	38 646	21 021	0,1%	-17 624	-45,6%
TOTAL	19 980 562	20 647 357	100,0%	666 795	3,3%

Un: Euro

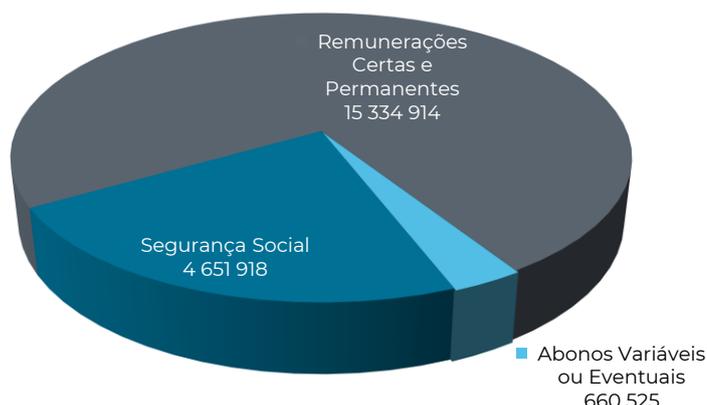
(*) O valor das Obrigações é igual ao valor dos Pagamentos

A despesa faturada (obrigações) e paga com Despesas com Pessoal no exercício de 2021 ascendeu a 20.647.357 €, distribuindo-se pelas suas grandes componentes nos seguintes termos: 15.334.914 € em Remunerações Certas e Permanentes, 660.525 € em Abonos Variáveis e Eventuais, e 4.651.918 € em encargos com a Segurança Social, o que demonstra a sua preponderância naquele agregado de, respetivamente, 74,3%, 3,2% e 22,5%.

Em comparação com o ano anterior, no exercício de 2021 é visível um acréscimo das Despesas com Pessoal de (+) 666.795€, (+) 3,3%, sobretudo influenciado pelas Remunerações Certas e Permanentes que aumentam (+) 434.623 €, e em menor monta pelos Abonos Variáveis e os encargos com a Segurança Social, que sobem, respetivamente, (+) 115 146 € e (+) 117 025 €.



Gráfico 25

Componentes da Despesas com Pessoal
Ano 2021

As Remunerações Certas e Permanentes, de resto, a componente mais preponderante das despesas com pessoal, ao somar 15.334.914 € apresentam o citado acréscimo de (+) 434.623 €, (+) 2,9%, em relação ao ano precedente, devido ao aumento de algumas rubricas que as compõem, destacando-se:

- As despesas com Pessoal do Quadro, no valor de (+) 169.504 €, em consequência quer das Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório no montante de (+) 108 824 €, quer ainda, do Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho, no valor de (+) 164.719 € (pese embora uma vez compensado com a diminuição registada no pessoal em funções e remunerações por doença e maternidade/paternidade, só represente uma despesa adicional de (+) 123.325 €).
- As despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação, na quantia de (+) 91.664 € devido ao impacto remuneratório decorrente da designação de pessoal em cargos de chefia, isto é, um Chefe de Equipa Multidisciplinar e dois Chefes de Equipa de Projecto.
- As despesas com Pessoal contratado a termo resolutivo, no valor de (+) 58.364 €, cuja variação está indexada ao aumento de salas de aula imposto pelos planos de contingência instituídos nas escolas, por força da situação Pandémica Covid -19, ainda vigente, o que obrigou a um alargamento da carga horária dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular;
- O Subsídio de Férias e de Natal, que importou em (+) 69.320 €, e decorreu da repercussão direta das despesas anteriormente descritas;
- As despesas com pessoal em regime de tarefa ou avença no montante de (+) 15.106 €, muito influenciadas pelo recomeço de diversos eventos desportivos, cancelados no decurso do



exercício de 2020 devido à situação de pandemia COVID-19, a que tradicionalmente esta tipologia de contratos está associada.

Apesar de não relevarem para o aumento deste agregado de Remunerações Certas e Permanentes, uma vez que são despesas com pessoal vinculado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado abrangido pelo regime da Caixa Geral de Aposentações (CGA) - em regra classificadas como Pessoal em funções - que são sempre suportadas pelo orçamento municipal, mesmo que em determinadas circunstâncias sejam autonomizados do ponto de vista de classificação económica da despesa, sinaliza-se ainda:

- As Remunerações por doença e maternidade/paternidade, que ao totalizarem 553.754€, aumentam (+) 41.394 €, refletindo os custos suportados diretamente pelo Orçamento municipal com as ausências ao serviço de trabalhadores abrangidos pelo regime convergente de proteção social;
- As Despesas com Pessoal aguardando aposentação que somam 19.277 €, e aumentaram (+) 2.595 €, sem prejuízo da eminente saída de trabalhadores da organização.

Com tendência decrescente, pese embora a sua parca expressão, figuram as despesas de representação, subsídio de refeição e despesas com membros de órgãos autárquicos que conjuntamente reduzem (-) 13.324 €.

Quanto aos Abonos Variáveis e Eventuais, ao totalizarem 660.525 €, aumentam (+) 115 146 € em relação a período homólogo, em consequência do acréscimo da generalidade das suas componentes, onde se destacam com maior relevo as Horas extraordinárias, (+) 61.484 €, o Subsídio de turno, (+) 25.762 €, e as Senhas de Presença (+) 19.671 €, estando duas delas claramente influenciadas pelas necessidades decorrentes da realização dos dois atos eleitorais que ocorreram no decurso de 2021: Eleição do Presidente da República e dos Órgãos Autárquicos para o mandato 2121-2025.

Com efeito, tanto o aumento das horas extraordinárias como das senhas de presença é justificado pela necessidade de assegurar os trabalhos associados à realização dos atos eleitorais, quer porque envolvem um conjunto de atos e procedimentos administrativos a cumprir cuja execução não pode ser assegurada apenas durante o horário normal de expediente (pela razão de serem impossíveis de providenciar atempadamente), quer porque nestas circunstâncias é legalmente devido o pagamento de senhas presenças a todos os cidadãos que integram as mesas de votos.

O incremento do subsídio de turno resulta da necessidade de ajustamento dos horários nas infraestruturas Municipais e da contratação de dez Polícias Municipais.

As compensações por cessação de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pagas nos termos da lei, apresentam uma variação positiva de (+) 9.220 €, e respeitam ao valor pago aos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular que cessaram os contratos de trabalho nas respetivas datas de caducidade.



A diminuir figuram as despesas com subsídio de trabalho noturno e abono para falhas, que agregados perfazem (-) 1.461 €, influenciadas pela menor assiduidade dos trabalhadores que auferem estes subsídios em comparação com período homólogo.

Relativamente aos encargos com Segurança Social, a componente mais relevante para a evolução deste agregado que ao somar e 4.651.918 € aumenta (+) 117 025 €, 2,6%, em relação ao ano anterior, é a de Contribuições para a segurança social que sobem (+) 109 147 €, repercussão direta do aumento das despesas anteriormente descritas com o inerente impacto ao nível dos encargos com a segurança social a eles associados.

Sem a mesma expressão, seguem-se os Encargos com a saúde, (+) 39.814 €, cujo agravamento é sobretudo justificado pelo retorno à normalidade em matéria de acesso aos cuidados de saúde, atendendo ao impacto da situação Pandémica COVID-19 vivida em 2020, que, pelas razões sobejamente conhecidas, dificultou, e, em muitos casos inviabilizou, o acesso aos cuidados de saúde em áreas não COVID-19, por parte da população em geral, onde se incluem os próprios trabalhadores da organização. As restantes componentes, pese embora a maioria apresentem diminuições, não carecem de menção diferenciada, quer pela diminuta expressão individual – conjuntamente são responsáveis por (-) 31.936 €, quer pela diminuta representação no cômputo geral das obrigações.

Em síntese, as Despesas com Pessoal assumem um peso significativo na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 52,8% das despesas de funcionamento, 41,9% das despesas correntes e 27,4% das despesas totais, como é previsível num cenário com atribuições e competências tão diversificadas como as dos municípios.

1.3.6.2.1.1 LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Sobre esta temática, impõe-se avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado no artigo n.º 61 da Lei do Orçamento de Estado de 2021, e aferir o posicionamento do município a 31 de dezembro de 2021, como se demonstra no quadro seguinte.



Quadro 39

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALINEAS A) E B) DO N.º 1 DO ART.º 58 DA RFALEI	Ano 2021	
	01/01/2021	31/12/2021
Alinea a)		
Dívida total orçamental do Grupo Municipal* (1)	38.929.436	30.148.341
Limite da dívida total (2)	128.857.243	
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)	-89.927.807	-98.708.902
Margem utilizável (alinea b) n.º 3 art.º 52 RFALEI		
Margem disponível para utilizar	17.985.561	26.766.656
Alinea b)		
Dívida total excluindo empréstimos (4)=(1)-(5)	4.310.392	2.925.652
Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	34.619.044	27.222.689
Município (6)	27.666.278	21.432.835
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	2.627.007	1.752.430
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)	54.643	758
Cooperativas e Fundações (9)	63.386	23.287
Entidades de outra natureza (10)	4.207.729	4.013.379
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)	62.721.892	
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)	-58.411.500	-59.796.240

Un: Euro

(*) Exclui operações não orçamentais, bem como acréscimos e diferimentos

A apreciação dos resultados obtidos sistematizados no quadro supra, indica que no final da gerência de 2021, o Município da Maia não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual à data dos factos.

1.3.6.2.1.2 ESTRUTURA ORGÂNICA

Atendendo à relevância das despesas com Pessoal, conclui-se a apreciação deste agrupamento de despesa com a inserção do quadro infra, demonstrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.



Quadro 40

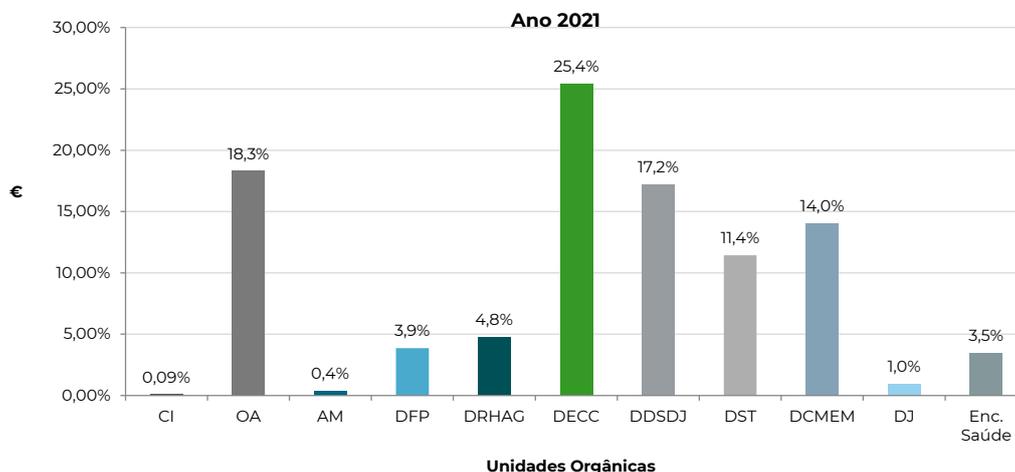
DESPESAS COM PESSOAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA			
2021			
	Dotações corrigidas	Obrigações*	Peso
	(a)	(b)	
Classes Inativas	25 000	19 277	0,09%
Órgãos de Autarquia	5 202 030	3 780 888	18,3%
Assembleia Municipal	92 000	76 244	0,4%
Dept.º de Finanças e Património	837 398	796 767	3,9%
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	1 032 494	984 271	4,8%
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	5 612 527	5 253 208	25,4%
Dept.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	4 202 320	3 559 523	17,2%
Dept.º de Sustentabilidade Territorial	2 494 707	2 360 116	11,4%
Dept.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	3 080 672	2 899 423	14,0%
Dept.º Jurídico	249 350	201 234	1,0%
Encargos com a saúde (1)	800 000	716 407	3,5%
TOTAL	23 628 500	20 647 357	100,0%

Un:Euro

(*) O valor das Obrigações é igual ao valor dos Pagamentos

(1) Despesas excluídas dos Órgãos de Autarquia por incluírem os encargos de todas as unidades orgânicas

No contexto das Despesas com Pessoal por classificação orgânica do Município, sobressai a preponderância do Departamento de Educação, Ciência e Cultura (25,4%), logo seguida dos Órgãos de Autarquia (18,3%), a par do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (17,2%). Com o menor peso, excepcionando a Assembleia Municipal devido à sua natureza, posicionam-se o Departamento de Finanças e Património, (3,9%), o Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral, (4,8%), e o Departamento Jurídico com uma ponderação de 1% que apenas reflete a execução de cinco meses.

**Gráfico 26****Peso das Despesas com Pessoal por Classificação Orgânica****1.3.6.2.1.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES**

Para além das Despesas com Pessoal incluídas nas rubricas alvo da análise antecedente, importa, ainda, dar especial destaque à componente relativa à Aquisição de Serviços a Particulares, sendo que, por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas pelos contribuintes em nome individual.

Por imperativo legal, esta informação é trimestralmente enviada pelo Município à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 41

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES				
	2020	2021	Variação 2020/21	
			Valor	%
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	132 469	268 713	136 245	102,9%

Un: Euro

As despesas com a Aquisição de Serviços a Particulares na gerência de 2021 ao totalizarem 268.173 €, refletem um incremento em relação a período homologado de (+) 136.245 €, naturalmente justificado pela retoma da atividade municipal nas suas mais diversas áreas de atuação, em resultado do levantamento progressivo das restrições legalmente impostas em contexto pandémico (COVID-19).



1.3.6.2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Este agrupamento contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo. Face à sua estrutura, é em primeiro lugar efetuada uma apreciação geral, para, de seguida, se avaliar com mais detalhe cada uma das suas componentes e as variações mais expressivas.

Quadro 42

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS									
2020			2021						
Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Variação	%	Taxa de Execução		
(a)		(b)	(c)	(d)	Valor (c)-(a)		(d)/(b)	(d)/(c)	
Aquisição de Bens	2 324 545	2 812 041	4 240 124	3 059 498	3 056 551	734 954	31,6%	72,1%	99,9%
Aquisição de Serviços	12 394 670	13 982 102	23 968 372	15 099 367	15 060 933	2 704 696	21,8%	62,8%	99,7%
Total Aquisição Bens e Serviços	14 719 215	16 794 143	28 208 496	18 158 865	18 117 484	3 439 650	23,4%	64,2%	99,8%
Total Desp Funcionamento	34 943 813			39 139 444		4 195 632	12,0%		
Total Despesas Correntes	44 615 795			49 220 188		4 604 393	10,3%		
Total Geral Despesas	66 267 920			75 339 005		9 071 085	13,7%		

Un: Euro

Na gerência de 2021 a despesa faturada (obrigações) com a Aquisição de Bens e Serviços totaliza 18.158.865 €, com origem predominante na rubrica de aquisição de serviços, pela materialidade financeira que encerra ao somar 15.099.367 €, seguida de uma Aquisição de Bens que perfaz 3.059.498€, o que expressa bem o peso de cada componente naquele agregado, respetivamente, 83,2% e 16,8%.

Destaca-se, ainda, o elevado nível de execução de pagamentos em relação à despesa faturada, muito próximo dos 100% em ambas as componentes.

Comparativamente ao período homólogo, é visível um acréscimo de (+) 3.439.650 € da Aquisição de Bens e Serviços, (+) 23,4%, predominantemente originário da Aquisição de Serviços, que aumenta (+) 2.704.696 €, mas também acompanhado pelo incremento da Aquisição de Bens em (+) 734.954 €.

Em sede de rácios da despesa municipal, a Aquisição de Bens e Serviços representa 46,4% das despesas de funcionamento e 36,9% do total das despesas correntes e 24,1% da Despesa Total, assumindo a rubrica dos Serviços no contexto global desta tipologia de despesa a maior preponderância, ao exibir um peso de 38,6% no total das despesas de funcionamento, em contraposição com o peso da rubrica de Bens, que se situou em 7,8%. Justifica-se, assim, uma apreciação particularizada por agregado económico de Bens e de Serviços



1.3.6.2.2.1 AQUISIÇÃO DE BENS

Este agregado compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, entre outras rubricas.

Quadro 43

AQUISIÇÃO DE BENS								
2020		2021						
Obrigações	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Variação		Taxa de Execução		
(a)	(b)	(c)	(d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
Aquisição de Bens								
Materias primas e subsidiárias	61 131	26 956	5 473	5 473	-55 658	-91,0%	20,3%	100,0%
Combustíveis e lubrificantes	172 224	255 900	167 667	167 251	-4 557	-2,6%	65,4%	99,8%
Munições, explosivos e artificios	0	300	0	0	0		0,0%	
Limpeza e higiene	166 642	150 064	63 359	63 359	-103 284	-62,0%	42,2%	100,0%
Alimentação - refeições confeccionadas	919 077	1 934 725	1 857 404	1 857 404	938 327	102,1%	96,0%	100,0%
Alimentação - géneros para confeccionar	7 274	25 100	11 830	11 722	4 557	62,6%	46,7%	99,1%
Vestuário e artigos pessoais	204 812	192 456	112 952	111 809	-91 860	-44,9%	58,1%	99,0%
Material de escritório	36 218	65 400	40 009	40 009	3 791	10,5%	61,2%	100,0%
Produtos químicos e farmaceuticos	80 580	274 961	67 584	67 584	-12 995	-16,1%	24,6%	100,0%
Produtos vendidos nas farmácias	0	350	0	0	0		0,0%	
Material de consumo clínico	15 935	13 400	4 302	4 302	-11 633	-73,0%	32,1%	100,0%
Material de transporte	11 587	32 700	23 093	23 093	11 506	99,3%	70,6%	100,0%
Material de consumo hoteleiro	9 825	19 900	7 833	7 833	-1 992	-20,3%	39,4%	100,0%
Outro material peças	2 223	13 900	1 486	1 486	-737	-33,1%	10,7%	100,0%
Prémios condecorações e ofertas	251 890	352 263	249 168	249 168	-2 722	-1,1%	70,7%	100,0%
Mercadorias para venda	637	43 434	19 032	19 032	18 395	2887,0%	43,8%	100,0%
Ferramentas e utensilios	8 387	14 400	6 322	6 322	-2 065	-24,6%	43,9%	100,0%
Livros e documentação técnica	396	6 550	65	65	-331	-83,6%	1,0%	100,0%
Artigos honorificos e de decoração	4 152	4 500	486	486	-3 667	-88,3%	10,8%	100,0%
Material de educação cultura e recreio	77 695	124 480	46 211	46 211	-31 484	-40,5%	37,1%	100,0%
Outros bens	293 860	688 385	375 222	373 942	81 362	27,7%	54,3%	99,7%
Total Aquisição Bens	2 324 545	4 240 124	3 059 498	3 056 551	734 954	31,6%	72,1%	99,9%

Un: Euro

Na gerência de 2021 o valor da despesa faturada (obrigações) com a Aquisição de Bens soma 3.059.498€, com o total da despesa paga a ascender a 3.056.551 €, o que espelha excelentes níveis de execução de pagamentos, na ordem dos 100% na generalidade das suas componentes.

Em comparação com a despesa faturada em período homólogo, provém um acréscimo de (+) 734.954 €, refletido no percentual de (+) 72,1%, em resultado da dinâmica entre as rubricas que registaram aumento, (+) 1.057.937 €, e aquelas que registaram diminuição, (-) 322.984 €.

No domínio da preponderância das rubricas que concorrem para o agrupamento dos Bens, a componente da Alimentação - refeições confeccionadas é sem dúvida aquela que assume maior expressividade, ao totalizar 1.857.404 €, representando cerca de 61% do valor total da aquisição de bens, onde se inclui o fornecimento de refeições nas escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho da Maia.



Segue-se um conjunto de rubricas que absorvem 33,9% do valor total da Aquisição de Bens, ordenadas por ordem decrescente de representatividade:

- Outros Bens: 375.222 € com um peso de 12,3%, incluindo-se neste grupo todas as aquisições de caráter regular nos diferentes serviços municipais, realçando especialmente a área da conservação e reparação das instalações e equipamentos municipais;
- Prémios, Condecorações e Ofertas: 249.168 €, com uma representação de 8,1%, onde se incluem todas as aquisições de bens de âmbito institucional, destinadas, na sua maioria, a ofertas protocolares e outras inseridas nas diversas áreas funcionais, como por exemplo, na área da ação social, a atribuição do cabaz de natal;
- Combustíveis e Lubrificantes: 167.667 €, a que corresponde 5,5% do valor total dos bens adquiridos em 2020, aqui se incluindo, essencialmente, a despesa com a aquisição de gasolina e gasóleo para o abastecimento regular do parque automóvel;
- Vestuário e Artigos Pessoais: 112.952 €, representados em 3,7%, rubrica que integra as despesas com a aquisição de peças de vestuário e artigos de uso individual a utilizar pelos diversos colaboradores municipais;
- Produtos Químicos e Farmacêuticos: 67.584 €, com o peso de 2,2%, incluindo a despesa referente, que abrange a compra de desinfetantes e outros bens de higienização.
- Limpeza e Higiene: 63.359 €, com o peso de 2,1%, englobando a despesa referente a materiais de limpeza e higiene regularmente utilizados nas instalações municipais.

Centrando a análise na evolução da despesa, tendo como comparativo o ano antecedente, verifica-se que no período económico em apreciação apesar da maioria das rubricas terem diminuído, as que registaram aumento ditaram o crescimento do grupo dos bens, onde claramente se destaca a Alimentação - refeições confeccionadas com (+) 938.327 €, o que por si só era bastante para justificar a variação total assinalada. Acrescem ainda, mas sem a mesma expressão, Outros Bens, (+) 81.362 €, Mercadorias para venda, (+) 18.395 €, Material de transporte, (+) 11.506 €, Alimentação - géneros para confeccionar, (+) 4.557 € e Material de escritório (+) 3.791 €.

O incremento da Alimentação - refeições confeccionadas, deve-se ao efeito conjugado do aumento do preço unitário das refeições escolares com o aumento do número de refeições servidas no exercício de 2021, este muito influenciado pelo alívio das medidas de confinamento impostas pela situação Pandémica COVID-19 vivida em 2020, que, pelas razões sobejamente conhecidas, levou à suspensão das atividades letivas e não letivas e de apoio social, com o conseqüente encerramento dos estabelecimentos de ensino, em cumprimento das medidas de combate à pandemia COVID-19 estabelecidas pelo governo, obviamente com maior impacto no exercício de 2020, em comparação com 2021, caracterizado por uma maior normalidade neste domínio.



Inversamente, surge um conjunto diversificado de rubricas cuja despesa faturada diminuiu face ao ano precedente, justificando por si só cerca de 95% do total das rubricas que reduziram no período económico em avaliação:

- Limpeza e Higiene: (-) 103 284 €
- Vestuário e Artigos Pessoais: (-) 91.860 €;
- Matérias primas e subsidiárias: (-) 55.658 €
- Material de educação cultura e recreio: (-) 31.484 €
- Produtos químicos e farmacêuticos:(-) 12.995 €
- Material de Consumo Clínico: (-)11.633 €

As restantes sete componentes da Aquisição de Bens que registam decréscimo em 2021, não carecem de menção diferenciada, quer pela diminuta expressão individual – conjuntamente são responsáveis por (-) 16.070 €, quer pela exígua representação no cômputo geral das obrigações.

Pela natureza das rubricas acima referidas, facilmente depreendemos que todas elas se relacionam com áreas de contratação pública grandemente impulsionadas pelo contexto pandémico que atravessou todo o período económico de 2020/2021, no âmbito da resposta do Município da Maia à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV-2 e da doença COVID-19.

E, concretamente, as áreas com maior relevo prendem-se, com a aquisição de Vestuário e Artigos Pessoais, onde se incluem todos os equipamentos de proteção individual, nomeadamente, máscaras e outro material de proteção, e com Limpeza e Higiene, que abrange a compra de desinfetantes e outros bens de higienização.

Sumariamente, conclui-se, assim, que as oscilações ocorridas em 2021 no agrupamento da Aquisição de Bens, independentemente da tendência crescente ou decrescente, se deveram, fundamentalmente, à dinâmica de realização de despesa em contexto epidemiológico, em cumprimento do plano de contingência internamente instituído, de que resultou a implementação de um vasto conjunto de medidas de resposta à pandemia COVID-19, obviamente com muito maior impacto no exercício de 2020, em comparação com 2021, caracterizado por uma maior normalidade neste domínio em consequência das medidas de desconfinamento progressivamente instituídas.

1.3.6.2.2 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Este grupo respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, admitindo, nomeadamente, as despesas relativas aos Encargos das Instalações, Iluminação Pública, Vigilância e Segurança, Comunicações, Locação de Bens, Publicidade, Estudos Pareceres e Projetos, Outros Trabalhos Especializados e Encargos de Cobrança de Receitas, entre outras rubricas.



Quadro 44

	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
	2020		2021							
	Obrigações	Dotações Corrigidas	Obrigações	%	Pagamentos	%	Variação	%	Taxa de Execução	
	(a)	(b)	(c)		(d)		Valor (c)-(a)		(d)/(b)	(d)/(c)
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	1.977.212	2.982.965	2.180.246	14,4%	2.175.042	14,4%	203.034	10,3%	72,9%	99,8%
Limpeza e higiene	423.534	610.589	492.015	3,3%	492.015	3,3%	68.480	16,2%	80,6%	100,0%
Conservação de bens	599.843	1.366.011	955.626	6,3%	955.626	6,3%	355.783	59,3%	70,0%	100,0%
Locações	659.886	1.058.317	629.852	4,2%	628.413	4,2%	-30.034	-4,6%	59,4%	99,8%
Comunicações	279.893	400.935	325.401	2,2%	322.413	2,1%	45.507	16,3%	80,4%	99,1%
Transportes	130.193	733.766	178.543	1,2%	168.935	1,1%	48.350	37,1%	23,0%	94,6%
Representação dos serviços	15.225	24.150	17.772	0,1%	17.772	0,1%	2.547	16,7%	73,6%	100,0%
Seguros	161.618	223.265	137.928	0,9%	137.928	0,9%	-23.690	-14,7%	61,8%	100,0%
Deslocações e estadas	7.487	58.155	5.696	0,0%	4.661	0,0%	-1.792	-23,9%	8,0%	81,8%
Estudos, pareceres, projectos	709.322	1.554.558	878.395	5,8%	878.395	5,8%	169.074	23,8%	56,5%	100,0%
Formação	32.232	64.400	44.687	0,3%	44.687	0,3%	12.456	38,6%	69,4%	100,0%
Seminários, exposições e similares	32.848	85.981	49.381	0,3%	49.381	0,3%	16.533	50,3%	57,4%	100,0%
Publicidade	238.925	620.420	309.221	2,0%	306.048	2,0%	70.296	29,4%	49,3%	99,0%
Vigilância e segurança	825.551	1.073.404	955.738	6,3%	955.738	6,3%	130.187	15,8%	89,0%	100,0%
Assistência técnica	463.083	986.451	345.727	2,3%	345.727	2,3%	-117.356	-25,3%	35,0%	100,0%
Outros trabalhos especializados	2.917.717	6.641.561	3.781.356	25,0%	3.767.539	25,0%	863.639	29,6%	56,7%	99,6%
Serviços de saúde	48.159	247.395	137.213	0,9%	137.213	0,9%	89.054	184,9%	55,5%	100,0%
Encargos de cobrança de receitas	901.737	963.500	963.452	6,4%	963.452	6,4%	61.715	6,8%	100,0%	100,0%
Iluminação pública	1.706.940	3.129.580	2.290.407	15,2%	2.290.407	15,2%	583.467	34,2%	73,2%	100,0%
Outros serviços	263.266	1.142.968	420.713	2,8%	419.542	2,8%	157.448	59,8%	36,7%	99,7%
Total Aquisição de Serviços	12.394.670	23.968.372	15.099.367	100,0%	15.060.933	100,0%	2.704.696	21,8%	62,8%	99,7%

Un: Euro

Na gerência de 2021 o valor da despesa faturada (obrigações) com Aquisição de Serviços perfaz 15.099.367 €, com o total da despesa paga a ascender a 15.060.933 €, o que espelha excelentes níveis de execução de pagamentos, na ordem dos 100% na grande maioria das suas componentes.

Em comparação com a despesa faturada em período homólogo, provém um acréscimo de (+) 2.704.696 €, refletido no percentual de (+) 21,8%, fruto do balanço entre as rubricas que registaram aumento, (+) 3.145.129 €, e as que registaram redução, (-) 440.432 €.

Focando a análise na preponderância das rubricas que integram a Aquisição de Serviços com execução em 2021, três delas, agregadamente, totalizam 8.252.008 € representando 54,7% do total da despesa faturada:

- Outros Trabalhos Especializados: 3.781.356 €, com uma expressão de 25%, onde se incluem as despesas relativas a serviços técnicos prestados por entidades terceiras, salientando-se como parcelas mais significativas, a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes, na ordem de 1.262.948 € e o programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal, cuja despesa rondou os 207.621€. A estas, junta-se um vasto e diversificado conjunto de outras aquisições necessárias à prossecução de atividades culturais, recreativas e desportivas, referindo-se apenas alguns exemplos: “Maia Desporto para Todos”, “Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical para o Concelho da Maia (Fundação do Conservatório de Música da Maia)”, “Festival de Teatro Cómico da Maia”, “Programa de Animação de Natal”, “Realização de Espetáculos e Concertos”, etc.;



- Encargos de Instalações: 2.180.246 € com um peso de 14,4%, onde se inscrevem as despesas com aquisição de eletricidade, água e gás das diversas instalações municipais;
- Iluminação Pública: 2.290.407 €, com a representação de 15,2%, cuja designação dispensa informação complementar.

Com valores próximos de um milhão de euros, surgem os referentes a Encargos de Cobrança de Receitas, 963.452 €, Vigilância e Segurança, 955.738 €, Conservação de Bens, 955.626 €, e Estudos Pareceres e Projetos, 878.395 €, associadamente responsáveis por cerca de 25% do total da despesa faturada (obrigações), equivalendo-lhes um valor agregado de 3.753.211 €.

As demais rubricas de serviços apresentam valores diferenciados de faturação, todas elas inferiores a meio milhão de euros, salientando-se apenas a Limpeza e Higiene e Outros Serviços com 492.015 €, e 420.713 €, respetivamente.

Direcionando a análise para a evolução da Aquisição de Serviços tendo como comparativo o ano antecedente, importa que se destaque desde já os acréscimos com maior supremacia, indexados às rubricas de Outros Trabalhos Especializados, (+) 863.639 €, Iluminação Pública, (+) 583.467 €, e Conservação de Bens, (+) 355.763 €. No seu conjunto, justificam 66,7% do total das rubricas que elevaram a despesa no grupo dos “serviços”.

Segue-se um outro agrupamento de serviços, com variações compreendidas entre cem mil e trezentos mil euros, responsável por um acréscimo agregado de (+) 659.742 € que representa 24,4% do total das rubricas que incrementaram despesa, e que abrange:

- Encargos de instalações: (+) 203.034 €
- Estudos, pareceres, projetos (+) 169.074 €
- Outros serviços: (+) 157.448 €
- Vigilância e segurança (+) 130.187 €

Contribuem em menor volume para o total do acréscimo da Aquisição de Serviços, as rubricas de Serviços de Saúde, Publicidade, Limpeza e Higiene, Encargos de Cobrança de receitas, Transportes, Comunicações, nenhum deles com relevância individual, cumulativamente responsáveis por (+) 383.402 €.

Por fim, figuram apenas incrementos menos significativos apurados nas rubricas de Seminários Exposições e similares, Formação e Representação de Serviços, somando (+) 31.535 €.

O incremento evidenciado no agrupamento dos Trabalhos Especializados, encontra justificação, a exemplo do que ficou referido no capítulo da Aquisição de Bens, na retoma gradual da atividade municipal nas suas diversas valências - cultural, desportiva e recreativa - em resultado do levantamento progressivo de algumas restrições impostas em contexto pandémico (COVID-19), ao abrigo das quais no ano de 2020 foram suspensas várias atividades e eventos, com impacto na aquisição de serviços daquela natureza, bem como a realização de novos projetos sendo de destacar



neste domínio o Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL - Portela & C^a, S.A.", a Bienal da Maia 2021, o reforço do Programa de Animação de Natal, o incremento do valor dos Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos e dos Serviços de Assistência, Manutenção e Inspeção.

Sobre a dinâmica do volume de faturação da Iluminação Pública, importa sinalizar que o seu aumento é integralmente explicado pela faturação relativa ao exercício de 2020 no montante de 662.126 €, que apenas foi faturada em 2021, pelo que, uma vez isolada essa faturação, o comportamento da rubrica da Iluminação Pública no que se refere ao custo do exercício de 2021 objeto de análise inverte-se ditando uma diminuição.

Com efeito, circunscrevendo a faturação ao exercício económico a que respeita, em linha com o princípio de especialização dos exercícios prescrito pela contabilidade financeira, conclui-se que existe não um acréscimo mas sim um decréscimo do volume de faturação na Iluminação Pública atribuível ao exercício de 2021, na ordem dos (-) 510.000 €, fortemente influenciado pela transição para o mercado liberalizado, na sequência do procedimento concursal efetuado ao abrigo do Acordo Quadro, a par da introdução de medidas de eficiência energética promovidas pelo Município, tendo como objetivo a redução dos consumos desta natureza.

O aumento de despesa com a Conservação de Bens, deve-se a aquisições de serviços de manutenção corrente de ativos municipais, cujas intervenções de carácter corretivo, não tendo cadência regular, dão lugar a expectáveis oscilações entre os diversos exercícios económicos, que, naturalmente, assumem maior ou menor materialidade.

Em relação aos Encargos de Instalações, contribui para o aumento assinalado um conjunto de rubricas diretamente relacionadas com as despesas de funcionamento nos múltiplos âmbitos da atividade municipal que, não tendo cada uma delas grandeza que careça de detalhe discriminativo, cumulativamente têm impacto, como por exemplo, a atualização anual das tarifas da água, da eletricidade e do gás, etc.

No domínio das despesas de eletricidade e gás é importante mencionar que a faturação, pese embora contenha, também, o efeito da transição para o mercado liberalizado a par da introdução de medidas de eficiência energética que contribui para uma redução dos consumos nas diversas instalações municipais, evidencia um incremento que se deve não só à atualização anual das tarifas, mas sobretudo ao aumento dos consumos justificado pela reabertura das instalações municipais aos seus usos comuns, mormente na área desportiva, uma vez que as medidas de combate à pandemia COVID-19 estabelecidas pelo governo, no âmbito dos estados de emergência declarados pelo Presidente da República apesar de terem permanecido em 2021, não levaram à suspensão das atividades desportivas por um período tão prolongado como em 2020.

A variação imputada a Estudos, Pareceres e projetos, deriva de agregados de serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica, das mais diversas áreas de especialização de



consultadoria e assessoria: jurídica, cibersegurança, assessoria Portugal 2020, empreendedorismo e fomento do investimento do Município (Maia-Go), marketing e comunicação, dentre outras.

A contribuir para o aumento de Outros Serviços posiciona-se de igual modo a retoma gradual da atividade municipal onde se releva o regresso do Programa "Turismo Sénior" e do projeto "Maia Desporto para Todos".

Concorrem para o acréscimo da rubrica de Vigilância e Segurança, não só a despesa relativa ao reforço daqueles serviços nos Mercados de Pedrouços e do Castelo da Maia, que abrangeu a totalidade do exercício de 2021, a contrário do ano anterior, uma vez que o início da vigência destes contratos não abrangeu na íntegra o período anual, mas também a aquisição de serviços de vigilância e segurança para os Centros de Vacinação, a que acresce, ainda, o impacto da atualização gradual das tabelas salariais da segurança vigilância privada, de acordo com o respetivo Contrato Coletivo de Trabalho

Unicamente pelo domínio em que se inserem, sinaliza-se que o incremento das aquisições de Serviços de Saúde e de Limpeza e Higiene está, naturalmente, inserido na temática da pandemia COVID-19, que ainda persistiu de forma significativa no exercício de 2021, incluindo, para além do reforço de serviços de limpeza regular nas instalações municipais, a desinfeção de todos os espaços municipais, e ainda, a aquisição de serviços comunitários de saúde para reforço das equipas de apoio logístico aos centros de vacinação Covid-19_Maia, no âmbito das medidas complementares de combate à pandemia.

Passando a abordagem para o decréscimo de despesa com a aquisição de serviços, cujo somatório ascende a (-) 172.871 €, sobressaem desde logo os encargos com a Assistência Técnica, (-) 117.356 €, que representam 67,9% daquele valor. Tal comportamento está suportado nos contratos de assistência a soluções de cariz informático, e deve-se à própria dinâmica da gestão dos contratos e inerentes produções de efeitos.

Acrescem apenas as reduções menos significativos apurados nas rubricas de Locação, Seguros e Deslocações e Estadas, sem qualquer expressão individual, diminuindo respetivamente (-) 30.034 €, (-) 23.690 € e (-) 1.792 €.

Importa sinalizar que a contratação de serviços em 2021 observou o disposto no artigo 73.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

**1.3.6.2.2.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA****Quadro 45**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA					
2021					
	Dotações corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Taxa de Execução	
	(a)	(b)	(c)	(c)/(a)	(c)/(b)
Órgãos de Autarquia	10.417.587	7.320.316	7.310.723	70,2%	99,9%
Assembleia Municipal	22.250	4.418	4.418	19,9%	100,0%
Dept.º de Finanças e Património	41.730	18.244	18.244	43,7%	100,0%
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	155.733	95.954	95.954	61,6%	100,0%
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	3.825.197	2.455.883	2.443.225	63,9%	99,5%
Dep.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	2.693.533	1.371.936	1.366.138	50,7%	99,6%
Dep.º de Sustentabilidade Territorial	3.579.399	2.130.172	2.129.931	59,5%	100,0%
Dep.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	3.160.343	1.677.368	1.667.222	52,8%	99,4%
Dep.º Jurídico	72.600	25.077	25.077	34,5%	100,0%
TOTAL	23.968.372	15.099.367	15.060.933	62,8%	99,7%

Un: Euro

No domínio da redistribuição da aquisição de serviços por unidade orgânica e de acordo com a macroestrutura orgânica existente no Município, conclui-se que o maior volume de despesa faturada (obrigações) em serviços é imputável aos Órgãos de Autarquia que são responsáveis por 48,5% do total da rubrica. Com significativa materialidade, sucedem-se os Departamentos, de Educação Ciência e Cultura (16,3%), de Sustentabilidade Territorial (14,1%), de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade (11,1%), e de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (9,1%).

Impõe-se, todavia, referir que a predominância da aquisição de serviços nos Órgãos da Autarquia está fundamentalmente associada a um conjunto de despesas comuns a todas as unidades orgânicas do Município, nomeadamente, encargos de instalações, vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

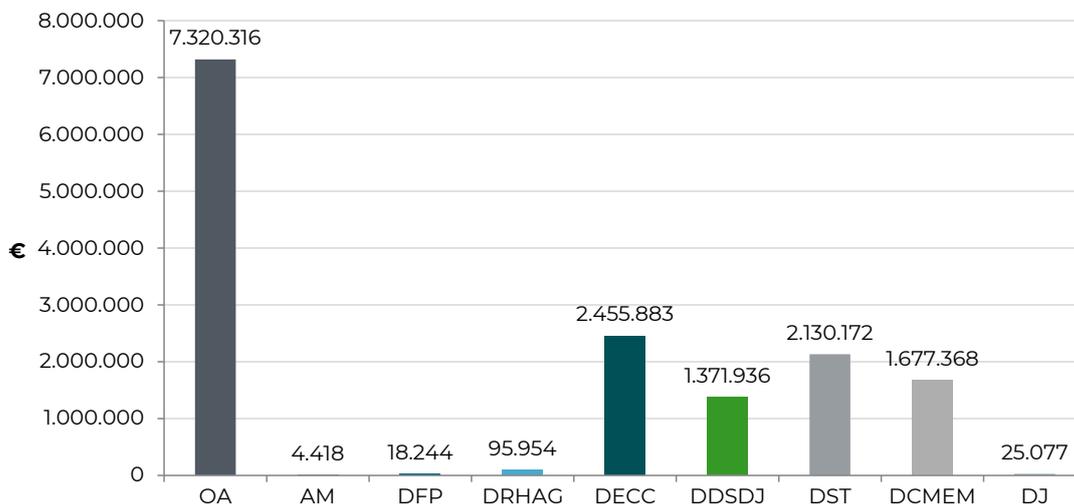
Em sede de taxas de execução das despesas faturadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam na sua maioria os 100%.

A representação gráfica da imputação da despesa da aquisição de serviços às diferentes unidades orgânicas, espelha bem a sua distribuição.



Gráfico 27

**Aquisição de Serviços por Classificação Orgânica
Ano 2021**



Num ano como o de 2021 em que a economia recuperou parte das fortes perdas registadas em 2020, mas que foi ainda dominado pelos impactos negativos da pandemia, encerra-se o capítulo da análise global da despesa, com uma breve nota final para o impacto das medidas adotadas pelo Município da Maia no combate à pandemia COVID-19, nesses grandes agregados que são, a Aquisição de Bens e a Aquisição de Serviços.

A multiplicidade de ações implementadas neste último biénio, obviamente com muito maior impacto no exercício de 2020, em comparação com 2021, teve o seu natural reflexo no domínio da contratação pública, tendo ainda impacto em várias outras dimensões da atividade municipal, quer pelo exercício das atribuições e competências que legalmente incumbem às autarquias locais, quer ainda pela adaptação operacional de todos os serviços municipais aos planos de contingência e sucessivos estados de emergência que foram sendo decretados ao longo do último biénio bem como às medidas de mitigação do confinamento que foram sendo progressivamente instituídas durante o exercício de 2021.

Esta realidade teve, notoriamente, um impacto transversal e determinante na estrutura da despesa com a aquisição de bens e serviços no Município da Maia no exercício de 2020, não só pela grande alavancagem em domínios como os da segurança e proteção individual, da limpeza, desinfeção e higienização, da saúde, da locação, etc., mas também, e simultaneamente, pela interrupção de um vasto conjunto de atividades e eventos municipais regularmente levados a cabo, situação progressivamente alterada no exercício de 2021 com o regresso a uma maior normalidade neste domínio, fruto das medidas de desconfinamento paulatinamente instituídas, que permitiram a reabertura de inúmeras atividades e eventos municipais.



O saldo deste balanceamento fica nitidamente evidenciado num aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços que, no exercício em análise, ronda (+) 23% em relação a período homólogo.

Neste âmbito, as aquisições de bens e serviços efetuadas em 2021 que integraram as medidas implementadas pelo Município da Maia no combate à pandemia COVID-19, foram detalhadas e regularmente comunicadas, quer internamente aos respetivos órgãos autárquicos, quer externamente a entidades oficiais (Basegov, Espap, ANMP e DGAL), nos termos legalmente aplicáveis.

1.3.6.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico, determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica de natureza corrente, responsável em 2021 por 13,3% do total da despesa faturada, sendo o sistema de atribuição destes apoios matéria de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base e de criação de procedimentos de verificação e controlo, de forma a garantir mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

Numa ótica orçamental, as transferências efetuadas pelos Municípios, estão divididas segundo o classificador económico em três agrupamentos: Transferências correntes, Transferências de capital e Subsídios.

Neste ponto, centra-se a análise na componente de natureza corrente - Transferências correntes e Subsídios atribuídos pela Autarquia – remetendo-se a apreciação das Transferências de capital para o capítulo do Investimento global.



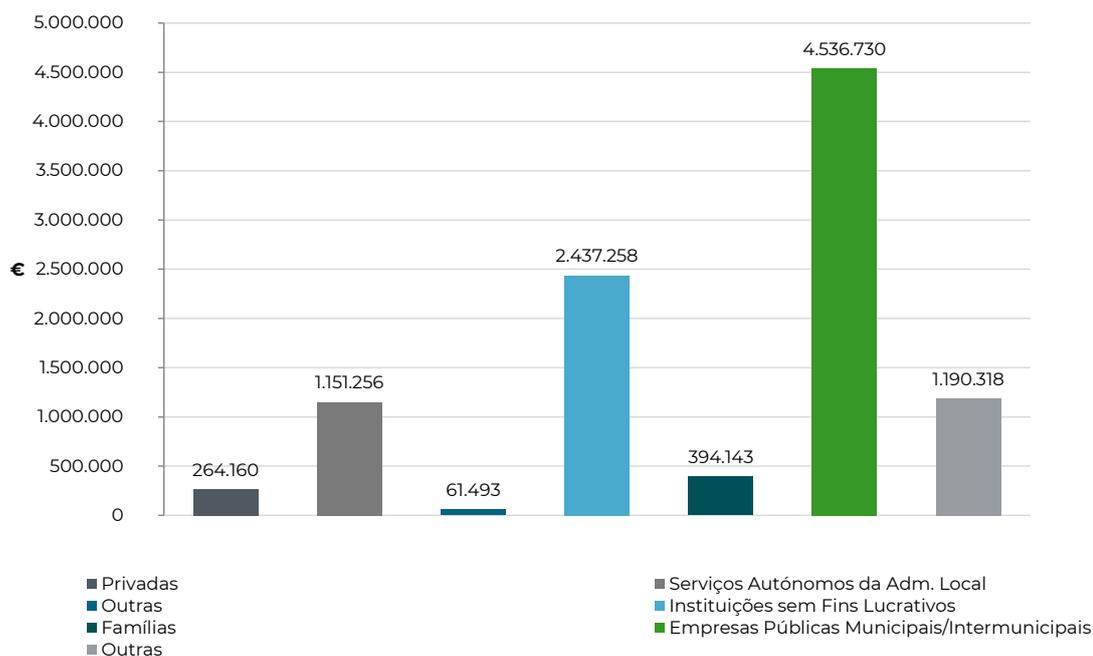
Quadro 46

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS								
	2020		2021		Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações (a)	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.388.600	7.804.394	4.308.310	4.304.372	-80.290	-1,8%	55,2%	99,9%
Administração Central								
Estado	0	0	0	0	0			
Sociedades e quase-sociedades não financeiras								
Públicas		37.050	0	0	0			
Privadas	5.000	1.205.000	264.160	264.160	259.160	5183,2%	21,9%	100,0%
Administração Local								
Municípios	0	0	0	0	0			
Freguesias	1.055.040	1.157.496	1.151.256	1.151.256	96.216	9,1%	99,5%	100,0%
Serviços Autónomos da Adm. Local	0	500	0	0	0		0,0%	
Associações de Municípios	23.001	451.511	0	0	-23.001	-100,0%	0,0%	
Assembleias Distritais	0	500	0	0	0		0,0%	
Outras	81.493	81.500	61.493	61.493	-20.000	-24,5%	75,5%	100,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	2.691.042	3.479.758	2.437.258	2.433.321	-253.784	-9,4%	69,9%	99,8%
Famílias	533.024	1.385.079	394.143	394.143	-138.881	-26,1%	28,5%	100,0%
Resto do Mundo - Países	0	6.000	0	0	0		0,0%	
SUBSÍDIOS	5.208.711	6.266.708	5.727.048	5.727.048	518.337	10,0%	91,4%	100,0%
Soc. e quase sociedades não financeiras								
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	3.826.646	5.025.768	4.536.730	4.536.730	710.084	18,6%	90,3%	100,0%
Outras	974.607	1.240.940	1.190.318	1.190.318	215.711	22,1%	95,9%	100,0%
Administração Local								
Continente	407.457	0	0	0	-407.457	-100,0%		
Total Transferências Correntes e Subsídios	9.597.311	14.071.102	10.035.358	10.031.420	438.047	4,6%	71,3%	100,0%

Un: Euro

Gráfico 28

Transferências Correntes e Subsídios





Os apoios atribuídos pela autarquia faturados (obrigações) no exercício de 2021 totalizaram 10.035.358 € e tiveram como destino financiar Subsídios no montante de 5.727.048 € e Transferências correntes no valor de 4.308.310 €. Em comparação com período homólogo evidenciam um aumento de (+) 438.047 €, (+) 4,6%.

No contexto global deste agregado económico, os subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais no montante de 4.536.730 €, assumem o maior peso, seguindo-se os apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos no valor de 2.437.258 €.

Com valores próximos de um milhão e duzentos mil euros, surgem os subsídios concedidos às Sociedades e quase Sociedades não financeiras – Outras e as transferências para Juntas de Freguesia no montante de, respetivamente, 1.190.318 € e 1.151.256 €.

Com menor materialidade, figuram as transferências correntes para as famílias e Sociedades e quase Sociedades não financeiras - Privadas, a somar, respetivamente, 394.143 € e 264.160 €, e por último a parcela de 61.493 € destinada à Administração Local - Outros (encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo Município).

O incremento globalmente registado nesta área, na quantia de (+) 438.047 €, é inteiramente imputável aos Subsídios concedidos que aumentam (+) 518.337 €, (+) 10%, e cujo impacto acaba por ser atenuado pelo decréscimo das transferências que no seu conjunto reduzem (-) 80.290€, (-) 1,8%.

Os subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, justificam a maior parcela da variação da rubrica mãe e prendem-se com um aumento de (+) 710.084 € em relação ao ano anterior, justificado sobretudo pelo impacto decorrente da primeira revisão do Contrato de Gestão Delegada celebrado com a Empresa Municipal Maiambiente, tendo como objetivo reajustar o âmbito do seu objeto contratual a novas exigências de cariz ambiental, revisão essa que deu origem à celebração de dois novos contratos - Contrato Programa de Limpeza Urbana e Contrato de Gestão Delegada de Resíduos Urbanos.

Sinaliza-se ainda, por força da sua natureza atípica, o subsídio atribuído à Empresa Município, para reposição do equilíbrio de contas do seu exercício de 2020 na importância de 71.004 €.

A reforçar o acréscimo surge também o subsídio atribuído à STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto respeitante à compensação financeira devida pelo cumprimento da obrigação de serviço público operada pela STCP, de acordo com o contrato interadministrativo de constituição da UTS e de delegação de competências, com um incremento de (+) 215.711 €. A variação conjunta destas duas componentes, acaba por ser mitigada pelo decréscimo dos subsídios enquadráveis na rubrica da Administração Local, posicionando assim o incremento dos Subsídios concedidos nos referidos (+) 518.337 €.



O grupo das transferências apresenta um decréscimo de (-) 80.290 €, que resulta da diferença entre as rubricas que registaram redução, (-) 435.666 €, e aquelas que evidenciaram aumento, (+) 355.376 €.

A concorrer para o aumento em (+) 259.160 €, figuram as transferências para as Sociedades Privadas no valor de 264.160 € concedidas no âmbito do PAEDEL (Programa de Apoio Extraordinário Direto à Economia Local) a micro e pequenas empresas, incluindo os empresários em nome individual, sediado no concelho da Maia, com vista a combater os efeitos económicos da pandemia de COVID-19, afirmando-se como um complemento e reforço local às medidas de apoio económico nacional, que foram de forma reconhecida manifestamente insuficientes. Em suma, com esta medida de apoio excecional, temporário e extraordinário pretendeu-se contribuir para a valorização empresarial no concelho da Maia, mitigando os efeitos económicos da crise pandémica promovendo a economia local e contribuindo para a manutenção do emprego no território da Maia. Acresce com menor expressão o incremento de (+) 96.216 € nas transferências para as Juntas de Freguesia.

A convergir para a redução, destacam-se as transferências para as Instituições sem fins lucrativos, com (-) 253.784 €, para apoio no âmbito das atividades sociais, humanitárias, culturais e educacionais, a par da comparticipação para as Famílias, (-) 138.881 €, que se prende com apoios financeiros concedidos, excecionais e temporários, a agregados familiares carenciados residentes na área do respetivo concelho. Ambas as reduções estão naturalmente associadas ao facto do exercício de 2020 ter sido mais exigente neste domínio, devido aos apoios atribuídos pelo município na sequência do impacto decorrente do Estado de Emergência imposto pela situação de Pandemia COVID-19, numa fase crítica de implementação, com impactos sócio económico mais nefastos.

Com menor significado, segue-se a diminuição das transferências para a Administração Local - Associações de Municípios e Outras, que no seu conjunto perfaz (-) 43.001 €.

No domínio da execução é de realçar a excelente taxa de pagamentos ao nível da despesa faturada, que atinge 100% em todas as componentes dos Subsídios e das Transferências correntes, à exceção das instituições sem fins lucrativos que soma 99,8%.

Ultima-se a apreciação desta temática com o detalhe das Transferências Correntes e Subsídios atribuídos.



Quadro 47

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
2021	
Designação	Valor
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	264.160
Programa Extraordinário de Apoio Direto à Economia Local.	264.160
Administração Local - Freguesias	1.151.256
Transferência de competências para as Juntas de Freguesia - Recursos financeiros municipais.	1.151.256
Administração Local - Outras	61.493
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	61.493
Instituições sem Fins Lucrativos	2.437.258
Abem - Rede Solidária de Medicamento.	20.295
Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	138.114
Apoio a associações de bem estar animal.	15.000
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	20.000
Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia.	67.000
Apoio aos encargos com as inscrições de Escuteiros no CNE e de Escoteiros na AEP.	10.200
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	1.183.929
Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades.	14.100
Apoios a Associações Juvenis do Concelho, com vista ao financiamento de suas atividades.	12.960
Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades.	6.000
Apoios a entidades de Proteção Civil.	2.500
Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	193.333
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	14.326
Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras.	61.897
Compromissum - Centro Municipal de Voluntariado.	2.353
Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM.	20.000
EIP - Equipas de Intervenção Permanente dos Corpos de Bombeiros do Município: Participação nas despesas de funcionamento.	33.215
Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais.	66.125
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	168.363
Maia Desporto para Todos- "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis;- Liga Municipal de Futsal;- Jogos Desportivos da Maia;- Clube Maia Sénior;- Dia Metropolitano dos Avós;- Jogos Maia Sénior;- Férias Desportivas	215.144
Parcerias para o Impacto - "Projeto 55+".	1.903
Programa de Ação Social Escolar no EBI.	56.243
Projeto de mediadores municipais e interculturais.	41.898
Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EBI.	54.008
Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do Pré-Escolar.	18.353
Famílias - Programas ocupacionais	182.797
Medidas de Contrato de Emprego e Inserção	41.109
PORI - Programa Operacional de Respostas Integradas.	456
Programa de Enriquecimento Curricular no EBI e Serviço de Apoio à Família.	123.993
Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local (PEPAL).	17.147
Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade.	92
Famílias - Outras	211.346
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	8.323
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	203.022
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.308.310

Un: Euro

**Quadro 48**

SUBSÍDIOS	
2021	
Designação	Valor
Soc. e quase sociedades não financeiras - Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	4 536 730
Beneficiação das instalações afetas à PSP no Edifício "Lidador", na freguesia de Águas Santas - Contrato Programa com a Espaço Municipal, E.M..	123 980
Beneficiação das instalações municipais em uso pela CPCJ da Maia - Contrato Programa com a Espaço Municipal, E.M..	147 516
Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	693 366
Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M.". - Resíduos Sólidos.	1 335 052
Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M.". - Limpeza Pública.	2 165 812
Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local.	71 004
Soc. e quase sociedades não financeiras - Outras	1 190 318
Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.	1 124 904
Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART).	65 414
Administração Local - Continente	0
TOTAL SUBSÍDIOS	5 727 048

Un:Euro

1.3.6.4 INVESTIMENTO GLOBAL

O Investimento Público tem como principal objetivo, dotar o município de infraestruturas essenciais ao bem-estar das populações como por exemplo estradas, rede de saneamento básico, escolas, promoção do património cultural e natural, bem como criar condições para a implantação de empresas através da oferta de áreas industriais atrativas para as mesmas. O investimento em infraestruturas é essencial para o desenvolvimento económico pois permite não só o aumento dos consumos privados, como também incentiva o investimento privado que se traduz num aumento subsequente de emprego e rendimento.

Em face do exposto, o investimento assume para o município, grande relevância no seio da despesa global pois este é o instrumento privilegiado através do qual se garante:

- A construção ou modernização de infraestruturas coletivas;
- A aposta na eficiência energética, na promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos;
- A reabilitação e mobilidade urbana.

Salienta-se que para além do investimento em novas infraestruturas e equipamentos, existe a necessidade de uma constante manutenção das já existentes o que também absorve uma parte do valor executado no investimento.



Quanto melhor é essa infraestrutura maior é a competitividade do município, face a outros municípios na captação do investimento privado.

Investir, é por isso sinónimo de preparar o futuro. Importa então analisar qual o comportamento do Investimento adentro da Despesa Global do Município no último exercício, tendo por base os valores das obrigações registadas (despesa faturada), centrado nas suas três grandes componentes:

- Investimento Direto (assume habitualmente, a maior parcela do investimento);
- Transferências de Capital;
- Ativos Financeiros.

Pretende-se com o Quadro 49 demonstrar a evolução do Investimento Global nos últimos 2 anos, bem como das suas componentes e peso destas na formação do valor registado.

Quadro 49

INVESTIMENTO GLOBAL						
	2020		2021		Variação	
	Obrigações	Obrigações	% Inv Global	% Desp Total	Valor	%
Investimento Direto - Aquisição de bens de capital	16.496.733	20.793.546	90,3%	27,6%	4.296.813	26,0%
Transferências de capital	1.395.867	2.040.998	8,9%	2,7%	645.131	46,2%
Ativos financeiros	1.229.777	205.000	0,9%	0,3%	-1.024.777	-83,3%
Total Investimento Global	19.122.377	23.039.544	100,0%	30,6%	3.917.167	20,5%
Despesas Totais		75.339.154		100,0%		

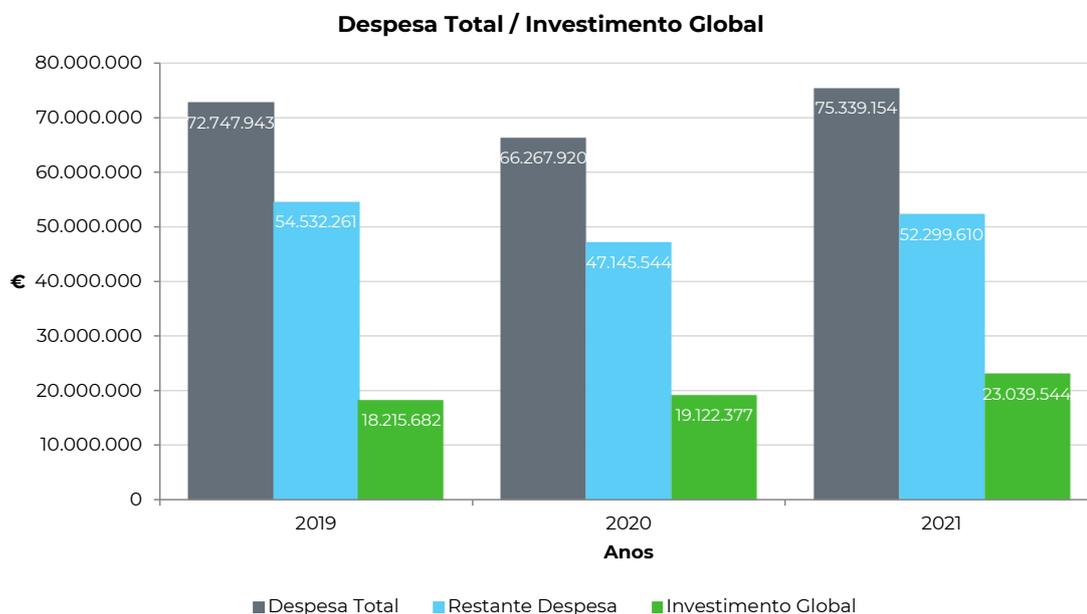
Un: Euro

O Investimento Global do município ao totalizar 23.039.544 € de faturação no exercício de 2021 reflete uma subida de (+) 20,5%, face a 2020. Esta variação é quase toda imputada ao Investimento Direto - Aquisição de Bens de Capital, que, por si só, representa 90,3% do investimento global e regista um aumento de (+) 4.296.813 €, sendo reforçada pelo incremento de (+) 645.131 € no grupo das Transferências de Capital, e parcialmente atenuada pelo decréscimo de (-) 1.024.777 € na componente de Ativos Financeiros.

Apesar dos constrangimentos decorrentes da situação pandémica COVID 19, que ainda permanece, pese embora o seu maior impacto tenha ocorrido em 2020, ao originar diminuição do total da despesa, o Investimento Global do município tem-se mantido em níveis bastante satisfatórios, apresentando uma tendência crescente no triénio, designadamente entre 2019 e 2020 e que se acentua neste exercício de 2021, como se demonstra no Gráfico 29.



Gráfico 29



De modo a compreender a estrutura do investimento global apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

1.3.6.4.1 INVESTIMENTO DIRETO

O Investimento Direto compreende as aquisições de bens duráveis bem como as benfeitorias relevantes que alteram o seu valor, onde se incluem os edifícios, os terrenos, os arruamentos, as viaturas, a maquinaria equipamentos entre outros. Tal investimento é direcionado para os mais diversos fins, conforme se estruturam no quadro seguinte:



Quadro 50

INVESTIMENTO DIRETO									
	2020		2021				2021		
	Obrigações	Dotações Corrigidas	Obrigações	%	Pagamentos	Variação		Taxa de Execução	
	(a)	(b)	(c)	%	(d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
Terrenos e Recursos Naturais	587.500	2.140.700	1.532.822	7,4%	1.532.822	945.322	160,9%	71,6%	100,0%
Habituação	0	527.145	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%	
Construção	0	527.145	0	0,0%	0	0	0	0,0%	
Aquisição	0	0	0	0,0%	0	0	0		
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0,0%	0	0			
Edifícios	4.658.452	10.575.611	4.429.997	21,3%	4.429.997	-228.455	-4,9%	41,9%	100,0%
Instalações de serviços	94.136	2.400.025	525.570	2,5%	525.570	431.434	458,3%	21,9%	100,0%
Instalações desport. e recreat.	763.922	3.025.891	1.895.053	9,1%	1.895.053	1.131.131	148,1%	62,6%	100,0%
Escolas	3.753.665	4.201.995	1.814.613	8,7%	1.814.613	-1.939.053	-51,7%	43,2%	100,0%
Outros	46.728	897.700	194.761	0,9%	194.761	148.033	316,8%	21,7%	100,0%
Construções Diversas	9.667.697	31.527.552	12.663.433	60,9%	12.559.391	2.995.737	31,0%	39,8%	99,2%
Domínio Privado	554.134	4.987.700	1.707.477	8,2%	1.707.477	1.153.343	208,1%	34,2%	100,0%
Domínio. Público	9.113.562	26.539.852	10.955.956	52,7%	10.851.914	1.842.394	20,2%	40,9%	99,1%
Material de Transporte	81.019	120.500	0	0,0%	0	-81.019	-100,0%	0,0%	
Maq. e Equipamento	839.630	3.207.275	1.413.865	6,8%	1.369.395	574.235	68,4%	42,7%	96,9%
Equipamento Informático	268.342	925.330	417.069	2,0%	417.069	148.727	55,4%	45,1%	100,0%
Software Informático	78.544	557.600	271.340	1,3%	271.340	192.796	245,5%	48,7%	100,0%
Equipamento Administrativo	62.485	183.360	94.338	0,5%	94.338	31.853	51,0%	51,4%	100,0%
Equipamento Básico	409.740	1.528.945	620.911	3,0%	576.441	211.171	51,5%	37,7%	92,8%
Ferramentas e Utensílios	20.519	12.040	10.207	0,0%	10.207	-10.312	-50,3%	84,8%	100,0%
Investimentos Incorpóreos	83.446	445.026	20.084	0,1%	20.084	-63.363		4,5%	100,0%
Outros Investimentos	423.598	1.659.171	483.399	2,3%	483.399	59.801	14,1%	29,1%	100,0%
Outros	155.391	838.255	249.947	1,2%	249.947	94.556	60,9%	29,8%	100,0%
Artigos e Objectos Valor	155.391	187.505	156.659	0,8%	156.659	1.268	0,8%	83,5%	100,0%
Locação Financeira	0	0	0	0,0%	0	0			
Bens Património Histórico-Cultural	0	0	0	0,0%	0	0			
Outros Bens Domínio Público	0	650.750	93.288	0,4%	93.288	93.288		14,3%	100,0%
Total Investimento Direto	16.496.733	51.041.235	20.793.546	100,0%	20.645.034	4.296.813	26,0%	40,4%	99,3%

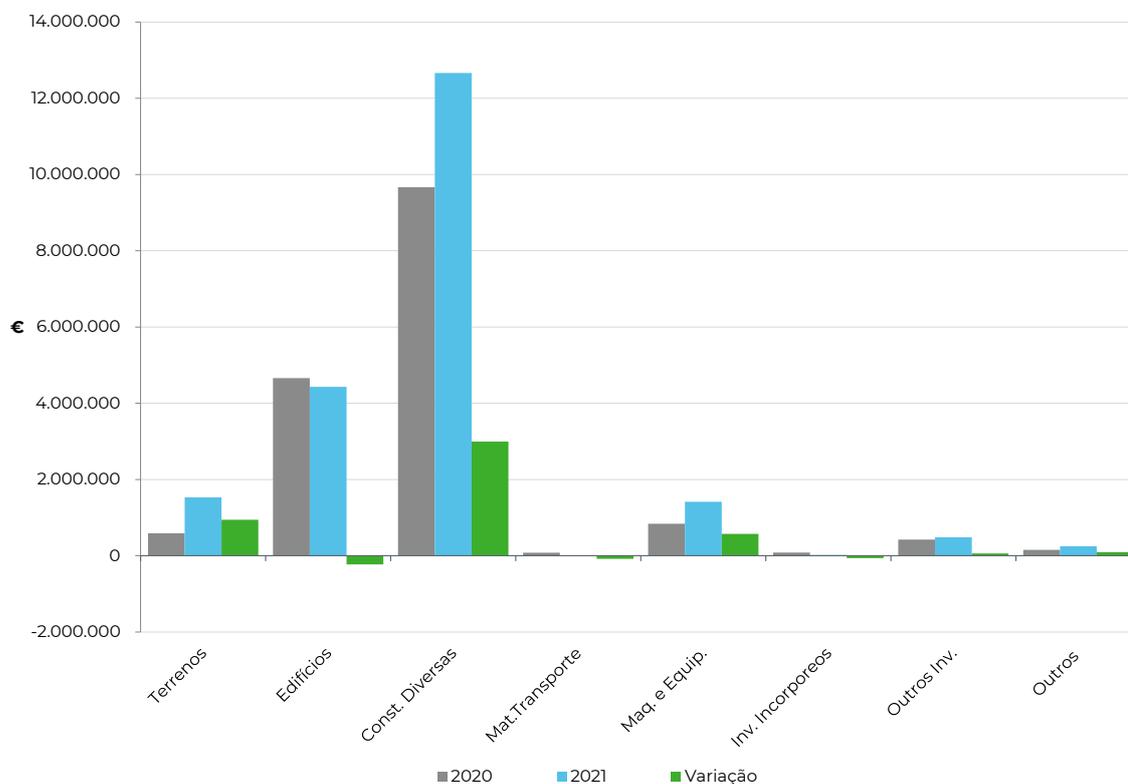
Un: Euro

Em 2021 o Investimento Direto atingiu o valor faturado de 20.793.546 € refletindo um significativo aumento de (+) 4.296.813 € face a 2020, o que em termos percentuais titula (+) 26%. Assume particular relevância o contributo da rubrica Construções Diversas que acresce (+) 2.995.737 € e representa 60,9% das obrigações registadas, ou seja 12.663.433 €, destacando-se neste montante as construções diversas de domínio público que isoladamente abarcam 10.955.956 €.

Para além da rubrica mencionada, a contribuir para a subida do Investimento Direto encontram-se as rubricas: Terrenos e Recursos Naturais com (+) 945.322 €, Maquinaria e Equipamento com (+) 574.235 €, Outros com (+) 94.556 € e a rubrica Outros Investimentos com (+) 59.801 €.

Em sentido inverso a apresentar decréscimos no investimento direto encontram-se as rubricas Edifícios, Investimentos Incorpóreos e Material de Transporte que no seu conjunto contribuíram com (-) 372.837 €.

Gráfico 30
Evolução do Investimento Direto



Em matéria de pagamentos e como já vem sendo recorrente, a taxa de execução das obrigações sobre os pagamentos aproxima-se dos 100%. Contudo em matéria de taxa de execução, na sua aceção literal (pagamentos sobre dotações corrigidas), apenas se atinge 40,4%, facto que não pode ser descontextualizado da situação de pandémica que se viveu em 2021, em que as restrições de mobilidade implementadas levaram à dificuldade da execução de algumas obras.

De seguida identificam-se os principais projetos que em 2021 integram as rubricas que compõem o Investimento Direto.

Terrenos e Recursos naturais

O investimento despendido com a compra de terrenos mais do que duplicou em 2021, totalizando 1.532.822 €. Este valor foi repartido pelos seguintes projetos abaixo discriminados:

- Oficinas e Armazéns Gerais - Novas instalações, Compra de duas parcelas de terreno, sitas na rua da Agra e a rua de Alvura, freguesia de Milheirós – 675.000 €;
- Aquisição de uma parcela de terreno com a área de 1.540 m², sita na rua de Goa, na freguesia de Águas Santas, contigua ao terreno pertencente á Cruz Vermelha Portuguesa, onde se pretende construir a unidade de continuados – 420.000 €;



- Arruamento de ligação da Avenida do Dr. José Vieira de Carvalho à Rua Cruz das Guardéiras e à Rua de Santo Lenho, na Freguesia de Moreira – 286.328 €;
- Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos 107.500€;
- Construção de uma rotunda na confluência da Rua do Dr. Joaquim Nogueira dos Santos com a Avenida de D. João I e a Rua do Dr. Germano Vieira, nas freguesias de Milheirós, Águas Santas e Nogueira-Silva Escura – 11.853 €;
- Aquisição de terrenos ou parcelas de terrenos com vista à construção de novos arruamentos, retificação ou ampliação de vias existentes - 10.010 €.

Habitação

Em 2021 não se registou qualquer novo investimento nesta área, todavia impõe-se assinalar que o investimento na habitação social é realizado pela empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana Gestão de Património, E.M, sendo para o efeito celebrados Contratos Programa cuja execução financeira figura no agrupamento das transferências.

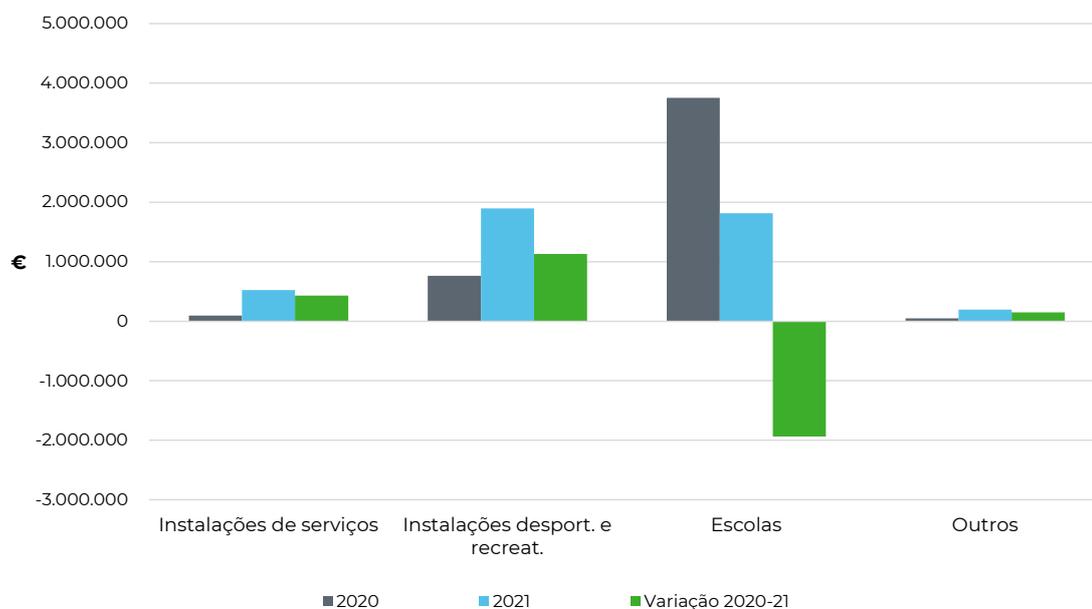
Edifícios

Esta rubrica engloba todo o investimento em instalações necessárias à prossecução dos objetivos do município, sejam elas de apoio à atividade administrativa, escolas, instalações desportivas entre outras.

Com um total de investimento realizado de 4.429.997 a rubrica Edifícios registou um decréscimo de (-) 228.455 € face a 2020, sendo o principal indutor deste comportamento a diminuição do investimento realizado em edifícios escolares, consequência expectável face o elevado investimento realizado nas Escolas EB23 nos dois anos anteriores, não obstante as remanescentes tipologias de edifícios apresentarem aumentos de investimento, conforme se poderá observar no gráfico seguinte:



Gráfico 31

Investimento em Edifícios
2020-2021

As Instalações Desportivas e Recreativas cujo investimento faturado ascendeu a 1.895.053 € compreendeu os seguintes projetos mais relevantes:

- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa – 680.825 €;
- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas – 544.768 €;
- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães – 241.215 €;
- Beneficiação e modernização de instalações desportivas – 157.415 €;
- Arranjo paisagístico dos espaços exteriores da Escola do EB1/JI do Lidador, na freguesia de Vila Nova da Telha – 153.765 €;
- Conservação de instalações desportivas – 135.754 €;

A rubrica Escolas fez em 2021 o montante de 1.814.613 € de investimento realizado, destacando-se os que se seguem:

- Beneficiação da Escola do EB1 Maia Sede, na freguesia da Cidade da Maia – 480.551 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na freguesia de Moreira - Acordo de Colaboração com o Poder Central – 367.889 €;
- Arranjo paisagístico dos espaços exteriores da Escola do EB1/JI do Lidador, na freguesia de Vila Nova da Telha – 153.765 €;
- Beneficiação e requalificação de espaços escolares exteriores – 141.512 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na freguesia de Milheirós – 134.394€.



- Beneficiação da Escola do EB1/J1 de Gueifães 2, na freguesia da Cidade da Maia – 119.041€;
- Requalificação e modernização da EB2,3 de Gueifães, na freguesia da Cidade da Maia - Acordo de Colaboração com o Poder Central – 114.508 €;
- Construção de coberturas de espaços exteriores de escolas do EB1 – 91.997 €;
- Conservação de edifícios municipais – 68.838 €;
- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes – 43.493 €.

A rubrica Instalações de Serviços somou 525.570 €, sendo grande parte do investimento direcionado para a reabilitação de edifícios existentes, designadamente:

- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – 201.517 €;
- Living Lab Maia – Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 160.117 €;
- Reformulação do Fórum da Maia – 94.940 €;
- Polícia Municipal - adaptação de edifício municipal à rua do Eng.º Duarte Pacheco, na Freguesia da Cidade da Maia – 25.092 €;
- Maia SMART Lab – criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de cocriação – 22.814€;

O investimento em Edifícios, que pela sua especificidade não integram as rubricas anteriores, são agregadas na rubrica denominada Outros, cujo valor ascendeu a 194.761 € e que compreendeu as seguintes intervenções:

- Beneficiação do Complexo Municipal da Casa do Alto, bem como da designada Casa do Guarda, na freguesia de Pedrouços que abarcou 166.216 €.
- Intervenções de modernização do Fórum da Maia – 21.880 €;
- Conservação de edifícios municipais - 6.665 €.

Construções Diversas

Em 2021, as obrigações por conta de Construções Diversas atingiram o valor de 12.663.433 €, assumindo esta rubrica a maior relevância no investimento direto ao alcançar 60,9%. Apresentou um acréscimo muito significativo de (+) 2.995.737 €, destacando-se a supremacia das Construções Diversas de Domínio Público (10.995.956 €) sobre as Construções Diversas de Domínio Privado (1.707.477 €), em muito justificada pelo facto de naquelas estarem incluídos os investimentos realizados em infraestruturas necessários à satisfação das necessidades básicas das populações, tais

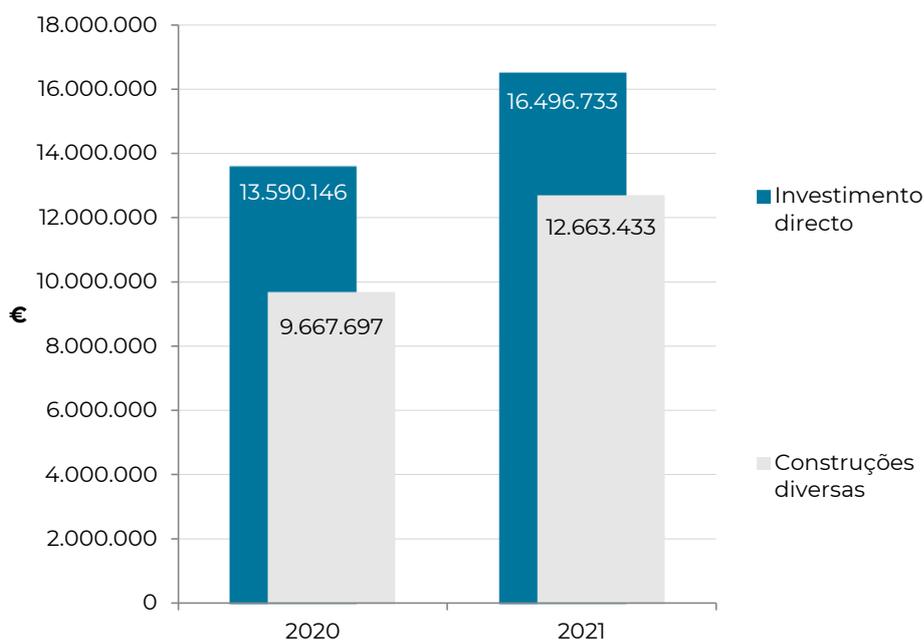


como: viadutos, arruamentos, estradas e pontes, instalações de saneamento e água, bem como parques e jardins, parques de estacionamento, parques desportivos entre outros.

O gráfico abaixo reflete muito claramente a importância desta rubrica no seio do Investimento Direto.

Gráfico 32

Construções Diversas no Investimento Direto



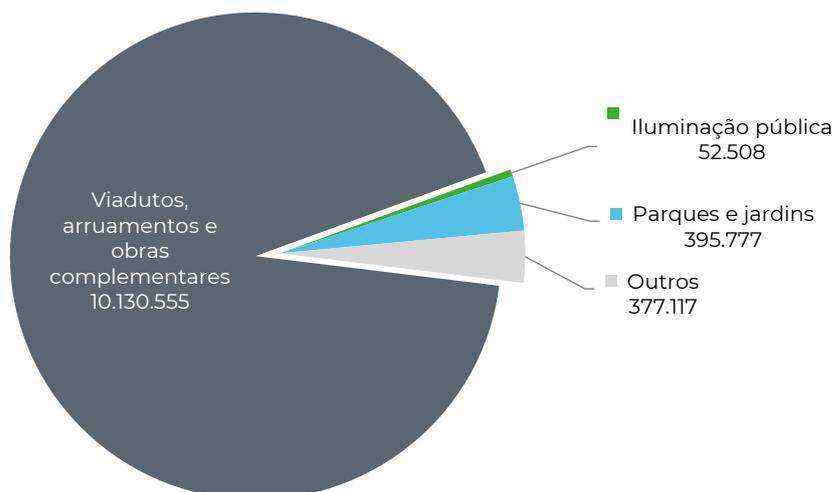
CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR EM BENS DOMÍNIO PÚBLICO

Para analisar a natureza do investimento em Construções Diversas de Domínio Público apresenta-se Gráfico 33 onde se confirma o predomínio da subrubrica Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares.



Gráfico 33

Construções Diversas
Domínio Público



Por conta de Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares efetuaram-se investimentos no valor de 10.130.555 €, que compreendeu os seguintes projetos, na sua grande maioria obras incluídas no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano:

- Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - no núcleo urbano da Cidade da Maia – 2.170.774 €;
- Via Periférica Sul - Poente da Cidade. Troço entre a Rua do Souto e a Avenida de D. Mendo (EN 13) no Lugar do Espido – 1.856.968 €;
- Beneficiação de vias municipais – 1.879.598,91 €;
- Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - no núcleo urbano do Castelo da Maia – 965.882 €;
- Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano de Águas-Santas e implementação de ciclovia – 743.760 €;
- Reperfilamento da Rua do Conselheiro Luís de Magalhães (EN 13) e construção de arruamento de ligação à Rua do Dr. Farinhote, na Freguesia de Moreira – 531.966 €;
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lançamento – 528.727 €;
- Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação – 352.070 €;



- Reparação pontual de vias e infraestruturas conexas – 320.519 €;
- Reformulação do acesso viário ao Lar Prof. Dr. José Vieira de Carvalho, na EN14, freguesia da Maia – 144.113 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 122.435 €;
- Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários – 74.090 €;
- Elaboração de projetos de execução de requalificação de espaço público e infraestruturas urbanas – 68.020 €;
- Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo Parque Urbano do Sobreiro e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos – 59.429€;
- Construção da ligação RVP-09 entre o Nó da VRI/A-41, na zona das Minhoteiras, até à Via Estruturante de Crestins, incluindo a ligação viária à Zona Industrial das Minhoteiras, na Freguesia de Moreira – 49.132 €;
- Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua de Altino Coelho, na Freguesia da Cidade da Maia, entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a Travessa da Quinta Nova – 39.746 €;
- Prolongamento da Travessa de Sidónio Pais à Rua de Eusébio da Silva Ferreira, na freguesia de Nogueira e Silva Escura – 36.014 €;
- Reperfilamento da Avenida de D. Mendo (ex-EN 13) entre a designada Rotunda da "SONAE" e o limite Sul do Concelho – 35.481 €;
- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 30.562 €.

O valor remanescente inserido nas Construções Diversas de Domínio Público, repartiu-se pelas suas subrubricas de Parques e Jardins com 395.777 €, Outros com 377.117 € e Iluminação Pública com 52.508 €.

Na componente Parques e Jardins, o valor do investimento reportou-se aos projetos:

- Corredor Verde do Rio Leça – 269.757 €;
- Construção do "Parque Urbano de Moreira", na Freguesia de Moreira, incluindo a aquisição de terrenos e a elaboração dos respetivos projetos – 83.303 €;
- Ajardinamento de espaços municipais – 42.717 €.

Por conta da subrubrica Outros listam-se os seguintes projetos:

- Requalificação urbanística do Lugar da Pena, em Nogueira, na freguesia de Nogueira e Silva Escura – 157.707 €;
- Beneficiação das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário – 103.562 €.



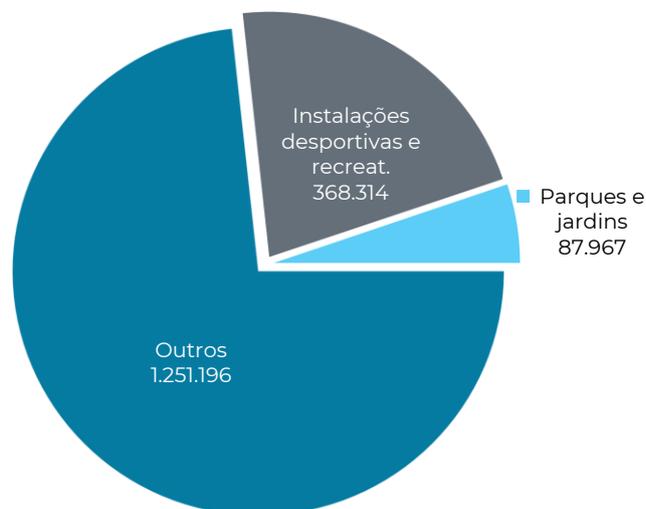
- Obras de urbanização em falta em loteamentos não consumados – 70.967 €;
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do concelho, com vista à sua recuperação urbana – 37.709 €;

Na Iluminação Pública o *valor de* 52.508 € foi integralmente direcionado ao projeto “Comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública”.

CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR NO DOMÍNIO PRIVADO DA AUTARQUIA

Gráfico 34

Construções diversas Domínio Privado



No âmbito das Construções Diversas do Domínio Privado realizou-se investimento na quantia de 1.707.477 €, dos quais 1.251.196 € foram alocados à subrubrica Outros, 368.314 € a Instalações Desportivas e Recreativas e 87.967 € a Parques e Jardins.

Apesar do carácter residual de Outros, esta económica abarcou investimentos relevantes conforme é demonstrado na lista de projetos que se discrimina:

- Reformulação do Mercado-Feira de Pedras Rubras, na freguesia de Moreira – 617.722 €;
- Reformulação do Mercado-Feira da Maia, na freguesia da Cidade da Maia – 194.865 €.



- Requalificação de Lagos e Fontes Municipais – 158.312 €
- Construção de Parque para animais assilvestrados - "Parque de Matilhas" – 113.773
- Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 70.748,11 €
- Construção de Parques Caninos – 53.377,14 €
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do concelho, com vista à sua recuperação urbana - 42.398 €.

Os projetos incluídos em Instalações Desportivas e Recreativas foram:

- Requalificação de "Polidesportivos de Rua" – 195.040 €;
- Conservação de instalações desportivas – 114.787 €;
- Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis – 24.354 €;
- Beneficiação das Torres de Iluminação do Estádio Prof. Dr. José Vieira de Carvalho – 20.602 €;
- Construção do Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha – 9.225 €;
- Beneficiação do Campo Municipal de Jogos de Águas Santas, na freguesia de Águas Santas – 4.305 €.

O investimento em *Parques e Jardins* manteve valores aproximados aos registados em 2020 totalizando em 2021, 87.967 € dos quais se destacam dois projetos:

- Arranjo paisagístico dos espaços exteriores da Escola do EB1/J1 do Castelo, na freguesia do Castelo da Maia – 73.170 €;
- Construção do "Parque Fluvial de Alvura", na Freguesia de Milheirós – 14.057 €.

Material de Transporte

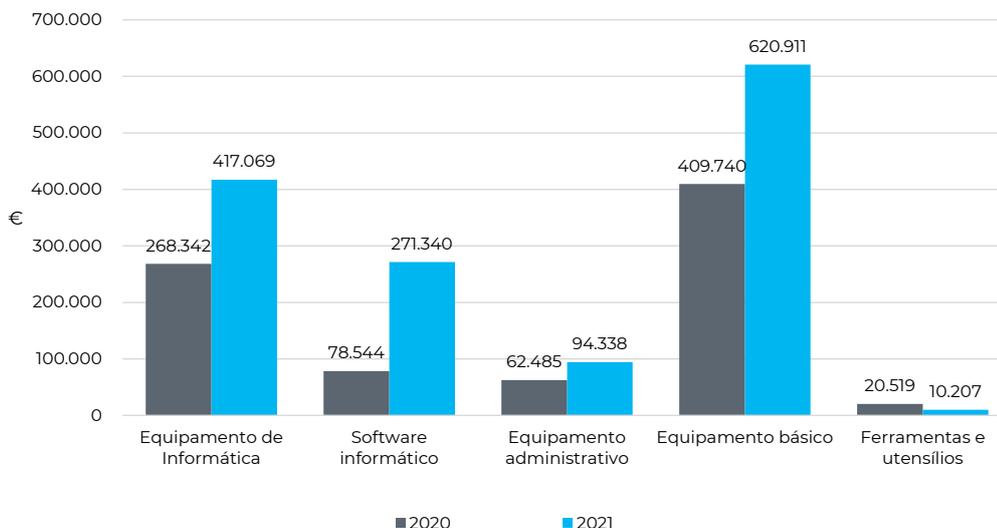
Em 2021 não foi realizado qualquer investimento enquadrado nesta rubrica, tendo-se optado por recorrer ao Aluguer Operacional de Viaturas.

Maquinaria e Equipamento

Nesta rubrica incluem-se todos os investimentos com o material necessário para o funcionamento da atividade municipal com exceção do investimento em edifícios ou associado aos edifícios. Neste âmbito insere-se nesta rubrica todo o investimento com mobiliário, equipamento informático, ferramentas diversas e similares. Deste modo esta rubrica é dividida pela tipologia do equipamento em questão.



Analisado este agregado conclui-se que à exceção do investimento em Ferramentas e Utensílios, que teve uma diminuição (-) 10.312 €, todos os restantes tiveram um incremento, com particular destaque para o Equipamento e Software Informático que conjuntamente contribuíram com (+) 341.523 €, seguido do Equipamento Básico (+) 211.171 € e o Equipamento Administrativo com (+) 31.853 €.

Gráfico 35**Maquinaria e Equipamento
2020-2021****EQUIPAMENTO BÁSICO**

A aquisição de *Equipamento Básico* totalizou 620.911 € continuando a ser maioritariamente direcionado para o sector escolar. Os projetos incluídos nesta rubrica foram:

- Projeto INEDIT.MAIA - Inclusão pela educação - "Investimos em Ti" – 135.273 €;
- Aquisição de equipamento básico com destino aos edifícios escolares do EB1 – 105.749€;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 75.422,21 €;
- Aquisição de equipamento para a Polícia Municipal – 37.597 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 36.652 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira - Acordo de Colaboração com o Poder Central – 36.046 €;
- SUPERTABi Maia - Aquisição de bens e equipamentos tecnológicos – 27.260 €;
- Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar – 25.891 €;
- Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização de presença de passadeiras de peões – 22.386 €.
- Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre" – 22.178 €;



- Equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios em edifícios e recintos – 16.337 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EB1 – 16490 €;
- Equipamento das novas instalações afetas ao Serviço Municipal de Proteção Civil, na freguesia do Castelo da Maia – 10.264 €;
- Beneficiação do Complexo Municipal da Casa do Alto, bem como da designada Casa do Guarda, na Freguesia de Pedrouços – 10.089 €.

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

Em 2021 o investimento em Equipamento e Software Informático, ao alcançar a importância de 688.409 €, viu o seu valor mais que duplicar em relação a 2020.

A componente de Hardware foi responsável por 417.069 € e reporta-se essencialmente ao equipamento físico como por exemplo computadores, routers, discos, destacando-se por isso o projeto “Aquisição de Equipamento Informático” que compreendeu 381.473 €, sendo que neste valor estão incluídos 78.878 € despendidos na aquisição de painéis interativos destinados às salas de aula dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

O restante investimento reporta-se aos seguintes projetos:

- Modernização da infraestrutura tecnológica informática – 19.779 €;
- *Living Lab* - Maia Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 10.130 €;
- Atualização e ampliação do Sistema de Gestão e Controlo de Assiduidade 5.166 €;
- Aquisição de equipamento para os GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 520 €.

À semelhança do investimento em Hardware o investimento em Software teve um incremento dos montantes despendidos, sendo que uma parte considerável desse investimento se deve à renovação do contrato *Enterprise Agreement* da Microsoft de suporte e direito às atualizações dos produtos Microsoft, no valor de 135.069 € e que representa cerca de 50% do investimento realizado que totalizou 271.340 €.

O restante investimento realizado no montante de 136.271 € repartiu-se pelos seguintes projetos:

- Aquisição de outros programas informáticos – 83.070 €:
 - Fornecimento de solução de business inteligente;
 - Escola Virtual 2019/2020, acesso a plataforma digital;
 - Licenciamento de Software, destinados às salas de aula dos Jardins de Infância e escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico da rede pública escolar do Concelho da Maia;
 - 25 Licenças corporativas de Zoom com *webinar*;
 - Aquisição do software de base de dados de configurações *I-doit* ;



- Subscrição de aplicação de gestão de reuniões de câmara;
- Projeto de desenvolvimento e consolidação do SIG Municipal – 28.700 €;
- *Cibersegurança* - Controlo de segurança da informação – 24.502 €.

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

O investimento realizado com a aquisição de Equipamento Administrativo fixou-se em 94.338€ e teve como destino os seguintes projetos:

- Aquisição de mobiliário ergonómico e equipamentos afins – 36.037 €;
- *Maia SMART Lab* - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de cocriação– 32.772 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 19.109 €.

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS

O investimento em Ferramentas e Utensílios, tem um carácter residual pelo manteve a sua pouca expressividade, fixando-se o seu valor em 10.207 €

Investimentos Incorpóreos

Os Investimentos Incorpóreos representaram apenas 0,1% do Investimento Direto com um total de 20.084 de obrigações registadas e destinaram-se à elaboração de projetos diversos relacionados com a Via Periférica da cidade da Maia - RVP17 e projetos de execução de infraestruturas elétricas e de telecomunicações.

Outros Investimentos

Com um montante de obrigações de 483.399 a rubrica Outros Investimentos teve um ligeiro acréscimo face a 2020 de cerca de (+)59.801 €. Incorporam esta rubrica aqueles investimentos que pela sua natureza não se enquadram nas rubricas anteriormente descritas. Refira-se que esta rubrica tem um carácter residual pelo que abarca diversas finalidades. Os projetos que mais contribuíram para o valor investido foram:

- Medidas de eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho, incluindo a Torre Lidador – 91.910 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 72.004 €;



- Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação, *Public Living Lab* Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 55.478 €;
- Aquisição de placas toponímicas – 39.010 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos – 35.832 €;
- Conservação de edifícios escolares – 32.625 €;
- Programa de beneficiação energética de estabelecimentos escolares, com especial incidência nas questões de insolação – 29.967 €;
- Conservação de edifícios municipais – 29.430 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar – 28.223 €;
- Equipamentos de suporte à atividade da Escola de Educação Ambiental da Quinta da Gruta – 16.212 €;
- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – 13.560 €;
- Equipamento para o Auditório Municipal na "Venepor" – 10.211€.

Outros

ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR

O investimento realizado com aquisição de obras de arte, coleções ou outro património artístico e cultural manteve-se valores aproximados aos registados em 2021 totalizando 156.659 €, designadamente:

- Aquisição de uma tapeçaria de Portalegre segundo original do arquiteto Siza Vieira - 79.500 €;
- Aquisição de escultura denominada "ZWORK 2020" de Robert Schad – 29.740 €;
- Aquisição do espólio do museu empresa do Bolhão – 20.000 €;
- Aquisição de serviços de conceção e produção e produção da escultura "Primavera" do escultor Ilídio Fontes, para colocação no Parque Central da Maia – 15.119 €;
- Aquisição da escultura "mudo de qualquer luz", de João Campo Largo Teixeira, no âmbito das comemorações dos 500 anos do Foral da Maia – 12.300 €.

1.3.6.4.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Com vista a apoiar e a incentivar o investimento em áreas importantes tais como cultura, desporto, ação social etc. o município transfere para entidades públicas e privadas diversos montantes que se encontram refletidos em transferências de capital. Essas entidades podem ser freguesias, empresas



municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos cuja natureza serve de base para a construção do quadro abaixo.

No Quadro 51 identificam-se os montantes transferidos nos últimos dois anos de acordo com a tipologia ou características das entidades beneficiárias.

Quadro 51

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2020		2021		Variação		Taxa de Execução		
	Obrigações	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
	(a)	(b)	(c)	(d)					
Sociedades e quase-sociedades não financeiras									
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	788.237	800.000	773.809	773.809	-14.428	-1,8%	96,7%	100,0%	
Administração Local					0				
Freguesias	144.337	1.324.295	643.680	643.680	499.343	346,0%	48,6%	100,0%	
Instituições sem fins Lucrativos	463.293	1.302.777	623.509	623.509	160.216	34,6%	47,9%	100,0%	
Famílias	0	5.000	0	0	0		0,0%		
Total	1.395.867	3.432.072	2.040.998	2.040.998	645.131	46,2%	59,5%	100,0%	

Un.: Euro

No exercício de 2021 as Transferências de Capital somaram 2.040.998 €, refletindo um aumento de (+) 645.131 € em comparação com período homólogo. Este incremento resulta, em especial, da variação ocorrida na rubrica de Freguesias, (+) 499.343 €, sendo reforçada pelas transferências para Instituições sem Fins Lucrativos com um aumento de (+) 160.216 € e atenuada pelas transferências para Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais que diminuíram (-) 14.428 €.

As transferências para apoio ao investimento das Freguesias totalizaram um volume de obrigações de 643.680 € e incidiram sobre os seguintes projetos:

- Participação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 199.032 €;
- Participação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de S. Pedro de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 96.602 €;
- Construção do Edifício-Sede da junta de freguesia de Nogueira, para sede da Autarquia e para outros serviços de utilização comum, em regime de participação com a junta de freguesia referida – 94.538 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de edifícios propriedade de juntas de freguesia, para sede das autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de participação com as juntas de freguesia em consideração. – 85.815 €;
- Participação na Obra de beneficiação da parte antiga do Cemitério Paroquial de Nogueira (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 71.639 €;
- Apoio a Obras de construção, reconstrução, ampliação e/ou adaptação de outros Cemitérios e Capelas Mortuárias (Obras a levar a cabo pelas respetivas juntas de freguesia) – 64.585 €;



- Participação na Obra de beneficiação da Casa Mortuária de Milheirós (Obra a levar a cabo pela respetiva junta de freguesia) – 23.560 €;
- Apoios a juntas de freguesia com vista a participar intervenções ou obras que levam a efeito – 7.908 €.

Para as *Instituições sem Fins Lucrativos* foram transferidos 623.509 € que foram direcionados aos seguintes projetos:

- Apoio à construção de uma "Unidade de Cuidados Continuados" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação – 250.000 €;
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Participação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas associações) – 125.636 €;
- Apoio às obras de beneficiação ou requalificação de edifícios propriedade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira – Maia – 100.000 €;
- Participação na aquisição de viaturas ou outro equipamento com vista ao apetrechamento do Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa - 50.000 €;
- Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais – 22.860 €;
- Participação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos – 21.155 €;
- Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Desportivas – 19.500 €;
- Participação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social – 17.216 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades – 8.900 €;
- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 8.242 €.

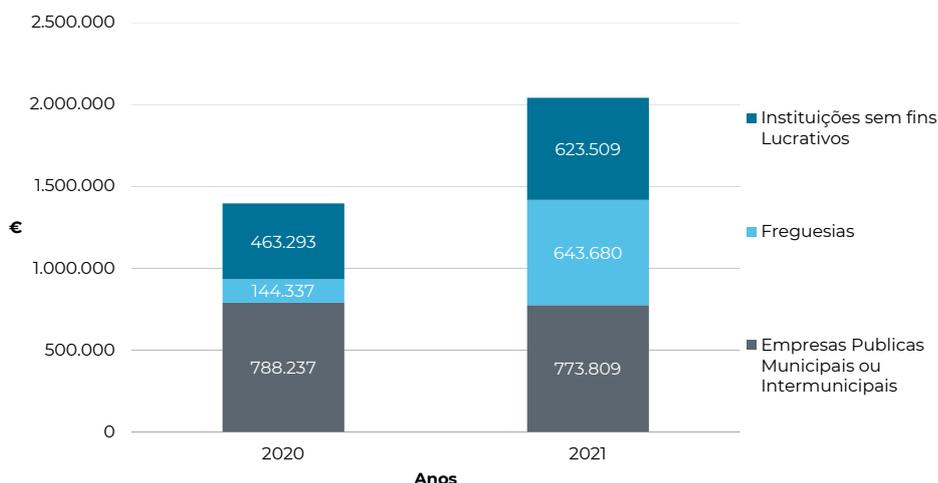
As transferências para Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais reportam-se exclusivamente à participação para investimento do município à LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto que totalizou 733.809 €.

O Gráfico 36 pretende de uma forma resumida mostrar a evolução das *Transferência de Capital* por tipologia.



Gráfico 36

Evolução das Transferências de Capital



1.3.6.4.3 ATIVOS FINANCEIROS

Em 2021, o investimento em Ativos Financeiros perfaz 205.000 €, que se destinaram ao aumento de capital da Fundação Conservatório de Música da Maia, no valor de 175.000 €, e à subscrição do Município como membro da Associação de Municípios do "Corredor Verde do Leça", no valor de 30.000 €.

1.3.6.5 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) são um reflexo da aplicação dos recursos do município, permitindo demonstrar através de uma divisão funcional quais as áreas para onde foram destinados esses mesmos recursos.

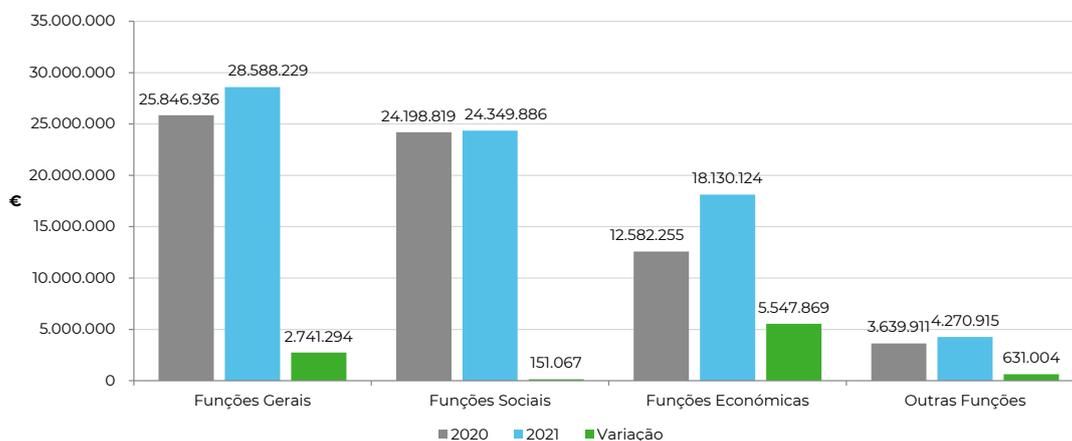
As GOP integram dois documentos estruturantes: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde se incluem todos os projetos de investimento direto realizado com a aquisição de bens de capital e as Atividades Mais Relevantes (PAM), que integram todas as restantes despesas correntes, mas também de capital que não estejam inseridas no PPI, constituindo, assim, um documento onde estão vertidas todas as opções e decisões estratégicas do município.



Quadro 52

GRANDES OPÇÕES DO PLANO						
Classificação Funcional	2020		2021		Variação	
	Obrigações	%	Obrigações	%	Valor	%
Funções Gerais:	25.846.936	39,0%	28.588.229	37,9%	2.741.294	10,6%
Serviços Gerais de Administração Pública	25.005.361	37,7%	27.493.914	36,5%	2.488.553	10,0%
Segurança e Ordens Públicas	841.575	1,3%	1.094.316	1,5%	252.741	30,0%
Funções Sociais:	24.198.819	36,5%	24.349.886	32,3%	151.067	0,6%
Educação	8.927.579	13,5%	8.353.742	11,1%	-573.838	-6,4%
Saúde	3.799	0,0%	250.275	0,3%	246.476	6488,3%
Segurança e Ação Sociais	2.209.868	3,3%	1.427.132	1,9%	-782.736	-35,4%
Habituação e Serviços Coletivos	9.011.426	13,6%	9.692.997	12,9%	681.572	7,6%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4.046.146	6,1%	4.625.739	6,1%	579.593	14,3%
Funções Económicas:	12.582.255	19,0%	18.130.124	24,1%	5.547.869	44,1%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	-	0,0%	-	0,0%	0	
Indústria e Energia	2.329.252	3,5%	3.938.795	5,2%	1.609.543	69,1%
Transportes e Comunicações	7.512.244	11,3%	12.118.380	16,1%	4.606.136	61,3%
Comércio e Turismo	361.428	0,5%	1.410.030	1,9%	1.048.601	290,1%
Outras Funções Económicas	2.379.330	3,6%	662.919	0,9%	-1.716.411	-72,1%
Outras Funções:	3.639.911	5,5%	4.270.915	5,7%	631.004	17,3%
Operações da Dívida Autárquica	2.588.315	3,9%	3.119.660	4,1%	531.344	20,5%
Transferências entre Administrações	1.051.596	1,6%	1.151.256	1,5%	99.660	9,5%
Outras não especificadas	-	0,0%	-	0,0%	0	
TOTAL	66.267.920	100,0%	75.339.154	100,0%	9.071.234	13,7%

Un: Euro

Gráfico 37
**Estrutura Funcional das Grandes Opções do Plano
2020-2021**


Numa análise à estrutura das Grandes Opções do Plano do exercício de 2021, verifica-se que o valor da despesa faturada, ao somar 75.339.154 €, regista um acréscimo de (+) 9.071.234 € em relação a 2020, em consequência do aumento generalizado nas diversas funções.

Contribuem para esta dinâmica as Funções Económicas com (+) 5.547.869 €, as Funções Gerais com (+) 2.741.294 €, as Outras Funções com (+) 631.004 € e as Funções Sociais com (+) 151.067 €.

Em linha com o ano anterior, as Funções Gerais permanecem com maior preponderância ao totalizar 28.588.229 €, ou seja, 37,9% do total das obrigações.

As Funções Sociais absorvem 24.349.886 € e representam 32,3% do total da faturação, destacando-se neste domínio as subfunções Habitação e Serviços Coletivos e a Educação que individualmente consomem, respetivamente, 9.692.997 € e 8.353.742 €.

Já as Funções Económicas foram responsáveis por 18.130.124 € de despesa faturada, ou seja 24,1%, das GOP, onde sobressai a subfunção Transportes e Comunicações que, por si só, justifica 12.118.380 € de faturação.

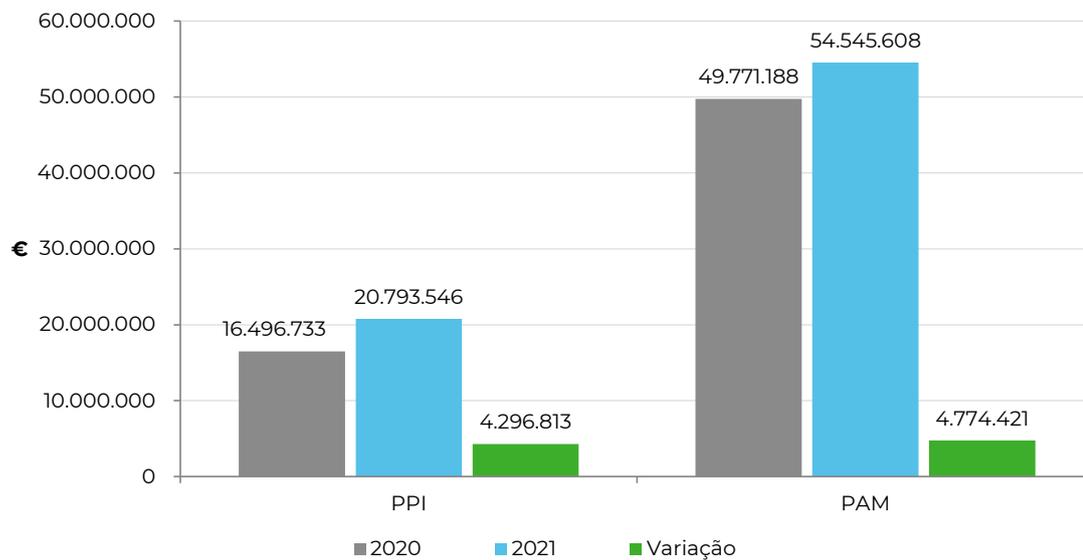
Residualmente surgem as Outras Funções com 4.270.915 €, ou seja 5,7%, cabendo à subfunção Operações da Dívida Autárquica o valor de 3.119.660 € e às Transferências entre Administrações 1.151.256 €.

Como se demonstra no gráfico seguinte, em matéria de distribuição do montante global das GOP pelos dois documentos estruturantes, o PAM assume particular relevância ao absorver 54.545.608 €, enquanto o PPI compreende 20.793.546 € do total das obrigações assumidas, sendo que ambos ostentam acréscimos a rondar, respetivamente, (+) 4,3 M€ e (+) 4,7 M€.



Gráfico 38

**Estrutura das GOP
2020-2021**



O Quadro 53 apresenta as GOP de 2021 de uma forma mais detalhada pelas suas subfunções e pelos PAM e PPI.



Quadro 53

GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
Ano 2021				
	PPI	PAM	GOP	
Classificação Funcional	Obrigações	Obrigações	Obrigações	Peso %
1. FUNÇÕES GERAIS	2.112.982	26.475.248	28.588.229	37,9%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	2.027.153	25.466.761	27.493.914	36,5%
1.1.1. Administração Geral	2.027.153	25.466.761	27.493.914	36,5%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	85.829	1.008.487	1.094.316	1,5%
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	18.834	995.677	1.014.511	1,3%
1.2.2. Polícia Municipal	66.994	12.810	79.804	0,1%
2. FUNÇÕES SOCIAIS	5.731.522	18.618.364	24.349.886	32,3%
2.1. Educação	2.014.065	6.339.677	8.353.742	11,1%
2.1.1. Ensino não Superior	1.997.394	4.489.868	6.487.262	8,6%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	16.671	1.849.809	1.866.480	2,5%
2.2. Saúde	0	250.275	250.275	0,3%
2.2.2. Saúde Pública	0	250.275	250.275	0,3%
2.3. Segurança e Ação Sociais	739	1.426.393	1.427.132	1,9%
2.3.2. Ação Social	739	1.426.393	1.427.132	1,9%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	2.473.924	7.219.074	9.692.997	12,9%
2.4.1. Habitação	0	693.366	693.366	0,9%
2.4.2. Ordenamento do Território	690.881	79.705	770.586	1,0%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	1.335.052	1.335.052	1,8%
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	1.783.043	5.110.951	6.893.993	9,2%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.242.794	3.382.945	4.625.739	6,1%
2.5.1. Cultura	164.522	833.095	997.617	1,3%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	900.675	2.451.769	3.352.445	4,4%
2.5.4. Juventude	177.597	95.862	273.459	0,4%
2.5.5. Relações Internacionais	0	2.218	2.218	0,0%
3. FUNÇÕES ECONÓMICAS	12.949.042	5.181.082	18.130.124	24,1%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0,0%
3.2. Indústria e energia	1.628.697	2.310.098	3.938.795	5,2%
3.2.1. Iluminação	57.273	2.290.407	2.347.680	3,1%
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	7.170	0	7.170	0,0%
3.2.3. Racionalização Energética	1.564.254	19.692	1.583.945	2,1%
3.3. Transportes e Comunicações	10.507.757	1.610.623	12.118.380	16,1%
3.3.1. Transportes rodoviários	6.370.182	1.561.165	7.931.346	10,5%
3.3.2. Transportes aéreos	4.482	0	4.482	0,0%
3.3.4. Mobilidade Sustentável	4.133.093	49.458	4.182.552	5,6%
3.4. Comércio e Turismo	812.588	597.441	1.410.030	1,9%
3.4.1. Mercados e Feiras	812.588	0	812.588	1,1%
3.4.2. Turismo	0	196.767	196.767	0,3%
3.4.3. Dinamização Local	0	400.675	400.675	0,5%
3.5. Outras Funções Económicas	0	662.919	662.919	0,9%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	9.555	9.555	0,0%
3.5.4. Ativos Financeiros	0	389.204	389.204	0,5%
3.5.5. Atividades Económicas	0	264.160	264.160	0,4%
4. OUTRAS FUNÇÕES	0	4.270.915	4.270.915	5,7%
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	3.119.660	3.119.660	4,1%
4.2. Transferências entre administrações	0	1.151.256	1.151.256	1,5%
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0,0%
	20.793.546	54.545.608	75.339.154	100,0%

Un:Euro

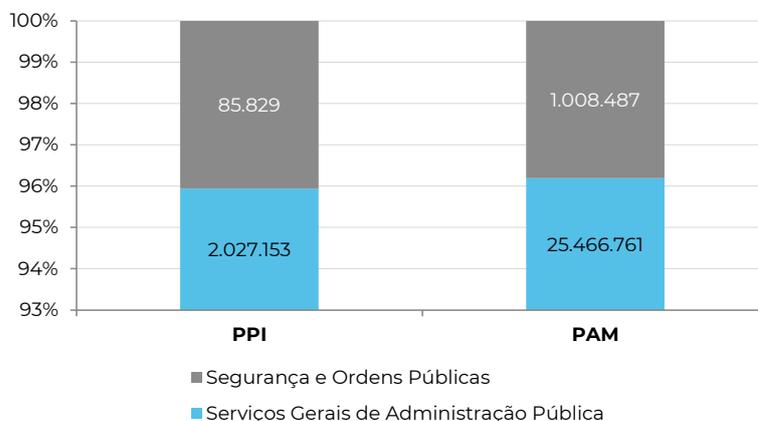


Como nota prévia à análise mais detalhada de cada uma das funções seguidamente apresentadas, impõe-se referir que a mesma incidirá com particular destaque nas Atividades Mais Relevantes uma vez que os valores alocados ao Plano Plurianual de Investimento, foram objeto de maior detalhe no capítulo do Investimento Global.

1.3.6.5.1 FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 39

Funções Gerais



As Funções Gerais englobam todas as despesas de carácter geral, fundamentais ao exercício de qualquer atividade autárquica como por exemplo, despesas com pessoal energia elétrica, água, gás, entre outros, pelo que representam sempre uma fatia importante do orçamento municipal.

No computo global do volume de faturação das Funções Gerais (28.588.229 €), destinaram-se a Atividades Mais Relevantes 26.475.248 € e a Investimento 2.112.982 €, tendo por fim acomodar as despesas enquadráveis nas subfunções de Serviços Gerais de Administração Pública e Segurança e Ordem Públicas, onde assume maior relevância a primeira, que por si só responde por 27.493.914 € do total das obrigações das funções gerais, com claro predomínio da componente do PAM (25.466.761€).

No quadro seguinte apresentam-se os 10 principais projetos (PAM) que contribuíram para valor das obrigações registadas em 2021.

**Quadro 54**

Funções Gerais			
Projetos PAM com maior faturação			
	2020	2021	Variação
Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	15.371.404 €	15.841.384 €	469.980 € ↑
Consumo de Energia Elétrica.	1.115.002 €	1.383.360 €	268.358 € ↑
Encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	901.737 €	963.452 €	61.715 € ↑
Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	860.980 €	980.625 €	119.645 € ↑
Aquisição de serviços de carácter corrente.	457.509 €	869.591 €	412.082 € ↑
Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica.	298.020 €	499.682 €	201.662 € ↑
Consumo de Água.	460.009 €	491.109 €	31.100 € ↑
Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações.	423.224 €	487.956 €	64.732 € ↑
Medidas de prevenção, contenção, mitigação, apoio social e económico no âmbito da pandemia de COVID-19.	348.119 €	486.370 €	138.251 € ↑
Aquisição de bens de carácter corrente.	561.291 €	455.220 €	-106.072 € ↓

(a) engloba as despesas com Órgãos da Autarquia, Departamentos e classes inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras,
(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções,

(c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia Municipal

Para além dos projetos que figuram no quadro supra crescem os seguintes:

- Contratualização de Seguros. – 381.046 €;
- Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção – 340.283 €;
- Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos – 322.735 €;
- Consumo de Gás Natural e GPL – 309.083 €;
- Serviços Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 267.561 €;
- Aquisição de serviços na área de telecomunicações. – 201.589 €;
- Outras despesas correntes – 200.444 €;
- Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 193.333 €;
- Edição, produção gráfica e distribuição de publicações acerca do Município. – 155.423€;
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 149.069 €;

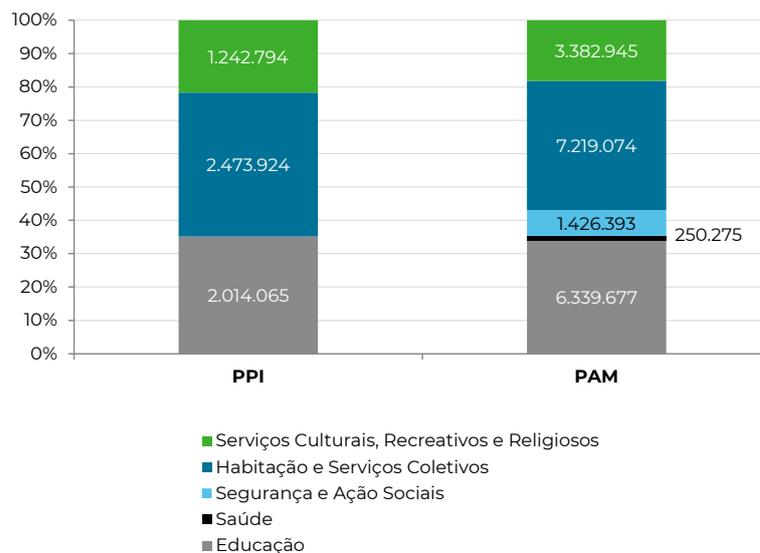


- Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão – 125.490 €;
- Beneficiação das instalações afetas à PSP no Edifício "Lidador", na freguesia de Águas Santas - Contrato Programa com a Espaço Municipal, E.M. – 123.980 €;
- Apoio às obras de beneficiação ou requalificação de edifícios propriedade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira – Maia – 100.000 €;
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Nogueira, para sede da Autarquia e para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia referida – 94.538 €;
- Encargos decorrentes de atos eleitorais – 91.903 €;
- Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos – 86.521 €;
- Construção, remodelação ou adaptação de edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as Juntas de Freguesia em consideração – 85.815 €;
- Despesas com Pessoal da Assembleia Municipal, incluindo senhas de presença. – 76.243 €;
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet – 71.359€;
- Contratação de serviços de "Imagem Institucional" – 67.812 €.

1.3.6.5.2 FUNÇÕES SOCIAIS

Gráfico 40

Funções Sociais



As Funções Sociais contemplam áreas de intervenção municipal particularmente importantes, como sejam, a educação, o ordenamento do território que inclui o saneamento básico e habitação, entre outras, mas também o apoio à ação social e à realização de atividades culturais e desportivas, razões que justificam que permaneça como a segunda função mais relevante no contexto das GOP, com o peso de 32,3%.

No computo global do valor faturado no exercício de 2021 em Funções Sociais (24.349.886 €), a maior parcela é proveniente das Atividades Mais Relevantes, 18.618.364, ficando o diferencial de 5.731.522 € indexado ao Investimento.

A assumir uma clara preponderância neste agrupamento posicionam-se as subfunções, Habitação e Serviços Coletivos e Educação, com respetivamente 9.692.997 € e 8.353.742 €, e um peso nas GOP de 12,9% e 11,1%.

Com menor materialidade, mas ainda assim com expressão, figuram os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com uma faturação de 4 625 739 € a concorrer com 6,1 % e a Segurança e Ação Sociais com uma despesa de 1 427 132 € e um peso de 1,9 %.

A área da Saúde responde apenas por 250.275 € de despesa faturada e um peso de 0,3%.

Incidindo a análise sobre as Atividades Mais Relevantes, na subfunção Habitação e Serviços Coletivos, com 7.219.074 €, sinalizam-se os seguintes projetos:

- Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." Limpeza Pública – 2.165.811 €;



- Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M.". - Resíduos Sólidos 1.335.052, €;
- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho 1.027.866 €;
- Comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida – 773.808 €;
- Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal – 693.366 €;
- Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal – 203.447 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) – 199.032 €;
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de S. Pedro de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) – 96.603 €;
- Comparticipação na Obra de beneficiação da parte antiga do Cemitério Paroquial de Nogueira (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia) – 71.639 €;
- Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM – 69.212 €;
- Contratos com empresas da especialidade com vista à manutenção de parques infantis e geriátricos – 64.585 €;
- Apoio a Obras de construção, reconstrução, ampliação e/ou adaptação de outros Cemitérios e Capelas Mortuárias (Obras a levar a cabo pelas respetivas Juntas de Freguesia) – 64.585 €;
- Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental" – 63.027 €;
- Aquisição de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas com destino aos parques, jardins municipais, e, bem assim, do embelezamento das vias públicas – 58.298 €.

Na área da Educação, permanecem com maior contributo as despesas incluídas no PAM, ao totalizarem 6.339.677 €, contra os 2.014.065 € direcionados para o PPI, considerando que grande parte da despesa que lhe está associada tem um carácter regular e contínuo ao longo dos anos, como se demonstra pela natureza dos respetivos projetos identificados no Quadro 55.



Quadro 55

Subfunção Educação			
Projetos do PAM			
	2020	2021	Variação
Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	2.054.814	2.261.738	206.924 ↑
Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar	928.797	1.849.809	921.012 ↑
Programa de Enriquecimento Curricular e Serviço de Apoio à Família	1.432.190	1.499.390	67.200 ↑
Projeto INEDIT.MAIA Inclusão pela educação Investimos em Ti.	205.552	185.881	-19.671 ↓
Serviço de Transportes Escolares	108.231	118.382	10.151 ↑
Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL Portela & C ³ , S.A."	25.000	100.000	75.000 ↑
Locação de estruturas modulares para as escolas do EB1.	55.189	92.086	36.898 ↑
Programa de Ação Social Escolar no EB1	29.414	56.243	26.829 ↑
Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1	50.835	54.008	3.173 ↑
Aquisição de batas para as crianças do Ensino Pré-Escolar e fardamento para o Pessoal não docente.	0	24.600	24.600 ↑
Contratualização de serviços de manutenção de edifícios escolares.	0	20.150	20.150 ↑
Contrato de consultadoria em Serviços de Educação.	13.742	18.966	5.224 ↑
Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do Pré-Escolar.	16.722	18.353	1.630 ↑
Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração"	5.105	11.883	6.778 ↑
Programa "Educação 4.0".	0	9.849	9.849 ↑
SUPERTABI Encontro de inovação pedagógica.	9.871	7.380	-2.491 ↓
PEPPA "Primary English Practice Programme for Ages 67".	7.058	4.805	-2.253 ↓
Programa de Educação Financeira "No Poupar Está o Ganho", a levar a efeito em escolas do EB1 e em parceria com a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.	2.450	3.500	1.050 ↑
Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar.	0	1.534	1.534 ↑
COM SENTIDOS Programa de apoio aos Centros de Apoio à Aprendizagem.	5.212	1.120	-4.092 ↓
Total	4.950.181	6.339.677	1.389.496

Un: Euro

A subfunção Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos totalizou 4.625.739 €, sendo que 1.242.794 € foram direcionados para o PPI e 3.382.945 € para o PAM, onde se destacam as atividades relacionadas com Desporto e Recreio com despesa faturada no valor de 2.451.769 €, nos seguintes projetos:

- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 1.200.494 €;
- Maia Desporto para Todos – 970.830 €;



- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações. (Comparticipação de obras que serão levadas a cabo pelas respetivas Associações) – 125.635 €;
- Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia Protocolo com as Associações Distritais 66.125 €;
- Participações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras – 61.897 €;
- Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Desportivas. – 19.500 €;
- Plano Municipal do Desporto – 7.288 €.

Sem a mesma expressão, seguem-se as atividades na área da Cultura com despesa faturada de 833.095 €, associada aos projetos seguidamente discriminados:

- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia – 184.623 €;
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 133.000 €;
- Bienal da Maia - 126.594 €;
- Comemoração dos 500 anos do "Foral da Maia" Cinco Centos – 69.700 €;
- Feira do Livro da Maia – 45.104 €;
- Festival Internacional de Blues – 32.905 €;
- MaiaFest Music Meeting – 29.003 €;
- Realização de espetáculos e concertos – 28.898 €;
- Programa "Cultura para todos" – 27.096 €;
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades – 23.000€;
- Aquisição de fundos bibliográficos com destino à Biblioteca Municipal – 21.682 €;
- Mês da Arquitetura – 20.398 €;
- World Press Photo – 19.295 €;
- Atividades a levar a efeito no âmbito do CENTR'ARTE – 11.697 €.

As restantes rubricas desta subfunção contribuíram com valores pouco relevantes alcançando a Juventude 95.862 € e Relações Internacionais 2.218 €.

Depois da adoção de um conjunto de medidas excecionais em 2020 que originaram um aumento significativo dos valores alocados à subfunção Segurança e Ação Sociais, em 2021 retomam-se os padrões médios de despesa associados a esta função com níveis de faturação de 1.426.393 €, destacando-se os subseqüentes projetos desenvolvidos no âmbito do Plano de Atividades Mais Relevantes:



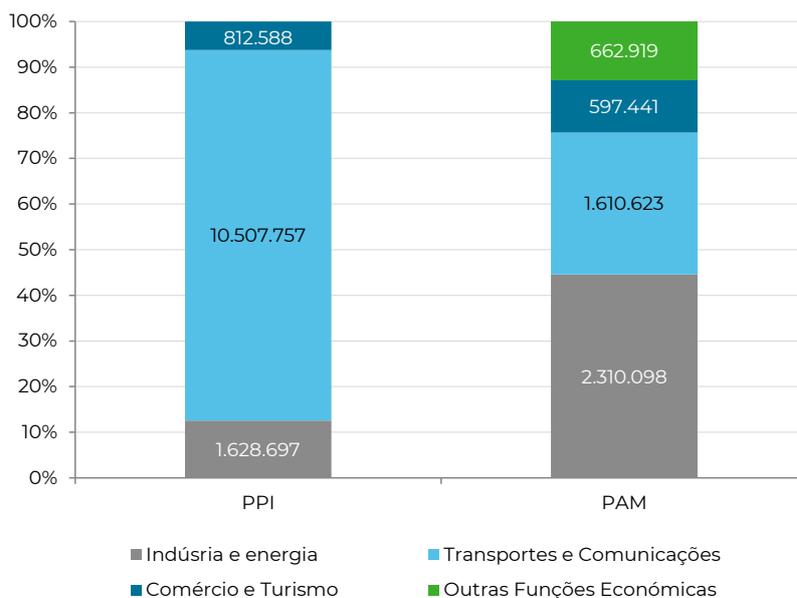
- Fundo de Solidariedade Municipal Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 371.385 €;
- Beneficiação das instalações municipais em uso pela CPCJ da Maia - Contrato Programa com a Espaço Municipal, E.M. – 147.516 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local – 139.956 €;
- Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa – 138.113 €;
- Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – 135.486 €;
- INTEGRARE Programa Municipal de Emprego Protegido – 82.532 €;
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 81.989 €;
- Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 67.000 €;
- GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 49.459 €;
- Projeto de mediadores municipais e interculturais – 41.898 €;
- Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais – 37.186 €;
- Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar Centro de Apoio à Comunidade – 21.861€;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social – 21.155 €;
- Abem - Rede Solidária de Medicamento – 20.295 €;
- Apoio à atividade das Conferências Vicentinas - 20.000 €;
- Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social – 17.216 €;
- Serviço de Pequenas Reparações ao Domicílio – 12.211 €.

Já as despesas na área da Saúde assumem maior materialidade em 2021 ao totalizar 250.275 €, sendo que se reportam quase na sua totalidade ao apoio à construção de uma "Unidade de Cuidados Continuados" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação (250.000 €).

1.3.6.5.3 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 41

Funções Económicas



As Funções Económicas são responsáveis por 18.130.124 € e representam 24,1% do total das GOP. Apresentaram a maior variação na despesa, (+) 5.547.869 €, em resultado da influência da componente de investimento que passou dos 6.962.679 €, em 2020, para 12.949.042 €, em 2021, uma vez que as atividades diminuíram (-) 438.494 €.

As subfunções mais representativas nas Atividades Mais Relevantes são a subfunção Indústria e Energia com 2.310.098 € seguida de Transportes e Comunicações com 1.610.623 €.

Com menor expressão surgem as subfunções Outras Funções Económicas, cujo valor da despesa ascendeu a 662.919 e Comércio e Turismo com 597.441 €.

A subfunção Indústria e Energia, conforme foi referido, é a mais relevante e reporta-se quase na sua totalidade aos gastos energéticos com a iluminação pública, com exceção de um valor de 19.692 € respeitante a auditoria energética a edifícios municipais.

A rubrica Transportes e Comunicações que representa 16,1% das obrigações registou no lado das Atividades Mais Relevantes um aumento de (+) 29,3 %, ficando o seu valor em 1.610.623 €.

Dos projetos que contribuíram para o valor das obrigações das Atividades Mais Relevantes destacam-se os seguintes:

- Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto -1.124.904 €;



- Restauro de gradeamentos e guardas de pontes e viadutos – 100.465 €;
- Manutenção corrente de pavimentos, drenagem de águas pluviais e infraestruturas conexas – 87.764 €;
- Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) – 65.414 €;
- Aquisição de bens e serviços diversos para a manutenção e conservação da sinalização vertical e instalações semaforicas – 58.573 €;
- Contratualização de serviços em situações de caráter urgente em razão de intempéries ou outras ocorrências fortuitas – 47.176 €;
- Contrato de consultadoria em transportes – 46.248 €;
- SEM - Semana Europeia da Mobilidade – 21.952 €;
- Aquisição de serviços de aplicação de sinalização vertical e toponímia – 21.375 €.

Na subfunção Outras Funções Económicas a despesa realizada no valor de 662.919 € reporta-se aos projetos incluídos no Plano de Atividades Mais Relevantes a seguir identificados:

- Programa Extraordinário de Apoio Direto à Economia Local – 264.160 €;
- Reforço ou entradas de Capital em Empresas Municipais ou outras entidades participadas – 175.000 €;
- Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município – 113.200 €:
 - Área Metropolitana do Porto
 - Adeporto - Agência de Energia do Porto
 - Fundação do Desporto
 - Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis
 - Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.r.
 - Associação Internacional Das Cidades Educadoras
- Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local – 71.004 €;
- Associação de Municípios do "Corredor Verde do Leça" – 30.000 €;
- Atividades adstritas ao "Gabinete Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor" – 9.555 €.

A subfunção Comércio e Turismo viu o seu valor aumentar em cerca de (+) 1.048.601 € passando a totalizar 1.410.030 €. Uma parte considerável deste valor reporta-se a investimento relacionado com a reformulação do mercado-feira de Pedras Rubras e da Maia no valor de 812.588 €.

Ao nível das Atividades Mais Relevantes, cujo valor atingiu 597.441 € destacam-se os seguintes projetos:

- Programa de Animação de Natal – 258.466 €;

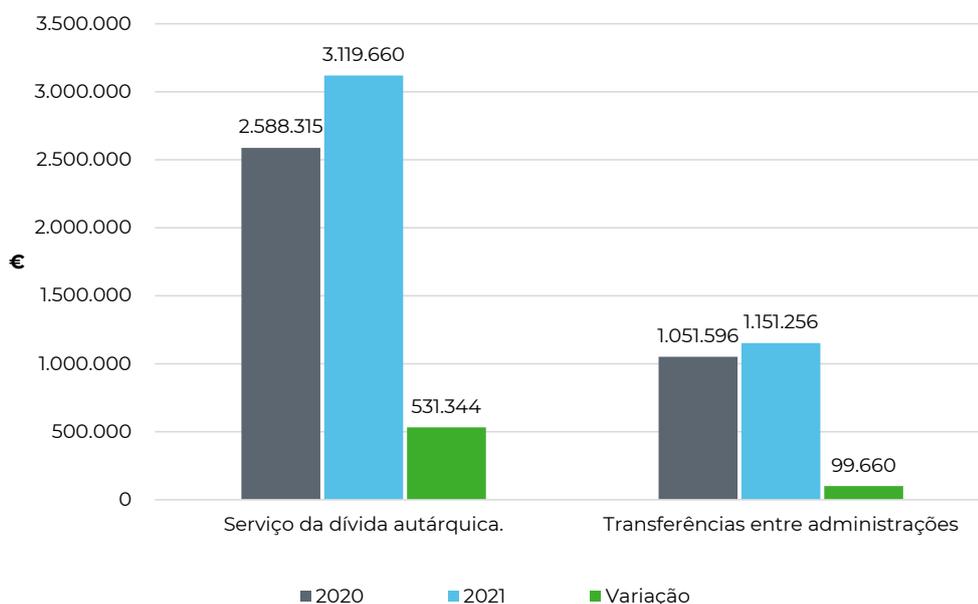


- Programas e atividades de Dinamização Local – 142.209 €;
- Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural – 96.622 €;
- Promoção e comunicação do destino Maia – 29.934 €;
- Atividades de fruição da Quinta dos Cónegos – 24.785 €;
- Produtos, materiais e peças várias tais como de merchandising ou de artesanato – 24.561 €;
- Elaboração do Plano Estratégico do Turismo – 8.118 €.

1.3.6.5.4 OUTRAS FUNÇÕES

Gráfico 42

Outras Funções



Nas Outras Funções encontram-se apenas contempladas ações do PAM nomeadamente das subfunções Serviço da dívida autárquica e Transferências entre administrações. Totalizou a importância de 4.270.915 €, dos quais 3.119.660 € respeitam ao Serviço de dívida e 1.151.256 € às Transferências entre administrações.

Estes dois tipos de despesa estão mais detalhadamente analisados nos capítulos destinados ao Endividamento Municipal, Transferências de Capital e Transferências Correntes.



ANÁLISE DA DÍVIDA



1.4.1 ENQUADRAMENTO

Na esfera deste capítulo, dedicado à matéria do endividamento autárquico, a análise atende aos registos contabilísticos excluídos de operações de tesouraria e de acréscimos e diferimentos, e encontra-se estruturado em duas partes que se complementam: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”:

- Endividamento - *Stricto Sensu*

Direcionado para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do Município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas.

Numa primeira etapa é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, procedendo-se ulteriormente a uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Em consequência das implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, no que diz respeito à operação de antecipação de rendas oportunamente concretizada pela empresa Espaço Municipal, no quadro da evolução da dívida global apresenta-se a análise distribuída em duas etapas, centrada inicialmente nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da referida operação de antecipação de créditos.

Permanece a importância das temáticas em torno da dívida de curto prazo e dos pagamentos em atraso do Município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), na sua redação atual, bem como as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2020, bem como das respetivas normas de execução orçamental.

- Endividamento - *Lato Sensu*

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, observados que sejam os requisitos legalmente fixados.

Incluem-se aqui todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participa ou sobre as quais detenha poderes de controlo. Resumidamente, quantifica-se o montante



da dívida total de operações orçamentais do Município da Maia – Grupo Municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legais impostos.

1.4.2 ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

Com o objetivo de melhorar a leitura dos dados apresentados nos quadros, restringe-se a apresentação do período compreendido entre 2010 e 2016 apenas à sua representação gráfica.

1.4.2.1 DÍVIDA TOTAL

Quadro 56

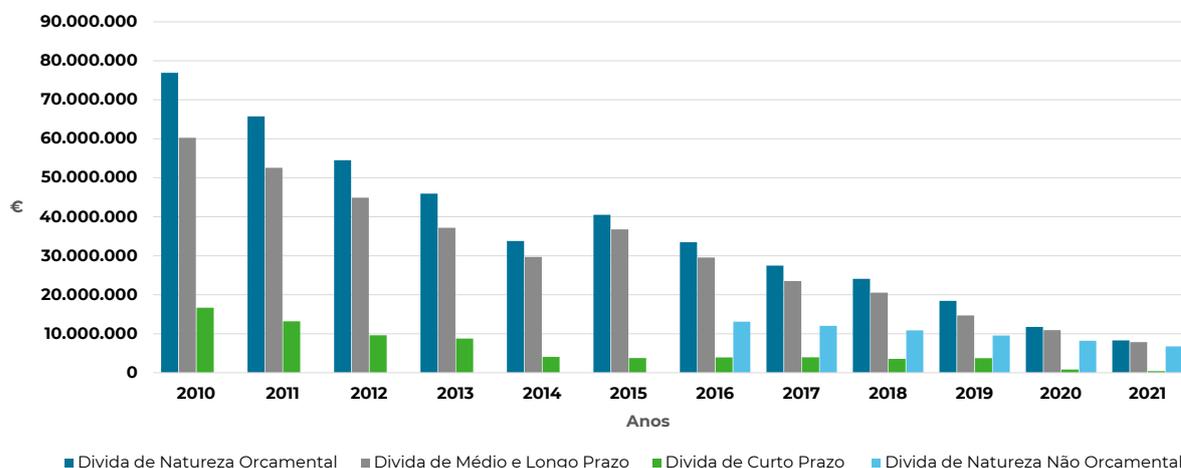
	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					Variação		
	2017	2018	2019	2020	2021	2020/2021	2017/2021	2010/2021
Dívida de Natureza Orçamental	27.461.832	24.097.895	18.430.185	11.746.553	8.283.283	-3.463.270	-19.178.549	-68.643.914
Dívida de Médio e Longo Prazo	23.510.996	20.544.024	14.689.562	10.933.017	7.853.744	-3.079.274	-15.657.252	-52.387.753
Dívida de Curto Prazo	3.950.836	3.553.872	3.740.622	813.536	429.539	-383.996	-3.521.297	-16.256.161
Dívida de Natureza Não Orçamental	12.034.573	10.857.471	9.566.239	8.187.723	6.742.661	-1.445.062	-5.291.912	6.742.661
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	12.034.573	10.857.471	9.566.239	8.187.723	6.742.661	-1.445.062	-5.291.912	6.742.661
Dívida Total	39.496.406	34.955.366	27.996.423	19.934.276	15.025.944	-4.908.332	-24.470.462	-61.901.253
Taxa de crescimento da dívida	-15,2%	-11,5%	-19,9%	-28,8%	-24,6%	-24,6%	-62,0%	-80,5%
Natureza Orçamental	-18,0%	-12,2%	-23,5%	-36,3%	-29,5%		-69,8%	-89,2%
Médio e longo prazo	-20,4%	-12,6%	-28,5%	-25,6%	-28,2%		-66,6%	-87,0%
Curto prazo	0,7%	-10,0%	5,3%	-78,3%	-47,2%		-89,1%	-97,4%
Natureza Não Orçamental	-8,2%	-9,8%	-11,9%	-14,4%	-17,6%		-44,0%	-
Antecipação de Rendas	-8,2%	-9,8%	-11,9%	-14,4%	-17,6%		-44,0%	-

UnEuro



Gráfico 43

Evolução da Dívida



Num ano em que a economia recuperou parte das fortes perdas registadas em 2020, mas que foi ainda dominado pelos impactos negativos da pandemia, o Município reduziu a dívida pública, que tinha sido de 19.934.276 € em 2020, em mais (-) 4.908.332 € face a 2020, posicionando-a no final da gerência de 2021 em 15.025.944 €. Esta variação correspondente a (-) 24,6% é sustentada pela redução dos dois agregados da dívida, a de natureza orçamental que diminui (-) 3.463.270 € e a de natureza não orçamental que desce (-) 1.455.062 €.

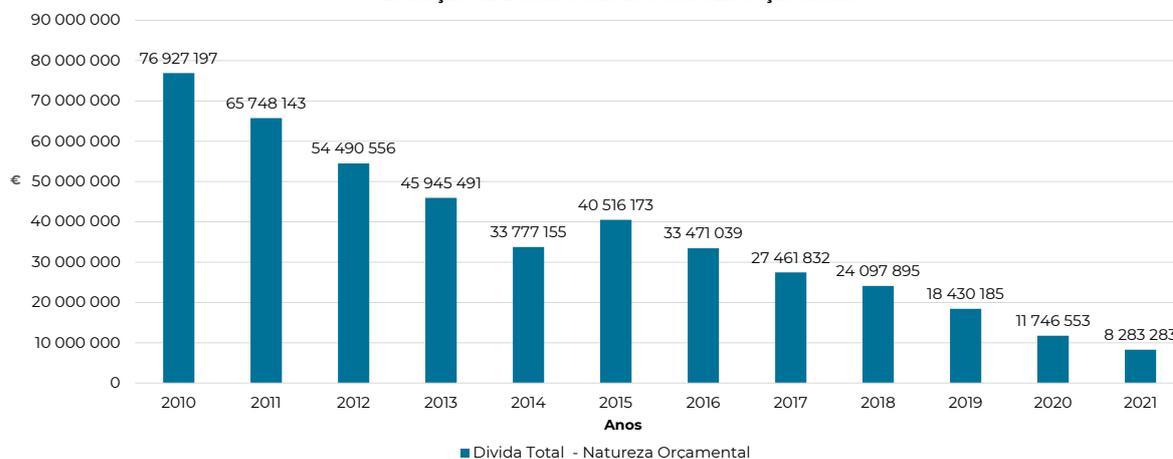
Sobre a dívida de natureza não orçamental, uma referência sumária à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos. Assim, o conteúdo da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que impõe a necessária contextualização em qualquer análise comparativa.

Neste enquadramento, justifica-se uma análise diferenciada à dívida: em primeiro lugar centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.



Gráfico 44

Evolução da Dívida Total de Natureza Orçamental



Observando a evolução da dívida do Município de natureza orçamental no período compreendido entre 2010 e 2021 é visível uma trajetória nitidamente decrescente ao alcançar uma redução na ordem dos (-) 68,6 milhões de euros - de 76.927.197 € em 2010 para 8.283.283 € em 2021 - o que em termos percentuais evidência um decréscimo de (-) 89,2%.

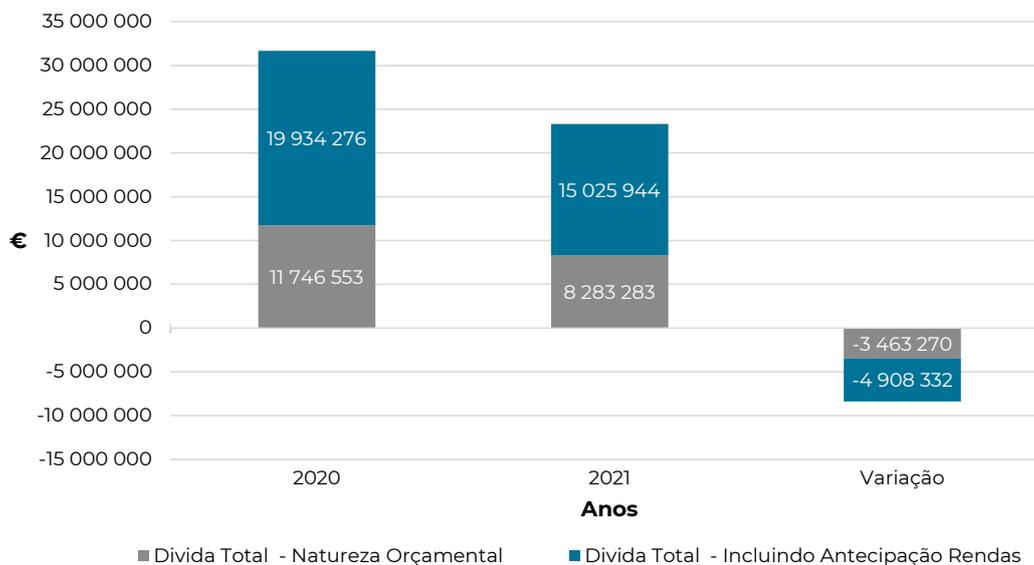
Em linha com a dinâmica que tem pautado o seu comportamento ao longo dos anos, no fecho do exercício de 2021 a dívida individual do município de natureza orçamental ao descer de 11.746.553 € para 8.283.283 €, reduz (-) 3.463.270 € em relação ao final da gerência de 2020, equivalendo-lhe (-) 29,5%. Esta redução é justificada pelo comportamento similar das suas duas componentes: a de médio e longo prazo a diminuir (-) 3.079.274 € e a de curto prazo a reduzir (-) 383.996 €.

Do total da dívida orçamental do município reportada a 31 de dezembro de 2021, são de natureza de médio e longo prazo 7.853.744 €, e apenas de curto prazo 429.539 €, quantias que em relação aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam decréscimos percentuais de respetivamente, (-) 28,2% e de (-) 47,2%.

A trajetória de redução mantém-se, ainda que incluído seja o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social (6.742.661 €), com a dívida total do município no final de 2021 a diminuir de 19.934.276 € para 15.025.944€, (-) 4.908.332 € face a 2020, equivalendo-lhe (-) 24,6%.



Gráfico 45

Evolução da Dívida Total
2020-2021

Sumariamente, os resultados obtidos ao longo destes anos em matéria de endividamento revelam que o Município conseguiu superar com sucesso os desafios impostos pelo contexto macroeconómico de austeridade profunda que caracterizou a última década, agravado nos dois últimos anos pela situação pandémica COVID-19, sem descurar o equilíbrio das finanças públicas, como evidenciam os níveis de redução da dívida total alcançados (incluindo processo de antecipação de rendas) – passando de 76.927.197 € em 2010 para 15.025.944 € em 2021, (-) 61.901.253 €, (-) 80,5%.

1.4.2.2 DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Atentando que por via das alterações preconizadas pelas Leis do Orçamento de Estado (2016 a 2021) à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza, organiza-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, reprimando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “relewa” ou “não relewa” para a capacidade de endividamento municipal.



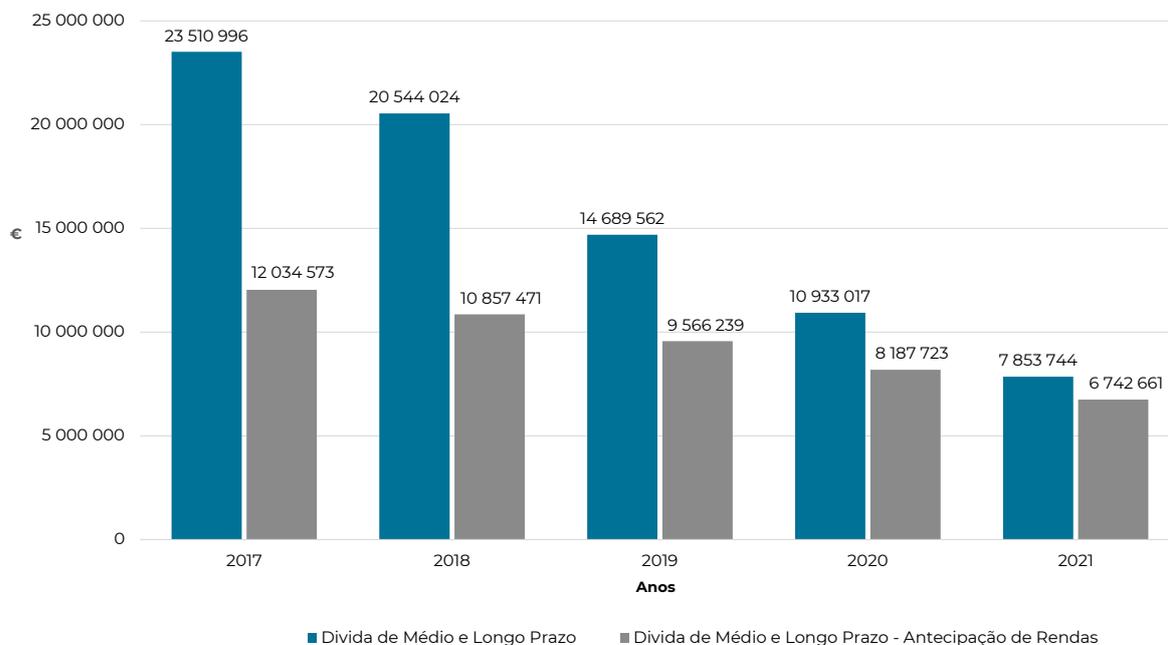
Quadro 57

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL	23 510 996	20 544 024	14 689 562	10 933 017	7 853 744
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	21 802 253	20 223 634	13 462 766	10 933 017	7 853 744
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	9 940 941	9 601 373	4 088 889	2 818 095	1 008 729
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	1 335 379	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	966 765	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	6 133 333	5 111 111	4 088 889	2 818 095	1 008 729
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1 505 464	501 821	0	0	0
Estado	1 505 464	501 821	0	0	0
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	3 988 440	0	0	0
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	11 861 312	10 622 262	9 373 877	8 114 922	6 845 014
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4 033 301	3 699 133	3 356 533	3 005 054	2 644 224
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2 061 342	1 782 909	1 504 191	1 287 555	1 008 036
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER2 - com a C G D - até 21.007.737,65	5 766 669	5 140 220	4 513 153	3 822 312	3 192 755
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1 708 743	320 390	1 226 797	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	1 708 743	320 390	106 797	0	0
Credores por Investimentos Financeiros_mlp	0	0	1 120 000	0	0
DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL	12 034 573	10 857 471	9 566 239	8 187 723	6 742 661
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	12 034 573	10 857 471	9 566 239	8 187 723	6 742 661
Banco Santander Totta	6 017 287	5 428 736	4 783 119	4 093 861	3 371 330
Banco BPI	6 017 287	5 428 736	4 783 119	4 093 861	3 371 330
Total da dívida de médio e longo prazo	35 545 569	31 401 495	24 255 801	19 120 740	14 596 404
Taxa de crescimento	-16,7%	-11,7%	-22,8%	-21,2%	-23,7%

Un: Euro

Gráfico 46

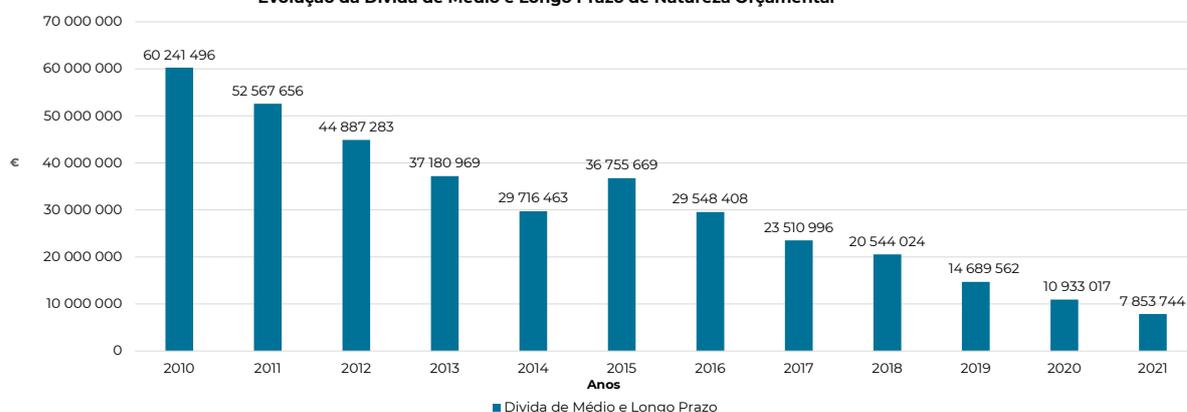
Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo



Orientando a análise para a evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, recorda-se que o início do período de consolidação da dívida remonta a 2002, e que até 2014 se verifica uma clara tendência de diminuição da dívida de médio e longo prazo, em patamares de redução muito expressivos em especial no que refere aos empréstimos destinados a finalidades diversas, como se divulga nos respetivos relatos.

Gráfico 47

Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo de Natureza Orçamental





No exercício de 2015 interrompe-se esta tendência com o aumento de (+) 7.039.206€ da dívida de médio e longo prazo do município, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000€, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Estas duas operações assumem especial relevo no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e conseqüentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Sobre a subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Porém, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.



Deste modo, a parcela da participação no FAM que se encontrava por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.964 € do que o montante da subscrição inicialmente fixado na lei.

São estas as duas razões que justificam o aumento sinalizado em 2015 na dívida de médio e longo prazo, decorrentes de factos supervenientes à regular gestão municipal.

Assinala-se ainda que, o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por força das sucessivas prerrogativas plasmadas nas Leis de Orçamento do Estado desde 2015.

No exercício de 2016 recuperam-se os padrões de diminuição do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que se têm mantido de forma consistente até à presente data, não obstante a existência de duas novas operações de médio e longo prazo contratualizadas em 2018 e 2019, com impacto nesta componente da dívida.

Na gerência de 2018 o município assumiu a posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições apontam para um capital em dívida no final de 2018 de apenas 3.988.440 €. Por outro lado, foram integralmente amortizados os dois Empréstimo Bancário de M.L. P de maior relevo: o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, e o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €.

Em 2019 inicia-se a produção dos efeitos financeiros da proposta de Aumento de Capital da empresa Espaço Municipal EM, no montante global de 3.450.000 €, de forma a permitir conferir à empresa a capacidade financeira para suprir os capitais próprios para desenvolver a atividade no âmbito das candidaturas do Portugal 2020, cujas condições apontavam para o pagamento de uma última tranche de capital subscrito no valor de 1.120.000 € a realizar apenas no ano de 2020, parcela registada,

No ano 2020 procedeu-se ao pagamento desta última tranche de capital subscrito, saldando a rubrica de Credores por Investimentos Financeiros, e ao pagamento das últimas duas parcelas da participação no FAM, no valor de 106.797 €, a par das amortizações dos demais empréstimos existentes, em conformidade com as condições contratuais definidas.

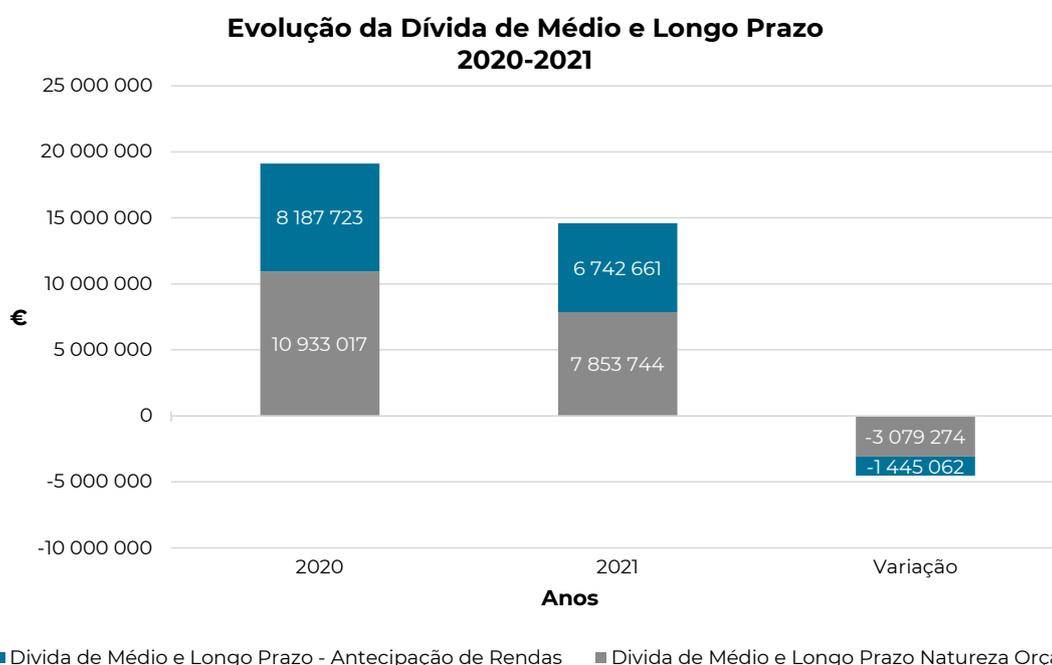
Na gerência de 2021, as amortizações totalizaram 3.079.274 €, realizadas designadamente por conta dos empréstimos bonificados destinados à Habitação Social e do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, Lotes 1 e 4, nos termos contratualmente estabelecidos, neste último caso, acrescidas de uma amortização extraordinária, justificada pela necessidade de acomodar no Serviço de Dívida Autárquica, o valor resultante da concretização da celebração de escritura pública da venda em hasta pública do Lote de terreno n.º 4, (+) 870.001 €, cuja receita associada estava confinada à amortização do empréstimo que suportou a sua aquisição.



No fecho do exercício de 2021 mantem-se a tendência de diminuição assinalada com a dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental a descer de 10.933.017 € para 7.853.744 €, (-) 3.079.274€ face ao final do exercício transato, (-) 28,2 %.

Desfecho similar estende-se à evolução da dívida imputável à operação de antecipação de rendas – de natureza não orçamental – com o valor total de 6.742.661 €, que se apresenta diminuída em (-) 1.445.062 € em relação ao final do ano de 2020, (-) 17,6 %.

Gráfico 48



No quadro global do decréscimo obtido a 31 de dezembro de 2021 predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos destinados a finalidades diversas, concretamente, do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, no montante (-) 1.809.366 €, valor significativamente superior ao do ano anterior, pelo motivo já assinalado.

A seguir surgem as amortizações efetuadas por conta dos empréstimos destinados à Habitação Social, no valor de (-) 1.269.908 €. Neste agrupamento o maior volume de amortizações está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 909.077 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, - presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007 -, responsáveis por uma redução de (-) 360.830 €.



Acentuando a trajetória de redução assinalada, posiciona-se a dívida de médio e longo prazo do município à data de 31 de dezembro de 2021, incluindo o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, ao totalizar 14.596.404 € o que evidencia um decréscimo de (-) 4.524.336 € em relação ao final do ano transato, (-) 23,7%.

1.4.2.2.1 SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 58

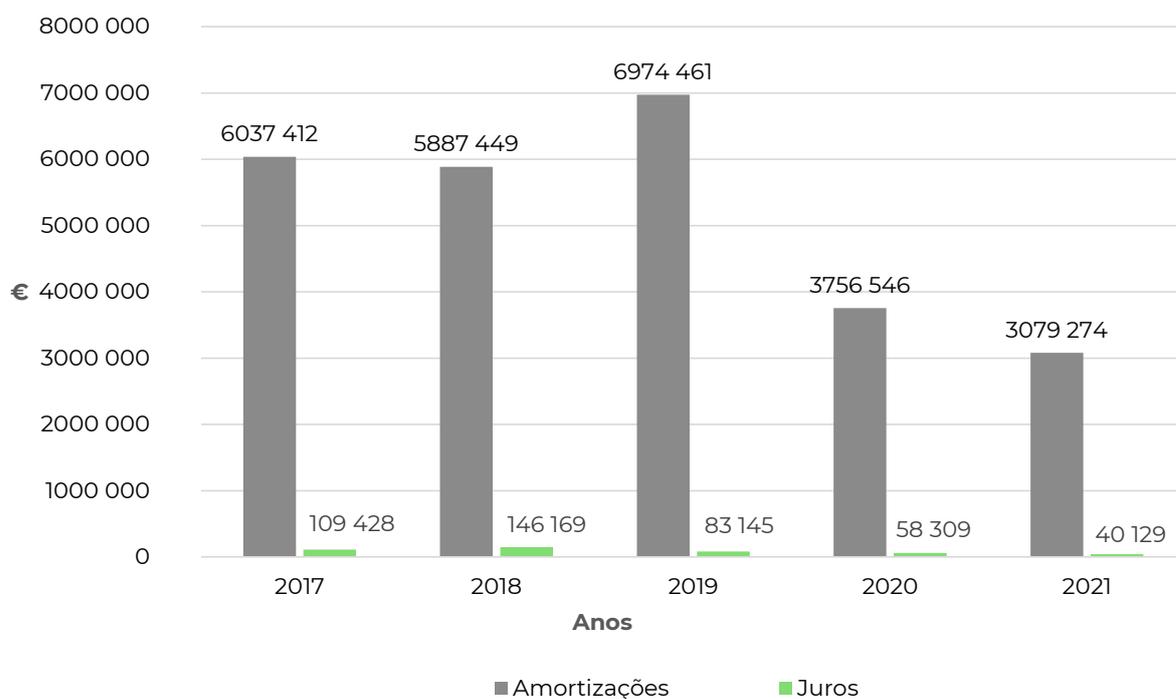
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2017	2018	2019	2020	2021
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	4 426 132	4 465 176	5 587 331	1 323 225	1 846 076
Amortizações	4 328 009	4 328 009	5 512 484	1 270 794	1 809 366
Juros	98 123	137 168	74 847	52 431	36 710
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1 240 656	1 248 052	1 256 682	1 264 833	1 273 326
Amortizações	1 229 351	1 239 050	1 248 385	1 258 955	1 269 908
Juros	11 305	9 002	8 298	5 878	3 418
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	480 052	320 390	213 593	1 226 797	0
Amortizações	480 052	320 390	213 593	1 226 797	0
Juros	0	0	0	0	0
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	6 146 840	6 033 618	7 057 607	3 814 855	3 119 402
Amortizações	6 037 412	5 887 449	6 974 461	3 756 546	3 079 274
Juros	109 428	146 169	83 145	58 309	40 129
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-18,9%	-1,8%	17,0%	-45,9%	-18,2%
Amortizações	-16,2%	-2,5%	18,5%	-46,1%	-18,0%
Juros	-70,8%	33,6%	-43,1%	-29,9%	-31,2%
Juros / Receita Total Cobrada	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%
Juros / Despesa Total Paga	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,4%	0,6%	0,3%	0,3%	0,2%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	9,2%	8,1%	9,4%	4,8%	3,8%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	9,1%	8,7%	9,7%	5,8%	4,2%

Un: Euro



Gráfico 49

Evolução do Serviço de Dívida



Assinala-se que os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social, uma vez que a apreciação neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental.

No período em apreciação - 2017 a 2021 - é globalmente visível uma tendência de diminuição dos encargos com o serviço de dívida municipal, apenas agravado no exercício de 2019, que se apresenta em contraciclo, mas que se reposiciona no sentido claramente decrescente no ano seguinte.

No exercício de 2017, com os encargos do serviço de dívida municipal a totalizarem 6.146.840 €, verifica-se um decréscimo de (-) 18,9% em relação ao exercício de 2016, devido ao comportamento das suas duas componentes, assumindo evidente preponderância a redução do volume das amortizações realizadas.

Justifica este resultado, a quebra significativa do volume anual de amortizações do empréstimo bancário contratado com BPI, no montante de 9.200.000 € - acrescidas de forma expressiva no exercício de 2016 no seguimento da realização de uma amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, e o pagamento da última tranche da dívida assumida pelo Município em consequência da sentença



homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, no valor residual de (-) 52.866 €, em paralelo com o decréscimo do peso dos juros da dívida pública municipal.

Quanto à diminuição dos juros da dívida municipal em 2017, na ordem dos (-) 71%, resulta fundamentalmente da contínua diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, contratados em gerências anteriores, pese embora as taxas de juro se mantenham em níveis reduzidos.

Em 2018 os encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, ao totalizarem 6.033.618€, reduzem (-) 1,8%, corolário sobretudo da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos contratados nos exercícios anteriores, dada existência de um novo contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe.

Este ciclo é descontinuado na gerência de 2019, com os encargos do serviço de dívida municipal a totalizarem 7.057.607 €, (+) 17% do que no ano antecedente, (+) 1.023.989 €, devido à materialidade das amortizações, uma vez que o montante imputável a juros além de ter descido não é significativo.

Tal acréscimo prende-se com as responsabilidades inerentes à assunção da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, que ditaram amortizações no valor de 3.988.440 €, conducentes à liquidação integral do capital em dívida.

No exercício de 2020 restabelece-se a tendência de redução que permanece na gerência de 2021, com os encargos do serviço de dívida municipal de natureza orçamental a totalizarem 3.119.402 € e a diminuir em relação a 2020, (-) 695.452,80 €, (-) 18%, em consequência sobretudo da diminuição do capital em dívida das Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo, também acompanhado pelos empréstimos destinados a finalidades diversas, uma vez que apenas está por amortizar o empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA.

Quanto aos empréstimos destinados à habitação social verificam-se encargos com o serviço de dívida próximos do ano antecedente.

Permanece em nível predominante o volume de amortizações no montante de 3.079.274 €, que representa cerca de 99% do valor global do Serviço de Dívida, enquanto os juros, no valor de 40.129 €, para além de descenderem, assumem pouca materialidade.

No quadro global do serviço de dívida municipal, assumem maior relevo as despesas associadas aos empréstimos destinados a finalidades diversas ao totalizar 1.846.076 €, e dizem respeito unicamente ao empréstimo celebrado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA.

Com menor expressão, figuram os encargos com empréstimos destinados à Habitação Social, no montante de 1.273.326 €, cujo maior volume do serviço da dívida permanece indexado aos



empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER, assumindo maior relevo o PER 2.

Circunscrevendo a análise à contribuição do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, no período observado é igualmente visível uma tendência de diminuição do peso desta componente nos dois agregados orçamentais (receita e despesa), não obstante o aumento registado em 2019, que se acentua de forma considerável na gerência de 2021, ao assumir 3,8% e 4,2% do total, respetivamente, da receita e despesa executadas.

No Quadro 59 apresenta-se o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no ano findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o exercício de 2022, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

Quadro 59

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	Realizado 2021			Previsto 2022		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	1 809 366	36 710	1 846 076	504 365	32 392	536 756
Sub Total	1 809 366	36 710	1 846 076	504 365	32 392	536 756
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	360 831	0	360 831	370 680	8 538	379 219
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	279 661	701	280 362	283 148	1 504	284 652
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	629 415	2 718	632 133	637 432	5 511	642 943
Sub Total	1 269 908	3 418	1 273 326	1 291 260	15 553	1 306 813
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0	-	0	0	-	0
Credores por Investimentos Financeiros	0	-	0	0	-	0
Sub Total	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3 079 274	40 129	3 119 402	1 795 625	47 945	1 843 570

Un: Euro

No domínio prospetivo, para a gerência de 2022 estima-se uma redução significativa dos encargos com o serviço de dívida municipal, essencialmente decorrente do decréscimo de amortizações indexado aos empréstimos destinados a finalidades diversas, uma vez que apenas permanece por amortizar o empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, com uma amortização anual prevista de 504.365 €.

Para as demais tipologias de dívida, circunscritas apenas aos empréstimos destinados à habitação social, estimam-se encargos com o serviço de dívida ligeiramente superiores aos do ano anterior, tanto em amortizações como juros.



Gráfico 50

**Evolução do Serviço de Dívida
2021-2022**

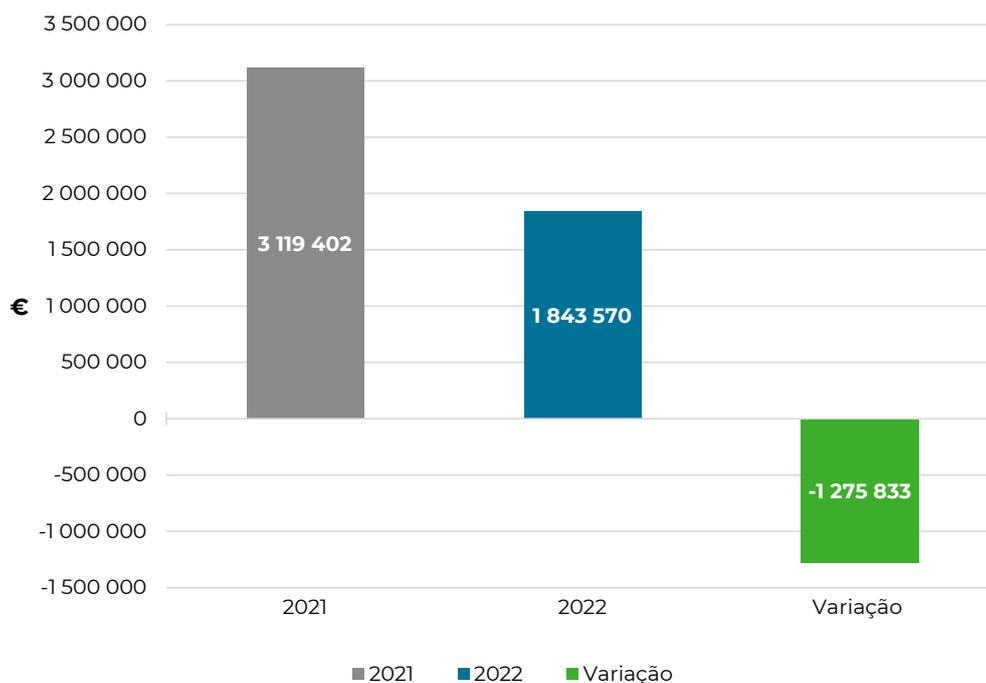
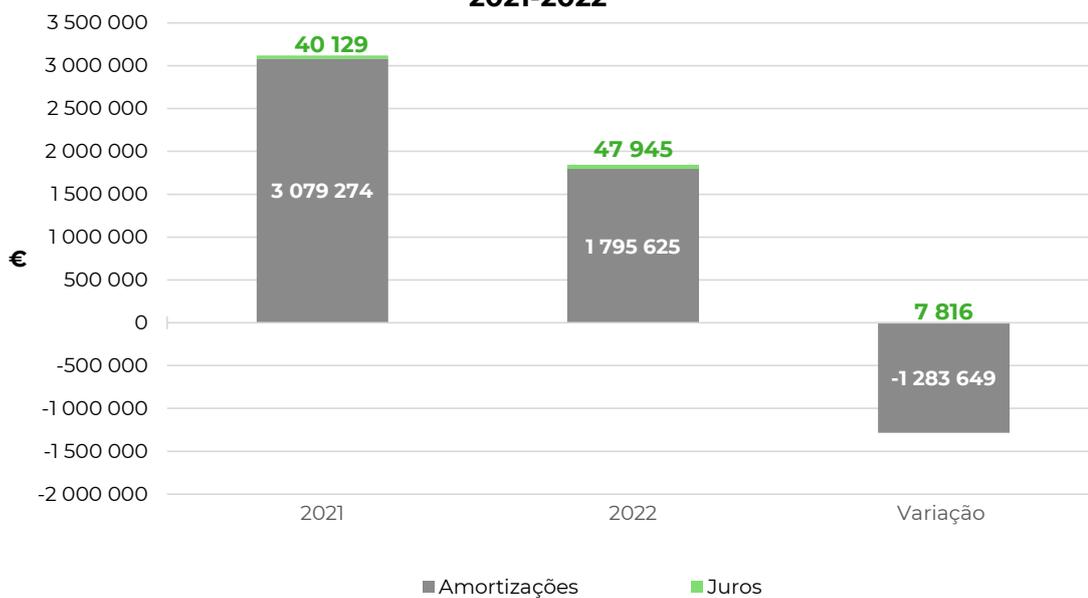


Gráfico 51

**Composição do Serviço de Dívida
2021-2022**



**1.4.2.2.2 COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA**

No Quadro 60 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2021 e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente da operação de cessão de créditos.

Quadro 60

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2021		2020	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	11 494 475	78,7%	15 457 265	80,8%
Dívida de Natureza Orçamental	6 058 119	41,5%	8 714 604	45,6%
Empréstimos Bancários de MLP	6 058 119	41,5%	8 714 604	45,6%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	504 365	3,5%	1 878 730	9,8%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	504 365	3,5%	1 878 730	9,8%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	5 553 754	38,0%	6 835 874	35,8%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	2 273 543	15,6%	2 644 224	13,8%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46	662 132	4,5%	941 023	4,9%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	2 618 080	17,9%	3 250 627	17,0%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0,0%	0	0,0%
Dívida de Natureza Não Orçamental	5 436 356	37,2%	6 742 661	35,3%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	5 436 356	37,2%	6 742 661	35,3%
Banco Santander Totta	2 718 178	18,6%	3 371 330	17,6%
Banco BPI	2 718 178	18,6%	3 371 330	17,6%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	3 101 930	21,3%	3 663 475	19,2%
Dívida de Natureza Orçamental	1 795 625	12,3%	2 218 413	11,6%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1 795 625	12,3%	2 218 413	11,6%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	504 365	3,5%	939 365	4,9%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	504 365	3,5%	939 365	4,9%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1 291 260	8,8%	1 279 048	6,7%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	370 680	2,5%	360 831	1,9%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46	283 148	1,9%	283 918	1,5%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	637 432	4,4%	634 299	3,3%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0,0%	0	0,0%
Dívida de Natureza Não Orçamental	1 306 305	8,9%	1 445 062	7,6%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1 306 305	8,9%	1 445 062	7,6%
Banco Santander Totta	653 152	4,5%	722 531	3,8%
Banco BPI	653 152	4,5%	722 531	3,8%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	14 596 404	100,0%	19 120 740	100,0%

Un: Euro



Avaliada a constituição da dívida de médio e longo prazo verifica-se que apenas 54% têm natureza orçamental e que 47% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta natureza de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício de 2021 garantiu um proveito financeiro de 8.390 €.

Ultima-se com a apresentação de quadro prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2022.

Quadro 61

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31/12/2022		
	Valor	Peso
DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL	6 058 119	53%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6 058 119	53%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	504 365	4%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	504 365	4%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	5 553 754	48%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	2 273 543	20%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	662 132	6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	2 618 080	23%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0	0%
Credores por Investimentos Financeiros	0	0%
DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL	5 436 356	47%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	5 436 356	47%
Banco Santander Totta	2 718 178	24%
Banco BPI	2 718 178	24%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	11 494 475	100%

Un: Euro

Executado o mapa de serviço de dívida negociado para os empréstimos em curso, estima-se que no final do exercício de 2022 a Dívida de Médio e Longo Prazo do município totalizará 11.494.475 €, dos quais 6.058.119 € serão de natureza orçamental e 5.436.356 € de natureza não orçamental.



Em matéria de valores apurados no final do ano 2021, estima-se um decréscimo global de (-) 3.101.930€, distribuído pelas componentes orçamental e não orçamental, com, respetivamente, (-) 1.795.625 € e (-) 1.306.305 €.

1.4.2.3 DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de investimento, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 62.

Quadro 62

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Variação							
	2017	2018	2019	2020	2021	2020/2021	2017/2021	2010/2021
Fornecedores c/c	482.497	262.589	396.344	108.798	56.489	-52.309	-426.008	-2.444.055
Fornecedores de Investimento	134.742	18.201	116.932	43.086	264.879	221.794	130.137	-9.205.034
Outros credores	3.333.597	3.273.081	3.227.347	661.653	108.171	-553.482	-3.225.426	-4.607.073
Total da Dívida de Curto Prazo	3.950.836	3.553.872	3.740.622	813.536	429.539	-383.996	-3.521.297	-16.256.161
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	0,7%	-10,0%	5,3%	-78,3%	-47,2%		-89,1%	-97,4%
Fornecedores c/c	-21,5%	-45,6%	50,9%	-72,5%	-48,1%			
Fornecedores imobilizado	397,2%	-86,5%	542,5%	-63,2%	514,8%			
Outros credores	1,6%	-1,8%	-1,4%	-79,5%	-83,7%			

Un: Euro

Gráfico 52

Evolução da Dívida de Curto Prazo





A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2021 evidencia igualmente uma trajetória claramente descendente ao comportar uma redução na ordem dos (-) 16,3 milhões de euros, isto é, (-) 97,4%, ao passar de 16.685.700 € em 2010 para 429.539 € em 2021.

Delimitando a análise desta rubrica ao exercício de 2021, mantém-se este princípio com a dívida de curto prazo a totalizar apenas 429.539 € e a diminuir (-) 383.996 € em relação a período homólogo, devido ao impacto dos débitos a Outros Credores e Fornecedores – conta corrente – que reduzem, respetivamente, (-) 553.482 € e (-) 52.309 €, em contraposição com a dívida a Fornecedores de investimento, que dita um incremento de (+) 221.794 €.

Com maior valor, pese embora sem grande expressão, apresenta-se o débito a Fornecedores de investimento a perfazer 264.879 €, seguindo-se a dívida a Outros Credores e a Fornecedores – conta corrente – que se distribuí por 108.171 € e 56.489 €, respetivamente.

Importa não descurar que, uma vez estabilizado o nível da dívida inerente à atividade operacional na componente “fornecedores” e posicionado o prazo médio de pagamento muito aquém dos 30 dias, a diminuição dos níveis da dívida de curto prazo não pode assumir, como é natural, a mesma materialidade que tinham outrora.

Sublinha-se ainda que os atuais montantes em dívida, reportam-se a faturação emitida no final do ano, encontrando-se àquela data uma grande parte dela em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido, no fecho do exercício posicionado em 4 dias.

O decréscimo no agregado de Outros Credores, é justificado pela extinção da obrigação devida pelo pagamento do sinal referente à alienação realizada mediante hasta pública, de duas parcelas de terreno, contabilizada como adiantamento de vendas, que aguardavam a celebração da escritura pública de venda, concretizada no final do exercício de 2021.

Em sede de redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2021 (artigo 112.º) mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2020, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual. Esta obrigação não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um programa de ajustamento municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual.

No caso de incumprimento da obrigação prevista no presente artigo, há lugar à retenção da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado, até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei



n.º 73/2013, de 3 de setembro, no montante equivalente ao do valor em falta, apurado pelo diferencial entre o objetivo estabelecido e o montante de pagamentos em atraso registados, acrescido do aumento verificado.

Igualmente neste quadro o Município permanece numa posição confortável, isto é, fora das entidades com pagamentos em atraso, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações, situação que remonta a maio de 2012.

Apresenta-se também em níveis francamente satisfatórios o prazo médio de pagamento do município, que à data de 31 de dezembro de 2021 é de 4 dias.

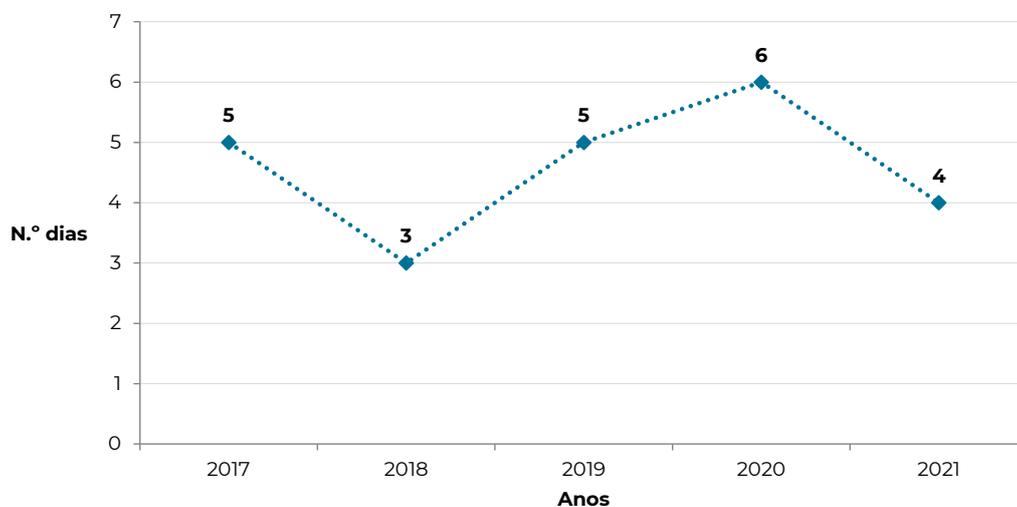
Quadro 63

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO					
	2017	2018	2019	2020	2021
$PMP = \frac{\sum_{i=3}^t DF}{\sum_{i=3}^t A} \times 365$	5	3	5	6	4

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 53

Evolução do Prazo Médio de Pagamento





1.4.3 ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Na esteira do consignado no Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, em matéria de endividamento autárquico destaca-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam uma breve nota ao seu enquadramento.

O mencionado diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no dito artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (*vide* art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (*vide* art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo



fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos anteriormente referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As sucessivas Leis do Orçamento do Estado (LOE) têm vindo a introduzir algumas alterações neste âmbito, pelo que importa destacar as contempladas no Orçamento de Estado de 2021, com relevância para a análise da dívida do município promovida no capítulo em apreço.

1.4.3.1 LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 64

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2018	2019	2020
Município (+)	67 639 157	68 454 749	70 221 279
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-506 240	-477 592	-460 228
SMAS (+)	17 963 578	17 962 585	18 768 628
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-506 211	-477 592	-867 626
Total da Receita Cobrada Líquida	84 590 284	85 462 151	87 662 053
Média dos últimos três anos		85 904 829	
Limite da Dívida Total <=		128 857 243	

Un: Euro

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2021, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».



Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada em cada ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzindo as operações recíprocas de cobrança de receita entre as duas entidades - dedução da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados).

O limite identificado corresponde ao limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.»

1.4.3.2 ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Materializado o enquadramento legal no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis números 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.



- As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.
- As cooperativas não previstas anteriormente e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre.
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Deste modo é de assinalar que os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

Regista-se que à data do fecho o único Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que permanece detido pelo Município é o FII Maia IMO, uma vez integralmente liquidados os dois outros fundos.

O contributo de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao valor da sua dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 65 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.



Quadro 65

ENTIDADES PARTICIPADAS	
2021	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,58%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,41%
CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,71%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,16%
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51%
Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,85%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%
Empresas Participadas	
Águas do Norte, S.A. (1)	1,243%
Aguas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,00007%
Cooperativas e Fundações	
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,42%
Fundação Serralves	0,5967%
Entidades de outras natureza	
FEII Maiaímo	100%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

No quadro das entidades participadas pelo Município antes referidas, e contrariamente ao que ocorreu até 2017, em que só as entidades abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A, e a Turismo Porto Norte, E.R, eram



excluídas do apuramento da dívida total, passou a incluir-se neste grupo a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final do exercício de 2021.

Esta alteração resulta do entendimento proferido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em setembro de 2018, e que se mantém, segundo o qual, atenta a natureza da entidade ANMP, a mesma não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Com base neste entendimento, o montante relativo à dívida da ANMP passou, em 1 de janeiro de 2018, a ser automaticamente subtraído pela DGAL no apuramento da dívida orçamental dos relatórios do SIIAL relativos à “Aferição da Dívida Total”.

Todavia apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Atenta a referida regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 66

Ressalva-se, contudo, que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas - apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município - não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação Juventude, Fundação Serralves, Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, utilizando-se para este efeito os últimos dados conhecidos.

Mais se ressalva, as entidades que reportaram a informação à data de fecho de contas com base num apuramento provisório, como sejam AMP – Área Metropolitana do Porto, STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A e Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional, pelo que, suscetível de eventuais ajustamentos.

A pouca materialidade destas participações detidas pelo Município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não fique prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.



Quadro 66

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%

1.4.3.3 APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Uma breve nota preambular à referida alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos.

O conteúdo da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta, assim, uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Neste contexto, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do Município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do Município “*stricto sensu*.”



Quadro 67

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
2021	
Identificação	Contribuição
Município (1)	15.025.944
Divida bruta sem contrato de antecipação de rendas	8.283.283
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	6.742.661
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	7.073.711
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	7.073.711
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	2.420.863
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	2.373.869
Área Metropolitana Porto	15.391
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	6.855
AdePorto - Agência de Energia do Porto	15.453
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	3.104
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	4.428
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	1.265
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	499
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	1.439.240
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	1.439.240
Cooperativas e Fundações (5)	62.020
Fundação do Conservatório de Música	22.183
Fundação do Desporto	1.311
Fundação da Juventude	31.145
Fundação Serralves	7.381
Entidades de outra natureza (6)	4.126.563
FEII Maiaimo	4.126.563
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO	30.148.341
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
LIMITE LEGAL (8)	128.857.243
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-98.708.902
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	17.985.561
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2020 (11)	38.929.436
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	26.766.656

Un: Euro

Exclui operações não orçamentais, bem como acréscimos e diferimentos

Analisados os resultados alcançados conclui-se que no final do exercício de 2021 a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – desce de 38.929.436 € para 30.148.341 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 98.708.902 € para além de



evidenciar um decréscimo do endividamento em relação ao final da gerência de 2020 na ordem dos (-) 8,78 milhões de euros, (-) 22,6%.

Para esta redução converge de forma preponderante o nível da dívida do Município, que “*de per se*” reduz (-) 4.908.332 €, a que se junta a dos SMAS que diminui (-) 1.847.739 €.

Figura também como contributo positivo para a redução do endividamento do grupo municipal, com alguma materialidade, a Lipor com um decréscimo de (-) 1.037.419 €.

Com valores menos expressivos, seguem-se os contributos do Fundo de Investimento MaiaImo e da Área Metropolitana do Porto (AMP), que reduzem respetivamente (-) 142.662 € e (-) 93.658 €, quando comparados com o final da gerência do ano anterior.

Por fim, sem grande expressão, também converge para o resultado final a diminuição da dívida da Fundação do Conservatório de Música, e Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular com respetivamente (-) 33.089 € e (-) 691 €.

Com impacto contrário, destaca-se a performance da empresa STCP - Sociedade de Transportes coletivos do Porto, que à data de fecho de contas apresentava resultados antes de impostos negativos no valor de (-) 2.924.311,50 €, o que dita uma contribuição para a dívida no montante de (+) 1.439.240€.

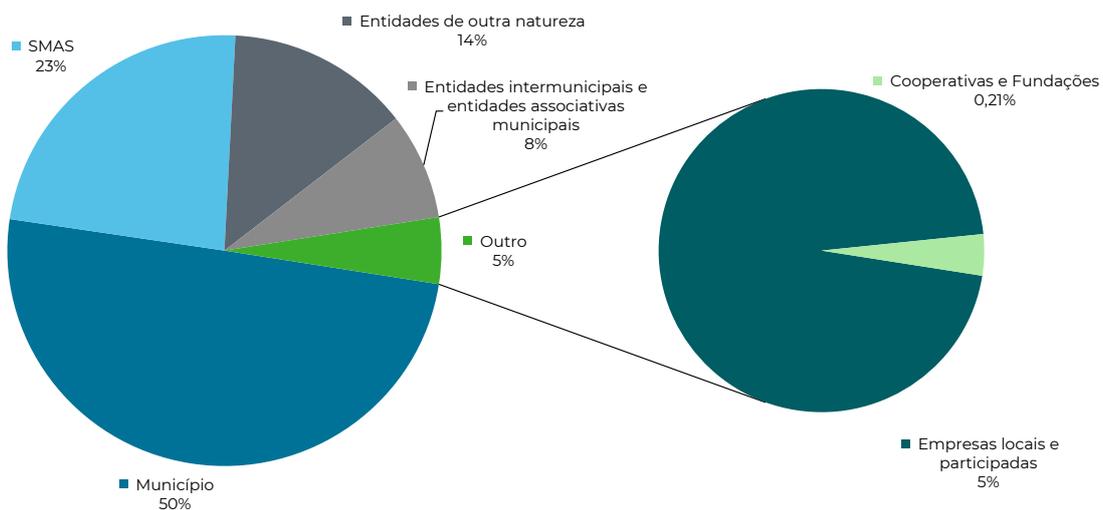
Apresentam-se ainda a contribuir negativamente para a dívida do grupo municipal, quando comparado com o período homólogo, a AdePorto - Agência de Energia do Porto, e a Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional, com respetivamente, (+) 13.102 €, (+) 4.151 €.

As restantes entidades participadas, identificadas no quadro supra, mantêm ou aumentam ligeiramente os seus níveis de dívida, não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.



Gráfico 54

**Contributo por natureza da entidade
Ano de 2021**



No Quadro 68 sistematiza-se a dívida total de operações orçamentais diferenciando-a em função do seu grau de exigibilidade, tendo em vista obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal.



Quadro 68

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2021				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
	(a)	(b)	(c)	(d) =(b)+(c)
Município (1)	100%	11.494.475	3.531.469	15.025.944
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		7.188.581	-114.870	7.073.711
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	7.188.581	-114.870	7.073.711
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		855.287	1.565.576	2.420.863
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,58%	851.932	1.521.937	2.373.869
Área Metropolitana Porto	5,58%	278	15.113	15.391
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	411	6.443	6.855
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,41%	0	15.453	15.453
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,71%	0	3.104	3.104
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	1.583	2.845	4.428
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,16%	1.083	182	1.265
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25,00%	0	499	499
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		380.058	1.059.182	1.439.240
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%	380.058	1.059.182	1.439.240
Cooperativas e Fundações (5)		18.909	43.112	62.020
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	22.183	22.183
Fundação do Desporto	4,093%	0	1.311	1.311
Fundação da Juventude	1,42%	18.909	12.237	31.145
Fundação de Serralves	0,5967%	0	7.381	7.381
Entidades de outra natureza (6)		4.013.379	113.184	4.126.563
FEII Maiaimo	100%	4.013.379	113.184	4.126.563
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		23.950.690	6.197.651	30.148.341
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euro

Gráfico 55

**Peso da Dívida por Grau de Exigibilidade
Ano de 2021**





Do total da dívida do grupo municipal reportada a 31 de dezembro de 2021, no valor de 30.148.341 €, em função do seu grau de exigibilidade são de natureza de médio e longo prazo 23.950.690 €, e apenas de curto prazo 6.197.651 €.

Nos gráficos ulteriores ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 56

**DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL
Posicionamento face aos limites legais
Ano 2021**

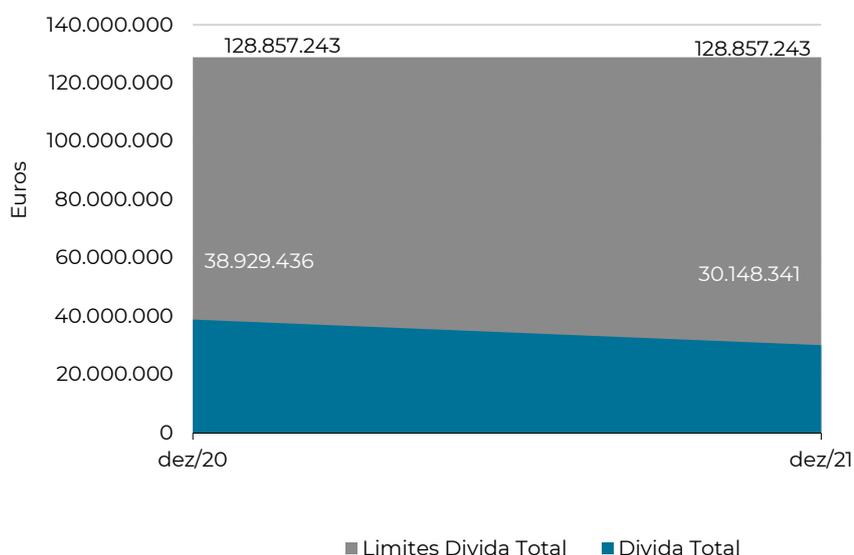
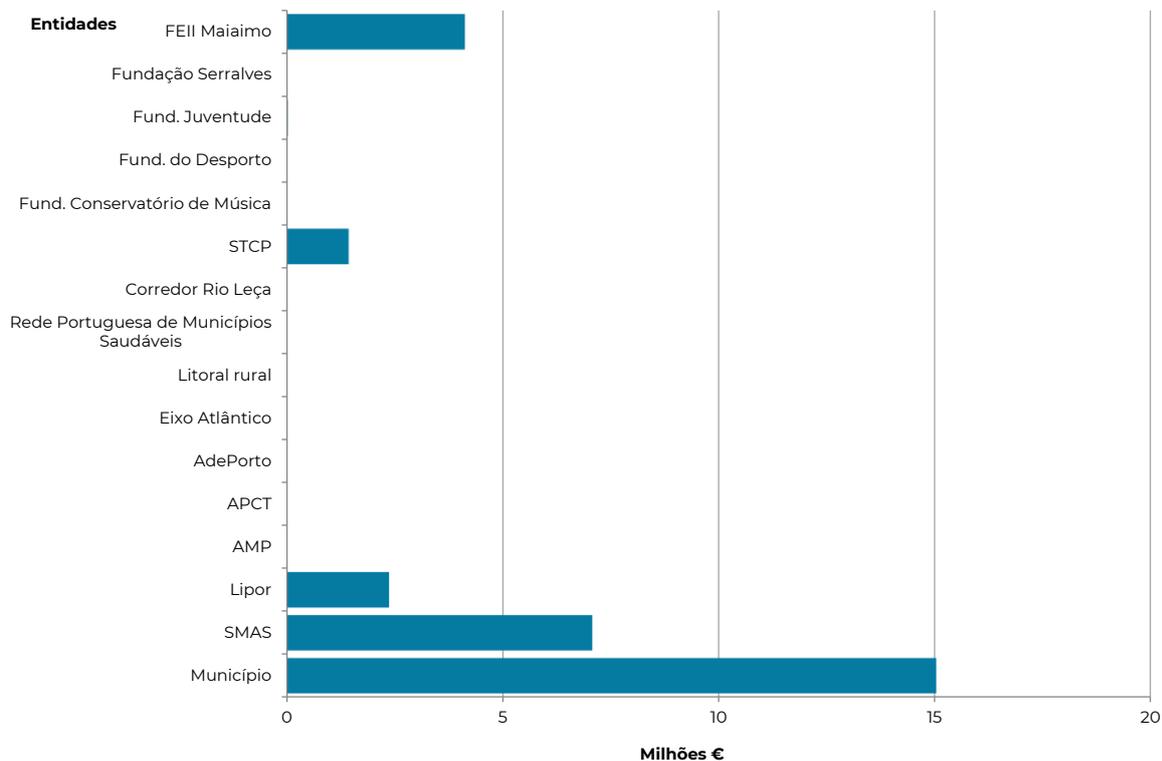




Gráfico 57

Dívida Total do Grupo Municipal
Contribuição das entidades
Ano 2021





INDICADORES ORÇAMENTAIS



Quadro 69

INDICADORES ORÇAMENTAIS									
INDICADORES			2020		2021		VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
							2020/2021		
INDICADORES ORÇAMENTAIS	1	Grau de Execução Orçamental da Receita	Receita Cobrada Líquida	103 312 870	104,34%	117 704 865	94,65%	3,4%	
			Previsões Corrigidas	99 013 241		124 357 568			
	2	Grau de Execução Orçamental da Despesa	Despesa Paga Líquida	66 157 652	66,82%	75 145 323	60,43%	-14,2%	
			Dotações Corrigidas	99 013 241		124 357 568			
	3	Indicador da Estrutura da Receita Efetiva	Receita Cobrada Efetiva	79 942 229	77,38%	80 549 646	68,43%	-0,9%	
			Total da Receita Cobrada	103 312 870		117 704 865			
	4	Indicador da Estrutura da Despesa Efetiva	Despesa Paga Efetiva	62 398 126	94,32%	71 861 050	95,63%	8,2%	
			Total da Despesa Paga	66 157 652		75 145 323			
	5	Saldo Corrente	Receita Corrente-Despesa Corrente	25 695 175		23 532 896		23,7%	
	6	Saldo de Capital	Receita de Capital-Despesa de Capital	- 8 207 416		- 15 080 866		22,4%	
7	Saldo Primário	Receita Efetiva-Despesa Efetiva+Juros e Outros Encargos	17 618 774		8 643 210		71,4%		
8	Saldo Global	Receita Efetiva-Despesa Efetiva	17 544 103		8 688 596		72,0%		
9	Grau de Realização das Liquidações	Receita Cobrada Líquida	103 312 870	94,37%	117 704 865	94,94%	4,3%		
		Liquidações	109 478 374		123 981 564				
10	Grau de Execução das Obrigações	Despesa Paga Líquida	66 157 652	99,83%	75 145 323	99,74%	0,3%		
		Obrigações	66 267 920		75 339 154				



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



O exercício de 2021, contrariamente ao seu antecessor, foi pautado pela estabilidade em matéria de normativo contabilístico: o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, vigente desde 1 de janeiro de 2020 e, com ele, de um conjunto de Normas de Contabilidade Pública, abarca agora os dois exercícios em comparação – aquele que cuja gestão é objeto do presente relatório e o seu homólogo, que sistematicamente se apresenta para efeito de comparação. Assim, em linha com as determinações nele constantes, devem ser preparadas, pelo menos ao fecho do exercício, as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados por natureza;
- c) Uma demonstração de alterações no património líquido;
- d) Uma demonstração de fluxos de caixa;
- e) Um Anexo às demonstrações financeiras.

Estes mapas deverão proporcionar aos diversos leitores da informação financeira um retrato fiel dos direitos e obrigações atribuíveis ao Município da Maia, no momento do reporte e no seu homólogo anterior, bem assim como da panóplia de recursos de que esta dispõe, dos rendimentos obtidos e gastos incorridos ao longo do exercício. Porque desprovidos de notas de contexto que possibilitem o conveniente enquadramento dos dados que são financeiramente passíveis de ser quantificados, serão as demonstrações financeiras devidamente acompanhadas da informação de contexto tida como necessária à sua correta compreensão.



BALANÇO



Estabilizado o normativo contabilístico transversal aos dois exercícios em comparação, com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas desde 1 de janeiro de 2020, a obtenção de dados para 2020 e 2021 é agora direta e de leitura imediata aos balancetes contabilísticos.

Entre as demonstrações financeiras obrigatórias, o balanço evidencia os recursos controlados pelo Município da Maia (ativos), simultaneamente facultando informação acerca das fontes de financiamento nas quais estes assentam – recursos próprios (património líquido) ou alheios (passivos).

O balanço municipal apurado a 31 de dezembro é o que se apresenta seguidamente:

Quadro 70

BALANÇO INDIVIDUAL			
RUBRICAS	DATAS		Variação
	2021	2020	
ATIVO	468.852.753	450.827.405	4%
Ativo não corrente	370.752.970	360.005.914	3%
Ativos fixos tangíveis	329.689.672	333.937.704	-1%
Propriedades de investimento	2.308.753	2.392.207	-3%
Ativos intangíveis	981.018	900.902	9%
Participações financeiras	22.796.378	21.250.361	7%
Contas a receber	3.937	7.143	-45%
Outros ativos financeiros	14.973.212	1.509.862	892%
Outras contas a receber		7.735	
Ativo corrente	98.099.783	90.821.491	8%
Contas a receber	49.666.509	47.874.413	4%
Devedores por acréscimos de rendimentos	47.390.987	45.227.120	5%
Outras contas a receber	2.275.522	2.647.293	-14%
Inventários	0	26.204	-100%
Diferimentos	624.589	649.699	-4%
Caixa e depósitos	47.808.685	42.271.175	13%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	417.919.024	398.874.152	5%
Património/ Capital	336.335.504	326.522.004	3%
Reservas e Resultados Transitados	14.540.611	13.440.102	8%
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	3.355.208	5.840.547	-43%
Ajustamentos em ativos financeiros	-20.945.387	-4.882.742	329%
Outras variações do património líquido	76.525.068	47.610.054	61%
Resultado líquido do período	8.108.020	10.344.186	-22%
PASSIVO	50.933.729	51.953.253	-2%
PASSIVO NÃO CORRENTE	17.718.910	22.010.334	-19%
Provisões	3.284.640	3.613.274	-9%
Financiamentos obtidos	11.494.475	15.457.265	-26%
Diferimentos	2.939.796	2.939.796	0%
PASSIVO CORRENTE	33.214.819	29.942.919	11%
Contas a pagar	13.914.464	14.849.818	-6%
Financiamentos obtidos	3.101.930	3.663.475	-15%
Credores por acréscimos de gastos	5.133.852	5.256.850	-2%
Outros credores	5.678.683	5.929.493	-4%
Diferimentos	19.300.355	15.093.101	28%

Un.: Euro



O Balanço reportado a 31 de dezembro de 2021 permite desde logo conhecer o resultado líquido do período - positivo, no montante de (+) 8.108.020 € -, dando ainda visibilidade ao aumento quer do Ativo, quer do Património Líquido (respetivamente (+) 4% e (+) 5%), em paralelo com nova redução do Passivo - (-) 2%. A proporção do Ativo que é financiada por recursos próprios persiste em níveis elevados (89%), reforçando relativamente ao exercício precedente a solidez financeira das contas municipais e a menor dependência de recursos alheios.

O Ativo cresce (+) 18.025.348 € relativamente ao montante alcançado na abertura de 2021, ascendendo no termo do exercício a 468.852.753 €, alicerçado pelo incremento quer do Ativo Não Corrente, quer o Ativo Corrente, conforme se verá já adiante neste relatório. No segundo membro do balanço apresentam-se o Património Líquido e do Passivo, que ascendem no final do período respetivamente a 417.919.024 € e 50.933.729 €, a registar variações de sinal contrário, respetivamente (+) 19.044.872 € e (-) 1.019.524 €.

Sem prejuízo de que se faça, como é hábito, uma análise de maior detalhe posteriormente, importa referir desde já uma decisão que, sendo alheia a critérios estritos de gestão financeira municipal, teve um impacto inexorável nas contas municipais: a municipalização da STCP. O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas conduziram, na prática, à transferência do capital desta empresa para seis municípios da Área Metropolitana do Porto. Quer o registo contabilístico da doação, quer os ajustamentos que se impuseram ao longo do exercício de 2021, tiveram impactos financeiros não negligenciáveis nas contas municipais: da variação ocorrida no Ativo, quantificada em 18.025.348 €, explicam-se pela mera entrada da participação na empresa no Ativo Municipal 13.390.538 €, ficando os restantes 4.634.810 € a dever-se à atividade municipal que se possa designar regular. Não impactando no Passivo, esta operação tem também idêntico relevo ao nível do Património Líquido, explicando 70% do crescimento desta componente do balanço ocorrido em 2021.

1.6.1.1 ATIVO

Ao termo de 2021, o Ativo ascendia a 468.852.753 €, dos quais 79% correspondem a Ativo Não Corrente e os restantes 21% a Ativo Corrente. A primeira destas componentes, sendo já classicamente dominante, ascende no final do exercício a 370.752.970 €, (+) 3% do que os saldos transitados de exercícios anteriores.

Atenta a ponderação do Ativo Não Corrente no Ativo total - 79% - é precisamente para esta componente que se orienta a primeira parte do relatório dedicada à análise do Balanço. Para a composição desta rubrica do Ativo contribuem desde logo 329.689.672 € que, observando um decréscimo relativamente ao valor registado no exercício precedente, (-) 4.248.032 €, permanecem ainda assim determinantes, respondendo por 89% do Ativo Não Corrente e 70% do Ativo Total.



Os valores apresentados em balanço relativos a esta rubrica apresentam-se já deduzidos das amortizações e depreciações respetivas. Em detalhe, a composição dos Ativos Fixos Tangíveis é que se apresenta detalhada no quadro seguinte:

Quadro 71

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	2021		2020		Variação	
	Valor	%	Valor	%		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	60.469.648	18%	60.854.789	18%	-1%	-385.141
Terrenos e recursos naturais	64.218.387	19%	65.285.862	20%	-2%	-1.067.475
Edifícios e outras construções	171.788.707	52%	181.213.122	54%	-5%	-9.424.415
Equipamento básico	3.748.985	1%	3.431.937	1%	9%	317.047
Equipamento de transporte	273.880	0%	375.905	0%	-27%	-102.025
Equipamento administrativo	306.696	0%	311.942	0%	-2%	-5.246
Outros ativos fixos tangíveis	1.091.731	0%	881.733	0%	24%	209.998
Ativos fixos tangíveis em curso	27.791.638	8%	21.582.414	6%	29%	6.209.225
TOTAL	329.689.672		333.937.704			-4.248.032

Un.: Euro

Prevalece como componente dominante a dos Edifícios e outras construções que, reduzindo (-) 5% entre os dois períodos, ainda assim é responsável por mais de metade dos Ativos Fixos Tangíveis municipais e cerca de 37% do Ativo total – que, no termo do exercício, totalizam 171.788.707 €.

Além desta rubrica, figuram também nesta componente do Ativo não corrente os Terrenos e recursos naturais e os Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, contribuindo com montantes respetivamente de 64.218.387 € e 60.469.648 €. A estas componentes e com contributos de menor valor, somam-se ainda os Outros ativos fixos tangíveis em curso (27.791.638 €) e o Equipamento básico (3.748.985 €). As rubricas elencadas, não explicando a totalidade do valor apurado, explicam 99% do seu montante.

A mensuração apresentada resulta dos valores brutos do Ativo Fixo Tangível (710.442.579 €) deduzidas das depreciações acumuladas das rubricas a elas sujeitas – no exercício, totalizam 380.752.907 €. Globalmente esta rubrica responde por mais de dois terços do ativo e observa uma redução no período, (-) 4.248.032 € com origem sobretudo na variação líquida observada na rubrica de Edifícios e Outras Construções. Registando uma variação de sentido contrário, apresentam-se os Ativos Fixos Tangíveis em Curso, com avanços assinaláveis em empreitadas relacionadas com reparação de infraestruturas rodoviárias (1.784.399 €), escolas (1.277.942 €) e outras infraestruturas, como sejam a reformulação dos mercados feira da Maia e de Pedras Rubras (1.020.945 €).

Apresentam-se de seguida, no Balanço, as Propriedades de Investimento que permanecem inalteradas relativamente aos valores transitados de 2020, exceto no que às depreciações de habitações e edificações para serviços respeita. A variação ocorrida nesta rubrica corresponde



exclusivamente às amortizações contabilizadas no exercício, mantendo-se aqui os edifícios detidos pelo Município e cedidos, em arrendamento, à Administração Regional de Saúde do Norte (edifício onde está localizado o Centro de Saúde da Maia), o antigo matadouro municipal arrendado à Maiambiente, que assim se juntam ao lote de terreno cujo direito de superfície se encontra cedido à Iberking. No cômputo global do Ativo, as Propriedades de Investimento têm uma representatividade inferior a 1%.

Sucedem-se os Ativos Intangíveis que, crescendo (+) 9% relativamente aos valores de fecho do exercício transato, alcançam no final de 2021 o montante de 981.018 €. Tal como sucedia no exercício anterior, aqui se encontram vertidos projetos de execução associados a empreitadas em curso até que estejam reunidos os critérios para a sua passagem a firme, bem assim como licenças de software detidas pelo Município.

Posicionam-se a seguir no Balanço as Participações Financeiras que compreendem participações de capital detidas pelo Município, em entidades controladas ou não – aqui se encontram todas as participações em empresas municipais, a Fundação Conservatório de Música da Maia, o Fundo de Apoio Municipal, a Águas do Norte, S.A. e a Águas de Douro e Paiva, entre outros.

Atenta a afinidade entre esta rubrica e a de Outros Ativos Financeiros, antecipa-se desde já a análise desta última de modo a que se possa, articuladamente, fornecer uma visão global das participações mais relevantes detidas pelo Município, independentemente de existir (ou não) controlo e da sua avaliação ser efetuada por via do Método da Equivalência Patrimonial ou por qualquer outro contabilisticamente aceite.

Quadro 72

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS / OUTROS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS - entidades do perímetro de consolidação -						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado		Variação	
			2021	2020	Participações Financeiras	Provisões
Partes de capital						
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124.699	524.214	494.913	29.302	-
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	137.465	-78.350	137.465	-78.350
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	3.609.916	3.782.357	-172.441	-
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	14.655.636	13.101.445	1.554.191	-
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	-2.585.567	-2.795.867	-	-210.301
Outras Aplicações Financeiras						
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1.018.560	980.871	37.689	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	4,85%	150.199	158.390	153.301	5.088	-
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	9,61%	30.951.940	13.390.538	0	13.390.538	-

Un.: Euros

O primeiro conjunto de participações apresentado no quadro reporta-se a entidades do setor empresarial local controladas pelo Município da Maia, sendo de assinalar neste conjunto a prevalência



da Espaço Municipal – quer em termos absolutos, uma vez que os Capitais Próprios ascendem a 31 de dezembro de 2021 a 14.655.636 €, quer na variação observada relativamente ao período homólogo, exibindo uma melhoria do Património Líquido que ascende a (+) 1.554.191 €.

Vê deteriorada, no exercício, a posição dos seus Fundos Próprios a empresa Maiambiente, permanecendo estes, contudo, positivos em 3.609.916 €. Todas as demais vêm reforçada a posição dos capitais próprios, em valor absoluto.

No que respeita aos Outros ativos financeiros verifica-se que estes, no final do exercício, ascendem a 14.973.212 €, aqui se refletindo com incontornável destaque a participação direta do Município da Maia no capital da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., que não conhece comparativo em 2020. A municipalização desta empresa ocorre por força de lei (Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, cuja concretização vem a ocorrer a 1 de janeiro de 2021, na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro), cabendo à Maia, nos termos do mesmo diploma legal, 9,61% das ações que titulam o capital social (6.190.388 ações, valoradas nominalmente a 5€). Este valor, contudo, é no termo de 2021 revisto em baixa, em razão dos resultados do período apurados por esta empresa (negativos), a que se soma a redução de capital deliberada em 2021 – com o Município da Maia a deparar-se com o facto de 72% das ações doadas (4.460.588 em 6.190.388) a serem consumidas pelos prejuízos acumulados. Ainda que não controlada, a materialidade dos movimentos contabilísticos associados a esta participação justifica, só por si, uma abordagem mais aprofundada que de outro modo se afiguraria desprovida de sentido. Assinala-se ainda, no exercício, a participação realizada pela primeira vez na Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios (30.000 €).

Uma nota final para o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO, integralmente detido pelo Município, para salientar que esta participação se quantifica, no termo do exercício, em 1.018.560 € - valor que, no final de 2020, ascendia a 980.871 €. É sempre oportuno recordar, a respeito deste Fundo, que o mesmo se encontra mensurado e refletido no Ativo municipal ao custo, líquido de amortizações associadas – critério que conduz a uma quantificação distinta da que se obteria se adotado o critério similar ao das demais participações do Município (diretamente indexados ao valor dos Capitais Próprios divulgados nos respetivos balanços pelas participadas).

Por último, as Contas a receber de natureza não corrente revestem-se de reduzida materialidade, exibindo um saldo de 3.937 €, integralmente originário de Clientes, contribuintes e utentes.

Prosseguindo a análise das componentes do Balanço pela mesma ordem por que se apresentam, segue-se o Ativo Corrente. Aqui se concentram as Contas a receber com maior ponderação (51%), logo seguidas pelas Disponibilidades (49%) e por fim os Diferimentos, com contribuição residual relativamente às demais rubricas.

As Contas a Receber incluem desde logo, e com uma ponderação de 95%, os saldos Devedores por acréscimos de rendimentos que, ascendendo no final do exercício a 49.666.509 €, correspondem todavia a especializações de rendimentos no exercício que, a 31 de dezembro de 2021, não reuniam



requisitos formais para ser reconhecidos como verdadeiras dívidas ao Município - uma vez que não se encontravam ainda emitidos por estes os documentos que as virão a tornar exigíveis e cuja origem se detalhará adiante.

Proporcionando a concretização do que atrás se escreveu, insere-se seguidamente quadro resumo com a desagregação das diversas parcelas que compõem as Contas a Receber que figuram no Balanço Municipal de fim de exercício. Para uma perceção global dos ativos municipais nesta matéria, agrupam-se também os saldos de Contas a Receber de natureza não corrente.

Quadro 73

CONTAS A RECEBER			
	2021	2020	Variação
No Ativo Não Corrente	3.937	14.878	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	-
Clientes, contribuintes e utentes	3.937	7.143	-45%
Outros devedores	0	7.735	-100%
No Ativo Corrente	49.666.509	47.874.413	4%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis	625.828	660.695	-5%
Clientes, contribuintes e utentes	139.482	217.259	-36%
Devedores por acréscimos de rendimentos	47.390.987	45.227.120	5%
Outros devedores	1.510.212	1.769.340	-15%
Total	49.670.446	47.889.291	4%

Un.: Euros

A rubrica de Devedores por Acréscimos de Rendimentos é determinante nos valores apurados finais do exercício (47.390.987 € dos 49.670.446 € totais), sendo ainda fundamental conhecer a sua evolução – cresce (+) 5% - para compreender a variação ocorrida no período nos créditos detidos sobre terceiros.

Atenta a sua relevância no espectro deste conjunto de ativos, insere-se infra quadro detalhado explicativo da sua composição.

Quadro 74

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS - RENDIMENTOS	
Impostos e Taxas	36.494.135
IMI	23.281.599
IMT	1.915.222
Derrama	10.791.598
Outros	505.715
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	51.865
Outros acréscimos de rendimentos	10.844.987
TOTAL	47.390.987

Un.: Euros



O reconhecimento dos rendimentos associados aos impostos de que são fonte de receita municipal tem estreita ligação com o momento em que os acontecimentos tributáveis ocorrem. Desta forma, e de modo a repercutir estes ganhos no exercício a que respeitam os acontecimentos a que remonta a sua origem, são os mesmos periodizados. Não surpreende, por isso, que a hierarquia por que se apresentam os valores especializados por imposto seja em tudo semelhante à dos proveitos do exercício, conforme se conferirá adiante na apreciação de pormenor aos Impostos, Contribuições e Taxas – na Demonstração dos Resultados por Natureza.

A rubrica de Outros Acréscimos de Rendimentos conta com 10.844.987 €, para este valor contribuindo incontornavelmente a Participação no IRS e IVA (respetivamente com 9.495.100 € e 516.847 €), adicionando-se ainda aqui os montantes relativos aos serviços de apoio à família, fornecimento de refeições escolares e outros que, sendo imputáveis a serviços prestados em 2021 apenas foram faturados pelo Município em 2021.

Apresentando-se em segundo lugar, em termos de materialidade, no cômputo das Contas a Receber, a rubrica de Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis apresenta-se novamente nula, anotando-se aqui apenas o facto de se encontrarem os créditos detidos pelo Município decorrentes de empréstimos concedidos (no âmbito do programa Finicia) deduzidos das imparidades constituídas em 2020, atendendo à situação de mora em que se encontravam.

No item de Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis contam-se créditos detidos decorrentes da execução financeira de 33 projetos cofinanciados no âmbito do Programa Operacional NORTE2020, reconhecidos com a submissão dos respetivos pedidos de pagamento.

Por último, o saldo de global de Clientes, contribuintes e utentes totaliza 143.419 €, correspondendo a maior parte deste valor (97%) a créditos detidos de natureza corrente, relativos a taxas devidas ao Município.

O saldo de Inventários assinala-se nulo no final do exercício, recordando-se a este respeito que apenas devem ser aqui considerados os bens adquiridos para venda sem transformação, para consumo interno no âmbito da prestação de serviços públicos (materiais consumíveis) ou produzidos/ em produção e destinados a venda. A 31 de dezembro o Município não dispunha de quaisquer bens que reunissem esses requisitos.

A rubrica de Diferimentos (ativos) contempla, assim, os inventários armazenados para serem consumidos em exercícios futuros, cuja drenagem para custos do exercício será feita à medida que se vão esgotando – isto é, ao ritmo da contabilização dos rendimentos associados às prestações de serviços em que foram incorporados. Em 2021, o valor deste stock era de 602.911 € registando um crescimento inferior a 1% relativamente ao exercício anterior.

Também aqui se incluem, porém com materialidade significativamente inferior, outros gastos a reconhecer (como sejam parte de prémios de seguros e rendas pagas no exercício objeto do presente



relato, porém imputáveis no todo ou em parte à atividade do ano seguinte), alcançando no final do ano o contributo de 19.199 €.

Apresenta-se na última posição do Ativo, atento o elevado grau de liquidez de que se reveste, a componente de disponibilidades, compreendendo saldos de Caixa e Depósitos à ordem, respetivamente com contributos de 4.163 € e 47.804.522 €. Destes valores, 5.249.144 € correspondem a dotações não orçamentais - valores correspondentes a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que não se encontram disponíveis para uso por parte do Município.

O ciclo de tesouraria intrínseco à atividade municipal, que em substância permanece inalterado neste exercício, conduz a que novamente este ativo veja o seu valor aumentado entre o início e termo de 2021. Os excedentes de tesouraria são gerados integralmente a partir da atividade operacional do Município, verificando-se até que parte deles são consumidos no âmbito das atividades de investimento e financiamento municipal.

Relega-se uma análise mais detalhada dos pagamentos e recebimentos efetuados em 2021 para a informação divulgada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – peça também integrante do conjunto de demonstrações financeiras agora divulgada, analisada mais à frente no presente relatório.

1.6.1.2 PASSIVO

Prosseguindo o presente relatório com a análise ao segundo membro do Balanço, avança-se para uma apreciação de maior pormenor do Passivo, componente sempre sensível e naturalmente suscetível de lhe ver dedicada maior atenção por parte dos leitores da informação financeira divulgada regularmente pelo Município.

Numa análise abstrata do Passivo, verifica-se que este se compõe de três grandes grupos: as Contas a Pagar, as Provisões e os Diferimentos. Estas parcelas, por sua vez, desdobradas de acordo com o seu grau de exigibilidade e assim alocadas a uma das duas componentes com que o Passivo se apresenta no Balanço: Não Corrente (se esta for superior a doze meses) ou Corrente (restantes).

Globalmente, o valor do Passivo apurado no final do exercício é de 50.933.729 €, inferior em (-) 2% ao valor transitado do exercício anterior. Para esta performance contribui primordialmente o Passivo Não Corrente, cuja quebra, (-) 4.291.424 €, mais do que supera, em valor absoluto, a variação de sentido contrário ocorrida ao nível do Passivo Corrente – (+) 3.271.900 €. No decurso da atividade do período é também constatável o reforço da ponderação desta última componente, que assim passa a representar 65% do Passivo total, em vez dos 58% de representatividade que detinha em 2020.

O Passivo Não Corrente, que no termo do exercício totaliza 17.718.910 €, diminui (-) 19% relativamente ao registado no início do ano, verificando-se que esta redução é conseguida, em grande parte (92%) a partir da diminuição do saldo de Financiamentos obtidos. Nesta rubrica encontram-se verdadeiras dívidas contraídas exclusivamente junto de instituições financeiras que registaram, neste ano, uma



redução que não traduz apenas o ritmo de amortizações regularmente efetuadas alinhado com o que se verificou em exercícios anteriores, mas também a amortização extraordinária do empréstimo bancário contraído com vista à aquisição de lotes de terreno à Tecmaia (BPI, 2014, 9.200.000 €), no montante de 870.001 €, na sequência da venda de um dos lotes (Lote 4), por hasta pública consumada em 2021 e nos termos do contrato de crédito celebrado especificamente para esse efeito.

Na componente de Financiamentos obtidos incluída no Passivo Não Corrente encontram-se vertidas, em regra, as amortizações exigíveis a mais de doze meses de empréstimos que foram, na prática, contraídos até ao ano 2014, para corresponder a diversas finalidades e foram oportunamente divulgados nos relatórios de gestão respetivos – desde logo aquele a que se refere o parágrafo anterior, cuja ponderação nos Financiamentos obtidos baixa significativamente no final de 2021 para 4%, em virtude das amortizações realizadas. Além deste, também aqui se incluem o processo de antecipação de rendas (consórcio bancário composto de BPI e Santander Totta, globalmente 20.000.000 €) e Programa Especial de Realojamento (1998, Caixa Geral de Depósitos, 28.160.130 € e 2007, complemento do BBVA, 7.169.215 €). O montante exigível no médio e longo prazo de todos estes empréstimos somados ascende, no final de 2021, a 11.494.475 €, por confronto com os 15.457.265 € que figuram no reporte do ano anterior. A informação acerca dos Financiamentos Obtidos é apresentada com maior pormenor na nota n.º 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Com contributos menores para o Passivo Não Corrente figuram no Balanço ainda as componentes exigíveis no médio e longo prazo de Provisões e Diferimentos. No que às Provisões se refere, é constatável uma redução dos montantes aprovisionados para fazer face ao risco associado quer a processos judiciais em curso (que no final do ano alcançam o montante de 699.073 €, (-) 39.984 € do que no período homólogo) e, sobretudo e com maior relevância, para acomodar o risco associado às participações do Município avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial e cujos Fundos Próprios se apresentavam negativos a 31 de dezembro. Detalhando, anote-se que diminuição observada no exercício tem correspondência direta com a melhoria registada ao nível dos Fundos Próprios da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia S.A. EM. – Em liquidação, (+) 210.301 €, e da Fundação Conservatório de Música da Maia, (+) 78.350 € - esta última deixando de reunir condições que imponham a necessidade de constituir provisão.

Em último lugar na hierarquia determinada pela materialidade dos valores registados em 2021, figuram os Diferimentos contendo rendimentos diferidos a reconhecer em mais de doze meses que, permanecendo inalterados de 2020 (2.939.796 €), traduzem a cedência de áreas obrigatórias a contabilizar em futuras operações urbanísticas ou em virtude de protocolos celebrados.

O Passivo Corrente, por sua vez, totaliza 33.214.819 € no final de 2021, registando um aumento de (+) 3.271.900 € inteiramente imputável à rubrica de diferimentos já que a componente de contas a pagar diminui (-) 935.354 €

Não havendo Provisões apuradas de natureza corrente, agrupam-se as componentes do Passivo Corrente municipal em apenas dois grupos, as Contas a pagar e os Diferimentos (de natureza



corrente), sendo manifesta a preponderância deste último, que contribui com 19.300.355 € para 58% do Passivo Corrente.

Iniciando a análise de pormenor ao Passivo Corrente precisamente pelos Diferimentos, aqui se incluem com maior materialidade (representa 94% deste valor) os subsídios e transferências, correntes e de capital, com condições, que no exercício conjuntamente ascendem a 18.073.729 € crescem 31% relativamente ao período homólogo. Para aqui são drenadas, desde logo, as verbas oriundas de Fundos Europeus associados a projetos financiados em curso e sujeitos a condições, destacando-se com 17.643.449 € o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - refletindo a significativa alavancagem da execução financeira de vinte e nove projetos financiados no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia, a que se juntam as obras de requalificação e modernização das escolas EB2,3 Gonçalo Mendes da Maia, EB2,3 de Gueifães e EB2,3 Dr. José Vieira de Carvalho). Acrescem ainda, com menor materialidade, os contributos a partir do Fundo Social Europeu (MAIA EquaL+ e Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).

A estes subsídios diferidos, somam-se ainda os rendimentos correspondentes a Rendas recebidas antecipadamente (1.043.638 €) e as Cedências de áreas associadas a operações urbanísticas (2.939.796 €) cujo contributo para os 19.300.355 € de Diferimentos (correntes) não é mais do que residual.

Em Contas a Pagar, por sua vez, encontram-se concentrados os Financiamentos Obtidos, na porção exigível em 2022, as dívidas tituladas a pagar (a fornecedores em geral, de bens, serviços, investimentos ou outros, e ao Estado e outros entes públicos), e ainda os designados credores por acréscimos de gastos que, tendo subjacente dívida que ainda não era exigível à data de reporte do balanço em presença, devem contudo ser atendidos – traduzem a especialização no exercício de gastos que, embora incorridos no ano corrente, não reúnem ainda a 31 de dezembro as formalidades para que possam ser considerados verdadeira dívida.

Em linha com o que tem vindo a ser feito nos relatórios à gestão de exercícios anteriores, será dedicada à análise das Contas a Pagar uma parte específica deste subcapítulo, procurando sempre que possível disponibilizar a informação de modo a que seja tão direta quanto possível a articulação com a informação divulgada em capítulo próprio deste relatório dedicado apenas a análise e evolução da dívida municipal até ao fim de 2021 (subcapítulo 1.4). Não será de mais referir, contudo, que essa articulação deverá ser feita de modo cauteloso, atento o facto que não assentarem as duas informações produzidas (esta que agora aqui se verte, e a análise da dívida numa ótica estritamente orçamental) em distintos critérios – de que é exemplo evidente a consideração dos saldos credores por acréscimos de gastos na primeira, mas não na segunda.

Por último, importa ainda referir que se encontram refletidas patrimonialmente quer as dívidas de natureza orçamental (aquelas que resultam da execução de despesa contemplada em orçamento municipal), quer as de natureza não orçamental (de que são exemplo as cauções ou retenções na fonte, no período que decorre enquanto estão retidas nos cofres municipais).



Contas a pagar

As Contas a pagar, aqui apresentadas nesta fase, assentam desde logo no mesmo critério – exigibilidade – com que se dispõem no balanço: se superior a doze meses, enquadrada no Passivo Não Corrente (parte dos Financiamentos Obtidos, já analisada); se inferior, no Passivo Corrente (restantes Financiamentos obtidos, Credores por acréscimos de gastos e Outros credores).

Isoladas as rubricas de Contas a Pagar das demais rubricas do Passivo, será obtido em termos práticos o mesmo resultado que se obteria se fosse considerado apenas o Passivo que subsistiria ignoradas as Provisões e Diferimentos. A distribuição das Contas a pagar, de acordo com a sua exigibilidade, faz-se do seguinte modo:

Quadro 75

CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2021	2020	Variação
No Passivo Não Corrente	11.494.475	15.457.265	-26%
Financiamentos obtidos	11.494.475	15.457.265	-26%
No Passivo Corrente	13.914.464	14.849.818	-6%
Financiamentos obtidos	3.101.930	3.663.475	-15%
Credores por acréscimos de gastos	5.133.852	5.256.850	-2%
Outros credores	5.678.683	5.929.493	-4%
Total	25.408.939	30.307.083	-16%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

A porção exigível no médio e longo prazo nas Contas a Pagar totais – 11.494.475 € é agora, e contrariamente ao que sucedia no período homólogo, minoritária.

As restantes Contas a Pagar enquadradas no Passivo Corrente distribuem-se entre Outros Credores (5.678.683 €), Credores por acréscimos de gastos (5133.852 €) e Financiamentos Obtidos (3.101.930 €).

Relativamente aos Financiamentos Obtidos, observaram no exercício as amortizações de capital regulares previstas, e ainda a amortização extraordinária decorrente da alienação de um dos lotes de terreno detidos pelo Município para cuja aquisição havia sido contraído empréstimo bancário, conforme se explicou anteriormente. Globalmente, os Financiamentos obtidos diminuem (-) 4.524.336 €, se agregadas as componentes não corrente e corrente, contribuindo para essa redução quer a primeira componente, com (-) 3.962.790 €, quer a segunda, com (-) 561.546 €.

Ainda acerca dos empréstimos bancários contraídos pelo Município, recorda-se que pode ser consultada informação de maior detalhe na nota n.º 7 do anexo às demonstrações financeiras.



No que aos Credores por acréscimos de gastos respeita - e recordando que, embora integrados em Contas a pagar, não correspondem a verdadeira dívida constituída no termo do exercício - é passível de ser desagregada como se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 76

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	
Remunerações a Liquidar	2.520.398
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	10.830
Outros acréscimos de gastos	2.602.624
TOTAL	5.133.852

Un.: Euros

Os Outros acréscimos de gastos são a componente que mais pondera no cômputo global dos Credores por acréscimos de gastos (51%), para esta rubrica confluem especializações de índoles diversas que, se individualmente consideradas, se cifram todas inferiores às Remunerações a Liquidar. Aqui se enquadram, por exemplo, as Transferências/ subsídios concedidos (1.156.948 €), eletricidade (514.972 €) e outros acréscimos (761.131 €, em que se incluem os gastos com serviços de limpeza, consultoria, trabalhos especializados vários, entre outros, que embora prestados em 2021 apenas foram documentalmente titulados em 2022). De igual modo, se assinala a redução significativa observada ao nível da especialização dos gastos com eletricidade, comparativamente com a que havia sido registada no período homólogo e, em sentido contrário, o aumento no que respeita a outros acréscimos de gastos - respetivamente (-) 370.094 € e (+) 108.470 €, cumprindo por agora apenas anotar que esta evolução se alinha com a das rubricas que lhe estão na origem, nomeadamente Eletricidade e Trabalhos Especializados, incluídos em Fornecimentos e Serviços Externos oportuna e detalhadamente analisados na análise à Demonstração dos Resultados por Natureza adiante neste relatório.

Em segundo lugar, figuram as Remunerações a liquidar (com 2.520.398 €), que contemplando os direitos adquiridos pelos trabalhadores em função do trabalho prestado em 2021, acompanha naturalmente a evolução dos próprios gastos com pessoal - que, conforme se conferirá mais adiante na análise de detalhe à Demonstração dos Resultados por Natureza, aumentam comparativamente com 2020.

Mantendo o foco nas Contas a Pagar organizadas de acordo com o mesmo critério por que se apresentam no Balanço (exigibilidade), prossegue-se com a pormenorização da única componente ainda não analisada: a de Outros Credores incluída no Passivo Corrente. Para melhor sistematização da informação, insere-se seguidamente quadro detalhado, em que se desagregaram os diversos contributos para o valor alcançado em 31 de dezembro (5.678.683 €) de acordo com a natureza das operações - orçamental ou não orçamental.



Quadro 77

PASSIVO CORRENTE - OUTROS CREDORES			
Operações Orçamentais	2021	2020	Varição
Curto Prazo			
Fornecedor c/c (incluindo facturas em rece	56.489	108.798	-48%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e	0	608.200	-100%
Estado e Outros Entes Públicos	59.369	22.866	160%
Fornecedores de investimentos	264.879	43.086	515%
Outras contas a pagar			
Outros credores	48.802	30.586	60%
Sub-Total	429.539	813.536	-47%
Operações Não Orçamentais	2021	2020	Varição
Curto Prazo			
Cauções	5.219.902	5.088.941	3%
Outras operações de tesouraria	29.241	27.016	8%
Sub-Total	5.249.144	5.115.957	3%
TOTAL	5.678.683	5.929.493	-4%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

Da leitura do quadro supra é possível concluir que os saldos de Outros Credores, na sua componente alocável ao Passivo Corrente, diminuem à custa da evolução observada nas Operações Não Orçamentais, cuja variação – (-) 383.996 € - mais do que supera, em valor absoluto, o aumento ocorrido nas Não Orçamentais – (+) 133.186 €.

Em resumo e sistematizando o que atrás se escreveu no presente subcapítulo, é evidente a redução das Contas a Pagar entre o início e fim de 2021, (-) 935.534 €, redução alcançada em virtude da diminuição de todas as sub-rubricas que para aqui confluem: os Financiamentos obtidos, com (-) 561.546 €, os Outros credores, com (-) 250.810 € e até os Credores por acréscimos de Gastos, não traduzindo dívida pura do Município no sentido mais restrito do termo, se apresentam diminuídos face ao período homólogo, em (-) 122.998 €.

Antes de se concluir o presente subcapítulo de análise às Contas a Pagar, oferecem-se contributos para uma abordagem alternativa a esta rubrica, desta feita atendendo à natureza das obrigações assumidas aquando da sua contratualização. Este critério, sendo o mesmo que se adota noutra capítulo específico deste relatório dedicado individualmente à análise da dívida municipal. Assim redefinidos os pressupostos de quantificação das contas a pagar, o panorama obtido seria, em lugar do que se apresenta no Balanço, o que segue:



Quadro 78

CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2021	2020	Variação
Médio e Longo Prazo	14.596.404	19.120.740	-24%
Curto Prazo	10.812.534	11.186.343	-3%
Total	25.408.939	30.307.083	-16%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Uma nota final para a persistente manutenção numa trajetória de redução das Contas a Pagar contratadas para o Médio e Longo Prazo: a dívida desta natureza, que no final ano de 2020 se cifrava já inferior a vinte milhões de euros, diminui no final de 2021 para montante inferior a quinze milhões, materializando-se esta redução em (-) 24%.

Apresentada de acordo com a sua natureza, é bem visível que as Contas a Pagar diminuem, quer nos refiramos a obrigações contratadas para mais de 12 meses (ascende a 14.596.404 €), que para menos do que este horizonte temporal (10.812.534 €).

1.6.1.3 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Analisados o Ativo e o Passivo, conclui-se o relatório detalhado ao Balanço com a pormenorização das variações ocorridas no seio do Património Líquido, onde são esperados, se não mais, pelo menos os impactos decorrentes da atividade empreendida no exercício espelhada no resultado líquido apurado.

Em 2021, todavia, verifica-se que o Património Líquido que no início do exercício ascendia a 398.874.152 € cresce (+) 5% no exercício, totalizando no seu termo 417.919.024 €. Tendo já sido relatado anteriormente que o resultado líquido apurado no período se cifrou em (+) 8.108.020 €, constata-se que a variação globalmente ocorrida no Património Líquido mais do que duplica esse valor (ascende a (+) 19.044.872 €) comportando oscilações dignas de relevo – particularmente ao nível das Outras variações do património líquido, Ajustamentos em Ativos Financeiros e Património/ Capital.

Assim, seguindo a ordem que resulta da materialidade das variações ocorridas neste exercício, em valor absoluto, destaca-se que a rubrica que mais cresce nesta componente do balanço é a de Outras variações do património líquido para que conflui, desde logo, a participação direta do Município da Maia no capital da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. A municipalização desta empresa ocorre, conforme já se referiu anteriormente neste relatório, por força de lei (Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, cuja concretização vem a ocorrer a 1 de janeiro de 2021, na sequência das



alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro), cabendo à Maia, nos termos do mesmo diploma legal, 9,61% das ações que titulam o capital social (6.190.388 ações, valoradas nominalmente a 5€). Esta operação, qualificada contabilisticamente como Doação, tem um impacto financeiro no Património Líquido municipal cujo valor é indissociável, a 31 de dezembro, dos ajustamentos contabilísticos efetuados também no exercício, com vista a refletir o valor da participação, mensurado pela proporção dos Capitais Próprios detidos. Esses ajustamentos (vertidos na rubrica que se seguirá na nossa análise, Ajustamentos em Ativos Financeiros) ascendem, no período, a (-) 17.569.427 €, donde se apura que o impacto ao nível do Património Municipal é, no fecho de exercício, globalmente de (+) 13.382.523 €.

Ainda nas Outras variações do património líquido se apresentam, com sentido contrário ao da entrada da participação na STCP, a redução ocorrida ao nível das Transferências e subsídios de capital, (-) 2.149.214 €.

Imediatamente a seguir apresentam-se os Ajustamentos em Ativos financeiros que, ascendendo no final do exercício a (-) 20.945.387 €, exibem uma deterioração assinalável relativamente aos valores transitados de 2020 – (-) 4.882.742 €. Para a perda aqui registada, contribui desde logo o ajustamento do valor da participação na STCP (aludido anteriormente), a que se juntam com materialidade significativamente inferior as correções introduzidas, via aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, a evolução dos fundos Próprios das empresas Espaço Municipal, (+) 1.556.595 €, Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia S.A. EM. – Em liquidação, (+) 122.307 €, Muncíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A., (+) 3.349 € e, em sentido contrário, Maiambiente, E.M., com (-) 175.470 €.

Na rubrica de Património/ Capital, anota-se por último e ainda em consideração à materialidade da variação registada, que o saldo que inicialmente se cifrava em 326.522.004 € ascende, no termo de 2021, a 336.335.504 € em razão da deliberação de incorporar 95% dos resultados líquidos apurados em 2020.

O Património Líquido Municipal encerra, assim, o exercício apreciado no presente relatório de gestão reforçado face ao saldo que globalmente se encontrava acumulado ao início do ano, totalizando a 31 de dezembro (+) 417.919.024 €, observando um crescimento que em termos relativos ascende a (+) 5%.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA



A Demonstração dos Resultados por Natureza é o quadro que melhor traduz a performance do Município no exercício, nele se balanceando rendimentos gerados e gastos incorridos no ciclo produtivo de serviços públicos que decorre no ano civil.

A abordagem de reporte trazida pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que se pretendeu harmonizada com o panorama internacional já vigente no setor privado desde 2010 (com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística), concede maior destaque à atividade operacional, autonomizando-se apenas as depreciações, os gastos de financiamento e os impostos – este último inócuo no caso das Autarquias Locais, devido ao seu enquadramento de isenção em sede de IRC.

Quadro 79

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Impostos, contribuições e taxas	14	49.268.425	47.475.744
Vendas	13	23.979	16.034
Prestações de serviços e concessões	13	1.870.319	1.632.564
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos		19.341.803	18.514.505
Rendimentos/Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		246.439	-403.239
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-35.233	-13.640
Fornecimentos e serviços externos		-18.449.532	-16.188.374
Gastos com pessoal		-19.935.917	-19.259.244
Transferências e subsídios concedidos		-11.476.527	-10.677.673
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	42.903	2.600.309
Provisões (aumentos/ reversões)	15	39.984	177.815
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	9	36	31
Aumentos/ reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		9.571.151	9.803.293
Outros gastos e perdas		-1.892.843	-1.694.842
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		28.614.985	31.983.283
Gastos/ reversões de depreciação e amortização		-20.209.128	-21.197.465
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		8.405.858	10.785.817
Juros e rendimentos similares obtidos		146.536	105.972
Juros e rendimentos similares suportados		-444.373	-547.603
Resultado antes de impostos		8.108.020	10.344.186
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		8.108.020	10.344.186
Resultado líquido do período atribuível a: ⁽²⁾			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

Un.: Euro



Assegurada a comparabilidade entre os dois exercícios, e direcionando a análise ao desempenho de 2021, bem assim como à evolução face ao ano que o precedeu, sobressai uma vez mais o apuramento de resultados, operacionais e líquidos, positivos, tendo sido gerado em 2021 um resultado líquido que ascende a (+) 8.108.020 €.

Os contributos positivos de natureza operacional excedem em 12% o total dos negativos de natureza similar, assinalando-se ainda o facto de, tal como sucedeu em 2020, os gastos líquidos de financiamento terem um impacto meramente residual na determinação do resultado líquido do período, (-) 297.838 €. Pela sua materialidade, destacam-se os Impostos, contribuições e taxas que, *de per si*, cobrem na totalidade dos Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, rubricas que encerram a maior parte dos encargos de funcionamento dos serviços municipais.

Prosseguindo numa análise de maior detalhe, adota-se como critério doravante a apreciação num primeiro momento orientada para as rubricas diretamente associadas a movimentos de natureza financeira. Dentre estas, priorizar-se-ão contribuições positivas para o resultado (maioritariamente rendimentos) e posteriormente para as contribuições negativas (maioritariamente gastos), de acordo com a materialidade dos valores que nela se registaram no exercício, isto é, de acordo com a importância de que se revestiram, em valor absoluto, na determinação do resultado antes depreciações e gastos de financiamento. Concluída a análise da evolução das rubricas com impactos de índole financeira, prossegue-se para a análise das rubricas que, não implicando movimentos desta natureza, traduzem, contudo, perdas/ ganhos em termos económicos imputáveis ao período. Por último, analisar-se-á o impacto da introdução de cada uma das rubricas que paulatinamente permitem apurar, a partir do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, o resultado líquido.

Centrando a análise no agregado dos rendimentos conclui-se que a rubrica cujo montante se destaca, pela sua grandeza, dentre as demais é, conforme se referiu anteriormente, a de Impostos, contribuições e taxas, que ascendem em 2021 a 49.268.425 €, exibindo um crescimento de (+) 4% relativamente aos proveitos registados no ano anterior. Para este valor contribuem os Impostos Diretos, com 67%, e os Impostos Indiretos, Taxas, multas e outras penalidades, com os restantes 33%. No seio dos Impostos Diretos, continua a apresentar-se predominante o Imposto Municipal sobre Imóveis que, no exercício, contribui para o erário municipal com 21.749.520€, exibindo um crescimento de 214.920 € face ao valor apurado em 2020. Contrariamente ao que sucede com este imposto, os restantes veem o seu valor diminuir entre os dois exercícios, com a Derrama a responder por 7.462.148 €, descendo (-) 19 % face ao rendimento gerado em 2020 com origem no mesmo imposto. O Imposto Único de Circulação apresenta idêntica evolução ao totalizar 3.627.170 € em 2021, em vez dos 3.683.257 € de 2020.

Na composição dos Impostos Indiretos, Taxas, multas e outras penalidades, é incontornável a ponderação do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis que, totalizando no exercício 13.545.357 €, supera o exercício anterior em (+) 3.170.740 € e explica desta forma 95% do



crescimento registado nos Impostos Indiretos. Já no espectro das taxas, refira-se que o rendimento contabilizado no período totaliza 2.688.254 €, destacando-se na sua composição as Taxas específicas das autarquias locais com 2.450.248 €, para que contribuem as taxas devidas por Ocupação da Via Pública (1.142.945 €), por Loteamentos e Obras (473.641 €), Compensação por não cedência de áreas (334.452 €) e Taxa Municipal de Urbanização (313.261 €), para referir os contributos mais relevantes. Uma nota ainda para o facto de, com exceção da Taxa Municipal de Urbanização, todas as demais rubricas apresentarem variações positivas face ao período homólogo.

Por último, um apontamento à evolução dos Impostos, contribuições e taxas entre os dois exercícios e ao facto de, na generalidade dos casos, se observar uma consonância entre a dinâmica orçamental, já analisada anteriormente neste relatório (associada à dinâmica de liquidação e cobrança da receita), e a patrimonial a que se dedica este capítulo do relatório, em que o rendimento é especializado no exercício a que respeita a sua liquidação.

Em segundo lugar, por ordem de grandeza dos rendimentos apurados, apresentam-se as Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos que totalizam, no exercício, 19.341.802 €, exibindo assim um crescimento face ao apurado no período homólogo de (+) 827.298 € - o equivalente a (+) 4%. Da totalidade do valor apurado em 2021, 96% têm origem nas transferências correntes advenientes do Estado, em resultado da partilha de recursos públicos contemplada no capítulo III do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Esta componente, responsável por 96% das transferências correntes obtidas, assenta fundamentalmente na participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares com domicílio fiscal no Município (9.495.100 €) e no Fundo de Equilíbrio Financeiro (4.233.203 €), ambas observando variações de relevo relativamente ao período homólogo - respetivamente (+) 3% e 10%. Permanecendo inalterado face a 2020, apresenta-se o Fundo Social Municipal com 1.655.519 € e, ainda no mesmo agregado e conhecendo uma redução de (-) 440.599 €, a Participação no IVA que, refletindo o abrandamento da atividade económica e das transações realizadas em 2021 (em virtude da pandemia de COVID-19) alcançando ainda assim o valor de 516.847 €.

De anotar ainda, e por fim, a quebra do o montante de financiamento (FEDER), que no exercício não ultrapassa o montante de 39.859 €, sendo por seu turno mais do que compensado pela variação ocorrida no Fundo Social Europeu, que quase triplica o montante contabilizado em 2020, ascendendo no termo do exercício a 547.152 €. Para esta performance em muito contribui a execução no âmbito das candidaturas para os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local e o projeto MaiaINCLUSI.

Contribuindo positivamente para o resultado líquido apurado no período com 9.571.151 €, figuram seguidamente os Outros rendimentos e ganhos que, pese embora designados de modo que sugere uma contribuição residual, se afiguram como a terceira rubrica de rendimentos com maior materialidade (precedida apenas pelos Impostos, contribuições e taxas e pelas Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos).



Aqui sobressaem as Rendas em propriedades de investimento, com 2.653.713 €, com predomínio evidente da concessão à EDP Distribuição da distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município (2.437.931€), a que se somam os ganhos com direito de superfície (61.880 €). Também aqui são consagradas as Correções a exercícios anteriores (2.064.732 €) incluindo nomeadamente correções às estimativas de Derrama e Imposto Municipal sobre Imóveis efetuadas em anos anteriores.) e a imputação no exercício de subsídios e transferências para investimentos – 1.942.539 € - de harmonia com a depreciação/ amortização dos ativos que foram, eles próprios, objeto de financiamento.

Por último, é também neste agregado que é possível encontrar os ganhos associados à operação de antecipação de rendas de habitação social, envolvendo a empresa Espaço Municipal e um consórcio bancário e cujo impacto nas contas municipais ascende já a 2004, totaliza no exercício a 1.846.791 €.

No que às Prestações de Serviços e Concessões diz respeito, a totalizar 1 870 319 €, assinala-se o crescimento da rubrica globalmente de (+) 15% face ao apuro de 2020, anotando-se desde logo que esse comportamento se deve exclusivamente à evolução dos Serviços específicos das autarquias locais (que e 2021 ascendem a 1.190.269 €, refletindo o aumento registado sobretudo no espectro dos Serviços Sociais: as Senhas de refeições escolares totalizam 775.702 € e os serviços de apoio à família (pré-escolar e básico) 411.307 €, observando assim um crescimento respetivamente de 42% e 28%. A estes valores juntam-se ainda os rendimentos de foro recreativo e desportivo (501.519 €), com origem na cedência e utilização de piscinas municipais e outros recintos desportivos que, ainda assim, observam uma quebra relativamente aos valores apurados no exercício anterior, que conjuntamente ascende a (-) 62.473 €.

Assim sendo, apresentam-se de seguida os Rendimentos/ Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos que, em 2021, se assinalam (contrariamente ao exercício precedente) positivos, totalizando 246.439 €. Para esta rubrica confluem os Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos deduzidos dos gastos de índole similar - que, no exercício, são nulos -, traduzindo, na prática, a evolução dos resultados líquidos das participadas vertido por via da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, a empresas locais ou outras entidades (caso da Fundação Conservatório de Música da Maia e do Fundo de Investimento Imobiliário MaiaIMO, neste último caso impondo-se os ajustamentos necessários ao enquadramento legal específico deste tipo de fundos). A este respeito, é de observar a contabilização de ganhos com a participação na Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia S.A. EM. – Em liquidação, (29.302 €), estes ocorridos em virtude do impacto positivo nos resultados desta empresa da restituição de impostos no âmbito dos processos de contencioso tributário empreendido contra a Autoridade Tributária. A estes, sucedem-se os que se obtiveram por via da participação na EMEM Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. (68.051 € com origem nos resultados líquidos, a que se juntam ainda 5% dos seus proveitos operacionais, de acordo com contrato programa celebrado com o Município no montante de 36.221 €), a Fundação Conservatório de Música da Maia (40.815 €), o Fundo de Investimento Imobiliário MaiaIMO (37.689 €). Geram ainda proveitos para o Município, no



exercício, as participações na Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, na Maiambiente, E.M e na Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A., contributos que não excedem, se individualmente considerados, os 5.000 €.

Com menor valor, posicionam-se as vendas com variações positivas face ao período homólogo, observam um crescimento de cerca de (+) 50% totalizando no período 23.979 € e permanecendo como fonte de rendimento residual no espectro global da atividade do Município.

Direcionando a análise para os gastos do exercício, verifica-se que com maior valor absoluto, apresentam-se os Gastos com Pessoal que, no acumulado do ano, ascendem a 19.935.917 €, exibindo assim um crescimento de (+) 676.673 € relativamente ao período homólogo – o equivalente a (+) 4%. Numa análise de maior detalhe à evolução das componentes de gastos vertidas nesta rubrica, é possível aferir que para os valores apurados no exercício é determinante a rubrica de Remunerações do pessoal (que no período ascende a 14.231.828 €), bem assim como a que se lhe indexa diretamente, Encargos (sociais) com remunerações, com 3.435.011 €. Se a estas forem ainda agregadas as Remunerações dos titulares de órgãos de soberania (393.716 €, menos (-) 6.178 € do que em 2020), bem assim como os Outros encargos com o pessoal (em que se incluem os reembolsos de despesas de saúde em substituição da ADSE, 560.334 €), ficam explicados 95% da totalidade dos Gastos com Pessoal incorridos no período.

Anota-se ainda que o crescimento das Remunerações do pessoal decorre das variações positivas registadas quer ao nível das Remunerações certas e permanentes, quer dos Abonos variáveis e eventuais. Mais se verifica total sincronismo entre as execuções orçamental (subcapítulo 1.3.6.2 no presente relatório) e patrimonial, sendo observável um aumento quer da despesa, quer dos gastos suportados, em variações cuja ordem de grandeza, em valor absoluto, se aproxima. Por último regista-se ainda nova redução das despesas suportadas com saúde dos trabalhadores (reembolsos ADSE) que, tendo caído já cerca de 29% entre 2019 e 2020, voltam a registar nova descida, desta feita de 32%.

Logo a seguir, figuram os gastos inerentes aos Fornecimentos e Serviços Externos que totalizam no exercício 18.449.532 € - (+) 2.261.158 € do que no exercício anterior. Para esta composição contribuem os Serviços Especializados (10.958.486 €), a Energia e fluídos (4.293.740 €), os Serviços Diversos (2.131.549 €), os Materiais de Consumo (929.386 €) e as Deslocações, estadas e transporte (136.371 €). No conjunto que compõe os Serviços Especializados, assinalam-se os montantes despendidos com Trabalhos especializados (em que se incluem os projetos e serviços de informática, os estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria e outros, que contribuem com 34% do valor), a Vigilância e segurança (com 9%), os Honorários (com 7%), as Comissões (com 9%), os encargos com Conservação e reparação de ativos (21%) e Outros Serviços Especializados (em que se inclui o Fornecimento de Refeições Escolares), que explica pelos os restantes 16%. A generalidade das componentes (exceção feita apenas para a Assistência Técnica) exibem aumentos entre os dois exercícios, o que apenas se justifica pelo abrandamento significativo da atividade municipal (em matéria de prestação de serviços diversos, de natureza social, cultural, desportiva e educacional) de



que foi alvo o exercício de 2020 tomado aqui como termo de comparação, em virtude dos constrangimentos decorrentes da pandemia que nesse exercício tiveram um impacto indelével.

Para os gastos com Energia e fluídos, segunda rubrica com maior pendor no espectro que compõe os Fornecimentos e Serviços Externos, confluem os encargos incorridos com Eletricidade (3.310.008 €), que reduzem (-) face a 2020, e ainda Combustíveis (489.189 €) e Água (494.543 €). Aqui se assinala o facto, relativamente à primeira destas três componentes, de se registar uma assinalável redução dos encargos suportados com Iluminação Pública (cerca de (-) 22% relativamente aos valores registados em 2020) que mais do que compensam o aumento observado ao nível das instalações municipais – o que não causa estranheza se se considerar que, mais uma vez, o exercício tomado por comparação sem caracterizou pelo encerramento temporário de instalações municipais (piscinas, complexos, auditórios, etc.) em contexto pandémico. Em termos combinados, os gastos com Eletricidade ascendem em 2021 a 3.310.008 €, (-) 7% do que em 2020.

Em sentido contrário, é observado ao nível dos Combustíveis e lubrificantes um aumento digno de ser assinalado – (+) 77% -, ascendendo os consumos totais do exercício a 489.189 €.

Ao nível dos Serviços Diversos (que totalizam 2.131.549 €, (+) 16% do que no ano anterior), anota-se que aqui se incluem as Rendas e alugueres, Limpeza, higiene e conforto (a componente de serviço propriamente dita), Comunicação e Seguros – com contributos respetivamente de 607.504 €, 522.139 €, 316.811 € e 168.396 €. Em todas estas componentes é observável um aumento dos gastos face aos incorridos no período homólogo, em variações que oscilam entre os (+) 7% e os 32%.

A componente de Materiais de Consumo ascende a 929.386 € em 2021, aqui se destacando o contributo da redução na subcomponente de Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais, Medicamentos e artigos para a saúde e Produtos químicos e de laboratórios que, no contexto pandémico que vigorou com maior ou menor impacto no decurso de 2020, conheceram uma assinalável redução de (-) 352.137 €.

Uma última nota a respeito da evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos para referir também aqui o sincronismo com o que se observa na componente de análise à despesa realizada com Aquisições de Bens e Serviços (subcapítulo 1.3.6.2.2 anteriormente neste relatório).

A assumir a terceira posição no agregado de gastos, surgem as Transferências e subsídios concedidos, que no exercício ascendem a 11.476.527 € - (+) 798.854 € do que no anterior. Desagregando-se estes valores, é constatável que a maior porção (4.315.749 €) são Transferências concedidas, destinando-se a maior parte (54%) a Instituições em fins lucrativos, seguidas das Freguesias (27%) e das Famílias (12%), abrangendo neste último caso valências como Ação social, Bolsas e outros.

Nas Transferências e subsídios concedidos, apresenta-se com o maior contributo do exercício a rubrica de Subsídios concedidos (4.840.514 €), aqui se salientando o aumento do valor imputável à Maiambiente, correspondendo ao contrato de gestão delegada celebrado com esta empresa municipal, que na vigência do presente exercício passa a abranger também os Bio-resíduos. Ainda no



cômputo dos subsídios concedidos é possível encontrar o montante das obrigações de serviço público imputáveis ao exercício de 2021 em virtude do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a STCP (1.080.829 €).

As Transferências de capital concedidas (2.039.237 €) registam um crescimento de (+) 46% relativamente a 2020, com origem sobretudo nas comparticipações em trabalhos de reabilitação de diversas capelas mortuárias do concelho, bem assim como alargamento de cemitérios paroquiais.

Na rubrica de Transferências para cobertura de prejuízos (281.026 €) encontra-se o montante correspondente à reposição do equilíbrio previsto no art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto relativo aos resultados antes de impostos negativos apresentados pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M. Recorda-se a mais uma vez nesta relatório e a este respeito que em 2021 se concretizou a municipalização da empresa, anteriormente detida a 100% pelo Estado, decorrente do disposto pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e cuja concretização viria a ocorrer com a obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas; daqui resultou uma participação no capital, por parte do Município da Maia, de 9,61% do capital esta empresa.

Sucedem-se a rubrica de Outros gastos e perdas com 1.892.843 €, nela se incluindo, entre outros, as Correções relativas a exercícios anteriores (843.815 €) e os Gastos em investimentos não financeiros (594.570 €) – em que se inclui, digna de ser assinalada, a doação de três parcelas de terreno à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, no valor de 583.300 €, destinados à instalação de equipamentos (creche e ERPI estrutura residencial para pessoas idosas).

Sem grande expressão individual, surge o Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas com uma variação positiva face ao período homólogo: ascende, em 2021, a 35.233 € mais do que duplicando o valor de 2020. De recordar que a evolução desta rubrica acompanha, pela sua natureza, a evolução das Vendas, já analisada anteriormente.

Prestes a concluir a análise das rubricas que contribuem para a Demonstração dos Resultados por Natureza, importa assinalar nesta reta final o impacto das imparidades de dívidas a receber e provisões do exercício.

As Imparidades de dívidas a receber que, no exercício observam reversões aos montantes reconhecidos em anos anteriores em valor absoluto superior ao das imparidades reconhecidas no exercício em presença: as primeiras de (+) 110.746 € correspondem integralmente a contas a receber de clientes, contribuintes e utentes; as segundas de (-) 67.843 €, repartindo-se 54.430 € em perdas do exercício relativas a clientes e o restante (13.413 €) a outros devedores. A variação ocorrida face ao período homólogo, no cômputo global das imparidades, fica a dever-se ao facto de, nesse ano, se conterem reversões de elevado montante associadas ao desfecho de uma já antiga contenda entre o Município e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto que então conheceu desfecho.



No que respeita às Provisões do exercício, verifica-se idêntico padrão ao observado no âmbito das imparidades de dívidas a receber: aqui relativamente a processos judiciais em curso e acautelando prováveis obrigações decorrentes destes, são constituídas provisões no exercício no montante de 25.112 € que são, porém, mais do que superadas pela reversão de provisões constituídas em períodos anteriores (que ascende a 65.096 €).

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento encerram, assim, 2021 apurando-se em (+) 28.614.985 €, observando assim uma redução face ao comparativo apurado no exercício anterior correspondente a (-) 11%.

Uma vez adicionado o impacto dos Gastos/ reversões de depreciação e amortização, verifica-se que no exercício não foram apuradas quaisquer reversões, pelo que o valor apresentado na Demonstração dos Resultados por Natureza resulta exclusivamente das depreciações calculadas no período (tomando por referência o que dispõe a respeito o SNC-AP e, em particular, o Classificador Complementar n.º 2). Para o valor total apurado no período – 20.209.128 € - contribui com maior pendor a depreciação dos Ativos fixos tangíveis (99%) deste total, a que se agregam ainda as dos Ativos intangíveis e Propriedades de investimento.

Dos 28.614.985 € de resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, cerca de 71% são consumidos pelas depreciações de ativos, conduzindo a que o resultado operacional ascenda no período a 8.108.020 €, (-) 28% do que em 2020.

Os encargos financeiros que seguidamente são apresentados, exibem idêntico perfil ao do exercício precedente, com os Juros e rendimentos similares suportados, (-) 444.373 €, a superarem, em valor absoluto, os obtidos (146.536 €), balanceando-se assim num contributo para o resultado apurado no exercício que se consolida negativo, em (-) 297.838 € -ainda assim melhorado cerca de 33% relativamente à performance de 2020.

Posicionando-se o Município como sujeito passivo isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, o resultado operacional deduzido dos gastos líquidos de financiamento assinala-se igual ao resultado líquido do período; em 2021, os encargos financeiros líquidos consomem aproximadamente 4% do resultado operacional, concluindo-se assim pela geração no exercício de um resultado líquido positivo no montante de (+) 8.108.020 €.



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



As disponibilidades, compostas dos saldos de Caixa e Depósitos à ordem, constituem pela sua natureza intrínseca, o ativo de maior liquidez detido pelo Município. Globalmente estes saldos crescem de 42.272.175 € na abertura de 2021 para 47.808.675 €.

Alinhado com a tendência verificada nos últimos anos, em que o ciclo de tesouraria associado à atividade municipal gera sistematicamente excedentes de caixa, este saldo cresce aproximadamente 12% exercício, apresentando-se em maior detalhe a composição dos recebimentos e pagamentos ocorridos no período na Demonstração dos Fluxos de Caixa – peça obrigatória, à luz do SNC-AP, do dossiê de prestação de contas municipais.

Da análise do mapa em apreço, é possível confirmar que novamente neste exercício os excedentes de caixa gerados têm de modo inquestionável origem na atividade operacional do Município, que apura um superavit – (+) 22.004.749 € - que sendo parcialmente consumido pelo défice que ocorre no âmbito das atividades de investimento – (-) 13.347.580 € - e de financiamento - (-) 3.119.660 €, ainda assim supera estes últimos em valor absoluto, mais do que os compensando.

Da demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2021 retêm-se as seguintes informações:

- O Município da Maia liberta meios dos fluxos operacionais no valor de 22.004.749 €, dos quais 13.347.580 € são aplicados em atividades de investimento, 3.119.660 € nas atividades de financiamento, e o restante (5.537.510 €) no reforço do saldo de gerência;
- Aproximadamente 74% dos recebimentos das atividades operacionais, o equivalente 53.223.089 €, têm origem em recebimentos de clientes, contribuintes e utentes, o que demonstra a capacidade de o município gerar receita própria;
- As transferências e subsídios correntes respondem por cerca de 26% do total dos recebimentos das atividades operacionais;
- O total dos recebimentos das atividades operacionais corresponde a 1,4 vezes o total dos pagamentos referentes a estas mesmas atividades; e
- O valor do excedente no saldo de gerência criado no exercício objeto do presente relato permitiria reduzir o passivo exigível municipal em cerca de 22 % do seu valor à data de 31 de dezembro de 2021.



Quadro 80

DEMONSTRAÇÃO DOS FUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		29.075	12.301
Recebimentos de contribuintes		46.013.415	45.049.917
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		19.146.011	18.033.450
Recebimentos de utentes		7.180.599	4.386.188
Pagamentos a fornecedores		-19.123.695	-15.631.651
Pagamentos ao pessoal		-15.469.928	-14.920.484
Pagamentos de transferências e subsídios		-12.072.418	-10.993.178
Caixa gerada pelas operações		25.703.058	25.936.542
Outros recebimentos/pagamentos		-3.698.309	-3.400.971
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		22.004.749	22.535.571
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-20.382.625	-16.346.576
Pagamentos - Ativos intangíveis		-291.424	-161.990
Pagamentos - Investimentos financeiros		-205.000	-1.229.777
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2.180.745	995.179
Recebimentos - Propriedades de Investimento ⁽¹⁾			2.553.403
Recebimentos - Subsídios ao investimento		4.340.345	7.791.945
Recebimentos - Transferências de capital		986.969	877.481
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		1.361	13.144
Recebimentos - Dividendos		22.049	18.953
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-13.347.580	-5.488.238
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações			20.500
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-3.079.274	-2.529.749
Pagamentos - Juros e gastos similares		-40.129	-58.309
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-257	-257
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-3.119.660	-2.567.815
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		5.537.510	14.479.518
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		42.271.175	27.791.657
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		47.808.685	42.271.175
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e Saldos da Gerência			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		42.271.175	27.791.657
Saldo da gerência anterior (SGA)		42.271.175	27.791.657
SGA De execução orçamental		37.155.218	23.370.641
SGA De operações de tesouraria		5.115.957	4.421.016
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	47.808.685	42.271.175
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		47.808.685	42.271.175
SGS De execução orçamental		42.559.541	37.155.218
SGS De operações de tesouraria		5.249.144	5.115.957

Un.: Euro

⁽¹⁾ Inclui Rendas de Concessão da EDP.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS



Nos termos legalmente previstos a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Verificando-se que o resultado líquido de 2021 é positivo no montante de (+) 8.108.020 €, deverá o mesmo ser, nos termos legais aplicáveis, transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

Constatando-se ainda que no mesmo ano os Resultados Transitados alcançam montante positivo, propõe-se que o seu montante seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais, no montante correspondente a 5% do resultado líquido: 405.401€;
- Reforço do Património pelos restantes 95%: 7.702.619 €.



INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS



2021 RELATÓRIO E CONTAS

Quadro 81

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS									
INDICADORES		Fórmula de cálculo	2020		2021		VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
							2020/2021		
1	Liquidez	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}^*}{\text{Passivo Corrente}}$ <small>*(Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades)</small>	90 171 793	3,01	97 475 193	2,93	-2,55%	O indicador de liquidez geral expressa o grau de cobertura do exigível a curto prazo pelo ativo disponível a curto prazo, isto é, determina a capacidade da entidade para fazer face aos seus compromissos a curto prazo (pagamentos das dívidas a fornecedores, ao Estado e a outros credores correntes). O valor de referência é a unidade, significando que se verifica a regra de equilíbrio financeiro mínimo.
			29 942 919		33 214 819				
		Liquidez Reduzida	$\frac{\text{Ativo Corrente-Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$	90 145 588	3,01	97 475 193	2,93	-2,52%	
3	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Corrente}}$	42 271 175	1,41	47 808 685	1,44	1,96%	Neste indicador são consideradas apenas as disponibilidades ou meios financeiros líquidos, ou seja, reflete apenas o valor imediatamente disponível para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo. A interpretação é idêntica ao indicador anterior. Se o rácio de liquidez imediata for superior a 1, tal significa que mais de 100% das dívidas a pagar a curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos (caixa e depósitos bancários).	
4	Rentabilidade	Rendibilidade Operacional da Atividade Municipal	$\frac{\text{Resultados Operacionais (EBIT)}}{\text{Volume de Negócios}} \times 100$	10 785 817	14,93	8 405 858	11,19	-25,02%	Este indicador mede a capacidade da entidade para gerar resultados operacionais a partir das vendas e outros proveitos de exploração, mostrando o lucro obtido pela entidade por cada unidade monetária de vendas e prestação de serviços. É um indicador do desempenho económico da entidade e traduz a rentabilidade da entidade após terem sido suportados todos os gastos de exploração. Avalia a eficiência da atividade económica da entidade com referência aos resultados operacionais, sendo expresso em percentagem. Quanto maior a percentagem, melhor. Valores elevados e positivos evidenciam bom desempenho.
5		Taxa de Margem Bruta (TMB)	$\frac{\text{Margem Bruta}^*}{\text{Volume de Negócios}} \times 100$ <small>(Vendas-CMVMC)</small>	1 634 958	2,26	1 859 065	2,48	9,39%	Este rácio mede a eficiência da atividade económica da entidade com referência à margem bruta, ou seja, mede a rentabilidade das vendas, após serem deduzidos os impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como do custo dos produtos vendidos, sendo expresso em percentagem. Quanto maior a margem bruta, maior a rentabilidade das vendas. A taxa de margem bruta varia entre 0% a 100% (para margens brutas positivas) e corresponde à percentagem do lucro sobre a venda. Quanto maior a percentagem, melhor.
6		Rentabilidade do Património (RPL)	$\frac{\text{Resultados Líquidos}}{\text{Património Líquido}} \times 100$	10 344 186	2,59	8 108 020	1,94	-25,19%	Este rácio mede a remuneração potencial do património líquido da entidade, ou seja, mostra a percentagem de lucro auferido em relação ao montante total do património líquido. Este rácio dá-nos a percentagem de lucro por cada euro investido, indicando a capacidade e eficácia de remuneração dos capitais investidos.
7		Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	$\frac{\text{Resultados Operacionais (EBIT)}}{\text{Ativo}} \times 100$	10 785 817	2,39	8 405 858	1,79	-25,06%	Este indicador, também conhecido pela expressão em inglês Return on Assets (ROA), dá-nos a informação sobre qual a capacidade dos ativos (máquinas, equipamento produtivo, inventários, equipamento administrativo, entre outros) da entidade em gerar resultados. Este rácio relaciona o resultado operacional com o ativo total da entidade, traduzindo o lucro obtido por cada unidade monetária investida. Avalia a eficiência da entidade na afetação e gestão dos capitais investidos. É um bom indicador para comparação do desempenho económico de entidades do mesmo setor/ministério (muito usado na literatura como medida de desempenho). De facto, quanto maior for o indicador de Rentabilidade Operacional do Ativo melhor será a performance operacional da entidade. Um indicador de ROA elevado significa que os ativos da entidade estão a produzir bons resultados, ou seja, que têm elevada capacidade para gerarem retorno financeiro.
			450 827 405		468 852 753				



2021 RELATÓRIO E CONTAS

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS

INDICADORES		Fórmula de cálculo	2020		2021		VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES		
							2020/2021			
8	Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Ativo}}$	72 261 604	0,16	75 110 854	0,16	-0,05%	O grau de rotação do ativo é um indicador da produtividade e da gestão de ativos, que permite analisar a produtividade da entidade no aproveitamento dos seus ativos. Mede a eficiência com que a entidade está a utilizar os seus ativos, ou seja, avalia se a entidade opera perto do limite da sua capacidade produtiva (indicador elevado) ou opera com subutilização da capacidade (indicador baixo). Quanto maior o valor deste rácio, maior é a eficiência com que a entidade está a gerar vendas. Pode ser decomposto com base nas diferentes rubricas do ativo.	
			450 827 405	468 852 753						
		Prazo Médio de Inventários (PMI)	$\frac{\text{Saldo Médio de Inventários}}{\text{Saldo Médio do Custo das vendas}} \times 365$	26 204	701,22		0,00	-100,00%		É um indicador da eficiência de gestão de stocks. Este indicador permite avaliar a eficácia na gestão dos inventários. Se a entidade tem um prazo médio elevado, terá de fazer um esforço maior de tesouraria. Se o prazo médio de inventários for demasiado baixo, isto pode significar que a entidade estará a perder vendas por não dispor de stock suficiente. Tem como limite inferior o mínimo necessário para evitar ruturas de stocks.
			13 640	35 233						
		Prazo Médio de Recebimentos	$\frac{\text{Saldo Médio de Clientes}}{\text{Saldo Médio Volume de Negócios}} \times 365$	6 611 336	33,39	6 193 455	30,10	-9,87%		Este rácio representa quanto tempo (em dias) demora a entidade, em média, a receber os créditos que concede aos seus clientes. Um valor alto pode significar ineficiência na área das cobranças ou falta de poder negocial. Quanto mais baixo o prazo médio de recebimentos, maior é a eficiência da entidade nas suas cobranças. Um prazo médio de recebimento elevado pode ser, por vezes, uma estratégia comercial da entidade no sentido de angariar mais clientes e vender mais, mas se o indicador for demasiado elevado pode provocar problemas de liquidez no futuro.
			72 261 604	75 110 854						
Prazo Médio de Pagamentos	$\frac{\text{Saldo Médio de Fornecedores}}{\text{Saldo Médio (Compras+FSE)}} \times 365$	108 798	2,27	56 489	1,07	-52,58%	Este rácio representa quanto tempo (em dias) demora a entidade, em média, a pagar as dívidas aos seus fornecedores.			
	17 529 337	19 192 085								
12	Prazo Médio de Pagamentos - Programa Pagar a Tempo e Horas	$\frac{\text{Saldo Médio (Fornecedores+Fornecedores Imobilizado)}}{\text{Saldo Médio (Compras+FSE+Aq. Imobilizado)}} \times 365$	669 219	5	653 319	4	-21,44%	Este rácio, inspirado no Programa Pagar a Tempo e Horas, difere do anterior apenas no que respeita à inclusão dos fornecedores de imobilizado no numerador e das aquisições de imobilizado no denominador. Ou seja, este rácio, para além de incluir as dívidas aos fornecedores de inventários e fornecimentos e serviços externos, inclui também as dívidas pelas aquisições de imobilizado. A leitura é semelhante à do indicador anterior (PMP).		
		49 657 137	61 707 292							
13	Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	398 874 152	0,88	417 919 024	0,89	0,75%	Este rácio representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo património líquido. Ou seja, a autonomia financeira determina a parte das aplicações totais da entidade (nomeadamente aplicações em bens de investimento, aplicações financeiras, aplicações em inventários, crédito concedido a clientes, etc) que é financiada pelo património líquido. É um rácio que varia entre 0 e 1 (embora possa assumir valores negativos quando o património líquido da entidade é negativo).	
			450 827 405	468 852 753						
		Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	398 874 152	7,68	417 919 024	8,21	6,87%		A solvabilidade é a relação existente entre o património líquido e os capitais alheios de uma entidade e representa o grau de cobertura do endividamento pelo património líquido. O rácio de solvabilidade visa perceber qual a capacidade que a entidade tem em solver (pagar) as suas obrigações a médio e longo prazo. Quanto maior for o resultado do rácio, maior será a solvabilidade, ou seja, maior será a capacidade financeira da entidade para desenvolver as suas atividades. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade da entidade. O valor de referência é a unidade. Valores superiores a 1 indicam que o património líquido da entidade é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.
51 953 253	50 933 729									
15	Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Gastos Financeiros}}$	10 785 817	19,70	8 405 858	18,92	-3,96%	Este rácio mede o grau de cobertura dos gastos financeiros pelos resultados operacionais, permitindo perceber se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira. É um indicador utilizado por analistas de crédito para averiguar se a entidade apresenta condições de rentabilidade para fazer face aos encargos financeiros.		
		547 603	444 373							
16	Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	51 953 253	0,115	50 933 729	0,109	-5,73%	Este rácio permite avaliar o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for o resultado deste rácio, maior a vulnerabilidade da entidade.		
		450 827 405	468 852 753							



**INFORMAÇÃO DE
CUSTOS
(CONTABILIDADE
DE GESTÃO)**



Conforme referido na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras, não tendo sido possível proceder-se à implementação do modelo de contabilidade de gestão nos termos previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, nomeadamente quanto à divulgação da informação requerida nos parágrafos 34 e 37 desta NCP, entre a qual e por cada bem produzido, serviço prestado ou atividade final desenvolvida, os custos diretos, custos indiretos e critérios de imputação, bem como o respetivo rendimento associado, foi adotada a prerrogativa prevista na IPSAS 33 igualmente mencionada nesta mesma Nota do Anexo.

Apesar disso, entende-se que a informação constante do Relatório de Gestão cumpre globalmente a legislação aplicável, divulgando a informação necessária e adequada para a compreensão das Demonstrações Financeiras e das Demonstrações Orçamentais do Município.

2021

**RELATÓRIO
E CONTAS
INDIVIDUAIS**



**PARTE II
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



2.1 BALANÇO

BLC - BALANÇO (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		370 752 970,39 €	360 005 914,12 €
Ativos fixos tangíveis	5	329 689 672,44 €	333 937 704,36 €
Propriedades de investimento	8	2 308 752,64 €	2 392 206,52 €
Ativos intangíveis	3	981 017,57 €	900 901,69 €
Participações financeiras	18	22 796 378,25 €	21 250 361,39 €
Clientes, contribuintes e utentes		3 937,10 €	7 143,07 €
Outros ativos financeiros	18	14 973 212,39 €	15 09 862,13 €
Outras contas a receber			7 734,96 €
Ativo corrente		98 099 782,73 €	90 821 491,09 €
Inventários	10		26 204,18 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		625 828,21 €	660 695,02 €
Clientes, contribuintes e utentes		139 481,57 €	217 258,53 €
Outras contas a receber		48 901 198,74 €	46 996 459,53 €
Diferimentos		624 589,43 €	649 698,56 €
Caixa e depósitos	1	47 808 684,78 €	42 271 175,27 €
Total Ativo		468 852 753,12 €	450 827 405,21 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		417 919 024,31 €	398 874 151,95 €
Património/Capital		336 335 503,81 €	326 522 004,44 €
Reservas		11 513 157,37 €	10 995 948,05 €
Resultados transitados		6 382 662,21 €	8 284 701,13 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-20 945 387,00 €	-4 882 741,62 €
Outras variações no património líquido		76 525 067,98 €	47 610 053,58 €
Resultado líquido do período		8 108 019,94 €	10 344 186,37 €
Total Património Líquido		417 919 024,31 €	398 874 151,95 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		17 718 910,07 €	22 010 334,17 €
Provisões	15	3 284 639,64 €	3 613 273,95 €
Financiamentos obtidos	7	11 494 474,84 €	15 457 264,63 €
Diferimentos		2 939 795,59 €	2 939 795,59 €
Passivo corrente		33 214 818,74 €	29 942 919,09 €
Fornecedores		56 488,97 €	108 797,61 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			608 200,45 €
Estado e outros entes públicos		59 464,79 €	23 233,52 €
Financiamentos obtidos	7	3 101 929,58 €	3 663 475,49 €
Fornecedores de investimentos		264 879,30 €	43 085,60 €
Outras contas a pagar		10 431 701,42 €	10 403 025,37 €
Diferimentos		19 300 354,68 €	15 093 101,05 €
Total Passivo		50 933 728,81 €	51 953 253,26 €
Total Património Líquido e Passivo		468 852 753,12 €	450 827 405,21 €



2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14	49.268.424,51 €	47.475.744,18 €
Vendas	13	23.978,52 €	16.033,51 €
Prestações de serviços e concessões	13	1.870.318,90 €	1.632.564,10 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		19.341.802,92 €	18.514.505,04 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		246.439,26 €	-403.238,81 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-35.232,72 €	-13.639,80 €
Fornecimentos e serviços externos		-18.449.531,89 €	-16.188.374,09 €
Gastos com pessoal		-19.935.917,22 €	-19.259.244,29 €
Transferências e subsídios concedidos		-11.476.527,35 €	-10.677.673,23 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	42.902,90 €	2.600.309,22 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	39.983,69 €	177.815,17 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	35,77 €	30,57 €
Outros rendimentos		9.571.151,45 €	9.803.293,02 €
Outros gastos		-1.892.843,39 €	-1.694.841,76 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		28.614.985,35 €	31.983.282,83 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-20.209.127,78 €	-21.197.465,42 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		8.405.857,57 €	10.785.817,41 €
Juros e rendimentos similares obtidos		146.535,61 €	105.971,86 €
Juros e gastos similares suportados		-444.373,24 €	-547.602,90 €
Resultado antes de impostos		8.108.019,94 €	10.344.186,37 €
Resultado líquido do período		8.108.019,94 €	10.344.186,37 €



2021 RELATÓRIO E CONTAS

2.3 Demonstração das Alterações no Património Líquido

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO															
(MUNICÍPIO DA MAIA)															
Período												Ano			
01/01/2021												2021			
31/12/2021															
Visualizar Contas s/ Mov.												Acumulados		Sim	
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		326 522 004,44 €				10 995 948,05 €	8 284 701,13 €	-4 882 741,62 €		47 610 053,58 €	10 344 186,37 €	398 874 151,95 €		398 874 151,95 €	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		9 813 499,37 €				517 209,32 €	-1 902 038,92 €	-16 062 645,38 €		28 915 014,40 €	-10 344 186,37 €	10 936 852,42 €		10 936 852,42 €	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico							-2 485 338,92 €			-152 434,35 €		-2 637 773,27 €		-2 637 773,27 €	
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização e respetivas variações															
Transferências e subsídios de capital										-1 996 779,25 €		-1 996 779,25 €		-1 996 779,25 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		9 813 499,37 €				517 209,32 €	583 300,00 €	-16 062 645,38 €		31 064 228,00 €	-10 344 186,37 €	15 571 404,94 €		15 571 404,94 €	
Correção de erros materiais															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												8 108 019,94 €		8 108 019,94 €	
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												-2 236 166,43 €		19 044 872,36 €	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)															
Subscrições de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Subscrições de prémios de emissão															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		336 335 503,81 €				11 513 157,37 €	6 382 662,21 €	-20 945 387,00 €		76 525 067,98 €	8 108 019,94 €	417 919 024,31 €		417 919 024,31 €	



2.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)			
PERÍODO		ANO	
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		29 074,52 €	12 301,04 €
Recebimentos de contribuintes		46 013 414,93 €	45 049 916,55 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		19 146 010,81 €	18 033 449,54 €
Recebimentos de utentes		7 180 599,21 €	4 386 188,12 €
Pagamentos a fornecedores		-19 123 694,89 €	-15 631 650,97 €
Pagamentos ao pessoal		-15 469 928,44 €	-14 920 484,24 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-12 072 418,12 €	-10 993 177,98 €
Caixa gerada pelas operações		25 703 058,02 €	25 936 542,06 €
Outros recebimentos/pagamentos		-3 698 308,74 €	-3 400 970,70 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		22 004 749,28 €	22 535 571,36 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-20 382 624,72 €	-16 346 576,17 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-291 423,91 €	-161 990,37 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-205 000,00 €	-1 229 777,09 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		2 180 744,65 €	995 179,45 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento			2 553 403,18 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		4 340 344,64 €	7 791 945,02 €
Recebimentos - Transferências de capital		986 969,00 €	877 481,00 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		1 361,12 €	13 144,48 €
Recebimentos - Dividendos		22 048,95 €	18 952,59 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-13 347 580,27 €	-5 488 237,91 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações			20 500,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-3 079 273,58 €	-2 529 748,65 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-40 128,62 €	-58 309,45 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-257,30 €	-257,30 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-3 119 659,50 €	-2 567 815,40 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		5 537 509,51 €	14 479 518,05 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		42 271 175,27 €	27 791 657,22 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		47 808 684,78 €	42 271 175,27 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		42 271 175,27 €	27 791 657,22 €
Saldo da gerência anterior (SCA)		42 271 175,27 €	27 791 657,22 €
SCA De execução orçamental		37 155 218,09 €	23 370 641,13 €
SCA De operações de tesouraria		5 115 957,18 €	4 421 016,09 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		47 808 684,78 €	42 271 175,27 €
Saldo para a gerência seguinte (SCS)		47 808 684,78 €	42 271 175,27 €
SGS De execução orçamental		42 559 541,28 €	37 155 218,09 €
SGS De operações de tesouraria		5 249 143,50 €	5 115 957,18 €



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



Determina a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, integrada no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que o Anexo às Demonstrações Financeiras é peça integrante do conjunto completo de demonstrações financeiras, a par do Balanço, da Demonstração dos resultados por natureza, da demonstração das alterações no património líquido e da demonstração de fluxos de caixa. Este Anexo às Demonstrações Financeiras inclui um conjunto de notas que compreendem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida na NCP 1 do SNC- AP, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Para as notas referentes a rubricas inexistentes ou sem materialidade, é apresentada a menção “Não Aplicável”.



2.5.1 NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação: Município da Maia

Endereço: Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Código de classificação orgânica: 010110198

Tutela: O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias Locais, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira, segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local.

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Município da Maia é uma autarquia local, pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, regendo-se a sua gestão pelas normas aplicáveis às autarquias locais. O regime financeiro das autarquias locais encontra-se estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, e pela Lei Orgânica n.º 4/2020, de 11 de novembro, a administração eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei, com a data de referência de 31 de dezembro de 2021, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 116 937 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 43 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 39 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

Órgão Executivo

MAIA

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA



Durante a gerência em análise, em consequência das eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro, é de mencionar a alteração da composição do órgão executivo entretanto verificada.

Entre 1 de Janeiro e 13 de outubro de 2021, o Órgão Executivo Municipal é constituído pelo Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, seguidamente identificados:

- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. José António Andrade Ferreira
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Doutora Paula Cristina Romão Pereira
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda

Em regime de permanência estiveram os Vereadores:

- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos

A partir de 14 de Outubro de 2021, o Executivo Municipal, em consequência da eleições autárquicas, passou a ter a seguinte composição:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Dr. António Manuel Leite Ramalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras



- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr. Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
- Eng.º. António José Ferreira Peixoto

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Organograma

A estrutura orgânica do Município da Maia, em vigor desde 1 de julho de 2018, publicada no Diário da República, n.º 139, 2.ª série, de 20 de julho de 2018, alterada em 26 de abril de 2021, é constituída por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal, sete Departamentos Municipais e um Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, equiparado a Departamento Municipal, e trinta e oito Unidades Flexíveis, distribuídas entre vinte e três divisões e quinze unidades de 3.º grau, cujo teor corresponde na íntegra ao publicado.

Nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais, aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento. Assim, o mapa de pessoal vigente a 31 de dezembro de 2021 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 29 de março de 2021 e pela Assembleia Municipal em 26 de abril do mesmo ano.

Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Financeira e a Contabilidade de Gestão, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do SNC-AP.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e Património. As atividades do Departamento foram asseguradas por três divisões:



- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira;
- Divisão de Contabilidade;
- Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento;

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 24 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontra em funcionamento parcial a aplicação de “Obras Municipais”. A aguardar a sua implementação encontra-se a aplicação das “ATAS”.

Em 2021 foi implementada e a funcionar a 100% a aplicação de “FDV” – faturação diversa na “Biblioteca”.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

Merece ainda referência a implementação da nova aplicação de Ensino, a cargo da empresa “Edubox” desde setembro de 2018, devidamente integrada com as aplicações SIGMA_Medidata.

Outras informações relevantes

Ações Inspecivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

A.T. – Autoridade Tributária

- Data da ação: 14/08/2018
- Período abrangido: Ano 2016
- Entidade: A.T. – Autoridade Tributária
- N.º. Processo: NDO201967

I.G.F- Inspeção Geral de Finanças

- Data da ação: 22/04/2021
- Período abrangido: Anos 2018, 2019 e 2020
- Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças
- N.º. Processo: 2020/235/A9/341
- Área – Contratação Pública



Documentos de Gestão:

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 foram aprovadas em 2020 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 30 de novembro e 14 de dezembro, respetivamente.

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às segundas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC - AP, ressalvando-se que foi adotado o período alargado de 3 anos previsto na IPSAS 33 para a implementação das seguintes normas de contabilidade pública: i) NCP 5 – Ativos Tangíveis, relativamente a 50% das frações afetas à habitação social, ii) NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, no que respeita ao contrato de concessão entre o Município e a EDP Distribuição, S.A., iii) NCP 27 – Contabilidade de Gestão e iv) NCP 25 – Relato por Segmentos. Estas derrogações neste período inicial, estão relacionadas com i) a impossibilidade de, em tempo útil, o Município poder tratar adequadamente os ativos fixos relacionados com a habitação social, cujo inventário está em processo de tratamento e envolve especial complexidade, dado o elevado número de fogos subjacente, ii) o não acesso a informação relativo à mensuração dos ativos e dos passivos de concessão, e iii) a não conclusão da parametrização informática necessária ao tratamento de informação fiável, por forma a haver informação em conformidade com o previsto na NCP 27 e na NCP 25. O Município está a empreender todos os esforços necessários para no período de três anos previstos pela IPSAS 33, concluir todo este processo, por forma a dar completa conformidade ao que se encontra previsto no SNC-AP.

Todas as restantes normas foram aplicadas, encontrando-se as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2021 em plena conformidade com as mesmas. Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras apresentadas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

**Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos**

Conta	2021	
Caixa		4 163
Depósitos à ordem		42 584 620
Depósitos à ordem no tesouro	0	
Depósitos bancários à ordem	42 584 620	
Depósitos a prazo		0
Depósitos consignados		0
Depósitos de garantia e cauções		5 219 902
TOTAL DE CAIXA E DEPOSITOS		47 808 685

Un/Euro

No que respeita ao saldos de caixa e depósitos transitados para 2021, no montante de 47.808.685€, importa sinalizar que 5.249.144 € correspondem a dotações não orçamentais - operações de tesouraria e cauções em dinheiro, isto é, valores que não se encontram disponíveis para uso por parte do Município, cuja natureza se identifica no quadro 22 do capítulo 1.3.3.4 – Operações de Tesouraria, parte integrante da Análise das Demonstrações Orçamentais, bem como do mapa das Operações de Tesouraria que faz parte das demonstrações orçamentais.

2.5.2 NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a máxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relatada. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.



As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o SNC-AP, tendo sido aplicadas de forma integral as normas de contabilidade pública aí previstas. Exceção para as normas de contabilidade pública n.º 5, n.º 4.º n.º 27 e n.º 25, que, tal como apresentado na nota relativa à adoção pela primeira vez do SNC-AP não foram integralmente aplicadas, por manifesta impossibilidade associada às limitações apresentadas nessa mesma nota. O Município aplica o período de 3 anos de transição nestas normas, tal como previsto na IPSAS 33.

2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Município da Maia na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Estas políticas são adotadas, tendo em consideração a avaliação do estado atual dos ativos e passivos, e dos benefícios futuros esperados e das obrigações associadas a esses ativos e passivos. Está, portanto, subjacente à aplicação das políticas contabilísticas, um julgamento profissional posicionado no tempo, aquando das transações e outros acontecimentos objeto de reconhecimento e mensuração, que tem em consideração os constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, tais como a materialidade, a análise custo-benefício e o equilíbrio das características qualitativas, julgamento este que toma por referência o objetivo do relato, em proporcionar informação sobre o Município da Maia que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos da responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

O Município da Maia, a partir de 1 de janeiro de 2020, ao aplicar pela primeira vez o SNC-AP, passa a adotar as seguintes políticas contabilísticas, por área das demonstrações financeiras:

2.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que i) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos, e ii) se espera que sejam usados durante mais de um período de relato. Estão aqui incluídos os bens de domínio público e os bens de domínio privado do Município da Maia. Incluem-se igualmente os edifícios utilizados para o fornecimento de serviço público, enquadrado nas competências municipais, como é o caso dos edifícios utilizados para habitação social, cujo objetivo está intimamente relacionado com a prestação de um serviço social e não com a obtenção de rendas ou com a valorização de capital.

Reconhecimento

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis no balanço é efetuado i) quando for provável que fluirão para o Município da Maia benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e ii) o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

Os bens que se destinam a permanecer ao serviço do Município por períodos superiores a um ano, não destinados a venda, quando têm valores individuais de aquisição inferiores a 100 €, são registados diretamente em gastos do período sob a forma de fornecimentos e serviços externos. Esta política, vai ao encontro do que se encontra previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho e atende ao



resultado da avaliação do binómio custo-benefício que se encontra previsto na estrutura concetual do SNC-AP.

Mensuração inicial

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo do ativo fixo tangível inclui o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento do bem e da restauração do local em que está localizado. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido.

O custo corresponde ao preço a dinheiro ou, para bens adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu justo valor à data do reconhecimento.

Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

No caso de ativos fixos tangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, os ativos fixos são mensurados pelo custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Caso o ativo fixo seja constituído por diferentes componentes com vidas úteis diferenciadas, tais componentes são tratadas e depreciadas separadamente. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm vida útil ilimitada, razão pela qual não são depreciáveis, a menos que se trate de terrenos associados a fins especiais, com vida útil definida. A depreciação dos ativos fixos é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil e começa quando o ativo fica disponível para uso.

O método de depreciação é o que reflete o padrão pela qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos pelo Município. O método utilizado para as depreciações é o método da linha reta e a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde àquela que se encontra prevista no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2). Quando por alguma



razão contratual a vida útil do ativo é inferior à prevista no CC2, esta vida útil é ajustada em conformidade. Esta situação aplica-se por exemplo a ativos que sejam edifícios construídos para habitação social, com contratos resolúveis, de acordo com os quais, no final do contrato e cumpridos determinados pressupostos, os inquilinos têm direito à propriedade do bem, sem quaisquer custos para estes. Nos casos em que o julgamento do período de potencial de serviço de um Ativo Fixo Tangível é materialmente diferente daquele que resulta da aplicação das vidas úteis do CC2, o Município considera o período de potencial de serviço, em conformidade com a evidência histórica.

Os períodos de vida útil considerados encontram-se dentro dos seguintes intervalos (valores em anos):

VIDA ÚTIL	
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

Desreconhecimento

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são terrenos ou edifícios, ou partes de terrenos ou edifícios, ou ambos, detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital. Não se incluem nesta rubrica os itens que sejam para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (bens que são classificados como ativos fixos tangíveis), nem os itens que são detidos para venda no decurso normal das operações (situação que configura uma classificação em inventários).

Reconhecimento



O reconhecimento das propriedades de investimento como ativo, é efetuado quando i) for provável que fluirão para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e ii) o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

Mensuração inicial

A mensuração inicial é feita ao custo, incluindo os custos de transação. O custo de aquisição corresponde ao preço de compra e quaisquer dispêndios que lhe sejam diretamente atribuíveis, tais como honorários profissionais, serviços legais, impostos não reembolsáveis e outros custos de transação. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido. Caso o pagamento seja diferido, o custo é o equivalente ao preço em dinheiro e a diferença é reconhecida como gastos com juros durante o período de crédito.

No caso de propriedades adquiridas através de transações sem contraprestação, o custo corresponde ao justo valor na data da aquisição. Também nos casos de aquisições de ativos através de processos de expropriação resultantes do exercício dos poderes do Município, o custo corresponde ao justo valor da propriedade expropriada no momento da aquisição.

No caso de propriedade de investimento adquiridas por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, o município adota o modelo do custo, ou seja, ao custo líquido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, à semelhança do que acontece na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis. Esta política para a mensuração subsequente das propriedades de investimento, é adotada para a totalidade dos itens classificados como propriedades de investimento.

As depreciações das propriedades de investimento são efetuadas nos mesmos moldes dos ativos fixos tangíveis, com a aplicação dos períodos de vida útil de referência, constantes no CC2.

Transferências

As transferências de propriedades de investimento para outros itens do ativo, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo do desenvolvimento com o objetivo da venda (transferência para inventários), ou ii) do começo da ocupação da propriedade de investimento pelo município (transferência para ativo fixo tangível).

De igual forma, as transferências de outros itens do ativo para propriedades de investimento, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo de uma locação



operacional numa base comercial (transferência de inventários para propriedades de investimento), ou ii) do fim da ocupação de um ativo pelo município (transferência de ativos fixos para propriedades de investimento).

Em qualquer caso, o valor para a mensuração da transferência corresponde ao valor escriturado do ativo transferido, dado que o município adota o modelo do custo na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

2.2.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. O Ativo é identificável se i) for separável, isto é, capaz ou destacado do Município e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente que juntamente com um contrato, um ativo ou passivo identificável associados, independentemente do Município pretender fazê-lo ou não, ou ii) decorrer de acordos vinculativos, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis do Município ou de outros direitos ou obrigações.

Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar que i) é provável que fluirão para o Município os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo, e que ii) o custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, por norma, não são reconhecidos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento. Exceção para ativos decorrentes de processos e fases de desenvolvimento, cujo reconhecimento depende cumulativamente do cumprimento das seguintes condições: i) a existência de viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda, ii) a intenção, por parte do Município, em concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo, iii) a existência de capacidade, por parte do Município, em usar ou vender o ativo intangível, iv) a capacidade do Município demonstrar a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, v) a capacidade do Município demonstrar que existe a disponibilidade de consignar os adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangível, e vi) o Município tem a capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Mensuração inicial



O dispêndio de um item intangível é reconhecido como um gasto na demonstração de resultados, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O custo do ativo intangível corresponde ao seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos, adicionado por qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido. Os custos dos ativos desenvolvidos internamente, correspondem à soma dos dispêndios suportados a partir da data em que o ativo satisfaz todas as condições de reconhecimento mencionadas anteriormente. Todos os dispêndios que tenham sido anteriormente reconhecidos como gastos, não podem fazer parte do custo do ativo intangível. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda.

No caso de ativos intangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No caso de aquisições relacionadas com transações sem contraprestação, o custo do ativo intangível corresponde ao justo valor à data da aquisição. Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

Mensuração subsequente

Após o momento do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

A vida útil dos ativos é considerada de acordo com o que se encontra previsto no CC2. No caso da existência de acordos vinculativos, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais, a vida útil não excede o período desses acordos. O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pelo Município, correspondendo este método, na sua generalidade, ao método das quotas constantes, também designado por método da linha reta.

O período de amortização é revisto a cada data de relato, considerando o exposto no parágrafo anterior. O valor residual considerado é de zero, a menos que i) haja um compromisso de um terceiro para adquirir o ativo no final da sua vida útil, ou ii) haja um mercado ativo, o valor residual possa ser determinado com referência esse mercado e seja provável que tal mercado existirá no final da vida útil do ativo.

Desreconhecimento



Os ativos intangíveis são desreconhecidos no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

2.2.4 Locações

As locações são acordos pelos quais o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo, durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações são classificadas como operacionais ou financeiras, de acordo com a transferência substancial dos riscos e vantagens. Uma locação é classificada como locação financeira quando, através do acordo entre locador e locatário, são transferidos substancialmente, para a esfera do locatário, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

A classificação das locações depende de julgamento profissional e atende a um conjunto de indicadores que, não sendo decisivos para a classificação, apoiam este mesmo julgamento. Entre estes indicadores, encontram-se os seguintes: i) a transferência ou não da propriedade do ativo para o locatário no final do período da locação, ii) a existência ou não da opção de comprado ativo, por um preço substancialmente mais baixo que o justo valor à data da opção, iii) o prazo da locação e o período de vida do bem locado (critério especialmente atendível quando conjugado com outros indicadores), iv) a existência de um valor presente de pagamentos no início da locação, que em substância corresponde ao justo valor do bem locado, v) a especificidade do ativo e a capacidade ou não do ativo poder ser usado por terceiros, sem grande modificações, e v) a capacidade do ativo locado poder ser ou não, facilmente substituído por outro ativo. Estes indicadores são analisados, tomando em consideração a substância económica e o balanceamento entre os mesmos, por forma a se aferir da transferência ou não, em termos substanciais, dos riscos e vantagens associados à propriedade do ativo.

Reconhecimento nas locações financeiras

No início do prazo da locação, o locatário reconhece no seu balanço os bens adquiridos através de uma operação de locação financeira, como ativos e as respetivas obrigações de locação, como passivos. O que determina a classificação das locações como locações financeiras, é a substância e realidade financeira, independentemente da forma legal.

Mensuração nas locações financeiras

Os ativos e os passivos reconhecidos são mensurados pelo justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculada através da taxa de desconto correspondente à taxa de juro implícita da locação. Caso a taxa de juro implícita não seja determinável, é utilizada a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. O valor do custo inclui os dispêndios diretamente atribuíveis a atividades levadas a efeito pelo locatário numa locação financeira.



Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do saldo do passivo. O encargo financeiro é imputado a cada um dos períodos do prazo da locação, por forma a obter uma taxa de juro constante periódica sobre o saldo remanescente do passivo. Qualquer renda contingente é reconhecida como gasto do período em que ocorre.

Os ativos adquiridos através de uma locação financeira, têm o mesmo tratamento que os ativos fixos tangíveis, aplicando-se-lhes as mesmas políticas contabilísticas no que se refere à mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

Reconhecimento e mensuração nas locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto de base linear no período de vida do contrato de locação, independentemente do período de pagamentos efetuados. Exceção para os custos relacionados com manutenções e seguros, que são reconhecimentos como gastos no momento da sua ocorrência.

2.2.5 Acordos de Concessão de Serviços

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre uma entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo de concessão de serviços (concedente) e a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do ativo pelo concedente (concessionário), e em que i) o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e ii) é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

A contabilização na ótica do concedente depende do modelo do Passivo, e implica a análise dos termos do acordo vinculativo para se aferir da aplicação do i) modelo da atribuição de um direito ou do ii) modelo do passivo financeiro. De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário (i), o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário. De acordo com o modelo do passivo financeiro (ii), em troca do ativo de concessão de Serviços, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente e tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá haver lugar ao reconhecimento de Passivo.



Mensuração inicial

A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível.

A mensuração inicial do passivo é efetuada pela mesma quantia que o ativo de concessão de serviços mensurado pelo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

Mensuração subsequente – aplicação do modelo da atribuição de um direito

O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

Mensuração subsequente – aplicação do modelo do passivo financeiro

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

2.2.6 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são classificados em i) investimentos em entidades controladas, ii) investimentos em associadas, iii) investimentos em empreendimentos conjuntos, iv) investimentos noutras entidades e v) outros investimentos financeiros. A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente: i) poder sobre a outra entidade participada, ii) exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e iii) a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade. O Município está portanto perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.



Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos financeiros é efetuada da seguinte forma nas contas individuais: i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao justo valor, tal como aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.

Método da equivalência patrimonial

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada, após a data da aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do período do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela quota-parte da participação, no património líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Município utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilísticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuízos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Município passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

2.2.7 Custos com Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos.

Reconhecimento



Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, i.e. de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para uso ou para venda. Neste caso, os custos com empréstimos obtidos são incluídos no custo do ativo, correspondendo tais custos àqueles que teriam sido evitados se o dispêndio desse ativo não tivesse ocorrido.

Início do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização dos empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia quando i) os dispêndios com o ativo estejam a ser efetuados, ii) os custos com empréstimos obtidos estejam a ser suportados, e iii) as atividades necessárias com vista a preparar o ativo para o uso pretendido ou a venda estejam em curso.

O processo de capitalização fica suspenso quando o desenvolvimento do ativo estiver interrompido por períodos extensos. Durante esses períodos, o custo com empréstimos obtidos é registado como gastos do período.

Cessação do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização cessa no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido estão substancialmente concluídas. Este momento corresponde igualmente ao momento em que o ativo passa do estado em curso para o estado firme.

2.2.8 Imparidade de ativos

Uma imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, i.e. do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos cash flows futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.

A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens: i) abordagem pelo custo de reposição depreciado, ii) abordagem pelo custo de restauro, e iii) abordagem pelas unidades de serviço. A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.



O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença positiva entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua que a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

2.2.9 Inventários

Inventários são ativos i) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar no processo de produção, ii) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, iii) detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou iv) no processo de produção para venda ou distribuição.

Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrica Gastos a Reconhecer, dando-se cumprimento desta forma à periodização económica.

Mensuração

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso específico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.



Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo e o custo de reposição corrente, correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o valor realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo e o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).

2.2.10 Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade a a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

Reconhecimento

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é efetuada pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

A mensuração após o reconhecimento inicial de todos os ativos e passivos financeiros é efetuada de acordo com os seguintes critérios: i) ao custo amortizado, ou ii) ao justo valor.

Ao custo amortizado (i)

Os ativos são designados para mensuração ao custo amortizado quando satisfazem a totalidade das seguintes condições: a) sejam à vista ou tenham maturidade definida, b) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, e c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os passivos financeiros que não sejam detidos para negociação, são todos designados para mensuração ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida



esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Município possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.



Ao justo valor (ii)

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “aumentos/reduções de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros: a) instrumentos de capital próprio de uma outra entidade, negociados em mercado regulamentado, e b) ativos e passivos financeiros detidos para negociação, i.e. os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se igualmente nesta categoria os instrumentos derivados, com exceção os derivados de cobertura e que seja eficaz.

Imparidade de ativos financeiros

A cada data de relato, o Município avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Esta avaliação tem em consideração a existência de evidência objetiva de qualquer um dos seguintes eventos de perda: i) significativa dificuldade financeira do devedor, ii) quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização, iii) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria, iv) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira, v) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou vi) informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições económicas, locais ou setoriais adversas.

A mensuração das perdas por imparidade para ativos mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos cash-flows estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

As reversões de perdas por imparidade têm como limite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qualquer perda por imparidade. Exceção para instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, assim como para instrumentos derivados que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos – para estes ativos financeiros não são efetuadas reversões das perdas por imparidade.



Desreconhecimento

Ao ativos financeiros são desreconhecidos quando: i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ii) o Município transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou iii) o Município, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para um terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes se extinguirem, o que acontece quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Uma provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. Um Passivo Contingente é uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecido porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Reconhecimento

As provisões são reconhecidas quando o Município tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Município divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Mensuração

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. O valor estimado do dispêndio é efetuado através da utilização da melhor estimativa para o efeito, com a informação disponível à data do relato. Estas estimativas são determinadas através de julgamento profissional, complementado com a experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, com relatórios de peritos independentes.

Alterações no valor das Provisões e desreconhecimento

A cada data de relato, o valor das provisões é ajustado em conformidade com a informação disponível. Quando deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recurso incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.



Utilização

As provisões são utilizadas, atendendo aos eventos relacionados, para os quais foram constituídas.

2.2.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço, são acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data do relato financeiro e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, i.e a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão competente com autoridade para finalizar essas demonstrações financeiras e responsabilidade pela respetiva prestação de contas.

Reconhecimento e mensuração

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.13 Rendimento de transações com contraprestação

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o Município receba ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes: i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) o Município não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos, iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade, iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, e v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre no momento em que estejam cumpridas todas as seguintes condições: i) a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade, ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, iii) a fase de acabamento da transação à data do relato possa ser mensurada com fiabilidade, e iv) os



custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Mensuração

O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

2.2.14 Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

Especificações sobre ativos transferidos

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao Município. Estas especificações podem ser i) condições – quando indicam que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou ii) restrições – quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que benefícios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tal ativo não for empregue conforme especificado.

Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.



Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.

Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através de transações sem contraprestação é efetuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o Município.

Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

Mensuração do rendimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo Município.

Subsídios:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes, atribuídos ao Município são reconhecimentos como Património Líquido a partir do momento em que se encontram cumpridas as condições com eles relacionadas.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos ao Município, sujeitos a condições ainda não satisfeitas, são reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente reclassificados em Património Líquido a partir do momento em que tais condições estejam satisfeitas.

A partir do momento em que os subsídios atribuídos sejam reconhecidos em Património Líquido, e desde que os mesmos estejam conexos com ativos depreciáveis ou amortizáveis, é imputado a resultados do exercício a quota-parte subvencionada em função do período de vida útil considerado para os ativos subvencionados.

Doações:

As doações são reconhecidas por contrapartida de Património Líquido, sendo mensuradas como ativos ao justo valor. Exceção para doações de bens consumíveis, cujo reconhecimento é efetuado em resultados, por forma a ser garantido o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos associados aos mesmos.



2.2.15 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.

Os benefícios dos empregados classificam-se em i) benefícios de curto-prazo e ii) benefícios pós-emprego. Os benefícios de curto-prazo (i) incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município da Maia, apresentam-se as políticas contabilísticas para os benefícios de curto-prazo (i).

Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos benefícios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.

O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica “acrécimo de gastos”, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do período, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.



2.5.3 NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos, em 2021, nos ativos intangíveis, apresentam-se nos quadros seguintes:

Quadro3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	Início do período			Quantia Escriturada	Final do período			Quantia Escriturada
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas		Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	5 364 223	-4 463 321	0	900 902	5 644 095	-4 663 077	0	981 018
Goodwill	0			0				0
Projetos de desenvolvimento	0			0				0
Programas de computador e sistemas de informação	3 019 672	-2 866 127		153 545	3 210 943	-3 065 883		145 061
Propriedade industrial e intelectual	0			0				0
Outros	1 597 195	-1 597 195		0	1 597 195	-1 597 195		0
Ativos intangíveis em curso	747 357			747 357	835 957			835 957
TOTAL	5 364 223	-4 463 321	0	900 902	5 644 095	-4 663 077	0	981 018

UnEuro



2021 RELATÓRIO E CONTAS

Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferência Internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período*	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	900 902	288 637	-1545	0	0	0	-199 756	0	-7 220	981 018
Goodwill	0									0
Projetos de desenvolvimento	0									0
Programas de computador e sistemas de informação	153 545	173 990	24 502				-199 756		-7 220	145 061
Propriedade industrial e intelectual	0									0
Outros	0									0
Ativos intangíveis em curso	747 357	114 647	-26 046				0		0	835 957
TOTAL	900 902	288 637	-1545	0	0	0	-199 756	0	-7 220	981 018

UnEuro

*Inclui as amortizações do período e ainda os impactos nas amortizações decorrentes de abate de bens (64+68 por débito da 48)

Quadro 3.3 - Desagregação das adições

Ativos Fixos Intangíveis	Adições										Total	
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Doação e pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras		
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		288 637	0	0	0	0	0	0	0	0	0	288 637
Goodwill												0
Projetos de desenvolvimento												0
Programas de computador e sistemas de informação		173 990										173 990
Propriedade industrial e intelectual												0
Outros												0
Ativos intangíveis em curso		114 647										114 647
TOTAL	0	288 637	0	0	0	0	0	0	0	0	0	288 637

UnEuro



Quadro 3.4- Desagregação das DImInuções

Ativos Fixos Intangíveis	DImInuções					Total
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-7220	0
Goodwill						0
Projetos de desenvolvimento						0
Programas de computador e sistemas de informação					-7220	-7220
Propriedade industrial e intelectual						0
Outros						0
Ativos intangíveis em curso						0
TOTAL	0	0	0	0	-7220	-7220

Un:Euro

Pela leitura dos quadros anteriores verifica-se que em 2021, não obstante os ativos intangíveis em curso, continuarem a ter o maior peso do total os ativos fixos intangíveis, cerca de corresponderem a cerca de 85%, o Município adquiriu no ano corrente ano, cerca de 174 000 € em Programas de computador e sistemas de informação.

2.5.4 NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO

O Município da Maia é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP Distribuição). Este contrato de concessão iniciou-se em 31 de março de 1987, no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido alterado e renovado em dezembro de 2005, para um novo período de 20 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o Município da Maia concede à EDP Distribuição a distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, passando esta a delegar na concessionária o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

Afetos à concessão, encontram-se a) as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, b) os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e c) os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Todo o património abrangido pela concessão, nos termos do parágrafo anterior, é património da EDP Distribuição, não podendo, porém, o mesmo ser utilizado pela EDP Distribuição em atividades



diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre o concessionário e o concedente, o valor devido de compensação relacionado.

Em resultado do contrato de concessão, o concedente ficou com o direito a uma renda, tendo o concessionário ficado com o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal.

Aquando do resgate ou do fim da concessão, a EDP Distribuição transferirá o património para o Município, nos termos do Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, i.e. em troca de uma indemnização correspondente ao valor líquido do património próprio da entidade concessionária, que será pago pelo Município da Maia. Ao abrigo da concessão, a EDP Distribuição ficou obrigada a comunicar à entidade concedente, o valor de indemnização a pagar por esta àquela, relativo às infraestruturas elétricas, num hipotético resgate da concessão, devendo tal valor ser fundamentado e instruído, quando solicitado pelo Município, com os elementos necessários ao seu conhecimento. Os mecanismos destinados à inventariação física deste património são estabelecidos pelo concedente e pelo concessionário, ao abrigo do contrato de concessão.

Com a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, encontra-se previsto o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no território continental português, com vista a assegurar os princípios de eficiência económica e de neutralidade financeira para os consumidores e para o Orçamento do Estado. Este lançamento sincronizado ainda não tem data definida, que seja do conhecimento do Município da Maia, e a menos que o mesmo coincida com a data de terminus do contrato de concessão, poderá implicar a antecipação do que se encontra previsto contratualmente.

Considerando que o Município da Maia, age como concedente no contrato de concessão com a EDP Distribuição, e que controla os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem os tem de prestar e a que preço (sendo este definido com a intervenção do regulador), e considerando que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo no final do contrato, tendo no caso em concreto de pagar a indemnização prevista para o efeito nos termos legais, parece não existirem dúvidas de que o ativo deva ser reconhecido pelo Município que o controla, não sendo porém da sua propriedade. Não obstante, para que tal reconhecimento se materialize, é necessário que o justo valor dos ativos seja conhecido ou dado a conhecer pelo concessionário. Considerando o que anteriormente foi exposto, a inexistência de um inventário valorizado relativo ao património afeto à concessão, impossibilita uma mensuração fiável dos ativos de concessão pelo concedente, situação que a par do que é referido no parágrafo seguinte, suporta o não reconhecimento do mesmo.



No momento do reconhecimento do Ativo, tal como previsto na NCP 4, o concedente obriga-se a reconhecer um passivo, tomando em consideração o modelo do passivo financeiro, o modelo da atribuição de um direito ao concessionário, ou um híbrido entre estes dois modelos. De acordo com o contrato de concessão, a EDP Distribuição deveria comunicar ao Município o valor anual da indemnização correspondendo esta ao valor líquido do património próprio da entidade concessionária que se encontra ao serviço da concessão. Ora, até ao momento, que se tenha conhecimento, este valor nunca foi apurado, não existindo de igual modo uma mensuração fiável para o efeito. Acresce o facto de nos termos da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, não ser certo o momento a partir do qual a concessão será resgatada ou finalizada.

Neste enquadramento, e apesar de estarmos perante um contrato de concessão entre o Município da Maia e a EDP Distribuição, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dada a impossibilidade na identificação e mensuração destes Ativos e destes Passivos à data da transição para o SNC-AP.



2.5.5 NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 2021, os movimentos ocorridos nos ativos tangíveis encontram-se espelhados nos quadros seguintes:

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património, artístico e cultural	244 980 017	-176 057 604	0	68 922 413	256 475 512	-185 682 878	0	70 792 633
Terrenos e recursos naturais	20 547 374			20 547 374	20 892 840			20 892 840
Edifícios e outras construções	10 885 416	-7 816 739		3 068 677	11 809 877	-8 106 396		3 703 480
Infraestruturas	202 883 340	-168 207 646		34 675 694	210 484 207	-177 543 264		32 940 944
Património histórico, artístico e cultural	2 596 263	-33 219		2 563 044	2 965 602	-33 219		2 932 383
Outros	0	0		0	0	0		0
Outros bens de domínio público em curso	8 067 624			8 067 624	10 322 985			10 322 985
Ativos fixos em concessão	0							0
Terrenos e recursos naturais	0							0
Edifícios e outras construções	0							0
Infraestruturas	0							0
Património histórico, artístico e cultural	0							0
Ativos fixos em concessão em curso	0							0
Outros ativos fixos tangíveis	447 206 497	-182 191 205	0	265 015 292	453 967 068	-195 070 028	0	258 897 039
Terrenos e recursos naturais	65 285 862			65 285 862	64 218 387			64 218 387
Edifícios e outras construções	333 470 349	-152 257 227		181 213 122	335 741 948	-163 953 241		171 788 707
Equipamento básico	24 233 488	-20 801 551		3 431 937	25 498 622	-21 749 637		3 748 985
Equipamento de transporte	2 619 556	-2 243 650		375 905	2 495 358	-2 221 477		273 880
Equipamento administrativo	2 393 513	-2 081 571		311 942	2 439 916	-2 133 220		306 696
Equipamentos biológicos	0	0		0	0	0		0
Outros	5 688 940	-4 807 207		881 733	6 104 185	-5 012 454		1 091 731
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	13 514 789			13 514 789	17 468 653			17 468 653
TOTAL	692 186 514	-358 248 809	0	333 937 704	710 442 579	-380 752 907	0	329 689 672

UnEuro



2021 RELATÓRIO E CONTAS

Quadro 5.2 - Quantia Escriturada e Movimentos

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação							Quantia escriturada final	
		Adições ⁽¹⁾	Transferencia Internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período ⁽²⁾	Diferenças cambiais		Diminuições ⁽¹⁾
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	68 922 413	12 760 945	-23 029	0	0	0	-9 625 274	0	-1 242 421	70 792 633
Terrenos e recursos naturais	20 547 374	387 399							-41 933	20 892 840
Edifícios e outras construções	3 068 677	-4 801	929 262				-289 657			3 703 480
Infraestruturas	34 675 694	1 252 041	7 500 183				-9 335 617		-1 151 357	32 940 944
Património histórico, artístico e cultural	2 563 044	64 972	304 367							2 932 383
Outros	0									0
Bens de domínio público em curso	8 067 624	11 061 334	-8 756 841						-49 132	10 322 985
Ativos fixos em concessão	0									0
Terrenos e recursos naturais	0									0
Edifícios e outras construções	0									0
Infraestruturas	0									0
Património histórico, artístico e cultural	0									0
Ativos fixos em concessão em curso	0									0
Outros ativos fixos tangíveis	265 015 292	10 974 277	23 029	0	0	0	-12 878 823	0	-4 236 735	258 897 039
Terrenos e recursos naturais	65 285 862	1 474 534							-2 542 009	64 218 387
Edifícios e outras construções	181 213 122	974 248	2 742 854				-11 696 014		-1 445 503	171 788 707
Equipamento básico	3 431 937	1 087 109	275 542				-948 086		-97 518	3 748 985
Equipamento de transporte	375 905	4 182	4 074				22 173		-132 454	273 880
Equipamento administrativo	311 942	52 004					-51 649		-5 601	306 696
Equipamentos biológicos	0									0
Outros	881 733	369 116	58 030				-205 247		-11 901	1 091 731
Ativos fixos tangíveis em curso	13 514 789	7 013 083	-3 057 471						-1 748	17 468 653
TOTAL	333 937 704	23 735 222	0	0	0	0	-22 504 097	0	-5 479 157	329 689 672

Uh:Euro

(1) O valor total do período das diminuições inclui 1.207.823,14 €, referentes a regularizações de fichas de imobilizado que foram abatidas e novamente consideradas no património na coluna adições.

(2) Inclui depreciações do período, regularização de anos anteriores, ocorridas no exercício e ainda os impactos decorrentes de abates e alienações de bens.



2021 RELATÓRIO E CONTAS

5.3 - Desagregação da adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		11 529 329	28 752	10 510	0	49 956	0	0	0	1142 398	12 760 945
Terrenos e recursos naturais		298 181	28 752	10 510		49 956					387 399
Edifícios e outras construções										-4 801	-4 801
Infraestruturas		104 842								1147 199	1 252 041
Património histórico, artístico e cultural		64 972									64 972
Outros											0
Bens de domínio público em curso		11 061 334									11 061 334
Ativos fixos em concessão		0									0
Terrenos e recursos naturais		0									0
Edifícios e outras construções		0									0
Infraestruturas		0									0
Património histórico, artístico e cultural		0									0
Ativos fixos em concessão em curso		0									0
Outros ativos fixos tangíveis		10 279 789	0	13 330	0	62 032	0	0	0	619 125	10 974 277
Terrenos e recursos naturais		787 054		13 330		59 000				615 300	1 474 534
Edifícios e outras construções		974 202								46	974 248
Equipamento básico		1 083 842		150		3 032				86	1 087 109
Equipamento de transporte		4 182									4 182
Equipamento administrativo		51 900								105	52 004
Equipamentos biológicos											0
Outros		365 527								3 589	369 116
Ativos fixos tangíveis em curso		7 013 083									7 013 083
Total		21 809 118	28 752	23 840	0	111 988	0	0	0	1 761 523	23 735 222

Un:Euro



Quadro 5.4 - Desagregação das diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					-1 242 421	-1 242 421
Terrenos e recursos naturais					-41 933	-41 933
Edifícios e outras construções						0
Infraestruturas					-1 151 357	-1 151 357
Património histórico, artístico e cultural						0
Outros						0
Bens de domínio público em curso					-49 132	-49 132
Ativos fixos em concessão						0
Terrenos e recursos naturais						0
Edifícios e outras construções						0
Infraestruturas						0
Património histórico, artístico e cultural						0
Ativos fixos em concessão em curso						0
Outros ativos fixos tangíveis	-2 941 543	-1 164 824	0	0	-130 368	-4 236 735
Terrenos e recursos naturais	-1 838 571	-689 689			-13 750	-2 542 009
Edifícios e outras construções	-970 518	-474 985				-1 445 503
Equipamento básico		-150			-97 368	-97 518
Equipamento de transporte	-132 454					-132 454
Equipamento administrativo					-5 601	-5 601
Equipamentos biológicos						0
Outros					-11 901	-11 901
Ativos fixos tangíveis em curso					-1 748	-1 748
Total	-2 941 543	-1 164 824	0	0	-1 372 790	-5 479 157

Un:Euro



No exercício de 2021, o Município ainda detém para venda os imóveis identificados no quadro infra:

Quadro 5.5 - Ativos fixos tangíveis detidos para venda

Imóveis detidos para venda	
Designação	contabilístico
Lote de terreno destinado ao lote n.º 10 - Quinta do Mosteiro	143 702
Lote de terreno destinado ao lote n. 13 - Quinta do Mosteiro	90 441
Parcela de terreno designada por lote A-1 - Projeto "Masterplan do Sobreiro"	78 683

Un: Euro

Nos ativos fixos tangíveis também se encontram registados contratos de comodato e de direito de superfície (sem obtenção de qualquer rendimento), sendo certo que o controlo destes ativos continua na esfera do Município. Estes contratos estão relacionados com diferentes contratos estabelecidos com entidades com finalidades complementares às atividades municipais, e que contribuem de forma significativa para os objetivos traçados pelo Município da Maia no enquadramento das políticas públicas. Os principais contratos relacionados foram efetuados com as seguintes entidades:

Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte I)

Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento			
N.º Inventário	Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
45234	Creche Infantil Águas Santas II (fracção autónoma designada por "fracção a", integrada no edifício situado na rua José Regio nº 242 a 264, destinada a fins de carácter social)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	516 967
58030	Creche Infantil Águas Santas II (edifício destinado a instalação de uma creche infantil e um jardim de infância)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	41 876
76172	EB.1 de Santa Cruz - Barca - contrato de comodato cedência do edifício para a junta de freguesia do castelo da Maia	Junta de Freguesia Castelo da Maia	22 447
76568	EB.1 da granja - contrato comodato com appacdm	APPACDM da Maia - Associação de pais e amigos do cidadão deficiente mental	100 882
80019	EB.1 de ardegaes águas santas - contrato comodato com conferência vicentina Sta Maria do Ó de Águas Santas	Associação das obras sociais de São Vicente de Paulo	116 466
80025	EB.1/JI. de Cristal- comodato com a appacdm Maia	APPACDM da Maia - Associação de pais e amigos do cidadão deficiente mental	39 133
80707	Prédio urbano destinado a implantação de uma Creche/Infantário - Milheiros	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	424 414
83457	Edifício 2 pavimentos destinada a instalação de obras sociais, assistenciais ou culturais (Centro Social José Moreira da Silva)(infantário e centro dia da guarda)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	0

UnEuro



Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte II)

Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento			
N.º Inventário	Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
100011	EB.1 da Agra (milheiros) - contrato comodato assoc. vicentina s. tiago milheiros	Associação das obras sociais de são vicente de paulo	6 662
100033	EB1 do Padrao (moreira) - contrato de comodato com a cruz de malta - acção humanitária e social	Cruz de Malta - Associação Humanitária e Social	54 919
100044	EB1 de Pedras Rubras n.º2 - contrato comodato com associação antigos alunos escola primaria pedras rubras	Aeppr - Associação Dos Antigos Alunos da Escola Primária de Pedras Rubras	36 087
100925	EB1/01 de Folgosa Igreja (Folgosa) - contrato comodato com associação educativa humanista	Associação Educativa Humanista aeh	6 462
106852	Parcela de terreno designada por "a1" destinada a execução e instalação do centro cívico de silva escura - contrato comodato recreio do joao - coop. solid. social, destina se lar de idosos	Recreio do João - Cooperativa de Solidariedade Social CRL	72 993
132773	Predio urbano, casa de 2 pavimentos e quintal (n.º 3) ("Associação Grupo Dramatico Recreativo Flor de Pedrouços"	Grupo Gramatico e Recreativo Flor de Pedrouços	41 071
133866	Creche-Infantario e Jardim de Infancia, em Silva Escura (infantario dirigido pela santa casa misericordia)(antiga escola de sa)(centro dia silva escura)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	196 904
142707	Edifício destinado a Creche/Infantario - Vermoim - Rua Central do Sobreiro, n. 79, (creche do centro de animação de vermoim)	Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social	373 052
143317	Terreno destinado ao Parque de Jogos de Sao Pedro Fins (complexo municipal de futebol de s. pedro fins) - contrato comodato com o corpo nacional escutas	Corpo Nacional de Escutas Cne Escutismo Catolico Portugues	243 392
145143	Fração autonoma designada pela letra "c" composta por estabelecimento comercial no res do chão - R. Manuel Gonçalves Lage, 906 a 944 - contrato comodato com Arsenal Clube de Parada	Arsenal Clube da Maia	61 985
158453	Edifício Parque Urbano no monte infesta com contrato comodato associação desportiva e recreativa de parada	Associação Desportiva e Recreativa de Parada	139 008
163505	Casa da Musica de Moreira, contrato de comodato com a associação banda de musica de moreira, em moreira	Associação Banda de Musica de Moreira da Maia	431 049
146561	Edifício destinado a serviços onde esta instalado "Mocidade Sangemil Atletico Clube"	Mocidade Sangemil Atletico Clube	246 907
6981	Forum Jovem(fracção a-t2)	O Amanha da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	20 847
6983	Forum Jovem (fracção b-t3)	O Amanha da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	23 763
6985	Forum Jovem (fracção c-t1)	O Amanha da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	17 252
6987	Forum Jovem(fracção db-espaco polivante de caracter social)	O Amanha da Criança; Clube TT Maia; Maiativa; CBK"; Maiastar; Academia de Boxe da Maia; Fapemaia; Adapt; Coreto	83 791
143804	Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte", em Gueifães, Cidade da Maia	Banda Marcial de Gueifães	183 678
73083	Parcela de Terreno (tem um edificio onde funciona um atl) antigamente denominada cantina ana fonte	Banda Marcial de Gueifães	492
137984	EB1/01 da Azenha Nova (Gueifães)	Asman- assoc. solidariedade s. m. azenha nova	39 491
80038	EB1 de Vilar de Luz (Folgosa)/ refeitorio - contrato comodato com junta freguesia Folgosa	Junta Freguesia Folgosa	70 893
80043	Edifício destinado a antiga EB1 de Gondim - na Rua da Liberdade - contrato comodato com junta freguesia do castelo da maia	Junta Freguesia Castelo da Maia	101 155
100018	EB1 de Sá (Silva Escura) - contrato comodato com junta freguesia nogueira e silva escura	Junta Freguesia Nogueira Silva Escura	98 698
161412	Parcela de terreno destinada ao edificio Assoc. Moradores Granja - Aguas Santas	Assoc. Moradores da Granja	45 978
161413	Edifício Municipal na R. Manuel Francisco de Araujo, Aguas Santas	Assoc. Moradores da Granja	22 069
169581	Parcela de terreno destinada a edificios outros equip e ensino eb1, eb2 e sec. - Cont. Comodato Assoc. Moradores Granja - Aguas Santas	Assoc. Moradores da Granja	2 528
155964	Fração autonoma designada pela letra "G" Balnearios apoio ao ringue- Prac. Eng. José Adiano Moreira dos Santos- contrato comodato com Assoc. Maiata Cultura e Paz - Clube Unesco da Maia	Assoc. Maiata Cultura e Paz - Clube Unesco da Maia	44 963

Un.Euro

**Quadro 5.7 - Ativos fixos tangíveis - Direitos de Superfície**

Contratos de Cedência em Direito de Superfície sem obtenção de qualquer rendimento			
N.º Inventário	Descrição do bem	Entidade beneficiária	Valor Patrimonial Líquido
13506	Parcela de terreno destinada ao polidesportivo de Rua de S. gemil e sede da Associação os Vencedores de S. Gemil	Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil"	4 988
13558	Parcela de terreno destinada ao Centro de Saúde de Pedrouços	Administração Regional de Saúde do Norte - Aces - Maia-valongo	149 639
46545	Parcela de terreno destinada a construção de 1 edifício destinado ao Centro de Saude de Pedrouços	Administração Regional de Saúde do Norte - Aces - Maia-valongo	74 820
46546	Edifício novo - Extensao de Saúde de Pedrouços - destinado ao Centro de Saude de Pedrouços	Administração Regional de Saúde do Norte	97 764
49686	Parcela de terreno destinada ao Centro Civico de Gueifães, nomeadamente a construção do edifício para a Extensao de Saude de Gueifães	Administração Regional de Saúde do Norte	126 225
56934	Terreno rustico denominado "leira de calquim" destinada ao Centro de Saude do Castelo	Administração Regional de Saúde do Norte - Aces - Maia-valongo	10 000
72128	Parcela de terreno destinada ao Lar de Terceira Idade "Abrigo de Nossa Senhora da Esperança"	Abrigo de Nossa Senhora da Esperança	188 249
75907	Edifício constituído por cave destinado a sede do Núcleo da Cruz Vermelha (armazem, vedação e acessos)	Cruz Vermelha Portuguesa	176 321
78346	Parcela de terreno destinada ao Edifício da Cruz Vermelha Portuguesa da Maia	Cruz Vermelha Portuguesa	1 379
91724	Parcela de terreno destinada à Associação Empresarial da Maia	Associação Empresarial da Maia	32 902
92001	Parcela de terreno n.º 1 destinada à Associação Empresarial da Maia	Associação Empresarial da Maia	892
93418	Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio à Associação de Protecção a Infância e Juventude "A Causa da Criança"	A CAUSA DA CRIANÇA - Associação protecção à infância e juventude	28 948
93419	Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio a Appacdm da Maia	APPACDM DA MAIA - Associação de pais e amigos do cidadão deficiente mental	23 068
93420	Parcela terreno destinada a Appacdm	APPACDM DA MAIA - Associação de pais e amigos do cidadão deficiente mental	13 666
132171	Parcela de terreno destinda à Associação Nacional Deficiencias Mentais e Raras - Rarissimas	RARÍSSIMAS - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras	106 127
133512	Parcela de terreno (d) destinada a apaoio à Asman	Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova "Asman"	32 576
134671	Casa com 1 pavimento e quintal destinada à Comissao da Fabrica Igreja Paroquial Corim	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Antonio do Corim	0
134672	Parcela de terreno respeitante a casa de 1 pavimento sita a Rua D. Afonso Henriques n.º 2030 e 2036 destinada à Comissao da Fabrica Igreja Paroquial Corim	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Antonio do Corim	6
141416	Parcela de terreno destinada ao Centro de Saude de Águas Santas	Administração Regional de Saúde do Norte - Aces - Maia-valongo	6 549
142767	Parcela de terreno - sita no gaveto da Rua Padre Joaquim Antunes de Azevedo e a Rua da Aldeia - destinada à Assossiação Rarissimas, antigo polidesportivo aldeia	RARÍSSIMAS - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras	60 365
145147	Parcela de terreno destinda ao Quartel de Bombeiros de Pedrouços	Assoc. Human. Bombeiros Voluntarios Pedrouços	160 000
162026	Predio urbano destinado contrução da Cooperativa Bom Porto	Bomporto, Cooperativa de Solidariedade Social CRL	144 694

UnEuro

**Quadro 5.8 - Ativos fixos tangíveis registados no património municipal a aguardar Protocolo de Transferência para a DGESTE, nos termos previstos nos Acordos de Colaboração**

Acordos de Colaboração de Requalificação e Modernização de Escolas	
Descrição	Valor
Escola Básica de Gueifães	2 828 968
Escola Básica de Gonçalo Mendes Maia	2 273 195
Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	2 898 202

Un.Euro

2.5.6 NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados pelo Município como operacionais quando se relacionam com bens cujo controlo é de terceiros, pelo facto de serem estes os que suportam todos os riscos e obtêm todas as vantagens associadas à propriedade desses mesmos bens. Em 2021, vigoraram os contratos que se detalham nos quadros seguintes:

Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Gastos do Período	Pagamentos efetuados acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
Equipamento administrativo - Contrato 69/2018 ^{(1) (3)}	396.036	103.505	60.016	65.474	286.172	109.864
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021	437.265	21.863				
Equipamento de transporte - Contrato 158/2020 ⁽³⁾	210.293	93.463	116.829		210.293	
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	2.382.610	69.948	30.321		30.321	
Equipamento de transporte - Contrato 184/2021 ⁽³⁾	140.195	140.195	140.195		140.195	
Equipamento básico - Contrato 187/2020	96.260	55.040	92.086		92.086	
Equipamento básico - Contrato 288/2021	23.985	1.611	1.611		1.611	
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	48.000	6.000	6.000		12.000	
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	328.489	54.909	54.909		301.035	
Edifícios - Contrato de arrendamento - Escoteiros	35.352	3.242	3.245		32.096	
Edifícios - Contrato de arrendamento - Centro Vacinação Covid 19	14.000	2.935	7.000		7.000	
Outros	118.492	74.822	70.761		89.770	
TOTAL	4.230.978	627.535	582.974	65.474	1.202.580	109.864

Un.Euro



Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário (continuação)

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos ⁽²⁾
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento administrativo - Contrato 69/2018 ^{(1) (3)}				0	0
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021	109.316	327.949		437.265	437.265
Equipamento de transporte - Contrato 158/2020 ⁽³⁾				0	0
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	476.522	1.875.767		2.352.289	2.352.289
Equipamento de transporte - Contrato 184/2021 ⁽³⁾				0	0
Equipamento básico - Contrato 187/2020	4.173			4.173	4.173
Equipamento básico - Contrato 288/2021	7.995	14.379		22.374	22.374
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	6.000	24.000	6.000	36.000	36.000
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	27.454			27.454	27.454
Edifícios - Contrato de arrendamento - Escoteiros	3.256			3.256	3.256
Edifícios - Contrato de arrendamento - Centro Vacinação Covid 19	7.000			7.000	7.000
Outros	14.928	5.983	7.812	28.723	28.723
TOTAL	656.645	2.248.077	13.812	2.918.534	2.918.534

Un: Euro

⁽¹⁾ Inclui o valor referente ao excedente de fotocópias (rendas contingentes)⁽²⁾ Como não existe taxa de desconto implícita à locação, por se tratar de uma locação operacional, considerou-se uma taxa de desconto igual a zero. Em todo o caso, dado que as taxas de juro atuais se encontram próxima de zero, qualquer diferença daí decorrente nunca será material.⁽³⁾ Contratos cuja execução terminou em 2021

Adicionalmente à informação divulgada nos quadros, identifica-se a designação dos contratos relativamente às seguintes locações de bens / serviços que lhe estão subjacentes:

- Equipamento administrativo – Contrato 69/2018 – Locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo software de gestão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem - este contrato terminou durante o ano de 2021;
- Equipamento administrativo – Contrato 238/2021 – Novo contrato de locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo software de gestão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem
- Equipamento de transporte – Contrato 158/2020 – Aluguer operacional de 54 veículos automóveis ligeiros – este contrato terminou em 2021;
- Equipamento de transporte – Contrato 102/2021 – Novo contrato de Locação Operacional de 90 veículos automóveis, em estado novo, pelo prazo de 60 meses;
- Equipamento de transporte – Contrato 184/2021 – Aluguer operacional de 54 veículos automóveis ligeiros, pelo prazo máximo de 6 meses. Contrato realizado pelo tempo estritamente necessário à conclusão do concurso público (incluindo a obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas);
- Equipamento básico – Contrato 187/2020 – Locação de 10 estruturas modulares para instalações provisórias nas escolas EB1 da Maia e EB1 de Gueifães;
- Equipamento básico – Contrato 288/2021 – Aluguer de equipamentos de obra, armazém, estaleiro e produtos conexos, tendo em vista das necessidades decorrentes do setor de



armazéns gerais e aprovisionamento (manutenção, conservação e desporto), pelo período de 1 ano, renovável automaticamente por iguais períodos até ao máximo de 3 anos.

Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador (valores s/IVA)

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Rendimentos do período	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
TERRENOS:	47 894 709	2 509 938	2 517 858	0	35 484 574	0
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	462	41	41		403	
uso privativo de três parcelas de terreno	3 870	184	370		2 632	
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	123 561	8 401	8 401		115 162	
	24 000	1 500	1 500		22 500	
Direito de superfície - Iber King Restauracao, Sa	566 031	61 880	69 615		356 749	
Renda de Concessao da EDP	47 176 784	2 437 931	2 437 931		34 987 128	
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:	2 035 544	142 673	139 995	0	1 779 320	0
Direito de superfície - Edifício onde se encontra instalado o Centro de Saúde da Maia	1 485 000	49 500			1 485 000	
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a MAI AMBIENTE, E.M.	550 544	93 173	139 995		294 320	
Outros Edifícios	15 575	2 179	2 499		4 678	
Outros equipamentos (auditorio)	317	69	248		248	
Total	49 946 145	2 654 859	2 660 601	0	37 268 820	0

Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador (valores s/IVA) - continuação

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos do locatário				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos ⁽¹⁾
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
(A desagregar por contrato de locação significativo)					
TERRENOS:	2.510.789	9.899.037	310	12.410.135	12.410.135
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	41	17	0	59	59
uso privativo de três parcelas de terreno	186	743	310	1.238	1.238
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	8.400	0	0	8.400	8.400
	1.500	0	0	1.500	1.500
Direito de superfície - Iber King Restauracao, Sa	62.731	146.552		209.282	209.282
Renda de Concessao da EDP	2.437.931	9.751.725		12.189.656	12.189.656
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:	93.173	163.052	0	256.225	256.225
Direito de superfície - Edifício onde se encontra instalado o Centro de Saúde da Maia				0	0
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a MAI AMBIENTE, E.M.	93.173	163.052		256.225	256.225
Outros Edifícios	2.179	8.718		10.897	10.897
Outros equipamentos (auditorio)	69	0	0	69	69
Total	2.606.210	10.070.806	310	12.677.326	12.677.326

Un: Euro

⁽¹⁾ Como não existe taxa de desconto implícita à locação, por se tratar de uma locação operacional, considerou-se uma taxa de desconto igual a zero. Em todo o caso, dado que as taxas de juro atuais se encontram próxima de zero, qualquer diferença daí decorrente nunca será material.

Notas:

- (1) devem ser incluídas linhas por natureza de contrato de locação (por exemplo equipamento básico ou equipamento de transporte), de valor
- (2) corresponde ao valor de cada um dos contratos de locação operacional em vigor durante o período corrente.
- (3) correspondem, por cada contrato, ao somatório das rendas já recebidas (a título de pagamentos mínimos exigidos no contrato, ou como rendas
- (4) quantia dos futuros pagamentos a exigir ao locatário durante o restante período do contrato de locação.
- (5) valor atual dos futuros pagamentos mínimos do locatário, aplicando como taxa de desconto a taxa de juro implícita no contrato de locação.



2.5.7 NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras

Nos quadros seguintes identificam-se de forma detalhada o conjunto de empréstimos obtidos.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data do visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual
Empréstimos MLP de natureza orçamental							
Não excecionados							
BPI - Aquisição de lotes de terrenos	17/02/2014	20/02/2015	10	9 200 000	9 200 000	3,86%	1,25%
Excecionados							
BBVA - complemento PER	20/12/2006	22/01/2007	25	7 169 215	7 169 215	3,95%	0,00%
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)							
Empréstimo n.º 429001222091	28/04/1998	17/04/1998	25	308 381	308 381	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001225591	28/04/1998	17/04/1998	25	889 409	753 137	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001229891	28/04/1998	17/04/1998	25	398 907	0	2,67%	
Empréstimo n.º 429001233691	28/04/1998	17/04/1998	25	271 649	271 649	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001238791	28/04/1998	17/04/1998	25	932 748	839 473	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001246891	28/04/1998	17/04/1998	25	811 568	730 411	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001247691	28/04/1998	17/04/1998	25	604 886	604 886	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001253091	28/04/1998	17/04/1998	25	782 251	782 251	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001259991	28/04/1998	17/04/1998	25	835 060	835 060	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001262991	28/04/1998	17/04/1998	25	198 697	178 827	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001266291	19/11/1998	11/11/1998	25	1 049 164	1 049 164	2,63%	0,23%
Empréstimo n.º 429001271791	26/02/1999	17/12/1998	25	4 955 885	0	2,60%	
Empréstimo n.º 429001272791	26/02/1999	17/12/1998	25	327 784	327 784	2,60%	0,21%
Empréstimo n.º 429001273591	26/02/1999	17/12/1998	25	1 275 688	1 148 119	2,60%	0,21%
Empréstimo n.º 429001274391	12/03/1999	17/12/1998	25	678 373	678 373	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001275191	12/03/1999	17/12/1998	25	891 466	802 320	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001276991	12/03/1999	17/12/1998	25	712 220	0	2,61%	
Empréstimo n.º 429001277891	12/03/1999	17/12/1998	25	888 164	888 164	2,53%	0,22%
Empréstimo n.º 429001278691	12/03/1999	17/12/1998	25	569 354	569 354	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001279491	12/03/1999	17/12/1998	25	443 759	443 759	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001280891	12/03/1999	17/12/1998	25	550 441	550 441	2,53%	0,22%
Empréstimo n.º 429001281691	12/03/1999	17/12/1998	25	381 826	343 643	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001282491	12/03/1999	17/12/1998	25	732 690	659 421	1,73%	0,23%
Empréstimo n.º 429001283291	12/03/1999	17/12/1998	25	600 066	540 059	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001284091	12/03/1999	17/12/1998	25	562 931	506 638	2,61%	0,22%
Empréstimo n.º 429001285991	12/03/1999	17/12/1998	25	398 256	358 431	1,73%	0,22%
Empréstimo n.º 429001286791	07/01/2000	17/12/1998	25	1 001 171	1 001 171	2,53%	0,22%
Empréstimo n.º 429001287591	07/01/2000	17/12/1998	25	99 384	99 384	2,53%	0,22%
Empréstimo n.º 429001288391	19/06/2000	17/12/1998	25	1 145 136	1 030 573	1,73%	0,23%
Empréstimo n.º 429001289191	19/06/2000	17/12/1998	25	729 402	729 402	1,73%	0,23%
Empréstimo n.º 429001290591	03/10/2000	17/12/1998	25	1 236 854	1 236 854	2,67%	0,23%
Empréstimo n.º 429001292191	29/11/2000	17/12/1998	25	610 307	610 307	2,63%	0,23%
Empréstimo n.º 429001293991	11/07/2002	17/12/1998	25	505 985	252 992	2,60%	0,21%
Empréstimo n.º 429001294891	06/09/2002	17/12/1998	25	1 780 270	1 780 270	2,60%	0,21%
Empréstimos MLP de natureza não orçamental							
Não excecionados							
BPI - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
Santander Totta - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
TOTAL				64 529 345	57 279 913		

UnEuro



Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (continuação)

Entidade	Pagamentos de anos anteriores			Pagamento do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de Janeiro ano 2021	Saldo em 31 de dezembro ano 2021
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Empréstimos MLP de natureza orçamental									
Não excecionados									
BPI - Aquisição de lotes de terrenos	6 381 905	777 236	7 159 141	1 809 366	36 710	1 846 076	2 818 095	1 008 729	
Excecionados									
BBVA - complemento PER	4 164 160	1 765 079	5 929 239	360 831	0	360 831	3 005 054	2 644 224	
CCD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)									
Empréstimo n.º 4290 01222091	261 443	38 921	300 364	13 400	28	13 428	46 938	33 538	
Empréstimo n.º 4290 01225591	591 391	93 257	684 649	32 308	98	32 406	161 746	129 438	
Empréstimo n.º 4290 01229891	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimo n.º 4290 01233691	213 309	34 252	247 561	11 653	35	11 689	58 340	46 687	
Empréstimo n.º 4290 01238791	659 186	110 641	769 826	36 012	109	36 121	180 288	144 276	
Empréstimo n.º 4290 01246891	573 546	97 876	671 422	31 333	95	31 428	156 865	125 532	
Empréstimo n.º 4290 01247691	500 085	77 087	577 172	26 175	63	26 238	104 801	78 626	
Empréstimo n.º 4290 01253091	616 981	76 624	693 605	36 686	100	36 786	165 270	128 584	
Empréstimo n.º 4290 01259991	658 633	80 676	739 308	39 162	106	39 269	176 427	137 264	
Empréstimo n.º 4290 01262991	140 422	22 559	162 981	7 671	23	7 695	38 406	30 734	
Empréstimo n.º 4290 01266291	913 303	119 482	1 032 785	45 260	74	45 334	135 860	90 601	
Empréstimo n.º 4290 01271791	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimo n.º 4290 01272791	251 111	37 410	288 521	13 917	57	13 973	76 673	62 756	
Empréstimo n.º 4290 01273591	855 819	127 714	983 533	48 623	217	48 841	292 300	243 677	
Empréstimo n.º 4290 01274391	505 708	78 454	584 162	28 730	111	28 841	172 665	143 935	
Empréstimo n.º 4290 01275191	598 107	93 856	691 963	33 979	131	34 110	204 213	170 234	
Empréstimo n.º 4290 01276991	0	0	0	0	0	0	0	0	
Empréstimo n.º 4290 01277891	680 162	89 791	769 954	41 523	189	41 711	208 001	166 479	
Empréstimo n.º 4290 01278691	424 437	65 297	489 735	24 113	93	24 206	144 917	120 804	
Empréstimo n.º 4290 01279491	339 980	49 869	389 849	18 841	67	18 907	103 778	84 938	
Empréstimo n.º 4290 01280891	421 532	58 927	480 460	25 734	117	25 851	128 909	103 176	
Empréstimo n.º 4290 01281691	256 176	39 223	295 400	14 554	56	14 610	87 487	72 913	
Empréstimo n.º 4290 01282491	471 369	62 026	533 395	28 885	105	28 990	188 053	159 167	
Empréstimo n.º 4290 01283291	402 599	63 343	465 942	22 872	88	22 960	137 460	114 588	
Empréstimo n.º 4290 01284091	377 685	58 491	436 175	21 457	83	21 539	128 954	107 497	
Empréstimo n.º 4290 01285991	267 200	42 427	309 627	15 180	59	15 238	91 231	76 051	
Empréstimo n.º 4290 01286791	705 016	113 436	818 452	42 189	271	42 460	296 156	253 966	
Empréstimo n.º 4290 01287591	76 072	11 300	87 372	4 230	21	4 251	23 313	19 083	
Empréstimo n.º 4290 01288391	747 235	115 219	862 454	43 521	158	43 679	283 338	239 817	
Empréstimo n.º 4290 01289191	514 026	85 078	599 104	30 714	120	30 835	215 376	184 661	
Empréstimo n.º 4290 01290591	871 224	130 345	1 001 569	52 134	225	52 358	365 630	313 497	
Empréstimo n.º 4290 01292191	429 580	65 604	495 185	25 772	104	25 876	180 727	154 955	
Empréstimo n.º 4290 01293991	175 884	24 375	200 258	12 827	57	12 884	77 108	64 282	
Empréstimo n.º 4290 01294891	1 301 610	160 044	1 461 654	79 624	356	79 980	478 659	399 035	
Empréstimos MLP de natureza não orçamental									
Não excecionados									
BPI - antecipação de rendas	5 906 139	6 802 268	12 708 406	722 531	200 864	923 395	4 093 861	3 371 330	
Santander Totta - antecipação de rendas	5 906 139	6 802 268	12 708 406	722 531	200 864	923 395	4 093 861	3 371 330	
TOTAL	38 159 173	18 470 454	56 629 627	4 524 336	441 857	4 966 193	19 120 740	14 596 404	

Lh.Euro

Sobre esta matéria importa sinalizar que por força de uma recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016, o município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação que desde 2004 até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

De seguida apresenta-se o montante total dos empréstimos de médio e longo prazo apresentados no balanço e que se vençam nos anos seguintes à data do balanço:

**Quadro 7.2 - Empréstimos obtidos - Por exigibilidade**

Empréstimos bancários obtidos de médio e longo prazo				
Designação das contas	Menos de 1 ano	[1 a 4 anos]	Mais de 4 anos	TOTAL 2021
	2022	2023-2026	2027-2030	
Empréstimos MLP de natureza orçamental				
Excecionados				
BBVA - Complemento PER	370.680	1.592.121	681.422	2.644.224
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)	920.580	3.097.070	183.141	4.200.791
Não excecionados				
BPI - Aquisição de lotes de terrenos	504.365	504.365	0	1.008.729
Empréstimos MLP de natureza não orçamental				
Não excecionados				
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	1.306.305	4.355.718	1.080.638	6.742.661
TOTAL	3.101.930	9.549.273	1.945.201	14.596.404

Un:Euro

Considerando, de acordo com o § 51 da NCP 1, que um Passivo deve ser classificado como Corrente, quando satisfaça qualquer um dos seguintes critérios: a) Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional normal da entidade, b) seja detido principalmente com a finalidade de ser negociado, c) tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses após a data de relato, ou d) a entidade não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos 12 meses após a data de relato, o valor exigível a menos de 1 ano apresentado no quadro anterior, relativo a empréstimos contraídos com a natureza de médio e longo prazo encontram-se apresentados na face do Balanço na rubrica de Passivo Corrente. Quanto aos restantes valores, estes são apresentados no Passivo Não Corrente em conformidade com o que se encontra previsto no normativo.



2.5.8 NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são contabilizadas ao modelo de custo, sendo somando em 2021, o montante de 2 308 753 €, repartidos pelas rubricas de Terrenos e recursos naturais e em Edifícios e outras construções, conforme quadro 8.1.

Modelo do Custo

Quadro 8.1 - Quantia Escriturada e Movimentos

Propriedades de Investimento	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimento do período	
		Adições	Transferencia Internas à entidade	Depreciações do Período	Reversão por perdas de Imparidade	Perdas por Imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	202 364								202 364		61 880	
Edifícios e outras construções	2 189 843			-83 453,88					2 106 389		144 588	
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
Total	2 392 207	0	0	-83 454	0	0	0	0	2 308 753	0	206 468	0

Un.Euro

As variações ocorridas no ano, estão relacionadas com as depreciações do período, sendo que estas mesmas propriedades de investimento geraram, em 2021, um rendimento na ordem dos 206 468€.



Não obstante o Município adotar na mensuração subsequente o modelo do custo para as propriedades de Investimento, divulga-se o seu Justo Valor no quadro seguinte.

Quadro 8.2 - Justo valor das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Justo valor a 31-12-2021
Propriedades de Investimento	
Bens de domínio público	
Terrenos e recursos naturais	1.232.531
Edifícios e outras construções	3.808.151
Outras propriedades de investimento	
Propriedades de Investimento em curso	

Un:Euro

2.5.9 NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os quadros seguintes detalham, os saldos de perdas por imparidades de ativos.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo Gerador de Caixa	2 688 718	2 545 299	143 419	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores diversos	Ativo Gerador de Caixa	2 878 909	1 368 697	1 510 212	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores subsídios reembolsáveis	Ativo Gerador de Caixa	60 806	60 806	0	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Investimentos Financeiros	Ativo Gerador de Caixa	37 772 101	2 510	37 769 591	Corresponde ao valor de mercado, ao MEP no caso de participações relevantes e ao justo valor no caso de instrumentos cotados, tendo sido criadas imparidades em função da análise da	
Total		43 400 534	3 977 312	39 423 221		

Un:Euro

Quadro 9.2 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Perdas por imparidade

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2020 (4)	Perda por Imparidade do período (5) = (3) - (4)
Devedores subsídios reembolsáveis	60 806	0	60 806	60 806	0
Devedores diversos	2 878 909	1 510 212	1 368 697	1 355 285	13 413
TOTAL	2 939 715	1 510 212	1 429 503	1 416 091	13 413

Un:Euro

**Quadro 9.3 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade**

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2020 (4)	Reversão da perda por imparidade (5)=(3)-(4)
Cientes, contribuintes e utentes	2 688 718	143 419	2 545 299	2 601 615	-56 316
Investimentos Financeiros	37 772 101	37 769 591	2 510	2 546	-36
TOTAL	40 460 818	37 913 009	2 547 809	2 604 160	-56 351

Un: Euro

O Município da Maia apresenta imparidades em ativos financeiros, tomando em consideração o risco de crédito avaliado. Este risco ocorre 90 dias após a data de vencimento dos documentos de receita emitidos ao cliente, contribuinte ou utente. O valor que se encontra em processo de execução fiscal é integralmente considerado como perda de imparidade, de acordo com o modelo de risco adotado.

As imparidades dos investimentos financeiros no período de relato, refletem o valor recuperável face à quantia escriturada inicial do ativo subjacente.

2.5.10 NOTA 10 – INVENTÁRIOS

Os movimentos do período, respeitantes a inventários, encontram-se espalhados nos quadros 10.1

10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do período						Quantia Escriturada Final	
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por Imparidade	Outras reduções de Inventários		Outros aumentos de Inventários
Mercadorias	26 204	9 029	35 233						0
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo									
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	26 204	9 029	35 233	0	0	0	0	0	0

Un: Euro

No final de 2021 o Município não possuía bens classificados como Inventários.

De acordo com o novo normativo, SNC-AP, os inventários não incluem os bens consumíveis para a prestação de serviços públicos, estando tal valor apresentado no Balanço sob a forma de um Diferimento Ativo na rubrica de Gastos a Reconhecer.

**2.5.11 NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL****2.5.12 NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL****2.5.13 NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO**

Os valores dos rendimentos de transações com contraprestação encontram-se aprofundados no quadro seguinte:

Quadro 13.1 - Rendimentos de transação com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido de 2021
Prestações de serviços	1 870 321
Trabalhos por conta de particulares	2 245
Mercados e Feiras	0
Serviços Sociais	1 187 973
Serviços Recreativos	0
Serviços Desporto - Clube Maia Sénior	52
Piscinas	190 370
Recintos Desportivos	295 576
Museus e Bibliotecas	1 015
Outros Serviços	193 090
Outras mercadorias	23 979
Mercadorias	7 914
Produtos acabados e intermédios	4 515
Sucatas	11 550
Taxas, multas e outras penalidades	2 456 879
Taxas de Justiça	6 631
Taxas Específicas das Autarquias Locais	2 450 248
Rendas / Concessões	2 653 826
Terrenos	72 007
Energia elétrica (EDP)	2 437 931
Edifícios e outras construções	143 888
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	146 536
Juros	14 311
Dividendos ou distribuições similares	20 130
Outros	112 095
Outros	1 095 715
Total	8 247 256

Un: Euro



Conforme se pode verificar as principais rubricas de rendimentos de transações com contraprestação respeitam a taxas específicas das autarquias locais, assim como às rendas conexas com o que se encontra estabelecido no contrato de concessão com a EDP Distribuição, S.A. e cujo teor se encontra apresentado na Nota 4 deste Anexo às Demonstrações Financeiras.

2.5.14 NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 2021, os rendimentos de transações sem contraprestação decompõem-se conforme quadro *infra*:

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento (1)	Correções relativas a períodos anteriores reconhecidas em resultados do período	Transações sem contraprestação do período reconhecido de 2021 (2)			Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Rendimentos a reconhecer	Início do período	Final do período	
Impostos diretos:	1 688 990	32 839 933	0	0	0	0	0
Derrama	985 247	7 462 148					
Imposto municipal sobre imóveis	703 743	21 749 520					
Imposto único de circulação		3 627 170					
Outros (Contribuição Especial)		1 095					
Impostos indiretos:	59 170	13 740 237	0	0	0	0	0
IMT	58 682	13 545 357					
Outros	489	194 880					
Taxas, multas e outras penalidades		231 375	0	0	0	0	0
Multas e Outras Penalidades		231 375					
Transferências e subsídios sem condições:		18 638 241	986 969	0	6 390	0	0
FEF corrente		4 233 203	470 356				
FSM		1 655 519					
Participação IRS		9 495 100					
Participação IVA		516 847					
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013		0	516 613				
DGEST, ICNF e outros		2 657 654			6 390		
Segurança social		48 918					
Instituições sem fins lucrativos		31 000					
Transferências e subsídios com condições:	154 166	2 646 102	-1 056 568	4 316 883	654 305	625 828	0
Estado	20 733	55 362	-76 095	126 116	0		
Serviços e Fundos Autónomos	10 633	997 932	111 049	0	186 794		
FEDER	122 589	908 268	-990 997	4 178 867	467 511	625 828	
Fundo de Coesão		12 778	-12 778				
FSE		547 152	0	11 900			
Outros - Resto do Mundo		37 054	20				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	211	87 556	-87 767				
Legados, ofertas e doações		1 599	31 064 228	0	0	0	0
Numerario							
AFT			31 064 228				
Outros bens e serviços		1 599					
Outros		425					
Total	1 902 326	68 097 912	30 994 629	4 316 883	660 695	625 828	0

Un: Euro

Os rendimentos de transações sem contraprestação que no corrente ano continuam a ser a principal componente de rendimentos do Município da Maia, apresentam o valor de 68.097.912 €.

De todas as rubricas que compõem as referidas transações, os impostos, diretos e indiretos, e as transferências, são as que mais contribuem para a sua formação (96€%).



Embora de forma menos significativa, também contribuem para os rendimentos de transações sem contraprestação, os legados, as ofertas e as doações, detalhadas no quadro *infra*.

Quadro 14.2 - Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações**Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos**

Equipamentos e acessórios Informáticos	3 032,00
Edifícios e terrenos	108 956,00
Parcela de terreno destinada a integrar domínio publico para alargamento da Rua da Levadinha - Pedrouços	3 700,00
Parcela de terreno destinada a integrar domínio publico para alargamento da Rua da Levadinha - Pedrouços	10 700,00
Parcela de terreno destinada ao alargamento da Travessa da Escola Dramática de Milheirós.	13 700,00
Parcela de terreno - domínio publico para execução de rotunda entre a Rua Joaquim Nogueira dos Santos, Av. João II e Rua Germano Sousa e Silva	21 856,00
Parcela de terreno rustico composto pastagem e caminho, lugar de Santa Cruz, Barca	59 000,00
Transmissão de ações representativas do capital social da STCP para o Município da Maia (9,61%) de acordo com D/L 151/2019	30 951 940,00
Cheques prenda destinado a atividades da cultura	300,00
Total	31 064 228,00

Un: Euro

O quadro anterior apresenta o rendimento integral, o qual engloba, não só o rendimento reconhecido em resultado, mas também os montantes contabilizados no Património Líquido do Município, do qual sobressai a transmissão de 6.190.388 ações da STCP para o Município, a 01 de janeiro de 2021.

2.5.15 NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução da rubrica “Provisões” no exercício de 2021 foi a seguinte:



15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	
Impostos, contribuições e taxas									
Garantias a clientes									
Processos judiciais em curso	739 057	25 112			25 112		-65 096		-65 096
Acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Reestruturação e reorganização									
Outras provisões - Aplicação do MEP	2 874 217	0			0		-288 651		-288 651
TOTAL	3 613 274	25 112	0	0	25 112	0	-353 746	0	-353 746

Un: Euro

Foi ajustada a provisão dos diversos processos judiciais em curso, para o montante de 699.073 € após reapreciação jurídica para o ano em análise e que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

A rubrica Outros Riscos e Encargos reflete a dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, mensurados pelo Método de Equivalência Patrimonial que no ano de 2021 apresenta uma melhoria, face à reversão da totalidade da provisão da Fundação Conservatório de Música da Maia, e também ao desagramento dos capitais próprios da Tecmaia.

O quadro seguinte apresenta os valores referentes aos passivos contingentes registados nas contas de ordem que integram as demonstrações orçamentais, e igualmente mencionados no relato, no capítulo da Análise das Demonstrações Orçamentais – Contas de Ordem.

15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Valor Ação	Estimativa efeito financeiro	Previsão reembolso	
			Data	Valor
Autoridade Tributária - IVA referente ao período de tributação de 2004	4 059 411			
Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo	32 579			
TOTAL	4 091 990	0		0

Un: Euro

A listagem dos processos judiciais em curso (quer de natureza ativa, quer de natureza passiva) encontra-se detalhada na Parte III – Demonstrações Orçamentais - páginas 269 a 271.

2.5.16 NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL**2.5.17 NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO**



O ano de 2022, pautado desde o seu início por um clima de recuperação económica pós pandemia, com impactos não negligenciáveis no mercado europeu e português, fica ainda marcado pela invasão do território da Ucrânia, por parte da Rússia. O abalo provocado nos mercados e na confiança de consumidores e investidores, associado às sanções económicas com que a própria União Europeia procurou reverter essa mesma ocupação, causaram e poderão vir ainda a causar em maior escala impactos sensíveis ao nível das economias locais. O aumento do preço das energias em geral (gasóleo, gás e eletricidade), a inflação generalizada e a perspetivada subida das taxas de juro, antecipam um provável aumento dos custos suportados também pelo Município, aumentando significativamente o grau de risco e incerteza quanto ao que o futuro mais próximo reservará.

Pelo exposto, não estando em questão o cumprimento dos compromissos municipais, não é possível no curto prazo medir o impacto que aquele conflito terá nas contas do município.

2.5.18 NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciem um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

Os principais ativos financeiros do Município da Maia estão relacionados com Contas a Receber, Caixa e equivalente de caixa, e participações financeiras.

Os movimentos nos ativos financeiros encontram-se detalhados nos quadros seguintes:



Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por	Outros
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados					
Ativos financeiros detidos para negociação					
Participações financeiras - justo valor					
Outros ativos financeiros	2 869			36	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Outros ativos financeiros					
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0				
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	660 695				25 420 631
Cientes, contribuintes, utentes	224 402			56 316	55 636 909
Outras contas a receber	47 004 194				57 566 645
Diferimentos	649 699				1 524 011
Caixa e depósitos bancários	42 271 175				79 900 568
Participações financeiras					
Participações financeira- Entidades societárias	1 949 310				
Participações financeira - Não societárias	2 295 157	30 000			
Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)					
Participações financeiras	18 512 887	175 000			32 578 209
TOTAL	113 570 388	205 000	0	56 351	252 626 974

Quadro 18.1 - Ativos financeiros (continuação)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Diminuições				Quantia escriturada final
		Alineações	Perdas de justo valor	Perdas por Imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Participações financeiras - justo valor						
Outros ativos financeiros	2 869				2 905	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Outros ativos financeiros						
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0			0	0	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	660 695				-25 455 498	
Cientes, contribuintes, utentes	224 402				-55 774 207	
Outras contas a receber	47 004 194			-13 413	-55 656 228	
Diferimentos	649 699				-1 549 121	
Caixa e depósitos bancários	42 271 175				-74 363 058	
Participações financeiras						
Participações financeira- Entidades societárias	1 949 310				-2 500	
Participações financeira - Não societárias	2 295 157					
Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)						
Participações financeiras	18 512 887				-17 771 378	
TOTAL	113 570 388	0	0	-13 413	-230 571 990	

Un:Euro

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras.

Os Passivos financeiros estão relacionados essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar, encontrando-se detalhados nos quadros seguintes:



Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados							
Passivos financeiros detidos para venda							
Outros passivos financeiros							
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0			14 828 336		-14 828 336	0
Fornecedores	108 798			38 857 479		-38 909 788	56 489
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	608 200			5 268		-613 468	0
Estado e outros entes públicos	23 234			4 389 011		-4 352 780	59 465
Financiamentos obtidos	19 120 740					-4 524 336	14 596 404
Fornecedores de investimentos	43 086			45 210 493		-44 988 699	264 879
Outras contas a pagar	10 403 025			45 842 244		-45 813 568	10 431 701
Diferimentos	18 032 897			5 479 105		-1 271 852	22 240 150
Outros ativos financeiros							
TOTAL	48 339 979	0	0	154 611 936	0	-155 302 827	47 649 089

Quadro 18.3 - Investimentos Financeiros

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada final
Participações financeiras contabilizadas ao custo amortizado		
Participações financeiras - Societárias		
COOPERZOO - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL ⁽¹⁾	13,33%	0
Metro do Porto	0,00007%	5
Águas do Norte, S.A.	1,243%	1 380 000
Águas Douro e Paiva	2,71%	566 805
		1 946 810
Participações financeiras - Não societárias		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,46%	1 922 337
Área Metropolitana do Porto	5,58%	19 917
Lipor	10,57%	19 378
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,16%	2 266
Associação Parque Ciências e Tecnologia Porto	2,947%	10 000
Associação Nacional de Municípios	0,393%	4 340
AdEPORTO - Agência de Energia do Porto	7,43%	15 125
Litoral Rural	16,67%	10 000
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.	1,16%	1 500
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,71%	15 000
Associação Internacional das Cidades Educadoras	-	715
Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios	25,00%	30 000
Fundação da Juventude	1,42%	24 940
Fundação do Desporto	4,093%	149 639
Fundação Serralves	0,6452%	100 000
		2 325 157
Participações financeiras - MEP		
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	524 214
Maiambiente, Empresa Municipal de Ambiente	100%	3 609 916
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	14 655 636
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	137 465
Tecmaia - Parque da Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. ⁽¹⁾	51%	0
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado -MAIA IMO	100%	1 018 560
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,8459521%	158 390
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	9,61%	13 390 538
		33 494 719
Outros investimentos financeiros ao justo valor		
Instituto de Gestão do Crédito Público	-	2 905
Total dos Investimentos Financeiros		37 769 591

⁽¹⁾Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

Destaca-se a participação direta do Município da Maia no capital da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP). A municipalização desta empresa ocorre por força de lei



(Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, cuja concretização vem a ocorrer a 1 de janeiro de 2021, na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 27 de dezembro), cabendo à Maia, nos termos do mesmo diploma legal, 9,61% das ações que titulam o capital social, correspondente a 6.190.388, no início do ano, mas que, no entanto, foram reduzidas para 1.729.800 no final de 2021, devido à redução do capital social.

Em 2021, foi constituída a Associação “Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios”, na qual o Município adquiriu uma participação de 30.000€ correspondente a 25% do capital da entidade.

A associação tem como objetivo a criação e gestão do Corredor do Rio Leça, bem como a promoção ambiental, a valorização da natureza e da vida ao ar livre.

2.5.19 NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados incluem i) benefícios de curto-prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, entre outros, ii) benefícios pós-emprego, tais como pensões, iii) outros benefícios de longo-prazo, tais como licenças por serviço prolongado e benefícios por incapacidade prolongada, e iv) benefícios de cessação de emprego. Destes, os benefícios que têm relevância no Município da Maia estão associados a benefícios de curto-prazo (i).

A 31 de dezembro de 2021, o Município da Maia, apresenta os seguintes benefícios de curto-prazo (gastos com pessoal):

19.1 - Gastos reconhecidos no período

Descrição	Conta da DR	Valor a 31/12/2021
Custo de serviço corrente		
Remunerações dos órgãos autárquicos	63.0	393 716
Remunerações ao pessoal	63.2	14 231 828
Indemnizações	63.4	55 749
Encargos sobre remunerações	63.5	3 435 011
Acidentes de trabalho	63.6	242 768
Outros gastos com o pessoal	63.8	902 295
Outros encargos sociais	63.9	674 550
TOTAL		19 935 917

Un: Euro

Na rubrica de outros encargos sociais, encontra-se registado o valor de 19.277€ referente a pensões de aposentação assumidas e pagas pelo Município aos seus ex-funcionários, que se aposentaram no decorrer do ano de 2021 enquanto estes aguardam o recebimento definitivo da respetiva pensão, por parte da Caixa Geral de Aposentações.



As remunerações das pessoas chave da gestão são apresentadas na Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas, por se tratar de partes relacionadas no enquadramento normativo.

2.5.20 NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. No quadro 20.1 incluem-se as entidades integradoras do perímetro de consolidação do Grupo Municipal (conjugando-se assim o que dispõe a este respeito o SNC-AP, com o que refere a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no quadro 20.2 apresentam-se as transações entre partes relacionadas e no quadro 20.3 as remunerações das pessoas chave da gestão.

20.1 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	%Controlo		Controlo final
		Direto	Indireto	
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, Piso 14.º 4470-202 Maia	100%		
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	100%		
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 181 4470-157 Maia	100%		
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	100%		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Avenida João XXI, N.º 63, São João Deus 1000-300 Lisboa Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650	100%		
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. - Em Liquidação	4470-605 Moreira da Maia	51%		
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, 2740-120 Porto Salvo	4,8459521%		
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Av. Fernão de Magalhães, 18 62, 13º 4350-158 Porto	9,61%		
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia		a)	

(a) Dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio



20.2 - Transações entre partes relacionadas - Recorrentes

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período ⁽¹⁾
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Participação nas Receitas das E. M.	30.819	0,52%	-
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Participação nas Receitas das E. M.	36.221	14,70%	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Rendas de propriedades de investimento	93.173	3,51%	7.758
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Prestações de serviços	210	0,12%	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Subsídios correntes concedidos - limpeza urbana	1.804.755	48,00%	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Subsídios correntes concedidos - resíduos sólidos	1.742.000	46,33%	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Rendas pagas em propriedades de investimento	54.909	8,75%	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Prestações de serviços	408	0,23%	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Impostos, contribuições e taxas	57	0,00%	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Contrato-Programa	147.516	3,92%	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Contrato-Programa (Edifícios Administrativos)	123.980	(2)	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Contrato-Programa (Habitação social)	693.366	(2)	-
Fundação Conservatório Música da Maia	Entidade controlada	Aquisição de serviços especializados	184.623	4,89%	-
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Entidade controlada	Rendas pagas em propriedades de investimento	2.702	0,43%	-
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Entidade controlada	Prestações de serviços	22	0,01%	-
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Entidade controlada	Impostos, contribuições e taxas	136	0,01%	-
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Empresa participada	Contratos de serviço público (ano 2020)	115.770	9,04%	-
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Empresa participada	Contratos de serviço público	1.080.829	100,00%	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada ⁽³⁾	Impostos, contribuições e taxas	491.281	18,28%	-
Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada ⁽³⁾	Aquisição de fornecimento e serviços externos	494.543	100,00%	-
TOTAL			7.066.500		7.758

Un:Euro

20.3 - Transações entre partes relacionadas - Não recorrentes

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Comparticipação programa local	50 000	1,38%	-
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Empresa participada	Transferência para reposição do equilíbrio ⁽¹⁾	281 026	100,00%	-
TOTAL			281 026		0

Un:Euro



Quadro 20.4 - Remunerações das Pessoas chaves de gestão

Designação dos membros	Funções	Tipo	Valor anual bruto atribuído
Em regime de permanência ⁽¹⁾			
António Domingos Silva Tiago	Presidente	Remuneração	65 372
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vereadora	Remuneração	48 929
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador	Remuneração	48 529
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador	Remuneração	48 949
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereadora	Remuneração	49 071
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador	Remuneração	9 797
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho ⁽²⁾	Vereadora	Remuneração	39 042
Restantes vereadores			
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 740
António Manuel Leite Ramalho	Vereador	Senhas de presença e deslocações	1 526
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	3 358
Paulo Sérgio Feranandes da Rocha	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 053
António José Ferreira Peixoto	Vereador	Senhas de presença e deslocações	916
José António Andrade Ferreira ⁽²⁾	Vereador	Senhas de presença e deslocações	2 442
Jaime Manuel da Silva Pinho ⁽²⁾	Vereador	Senhas de presença e deslocações	2 900
Paula Cristina Romão Pereira ⁽²⁾	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	2 900

Un: Euros

⁽¹⁾ Estão incluídas as despesas de representação e ajudas de custo⁽²⁾ Vereadores cujo mandato terminou a 14 de outubro de 2021

2.5.21 NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS

Considerando que ainda não se encontra adequadamente implementado o sistema de informação que proporcione informação fiável relativamente aos segmentos, situação que resulta igualmente do processo de implementação da Contabilidade de Gestão e cujas limitações já foram apresentadas, adota-se para a aplicação da NCP 25 – Relato por Segmentos o período de três anos previsto na IPSAS 33, tal como referido na nota relativa à adoção pela primeira vez do SNC AP.

2.5.22 NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Ver Nota 18, Quadro 18.3.

2.5.23 NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES – NÃO APLICÁVEL

2021

**RELATÓRIO
E CONTAS
INDIVIDUAIS**



**PARTE III
DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO ORÇAMENTAL



3.1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

(páginas 4 a 5 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

(páginas 6 a 10 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

(páginas 11 a 16 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.4 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI

(páginas 17 a 42 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.5 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM

(páginas 43 a 88 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)



**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS**



3.6.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

(páginas 90 a 95 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

(páginas 96 a 120 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI)

(páginas 121 a 141 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.4 ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM)

(páginas 142 a 174 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.5 OPERAÇÕES DE TESOURARIA

(página 175 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.6 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

3.6.6.1 SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

(páginas 176 a 195 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.6.2 ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO

(página 196 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.7 TRANSFERÊNCIAS E SUBSIDIOS



3.6.7.1 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA

(páginas 197 a 251 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.7.2 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA

(páginas 252 a 253 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8 OUTRAS DIVULGAÇÕES

3.6.8.1 DIVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

(página 254 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.2 RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

(páginas 255 a 262 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.3 SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

(páginas 263 e 268 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.4 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

3.6.8.4.1 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA

(página 269 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.4.2 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA

(páginas 270 a 271 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)



3.6.8.5 DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA)

3.6.8.5.1 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

(páginas 272 a 273 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.5.2 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO

(página 273 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

3.6.8.5.3 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO

(páginas 274 a 441 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

2021

**RELATÓRIO
E CONTAS
INDIVIDUAIS**



**PARTE IV
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
INDIVIDUAIS**

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 468.852.753 euros e um total de Património Líquido de 417.919.024 euros, incluindo um Resultado Líquido do período de 8.108.020 euros), a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Património Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa Opinião.

Ênfases

- 
- i) Conforme referido na Nota 1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Exercício de 2020 foi o primeiro em que a Entidade aplicou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Dada a complexidade de algumas matérias e a prorrogativa constante dos normativos contabilísticos quanto à não aplicação, no período de transição, de algumas Normas de Contabilidade Pública (NCP), e apesar dos esforços desenvolvidos pelos Serviços, a Entidade não aplicou ainda a NCP 4 – *Acordos de Concessão de*

Município da Maia

Serviços: Concedente, a NCP 25 – Relato por Segmentos e a NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Apesar disso, e conforme igualmente referido no ponto 1.8 do Relatório de Gestão, relativamente à NCP 25 e à NCP 27, é opinião do Órgão Executivo que a informação divulgada é considerada como relevante e adequada para a compreensão da actividade da Entidade;

- ii) Ainda no seguimento do referido na alínea anterior, não foi possível concluir as alterações de reconhecimento e mensuração para parte dos *Activos Fixos Tangíveis* que sejam edifícios de habitação social, resultantes da aplicação da NCP 5. Apesar das situações pendentes serem significativamente inferiores às regularizadas em 2020 e 2021, estando a justificação associada à dimensão e complexidade da matéria bem como aos recursos disponíveis, e mesmo não dispondo, à data, de elementos precisos que nos permitam quantificar os efeitos em causa, dadas as características dos bens importa alertar para os efeitos materialmente relevantes que estimamos irão ocorrer no futuro ao nível do *Activo e Património Líquido* do Município;
- iii) O Município detém no final de 2021 um *Fundo de Investimento Imobiliário Fechado*, designado por *Maia IMO*, o qual, conforme referido no ponto 1.4.3 do Relatório de Gestão, integra o Endividamento Municipal e os seus *Activos e Passivos* integram o património Municipal. O Relatório de Auditoria do Exercício de 2021, emitido por outros auditores, não inclui qualquer reserva, incerteza material relacionada com a continuidade ou ênfases;
- iv) Conforme referido no ponto 1.6.1.3 do Relatório de Gestão e na Nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras, desde 01-01-2021 o Município passou a ser detentor duma participação de 9,61% nos *Serviços de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP, E.I.M, S.A.)*. Esta participação, que resultou da transferência do Estado para a esfera dos Municípios da Área Metropolitana do Porto, a título gratuito, fez com que no final do Exercício de 2021, o *Activo* e o *Património Líquido* fossem incrementados em cerca de 13.400.000 euros.

Em cumprimento do disposto nas Normas Internacionais de Auditoria (*ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias Demonstrações Financeiras de Grupos – incluindo o trabalho dos auditores dos componentes*), obtivemos dos auditores desta participada informação sobre os dados apresentados pelo Órgão de Gestão da mesma e as eventuais consequências no Parecer (*Certificação Legal das Contas*). Informação que refere terem sido aprovados em reunião do Conselho de Administração dos *STCP, E.I.M., S.A.*, de 07-04-2022, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, encontrando-se em formalização o Relatório de Gestão e o Anexo às Demonstrações Financeiras, estando prevista a emissão duma opinião não modificada por parte do auditor para 18-04-2022;

Município da Maia

- v) Relativamente à questão associada à reversão das dívidas fiscais dos ex-administradores da participada em 51% denominada *TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, e pagas pelo Município, conforme referido no ponto 1.3.5 do Relatório de Gestão, encontram-se pendentes de recebimento 1.292.354 euros no final do Exercício de 2021. No entanto, são já conhecidas sentenças totalmente procedentes relativamente a alguns processos no montante aproximado de 263.000 euros;
- vi) Conforme referido na Nota 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, existem *Activos e Passivos Contingentes* que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros, os quais, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação; e
- vii) Conforme referido na Nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras, após o encerramento de contas do Exercício de 2021 verificou-se a invasão da Federação Russa na Ucrânia, gerando-se um clima de incertezas com consequências já visíveis no aumento do custo de alguns bens, nomeadamente os custos energéticos. Apesar dos potenciais impactos económicos e sociais resultantes desta situação não serem passíveis de quantificação à data e de se antecipar um aumento dos custos a suportar pelo Município, é convicção do Órgão Executivo que a prossecução das actividades desenvolvidas e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos não estarão em causa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras Matérias

- a) Os documentos de prestação de contas, com referência ao final do Exercício de 2021, dos *Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento*, organismo detido pelo Município e dotado de autonomia administrativa e financeira, evidenciam um *Activo* no montante de 66.511.688 euros e um *Património Líquido* de 55.950.467 euros, incluindo um *Resultado Líquido do Período* de 1.339.115 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas nos termos legalmente previstos;
- b) Quanto à participada *TECMAIA, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, relativamente à qual se encontra reconhecida uma provisão nas contas do Município da Maia no montante aproximado de 2.586.000 euros para fazer face às eventuais perdas daqui resultantes, mantêm-se globalmente sem alteração as considerações transitadas do passado, extraídas dos Relatórios emitidos em 24-05-2021 pelo Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único em funções a essa data. Considerações que devem ser tidas em atenção, com especial relevância para as associadas ao prazo e plano de liquidação da Entidade. De referir ainda o facto de, à data, se encontrarem pendentes de aprovação pela Assembleia Geral da Entidade os documentos de prestação de contas dos Exercícios de 2020 e 2021, com convocatórias emitidas para o dia 27-04-2022; e



Município da Maia

- c) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto de os *Investimentos Financeiros* terem sido registados pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos *Activos, Passivos, Rendimentos e Gastos* totais, o que será efectuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitam dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Município da Maia

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as Demonstrações Orçamentais

Auditámos as Demonstrações Orçamentais anexas da Entidade que compreendem a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração da Execução Orçamental da Receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 117.704.865 euros e que inclui 37.155.218 euros de saldo de Gerência anterior), a Demonstração da Execução Orçamental da Despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 75.145.323 euros) e a Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das Demonstrações Orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na *Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26* do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a *NCP 26* do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Município da Maia

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, excepto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as Demonstrações Financeiras auditadas e as Demonstrações Orçamentais, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Conforme referido no ponto 1.8 do Relatório de Gestão, a Entidade não inclui ainda as divulgações previstas na *NCP 27 – Contabilidade de Gestão*, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Maia, 19 de Abril de 2022

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC nº 944

(Registo na CMVM nº 20160561)



MAIA

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA